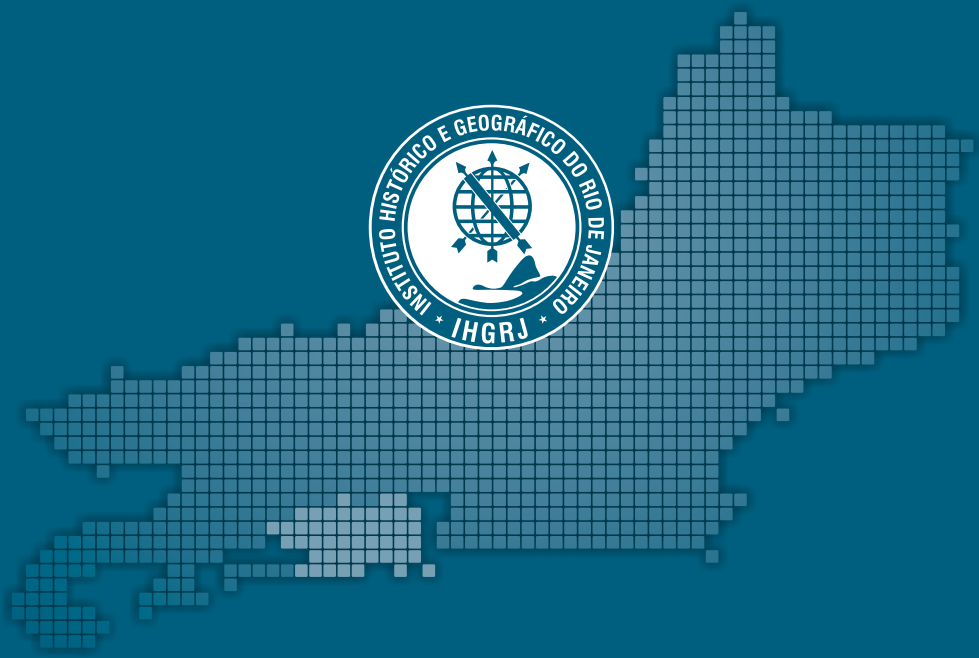
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1519-5678



Ano 26 • Número 26 • pp. 09-210 • 2019

Rio de Janeiro
2019

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Ano 26 • Número 26 – pp. 09-210 • 2019

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Fundado em 1957

Diretoria
Biênio 2018-2019

Presidente: *Neusa Fernandes*
Vice-Presidente: *Miridan Britto Falci*
1º Secretário: *Lená Medeiros de Menezes*
2ª Secretária: *Vera Cabana de Andrade*
1º Tesoureiro: *Lucia Helena da Silva*
2º Tesoureiro: *Ana Maria Moura*

Conselho Fiscal

Efetivos:
Fernando Tasso Fragoso Pires
Eliana Rezende Furtado de Mendonça
Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo

Suplentes:
Alex Nicolaeff
Jaime Antunes
Fania Fridman

Comissões Especiais

Admissão e Exclusão de Sócios:
Cybelle de Ipanema
Lucia Maria Paschoal
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

História, Geografia e Cartografia:
Arno Wehling
Maria de Lourdes Vianna Lira
Mary Del Priore

Ciências Auxiliares da História:
Vera Lucia Botrel Tostes
Ondemar Ferreira Dias Gomes
Margareth Pereira

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 3.492 de 14.01.2003.
Reconhecido de Utilidade Pública estadual pelo Título Declaratório n. 620, de 03 10.2006.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

ISSN 1519-5678

Ano 26 • Número 26 – pp. 09-210 • 2019

Rio de Janeiro
Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro
2019

REVISTA do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
ano 26, número 26, 2019.

Copyright by Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – 2015
Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Editores Responsáveis:
Nelson de Castro Senra
João Carlos Nara Júnior

Conselho Editorial:
Fania Fridman
João Eurípides Franklin Leal
Marco Aurélio Martins Santos
Margareth Aparecida Campos da Silva Pereira
Miridan Britto Falci
Paulo Knauss de Mendonça
Rogéria de Ipanema

Avaliadores pareceristas que autorizaram ter seus nomes citados:
Denise G. Porto
Flávio Lemos Alencar
João Carlos Nara Jr.
Marcos Cotrim de Barcellos
Nelson de Castro Senra
Paulo Knauss de Mendonça
Roberto Schmidt de Almeida
Vera Cabana

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R349
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – V.1, n.1 (1987).-,-
Rio de Janeiro : IHGRJ, 1987-.
v. : il.
Descrição baseada em: V. 20, n. 20 (2013)
Inclui bibliografia
ISSN 1519-5678
1. Rio de Janeiro (Estado) – História – Periódicos. 2. Brasil – História – Periódicos. 3. Cultura – Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.
11-0722. CDD: 981.53
CDU: 94(815.3)
07.02.11 07.02.11 024393

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Av. Augusto Severo, 8, 12º andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ
CNPJ: 01.469.848/0001-27
https://www.ihgrj.org.br/envio

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro não é responsável pelas opiniões presentes nos artigos, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de textos e imagens.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO
Fundado em 6 de dezembro de 1957

ano 26, número 26, 2019.

SUMÁRIO

PALAVRA DOS EDITORES 9
Nelson de Castro Senra
João Carlos Nara Júnior

• ARTIGOS

SÉRGIO PORTO, UM CRONISTA DO RIO 13
Cláudia Mesquita

MARIA GRAHAM, UMA ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA, COM REGISTROS DAS TURBULÊNCIAS DO BRASIL INDEPENDENTE 33
Denise G. Porto

CONTRIBUIÇÃO À HISTORIOGRAFIA DE RESENDE: SOBRE O SEGUNDO VIGÁRIO DO CAMPO ALEGRE DA PARAÍBA NOVA 43
Marcos Cotrim de Barcellos

PETRÓPOLIS NAS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE D. PEDRO II (1825-1925) 55
Maria de Fátima Moraes Argon

CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE ESTATÍSTICA (QUITANDINHA, PETRÓPOLIS, 1955): A CONSAGRAÇÃO DE TEIXEIRA DE FREITAS 69
Nelson de Castro Senra

A MAIS CARIOCA DAS RUAS DO RIO 91
Neusa Fernandes

A CULTURA DO CAFÉ NO RIO DE JANEIRO: INTRODUÇÃO E EXPANSÃO PELO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE NOS SÉCULOS XVIII E XIX 97
Claudia Braga Gaspar

CRIADORES DE CONHECIMENTO MILENAR: ARQUITETOS, ENGENHEIROS, CARTÓGRAFOS E TÉCNICOS DA CONSTRUÇÃO 111
Nireu Cavalcanti

MÚSICA NO RIO DE JANEIRO SETECENTISTA: A MODINHA, O LUNDU E A INVENÇÃO DO CHORO..... 121
Paulo Henrique Loureiro de Sá

• ARTIGOS VENCEDORES DO CONCURSO HISTÓRIAS DO RIO

CAMPO DE SANTANA, HISTÓRIAS E O TRIUNFO DA MEMÓRIA 137
Lenna Carolina da Silva Solé Vernin

RIO, 1968: MEMÓRIAS DA GUANABARA REBELDE 155
Mathews Nunes Mathias

• ESBOÇO TEMÁTICO

ANTIGOS CARTÕES-POSTAIS, COMO AUXILIARES DA HISTÓRIA..... 171
Carlos Wehrs
Cláudio Marinho Falcão

• RESENHAS DE LIVROS

PARA SE CONHECER A HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO..... 181
Adelto Gonçalves

• DISCURSOS E SAUDAÇÕES

DISCURSO DE APRESENTAÇÃO DA SÓCIA EFETIVA MARIETTINHA MONTEIRO LEÃO DE AQUINO E DO SÓCIO CORRESPONDENTE MARCELO MIRANDA GUIMARÃES 187
Lená Medeiros de Menezes

O IMPERADOR E A CONDESSA – EXEMPLOS BRASILEIROS 193
Cinara Jorge

• QUADRO SOCIAL

QUADRO SOCIAL 203

PALAVRA DOS EDITORES

Este ano, por designação da Presidente Neusa Fernandes, assumimos a editoria desta revista. Coube-nos a difícil tarefa de substituir Miridan Britto Falci, que por muitos anos ocupou essa função e a desempenhou de modo incansável, deixando uma inegável marca de competência e brilhantismo.

Buscando trilhar seus passos de contínua renovação, demos à Revista um novo Regimento e lhe revisamos as Normas Editoriais, disponibilizando-a no portal do IHGRJ (https://www.ihgrj.org.br/revista/).

A tradicional revisão dos textos tornou-se mais rigorosa, de modo que cada submissão só é publicada após a aprovação por dois avaliadores. Ressalte-se, entretanto, que os editores e os avaliadores não se responsabilizam pela correção gramatical ou bibliográfica dos textos, que é uma obrigação dos respectivos autores. Uma novidade é a inclusão no expediente da Revista da relação de pareceristas que optaram por ter seus nomes revelados.

Com a publicação dos textos em fluxo contínuo através do *site*, à medida que são aprovados pelos revisores, os artigos ficam de imediato disponíveis aos sócios do Instituto – conforme determina o artigo 5º dos Estatutos, inciso V – e aos demais interessados. Quanto aos números anteriores, foram disponibilizados os últimos cinco anos, que já estavam em formato digital. A prioridade será incluir a digitalização do número 16 (2006), por conter o índice de todos os volumes, desde 1987 até aquele ano.

Às diversas seções da Revista acrescentamos uma nova: "Esboço temático". Nela haverá textos que os avaliadores entenderam ser interessantes pelas temáticas trazidas, mas que não foram abordadas de maneira exaustiva. Essas contribuições serão apresentadas, portanto, como uma espécie de sugestão para futuras retomadas, quer pelo próprio autor, quer por outros pesquisadores.

Por fim, deixamos nossos agradecimentos aos membros do Conselho Editorial que, na medida do possível, nos ajudaram a refletir sobre os rumos a tomar. E certamente estendemos a gratidão aos avaliadores internos e externos que não mediram esforços para tornar a Revista uma publicação de ainda melhor qualidade.

Nelson de Castro Senra & João Carlos Nara Júnior

ARTIGOS

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 26 • Número 26 • 2019

SÉRGIO PORTO, UM CRONISTA DO RIO

Cláudia Mesquita[1] https://orcid.org/0000-0001-8985-2952

Resumo:

Esse artigo tem por objetivo lançar luz sobre a trajetória do cronista carioca Sérgio Porto (1923-1968), e do seu duplo Stanislaw Ponte Preta, no contexto de grandes transformações na sociedade brasileira, com o surgimento de novas tecnologias, formação de um público urbano e uma cultura de massa. Sérgio Porto foi artífice importante desse novo tempo, contribuindo para a renovação da imprensa, do humor, e de uma linguagem genuinamente carioca. Pretendemos como esse artigo abordar a trajetória poética da obra do escritor, situada entre os bairros de Copacabana, da sua infância e juventude, e a Boca do Mato, território da família Ponte Preta. Resume: This article aims to shed light on the trajectory of the Rio de Janeiro chronicler Sérgio Porto (1923-1968), and his heteronym Stanislaw Ponte Preta, in the context of major transformations in brazilian society, with the emergence of new technologies, the formation of an urban public and a mass culture. Sérgio Porto was an important creator of this new time, contributing to the renewal of the press, humor, and a genuinely carioca language. We intend as this article to address the poetic trajectory of the writer's work, located between the neighborhoods of Copacabana, his childhood and youth, and Boca do Mato, territory of the Ponte Preta family. Palavras – chaves: Sérgio Porto, Stanislaw Ponte Preta, carioca, humor, imprensa, Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; humor; imprensa; carioca; Sérgio Porto; Stanislaw Ponte Preta; Boca do Mato; Copacabana.

Abstract:

This article aims to shed light on the trajectory of the Rio de Janeiro chronicler Sérgio Porto (1923-1968), and his heteronym Stanislaw Ponte Preta, in the context of major transformations in brazilian society, with the emergence of new technologies, the formation of an urban public and a mass culture. Sérgio Porto was an important creator of this new time, contributing to the renewal of the press, humor, and a genuinely carioca language. We intend as this article to address the poetic trajectory of the writer's work, located between the neighborhoods of Copacabana, his childhood and youth, and Boca do Mato, territory of the Ponte Preta family.

Keywords: Rio de Janeiro; humor; press; carioca; Sérgio Porto; Stanislaw Ponte Preta; Boca do Mato; Copacabana.

> Carioca, cem por cento – ou melhor, copacabanense de nascimento e de irremovível residência – Sérgio Porto soube apreender, talvez com mais exatidão e mais sensibilidade do que João do Rio em sua época, a alma e os sentimentos do carioca, cidadão tão peculiar em suas paixões e cacoetes, dono de um estilo todo especial de viver e de encarar a vida, aceitando-a ou não como ela é, mas como ela lhe parece ser. SILVEIRA, Joel. Um carioca. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1967.

Em 30 de setembro de 1968, o Rio e o Brasil perdiam o jornalista e cronista Sérgio Porto, em um dos momentos mais críticos da vida política brasileira. Porém, para além do seu inigualável humor político, expresso no famoso *Festival de Besteiras que Assolam o País* (Febeapá), Sérgio Porto foi, sobretudo, um cronista do Rio, comparado por Joel Silveira, ao João do Rio, de sua época.

1 Professora do Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em História da Universidade Salgado de Oliveira. Pesquisadora filiada aos grupos de pesquisa CNPq.

Primogênito de Américo Pereira da Silva Porto e de Dulce Julieta Rangel Porto, Sérgio Marcos Rangel Porto nasceu no dia 11 de janeiro de 1923, no bairro de Copacabana, onde morou por toda a vida, sempre no mesmo lugar da casa demolida de sua infância e juventude, transformada em edifício de apartamentos ao final dos anos de 1940, na Rua Leopoldo Miguez.

Filho legítimo da imprensa carioca, Stanislaw Ponte Preta surgiu em setembro de 1953, na redação do jornal *Diário Carioca*, cheio de irreverência e "pesando duas laudas datilografadas" (BONFIM, 1983). Sérgio Porto trabalhava no *Diário Carioca*, quando foi convidado para fazer a crônica mundana em substituição ao colunista social Jacinto de Thormes, o que aceitou sob a condição de poder escrever sobre qualquer assunto e usar um pseudônimo. Surge então o Stanislaw Ponte Preta e sua primeira coluna "O Rio se Diverte", como como blague aos tiques e manias dos cronistas mundanos que, à época, proliferavam na imprensa. Stanislaw foi trazido ao mundo da ficção pelas mãos de Lúcio Rangel, Tomás Santa Rosa, e de Oswald de Andrade, filiando-se, assim, à melhor tradição literária do humor modernista, como narra o seu criador:

> Recebi naquela época, o livro de Oswald de Andrade, "Serafim Ponte Grande", com uma dedicatória em que o autor me comparava ao seu personagem. Pensei em utilizar o nome, mas receei não agradar ao autor, mudando-o para Serafim Ponte Preta. Ainda ficava meio parecido, porém, Santa Rosa salvou a situação sugerindo Stanislaw, nome que achava horrível e pedante, bem de acordo com o personagem que eu pretendia criar. E assim ficou. SILVEIRA, Ruth. Sérgio Porto em 27 respostas. Arquivo Biográfico Sérgio Porto. Recortes. Acervo do AMLB, da Fundação Casa de Rui Barbosa. [s.d.].

Também como blague à lista de "Mulheres mais bem vestidas do Ano", de Jacinto de Thormes, Sérgio publica na revista *Manchete*, em 1956, pela primeira vez, a lista das "Mulheres Mais Bem Despidas do Ano", mais tarde transformada em "Certinhas do Lalau". Figurar na lista das "10 Mais certinhas do Ano" era a mais importante promoção no início de carreira de uma atriz, manequim ou vedete de teatro. Mas para isso era necessário um corpo do tipo violão, simpatia, curvas perfeitamente colocadas nos seus devidos lugares, inteligência e um pouco de graça, de acordo com o seu criador (MESQUITA, 2008, p.156). No *Última Hora*, Stanislaw Ponte Preta assina coluna por treze anos consecutivos, entre 1955 e 1968, dando vida a hilariante Família Ponte Preta, e seus personagens, formada, além do próprio Stanislaw, pela sábia macróbia Tia Zulmira, matriarca do clã, pelo mulherengo e abominável Primo Altamirando, o distraído e ingênuo Rosamundo das Mercês, entre outros agregados. Sempre com uma legenda fazendo graça com a crônica do dia, a seção, intitulada *Fototeca do Lalau*, foi uma grande novidade para a imprensa da época que, pela primeira vez, associava notícias sobre política, cotidiano, música e futebol ao corpo sensual

da mulher vedete.

Reportagem de Bolso

AS DEZ MULHERES MAIS

bem despidas

DO BRASIL NO ANO DA GRAÇA DE 1955

Última Hora

STANISLAW ★ Ponte Preta

PROFALÇAS PARA ZEZÉ

DA CORRESPONDÊNCIA

Jornal Última Hora, 1955.
Fonte: Coleção do jornal *Última Hora*/Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Quando ouvimos falar de Sérgio Porto é comum confundi-lo com Stanislaw Ponte Preta, na maioria das vezes apontado como um pseudônimo do seu criador. Entretanto, o universo literário de Sérgio e do Stanislaw é marcado por diferenças temáticas e de estilos, apontando para um caso de heteronímia literária, pois existe uma fronteira bem definida entre os dois no conjunto da obra do autor. Sérgio, num estilo lírico e nostálgico discorre sobre a cidade desaparecida da sua infância e mocidade e, indignado, polêmico e apaixonado, escreve sobre música popular, notadamente, sobre o samba e o *jazz*. Já o irreverente e satírico Stanislaw narra os fatos do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, do país e do mundo, incluindo, a política, futebol, a própria imprensa e seus pares, as mazelas da cidade.

> Eu nasci no Rio de Janeiro, hoje apelidado estado da Guanabara, embora seja uma cidade; por sinal uma cidade que ainda não ficou pronta. Estão fazendo o Rio há quase 400 anos, mas ainda não aprontaram, não sei porquê. Atualmente faz-se muita publicidade das obras aceleradas que eles estão realizando para ver se acabam logo de uma vez a cidade. Mas pelo jeito vai demorar muito ainda. Tem buraco às pampas, falta botar muito cano, falta luz, falta açúcar, falta vergonha e até espaço para a gente trafega[...] Eu nasci no Rio de Janeiro – repito – e não é pra me gambá não, porém já estive em outras cidades. Cidades que ficaram prontas a muito tempo […] E Roma? Ah Roma... Roma também não foi feita num dia não, como não se cansava de dizer o mais antigo dos

> lacerdistas, um tal de conselheiro Acácio. Mas Roma tem árvore, viu? PONTE PRETA, Stanislaw. Meu Rio Carioca. In: ____. *Garoto linha dura*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1964, p. 10.

Com uma trajetória marcada pelo lirismo, humor e rebeldia, Sérgio Porto transitou entre diferentes territorialidades culturais, ligando a zona sul a zona norte, a boemia intelectual com os bambas do samba, o asfalto com os morros da cidade. Como cronista, Sérgio revelou novidades de um Rio moderno, bem como as lembranças de um Rio Antigo, que pouco a pouco deixava de existir. Seus personagens, capturados pelas ruas da cidade, de acordo com o autor, foram retratados em crônicas assinadas como Sérgio Porto e, principalmente, como Stanislaw. Diversificando-se como jornalista, radialista, televisista, teatrólogo, humorista, publicista, Sérgio Porto, seguindo a carreira do pai Américo, e de acordo com a tradição dos intelectuais de sua época, teve que conciliar os papéis de escritor e boêmio com o de funcionário público, no seu caso, com o de bancário do Banco do Brasil. Trabalho que lhe permitiu sobreviver, casar, criar as filhas Gisela, Ângela e Solange, e ainda encontrar tempo para se dedicar à escrita e à carreira artística.

Sérgio Porto, e filhas. Parque da Cidade, Rio de Janeiro, 1968. Arquivo Pessoal Ângela Porto.

Contrariando as expectativas da família com a possibilidade de uma aposentadoria segura, assim que o ganho como artista e jornalista permitiu, Sérgio abandonou a vida de bancário, porém não o convívio com o colega de trabalho, e de boemia, Sérgio de Magalhães Gomes Jaguaribe, o Jaguar. Cartunista e desenhista carioca, Jaguar veio a se tornar o ilustrador oficial dos livros de Stanislaw publicados pela Editora Sabiá, como também um dos fundadores do humorístico *O Pasquim*, criado em 1969, do qual Sérgio Porto foi patrono e

fonte permanente de inspiração. Sérgio Porto jamais orientou ilustradores de suas crônicas sobre a feição dos seus personagens, ao contrário, deixava-os o mais soltos possível. Por essa razão, todos os personagens da ficção receberam contornos diferente, dependendo do ilustrador. E foram muitos, do mais constante, como Jaguar, passando por Carlos Estevão, Ziraldo, Henfil, Hilda, Lan e muitos e muitos outros.

Sérgio Porto afirmara, certa vez, que de todos os seus personagens, apenas Tia Zulmira e Primo Altamirando foram criados por ele, "os outros existem mesmo, andam por aí" (MESQUITA, 2008, p. 242), surgidos, portanto, da estreita relação do seu universo ficcional com as ruas da cidade. Tia Zulmira, proprietária do casarão na Boca do Mato, era a personagem mais querida, uma espécie de alter-ego do escritor. A matriarca dos Ponte Preta foi inspirada em Alda Corina do Nascimento Silva, uma prima solteira de sua mãe, dona Dulce, que morava na Tijuca e frequentava muito a casa da parenta em Copacabana, fazendo-lhe companhia e entretendo as crianças. Descrita como uma senhora severa e engraçada, simplória e cheia de sabedoria, Tia Didi, como as crianças a chamavam, tinha sempre uma máxima na ponta da língua inspirada nos ditos populares, entre as quais: "Por causa de um caranguejo o brejo não põe luto" (MESQUITA, 2008, p. 243).

Fotografia de Alda Corina do Nascimento Silva, Tia Didi. Arquivo Pessoal/Ângela Porto.

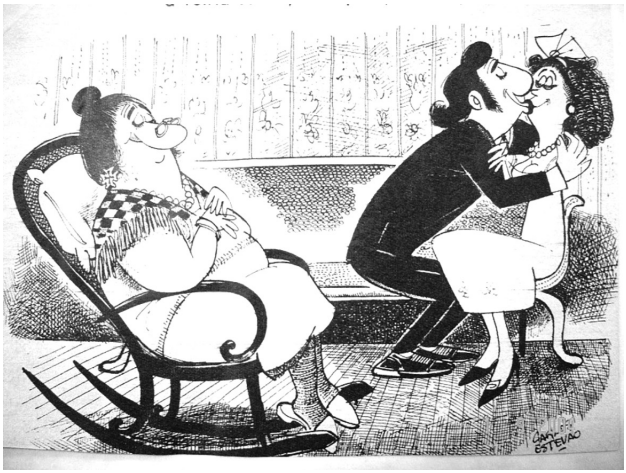


Ilustração de Tia Zulmira e Primo Altamirando por Carlos Estevão, o Amigo da Onça. Rio de Janeiro. *O Cruzeiro*, 1966. Fonte: Arquivo Biográfico Sérgio Porto/Arquivo Museu de Literatura Brasileira/Fundação Casa de Rui Barbosa.

Ilustração de Jaguar para a capa do livro "Tia Zulmira e Eu", in: PONTE PRETA. *Tia Zulmira e eu*. Ilustrações de Jaguar. 5. ed. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

Além da Família Ponte Preta, outros personagens retratados na coluna Stanislaw Ponte Preta eram capturados circulando pelas ruas, coletivos, repartições públicas, boates, inferninhos e morros cariocas, como, por exemplo, os "traficantes de música" que compravam samba dos compositores pobres na época do carnaval. Stanislaw também colhia seus tipos nas colunas sociais, – como as grã-finas fúteis frequentadoras do Sacha's – e nas páginas criminais – a partir delas, satirizava o mundo do *high society* em notícias sobre ocorrência policial, fazendo blague, com o seu humor "politicamente incorreto", o bordão do colunista social Ibrahim Sued "em sociedade tudo se sabe".

> O faxineiro Laci Alves da Silva, de 20 anos, que trabalha no Edifício Rajah, em Botafogo, foi espancado por Jaíra Santos Amorim, funcionária do Ministério da Saúde, distinta que lhe deu diversas tamancadas na cara porque, quando o faxineiro lavava o corredor do prédio, deixou entrar água no apartamento da referida distinta. Depois de socorrido num hospital Municipal, Laci Alves da Silva apresentou queixa ao delegado do 3º Distrito Policial, quando afirmou que teria apanhado mais, caso não corresse. E acrescentou:
>
> — Tive que fugir daquela 'funcionária paraíba'.
>
> A essa altura o delegado deve ter perguntado ao faxineiro, como é que ele sabe que dona Jaíra é 'paraíba'. E o faxineiro, naturalmente, deve ter respondido:
>
> — Doutor, ora essa! Em sociedade tudo se sabe. (PONTE PRETA, Stanislaw. O mar não está bom de peixe, mas os traficantes continuam maneirando. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1959. Tabloide.)

O processo criativo de Sérgio Porto, ajudado pela tesoura, jornais, papel e máquina de escrever – chamada carinhosamente pelo cronista de "intimorata" –, alimentava-se basicamente da sua íntima relação com as ruas do Rio e seus personagens. Ao estilo *flaneur* de um João do Rio, Stanislaw pontificava: "Cronista que escreve sobre o diário não deveria ter nunca automóvel. O andar na rua, trafegar em coletivos, ter contato mais direto com a plebe ignara ajuda às pampas. A gente se imiscuindo é que colhe material para estas mal traçadas". (MESQUITA, 2008, p.237). Assim, pelo contato permanente com a oralidade das ruas, o cronista Sérgio Porto tornou-se um dos maiores criadores de gírias e neologismos de que se tem notícia, incorporando centenas de novos termos à língua portuguesa. A fala coloquial e o aparente descompromisso com o vernáculo de Stanislaw Ponte Preta, eram respaldados pelo trabalho árduo, insone e silencioso do pesquisador Sérgio Porto sobre o fenômeno da linguagem.

Com "Vocábulos e expressões da gíria carioca em uso no ano da graça de 1965", o cronista de Copacabana dividiu, com Raul Pederneiras e Antenor Nas-

centes, o capítulo "O carioca inventa linguagem", incluído na publicação "Rio de Janeiro em prosa e verso", organizado por Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade por ocasião do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro (BANDEIRA; ANDRADE, 1965). A música e, principalmente, o samba, é o canal, por excelência, da oralidade captada por Stanislaw na concepção da fala local. A correspondência trocada entre Sérgio e Drummond revela a seriedade com que o criador da hilariante família Ponte Preta tratava a linguagem como uma das maiores tradições culturais cariocas.

> Meu caro Drummond,
>
> Em primeiro lugar, Feliz Ano Novo... em segundo lugar, desculpe o atraso.
>
> Agora vamos aos fatos: sua ideia de incluir as palavras enviadas é ótima, em página anexa vão as respectivas definições. Quanto a cortes e emendas, como ficou dito, você tem inteira liberdade, permita-me, porém, um reparo: certos verbetes citam outros que foram cortados, como é o exemplo de 'cucuia', onde cita-se 'beleléu' e, no entanto, esta segunda palavra foi cortada; 'pato', onde cita-se 'otário' que também foi cortado. Você entende? Desde que são citadas essas gírias, ainda que sejam elas um pouco antigas, mas em pleno uso, talvez fosse melhor incluí-las.
>
> Isto você decide e eu deixo aqui as definições para o caso de você resolver a favor da inclusão:
>
> Beleléu: Diz-se da pessoa que morreu. 'Coitadinha da velha, foi pro beleléu'
>
> Pagode: Farra de proporções orientais
>
> Otário: Bobo, cretino, idiota (origem argentina)
>
> As que você propõe incluir estão – como eu disse – em página anexa.
>
> Um grande abraço.
>
> Sérgio Porto. PS – incluí também 'tremendão' que é a mais recente invenção dos entortadores de vernáculo. (PORTO, Sérgio. Carta a Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro, 29 dez. 1964. Arquivo Biográfico Carlos Drummond de Andrade. Acervo do AMLB, da Fundação Casa de Rui Barbosa).

O primeiro trabalho do jovem Sérgio foi no *Jornal do Povo* de Aparício Torrelly, substituto de *A Manha* fechado em 1947 por determinação do presidente-marechal Eurico Dutra. Sérgio Porto fazia principalmente crítica de cinema, mas ajudava em quase tudo, inclusive na revisão de texto. Como o Barão de

Itararé, Stanislaw aprendeu com o mestre que "a caneta é a pistola automática do jornalista e a máquina de escrever sua metralhadora na mão" (KONDER, 1983, p.64). O estilo de humor de Stanislaw Ponte Preta também fez escola, e foi seguido por outras gerações de humoristas, reunidos em *O Pasquim*, e seus sucessores. O empreendimento mais ousado de Sérgio Porto de toda a sua trajetória jornalística foi a criação do jornal *A Carapuça*, lançado em 22 de agosto de 1968, nascido da sua "fé no ofício", conforme declara no primeiro editorial. *A Carapuça* serviu de modelo para *O Pasquim*, que quase veio a se chamar "Tia Zulmira", segundo o chargista Jaguar (MESQUITA, 2008, p.216). Apresentado ao público como um "Semanário Hepático Filosófico", o irreverente periódico contava com muito assunto de política, mulher e futebol, levando ao máximo a fórmula criada por Stanislaw Ponte Preta.

Capas de Jaguar, para diversas edições do livro *Febeapá*, grande fenômeno editorial brasileiro.

Sérgio Porto, um cronista de Copacabana

> "Hoje, quem me vê não diz que eu já morei numa casa onde as cotovias faziam ninho. Deus não me deixa mentir. No telhado da varanda, durante anos e anos, elas se hospedavam, para alegria nossa e inveja dos outros garotos da redondeza. Quando, pela primeira vez, falou-se em demolir a casa para construir o

> prédio feio que lá está até hoje, meu primeiro pensamento foi para os ninhos das cotovias. Vejam só que menino puro o mundo perdeu!" (PORTO, 1963).

Copacabana foi o primeiro território afetivo do escritor, e representou um sentimento de desilusão que irá marcar a trajetória do escritor, causado pelo violento processo de transfiguração do bairro da sua infância e juventude. Em nome da modernidade e do progresso, Copacabana sofreu um verdadeiro 'bota-abaixo' em razão da crescente especulação imobiliária a partir da segunda metade da década de 1940. Vítima desse crescimento desordenado, o bairro se distanciava cada vez mais do ambiente familiar e pacato descrito por Sérgio Porto em suas primeiras crônicas memorialísticas. A súbita venda da casa paterna da Leopoldo Miguez e sua demolição para dar lugar a um edifício de apartamentos, gerou um volume considerável de crônicas publicadas na imprensa entre os anos de 1952 e 1955. Essas crônicas, selecionadas e reunidas no livro "O homem ao lado"[2], tiveram um edição revisada e ampliada, lançada em 1963 pela Editora do Autor, com o título de *A casa demolida*. Essa publicação foi apresentada em seção plenária da Academia Brasileira de Letras, pelo escritor Jorge Amado, como a versão carioca da sua escrita regionalista baiana, e como um dos maiores livros da literatura brasileira.

> [...] A 'Casa Demolida' reafirma todas as qualidades desse grande escritor brasileiro e carioca que é Sérgio Porto [...] Depois de Lima Barreto, não tivemos escritor carioca tão representativo e, ao mesmo tempo, tão fiel à sua gente. Ele é hoje o verdadeiro continuador da literatura do Rio, aquela que vem de Manuel Antonio de Almeida e de Machado de Assis O universo das crônicas de Sérgio Porto é, em geral, a recriação do mundo perdido da infância, de súbito reencontrado. O chão de um menino carioca, a casa e a família, o futebol na praia, os amigos das ruas de Copacabana, depois as profundas amizades, figuras inesquecíveis como a de Dolores, cuja morte e cuja saudade estão numa crônica que é uma obra-prima. (AMADO, JORGE. Texto de apresentação de *A casa demolida* à Academia Brasileira de Letras. Arquivo Biográfico Sérgio Porto/ Arquivo Museu de Literatura Brasileira/Fundação Casa de Rui Barbosa).

2 Esta foi o primeiro livro de Sérgio Porto publicado com seu verdadeiro nome, pela José Olympio Editora, em 1958.

Rua Leopoldo Miguez, em 1923.
Foto:Augusto Malta/Arquivo Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro.

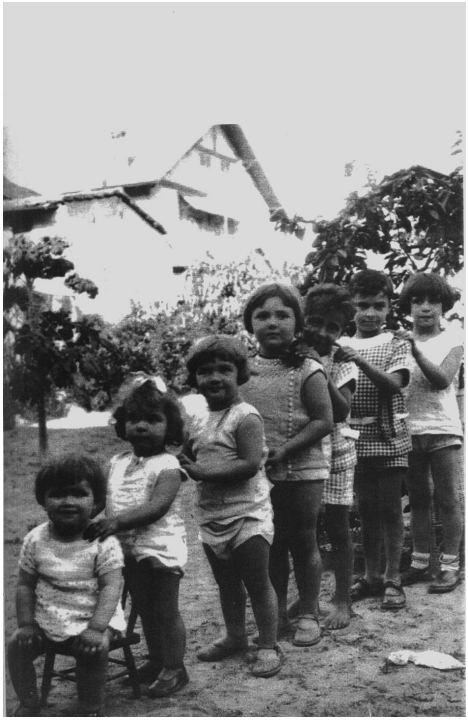
Casamento de Sérgio Porto e Dirce Pimentel de Araújo, com Fernando Sabino, na Praia de Copacabana.
Rio de Janeiro1952, Arquivo Pessoal/ Ângela Porto.

A Copacabana dos anos 1950 foi o símbolo brasileiro do novo e do moderno, um bairro icônico, definitivamente cosmopolita que, mantendo a preferência dos estrangeiros e migrantes, acolhe uma variedade de idiomas e sotaques, templos para diversos credos, restaurantes típicos e muitos hotéis, concentrando uma população de aproximadamente 130 mil habitantes, formada em sua menor parte de cariocas nascidos na cidade do Rio de Janeiro, e ainda mais escassos moradores nascidos no próprio bairro. Nesse aspecto, Sérgio Porto representava uma exceção, e um caso raro de escritor brasileiro que jamais saiu da rua onde nasceu. A trepidante vida noturna da chamada "Princesinha do Mar", fez também surgir um novo tipo de jornalista que não poderia existir fora de Copacabana: o cronista da noite, um homem que vivia nas madrugadas colhendo informações em bares, restaurantes e boates, para contar, no dia seguinte, nos jornais. Sérgio Porto, um boêmio considerado atípico, amante das manhãs ensolaradas de verão, torna-se também um expoente nessa modalidade jornalística, assumida na imprensa pelo heterônimo Stanislaw Ponte Preta.

Sérgio Porto e Dirce Pimentel Araújo no Golden Room do hotel Copacabana Palace.
Fonte: Arquivo Pessoal/ Ângela Porto.

Porém, para o autor de "As cariocas", o Rio não se restringia à zona sul da cidade (PORTO, Sérgio, 1967). As garotas do Rio não eram somente as de Ipanema, mas também as do Catete, Grajaú, Engenho de Dentro, Encantado e outros bairros cada vez mais distantes da recém inaugurada "República de Ipanema", da qual Sérgio Porto fazia questão de não frequentar, embora fosse um ídolo para essa nova geração de artistas e intelectuais. Em um percurso oposto da boemia de então, Sérgio manteve-se fiel a sua Copacabana, e escolheu a localidade suburbana da Boca do Mato para instalar a fictícia família Ponte Preta. Sérgio Porto jamais chegou a explicitar o porquê da Boca do Mato como berço mitológico da genealogia *pontepretiana*. Perguntado em entrevista, disse achar o nome "muito bacana", afirmando, entretanto, que "para si próprio" pre-

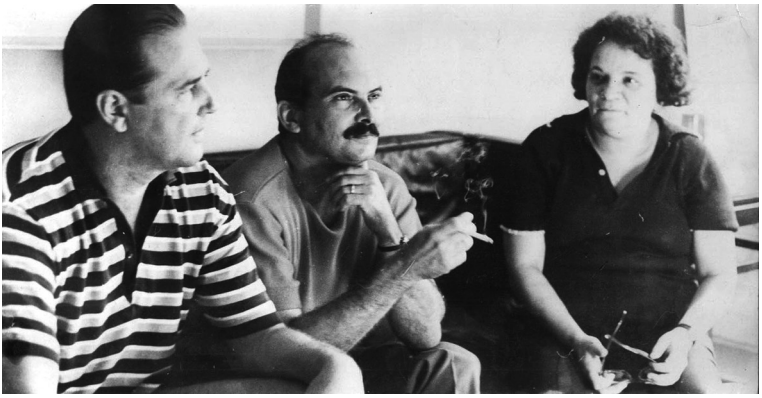
feria Copacabana, "por causa da praia sempre à disposição". Como era comum acontecer, fez blague com o interesse da imprensa a seu respeito, assumindo a 'persona' Stanislaw para iludir os repórteres com um discurso encenado e um provocativo faz-de-conta entre personagem e autor (MESQUITA, 2008, p. 273).



Sérgio, o menino do meio, com os primos no quintal da casa da Leopoldo Miguez, número 53.
Arquivo Pessoal/Ângela Porto.

Entretanto, como propõe Gaston Bachelar (BACHELAR, 2003), a casa é dotada de um valor onírico, pois não é em sua positividade que é verdadeiramente 'vivida', não é somente no momento presente que reconhecemos os seus benefícios, uma vez que "os verdadeiros bem-estares tem um passado", e "todo um passado vem viver, pelo sonho, em uma nova casa". (BACHELAR, 2003, p. 25). Assim, acreditamos que, movido para o território dos sonhos, por força da inexorável destruição material de sua casa natal, Sérgio Porto reconstrói em um casarão na Boca do Mato, o passado feliz no bairro de Copacabana de sua infância e juventude. A Boca do Mato transforma-se, desse modo, em uma espécie de eldorado suburbano, ainda protegido dos malefícios da modernidade, bem como da destruição causada em seu nome. Por outro lado, esse reduto de negros migrantes do interior do estado do Rio de Janeiro, é também um

território do samba e da cultura popular, elementos caros ao universo afetivo e cultural do escritor Sérgio Porto. Por meio de Tia Zulmira, Sérgio Porto recupera a memória de um território chave da formação da cultura urbana carioca nas primeiras décadas do século XX. Local de vida boêmia intensa, de vilas operárias e de uma classe média em contato com manifestações culturais de origem negra, como o samba. A trajetória de Noel Rosa, menino de classe média, amigo dos sambistas, frequentador do morro da Mangueira e dos cabarés da Lapa, é também emblemática do papel dos indivíduos como mediadores dessas relações transculturais estabelecidas no Rio de Janeiro, no decorrer do século XX, do qual Sérgio Porto é um expoente de sua época.



Sérgio Porto, com os amigos Billy Blanco e Aracy de Almeida em ensaio do apresentação sobre Música Popular Brasileira. Arquivo Pessoal/Ângela Porto.

Sérgio Porto, um cronista do Rio

A imprensa exerceu um papel fundamental na trajetória de Sérgio Porto, como também de seus contemporâneos. Foi um celeiro de ideias e estratégias de constituição simbólica da cidade do Rio de Janeiro, a partir, sobretudo, da projeção da crônica que, através da sua "capacidade de traçar o perfil do mundo e dos homens" (CANDIDO, 1992, p.22) ajudou a fixar elementos com que o Rio viria a ser identificado dentro e fora do país. Nesse sentido, a imprensa contribuiu na consolidação do Rio como uma "comunidade de sentimentos", na qual o fator de inclusão seria dado por um "*estado de espírito*", conforme sugeriu Vinícius de Moraes (MORAES, 1990, p. 40). Sabemos, porém, que as identidades não são naturais, decorrem, dentre outras estratégias, de um processo de invenção de tradições (HOBSBAWN; RANGER,1984) entendido como os usos das tradições na formação das identidades nacionais, locais ou regionais. A cidade do Rio de Janeiro, na condição de "cidade capital", construiu sua identidade no embate entre o nacional e o local, e entre a cultura popular, de forte presença negra, e a chamada cultura das elites, importada de padrões europeus. O traba-

lho de mediação cultural entre os dois lados de uma mesma cidade, a europeia e a "nativa", para usar a definição crítica de Lima Barreto, foi de fundamental importância para o "amalgamento" cultural dessa "cidade partida" (VENTURA, 1994). O convívio entre intelectuais boêmios com representantes do mundo do samba, como destaca Hermano Vianna (VIANNA,1995) foi de fundamental importância nesse trabalho de mediação. Sérgio Porto filia-se a essa geração de intelectuais boêmios dos anos de 1920, na medida em que, como um frequentador do morro da Mangueira e dos redutos boêmios do centro da cidade, também trazia para boates e teatros da zona sul personagens da velha guarda do samba, como Pixinguinha, Donga, João da Baiana, compositores como Ismael Silva, Cartola, cantoras como Elizeth Cardoso, Aracy de Almeida, entre outros. Amante do jazz na mesma proporção que do samba, o cronista do Rio era um apaixonado pela música negra americana e brasileira, e um tradicionalista, nesse sentido, avesso as novidades musicais dos anos de 1960, como o movimento da Tropicália, por exemplo, ironizada pelo escritor: "Pixinguinha não é bom para certos alienados, porque não casou na Bahia, não anda de camisolão, nem pinta o rosto com margaridinhas. Vocês já pensaram o Nelson Cavaquinho de calças psicodélicas? Não há samba que resista" (MESQUITA, 2008, p.185).

Sérgio Porto respondendo sobre Música Popular Brasileira no programa "O Céu é o Limite", na TV Tupi, 1957. Arquivo Pessoal /Ângela Porto.

Sérgio Porto fazendo a cobertura jornalística da Copa do Mundo, no Chile, como correspondente da *Fatos&Fotos*, das empresas Bloch, 1962.

Dada a força da imprensa e da televisão, na segunda metade do século XX, Sérgio, e Stanislaw, não só retrataram a cidade do Rio de Janeiro em suas crônicas e programas, como também ajudaram a resignificá-la, unindo elementos de diferentes territórios e grupos culturais, e reforçando o papel do Rio como "capital cultural do país", no momento em que a cidade deixava de ser capital federal. Nesse contexto, Sérgio Porto participou da construção de uma "cultura do carioquismo", caracterizada por um *boom* de euforia bairrista e de "transbordamento da memória" (LE GOFF, 1990, p.426) sacramentada na música, na crônica, na imprensa, nas artes, e também na política. Era o tempo da Belacap (Brasília) versus a Velhacap (a cidade do Rio de Janeiro), apelidada como irreverência por Stanislaw de Buracap, como crítica ao estado deplorável de conservação das ruas da cidade. Entretanto, na contramão de uma exaltação ufanista e, portanto, acrítica, Sérgio Porto, ao lado de cronistas como Rubem Braga e Paulo Mendes Campos, além de exaltar as coisas do Rio, também denunciava a transformação de uma cidade cordial, em uma megalópole insensível, vítima da especulação imobiliária, e de interesses financeiros.

Sérgio Porto e o Quarteto em Cy, no *Show do Crioulo Doido*, Teatro Toneleros, Copacabana,1968.

A breve existência de Sérgio Porto não lhe permitiu escrever suas memórias, ou deixá-las registradas para a posteridade. As inúmeras entrevistas que concedeu em vida, geralmente eram respondidas pelo personagem Stanislaw, e não pelo autor. Suas primeiras crônicas, assinadas como Sérgio Porto, constituem excelentes fontes de pesquisa sobre a infância e a juventude do escritor. A crônica, como gênero literário, ao falar das coisas miúdas, da vida ao "rés do chão" (CANDIDO, 1992) nos deixa um legado valioso sobre o cotidiano de determinadas época e geração. Sérgio Porto viveu a "época de ouro" da crônica moderna, bem como da imprensa carioca, e foi muito admirado e querido pelos seus pares, com quem estabeleceu, por meio da imprensa, uma rica interlocução. O impacto provocado pelo desaparecimento precoce de Sérgio Porto, propiciou uma vasta produção memorialística, constituída de artigos, crônicas e reportagens póstumas sobre o jornalista e escritor. Do grupo dos cronistas mineiros, Sérgio tornou-se particularmente amigo de Paulo Mendes Campos, que lhe dedicou a crônica "Meu amigo Sérgio", capaz de nos revelar um Sérgio Porto, escondido, muitas vezes, sob o heterônimo Stanislaw.

> ...O forte de Stanislaw Ponte Preta era justamente extrair humorismo dos fatos, das notícias da imprensa. Começou a beliscar no jornalismo, escrevendo crítica de cinema no *Jornal do Povo*, onde ficava de ouvido atento às piadas do Barão de Itararé. Eu o conheci muito mais bancário do que jornalista, quando ele escrevia crônicas sobre jazz na revista *Sombra*, um mensário grã-fino no qual Lúcio Rangel fazia milagres para injetar inteligência. Era no tempo da gravata, dos sapatos lustrosos, dos cabelos bem-aparados. Sérgio era impecável na sua aparência e só os íntimos o conheciam por dentro, e o por dentro dele era bem simples: uma ágil comicidade de raciocínio e uma pronta sensibilidade diante de todas as coisas que merecem o desgaste do afeto... " (CAMPOS, 2000).

Referências bibliográficas

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BANDEIRA, Manuel; ANDRADE, Carlos Drummond de. *Rio de Janeiro em prosa e verso.* Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965. (Coleção Rio Quatro Séculos. v. 5.)

BONFIM, Beatriz. Um 'show' irreverente pelos 15 anos de ausência do irreverente Lalau. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 out. 1983. Caderno B.

BRAGA, Rubem. *Ai de ti, Copacabana!* Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1960.

CAMPOS, Paulo Mendes. *Perfis de Vinícius e outros perfis.* (Organização Flávio Pinheiro). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000.

CAMPOS, Paulo Mendes. *Homenzinho na ventania.* Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1962.

CANDIDO, Antonio (et.al.). *A Crônica: gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil.* Campinas, Editora da UNICAMP. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade.* São Paulo: Nacional, 1980.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KONDER, Leandro. *Barão de Itararé.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Campinas: Unicamp, 1990.

MESQUITA, Cláudia. *De Copacabana à Boca do Mato: o Rio de Janeiro de Sérgio Porto e Stanislaw Ponte Preta.* Rio de Janeiro. Editora da Fundação Casa de Rui Barbosa, 2008.

MORAES, Vinícius de. *Roteiro Lírico e Sentimental da Cidade do Rio de Janeiro: e outros lugares pôr onde passou e encantou o poeta*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. p.40

PONTE PRETA, Stanislaw. Meu Rio Carioca. In: ____. *Garoto linha dura.* Rio de Janeiro: Sabiá, 1964, p. 10-2.

PONTE PRETA, Stanislaw. O mar não está bom de peixe, mas os traficantes continuam maneirando. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1959. Tabloide.

PONTE PRETA. *Tia Zulmira e eu.* Ilustrações de Jaguar. 5. ed. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

PONTE PRETA, Stanislaw. Meu Rio Carioca. In: ____. *Garoto linha dura.* Rio de Janeiro: Sabiá, 1964.

PORTO, Sérgio. Arquivo Biográfico Sérgio Porto. Recortes. Acervo do AMLB, da Fundação Casa de Rui Barbosa. [s.d.].

PORTO, Sérgio. *Carta a Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro, 29 dez. 1964.

Arquivo Biográfico Carlos Drummond de Andrade. Acervo do AMLB, da Fundação Casa de Rui Barbosa.

PORTO, Sérgio. *A casa demolida*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1963.

PORTO, Sérgio. *As cariocas*. Prefácio de Jorge Amado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1993.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: J. Zahar: UFRJ, 1995.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MARIA GRAHAM, UMA ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA, COM REGISTROS DAS TURBULÊNCIAS DO BRASIL INDEPENDENTE

Denise G. Porto[1]

Resumo:

Do enorme contingente de visitantes que atravessou o Atlântico, com os mais diversos destinos rumo aos portos brasileiros , nas primeiras décadas do século XIX, privilegiamos dar voz a escritora e pintora inglesa Maria Graham (1785-1842).Ao longo da leitura das fontes *Diário de Uma Viagem ao Brasil* (1990) e *Escorço Biográfico de D. Pedro I*, (1997) evidenciamos o pioneirismo feminino da autora, pela dimensão que a análise sobre certas questões pertinentes às contendas revolucionárias em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, entre os anos de 1821 a 1824, ocupou em sua escrita.

Palavras-chave: Maria Graham; escritora; pioneirismo.

Abstract:

From the huge contingent of visitors that crossed the Atlantic, with the most diverse destinations for the Brazilian ports, in the first decades of the nineteenth century, we privileged giving voice to the English writer and painter Maria Graham (1785-1842). Throughout the reading of sources Journal of a Voyage to Brazil (1990) and Biographical Slant by D. Pedro I, (1997), we highlight the author's feminist pioneerism, for the dimension that the analysis on certain issues pertinent to the revolutionary contests in Pernambuco, Bahia and Rio de Janeiro, among the years from 1821 to 1824, occupied in his writing.

Keywords: Maria Graham; writer; pioneerism.

> "Não conheço nada que agrade mais a imaginação do que as situações que, aproximando períodos distantes de tempo, os coloca como se estivessem imediatamente ao nosso alcance."
>
> *Maria Graham*[2]

Introdução – *registros de uma escritora-viajante sobre o Brasil Independente*.

Com a vinda da família Real de Portugal, o Brasil amanhecera no ano de 1808 despedindo-se de seu velho *status* de colônia. A abertura dos portos às nações amigas, decretado pelo regente D. João na Carta Régia de 28 de janeiro, no mesmo ano de sua chegada ao Brasil, conferiu aos ingleses o protagonismo em importantes acordos comerciais e diplomáticos. Coube a Inglaterra, sendo a maior potência emergente desde a sua Revolução Industrial, o avanço expansionista de seu império nas Américas. Desde então, muitos foram os viajantes

1 Mestra em História - PPGH - Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO.

2 GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990. p. 247.

estrangeiros, sobretudo ingleses, que aportaram no Brasil, ao longo do Oitocentos.

Do enorme contingente de visitantes que atravessou o Atlântico, com os mais diversos destinos rumo aos portos sul-americanos, nas primeiras décadas do século XIX, universo este, predominantemente masculino, onde poucas mulheres estão representadas[3], privilegiamos dar voz a escritora e pintora inglesa Maria Graham (1785-1842), que chegou ao Brasil procedente da Inglaterra, em 21 de setembro de 1821, a bordo da fragata Doris, pertencente a Marinha de Guerra Britânica.

A escritora avistou pela primeira vez as terras brasileiras, à altura da costa de Pernambuco. Como esposa do Capitão do navio, ela viera na tripulação tendo a função de ser a professora dos jovens Guarda-Marinha, candidatos a futuros oficiais ingleses, que realizavam uma longa viagem de instrução rumo à América do Sul, cujo destino final, seria a cidade de Valparaiso no Chile.

Como testemunha ocular dos fatos narrados durante suas três estadas no Brasil, a saber, nos anos de 1821, 1823 e 1824, respectivamente, Maria Graham legou-nos vasta documentação textual e iconográfica, onde estão registrados importantes aspectos relativos aos cenários políticos, sociais, paisagísticos e botânicos do Brasil, nas primeiras décadas do século XIX.

Ao longo da leitura das fontes *Diário de Uma Viagem ao Brasil* (1990) e *Escorço Biográfico de D. Pedro I*, (1997) evidenciamos o pioneirismo feminino da autora, pela dimensão que a análise sobre certas questões pertinentes às contendas revolucionárias em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, entre os anos de 1821 a 1824, ocupou em sua escrita. Maria Graham testemunhou pessoalmente algumas das principais revoltas dos tumultuados anos da consolidação da Independência do Brasil, tais como a Insurreição Constitucionalista Pernambucana de 1821 e, dois anos depois, em 1824, a Confederação do Equador. Nessas duas revoltas, cujas distintas motivações e especificidades, tornaram-nas extremamente críticas para a manutenção da autoridade centralizadora do governo Imperial, a escritora mediou como porta voz oficial, algumas das tratativas conciliadoras entre chefes rebeldes pernambucanos, e o governo imperial de D. Pedro I. Seus depoimentos relativos às duas sobreditas rebeliões, no que tangem tanto às reinvindicações dos insurgentes, quanto as reações repressoras por parte do governo do Rio de Janeiro, são hoje valiosas fontes primárias, para a compreensão da história daqueles turbulentos anos, decorridos do processo de Independência do Império do Brasil.

Ainda que envolta numa densa atmosfera revolucionária, Maria Graham

3 Segundo Miriam Moreira Leite, "De 1800 a 1850, dos 80 livros selecionados, apenas 5 foram de mulheres[...]". (LEITE, 1997: p. 16-17).

descreveu o conflituoso cenário político brasileiro, contrapondo-o, contudo, a uma interpretação crítica e sensível do contexto social, do novo império em ascensão.

Logo no Prefácio do seu *Diário* (1990), Maria Graham ao declarar sua profissão de fé como escritora, evidenciou a expectativa que nutria quanto à relevância de seus escritos para os estudiosos da nossa História:

> Não é com pequena ansiedade que este Diário é lançado ao mundo. Espero que desperte interesse pelo país, tornando-o mais bem conhecido. Talvez tenha a autora sobre-estimado sua capacidade, ao tentar fixar o curso de um acontecimento tão importante como a emancipação de tamanho império do domínio da mãe- pátria. [...]. Irrompeu então a luta, parte da qual teve a autora oportunidade de testemunhar e a respeito da qual pôde colidir com alguns dados, que poderão servir no futuro como fontes para a História. Confia ela em que, *se toda a verdade* não for encontrada em suas páginas, não haverá ali *senão a verdade*. (GRAHAM, 1990: p. 20-21).

O contexto europeu – *uma escritora- viajante na vanguarda Oitocentista.*

O século XIX na Europa foi marcado por grandes transformações sociais, culturais e econômicas[4], possibilitadas pelas conquistas científicas advindas do Século das Luzes, tanto quanto, pelos adventos das Revoluções Francesa e Industrial inglesa. Era um tempo em que o mundo se espraiava em novos continentes, para além dos horizontes marítimos conhecidos. Os reinos europeus enviavam expedições científicas e acadêmicas às Américas, ávidos por protagonizar a vanguarda nas descobertas por recursos minerais, botânicos e animais, que lhes consolidassem um lugar no pódio político, das potências comerciais[5] e culturais. Desde então, os viajantes tornaram-se importantes atores históricos. Desenharam e escreveram sobre seus testemunhos e descobertas no novo mundo tropical, legando aos futuros historiadores e pesquisadores das terras visitadas, valiosos acervos documentais, como nos informa Miriam Moreira Leite.

---

4 Segundo René Rémond, " As transformações mais visíveis, talvez também as mais decisivas, que afetam o século XIX, suas estruturas e seus ritmos decorrem da economia, e estão ligadas à revolução industrial, à floração de invenções que, de repente, aumentam o poder do homem sobre a matéria, às maquinarias e à sua aplicação na produção. Essa revolução técnica suscita novas formas de atividade profissional, modifica as condições de trabalho, dá origem [...] a novos tipos sociais". (RÉMOND, 1974: p. 53).

5 Mirian Moreira Leite informa que " É possível estabelecer uma correlação entre o número de viajantes provenientes das diversas procedências e o predomínio industrial desses locais de origem, no comércio internacional[...]Na esfera dos viajantes, essas tendências se refletiram no número de oficiais da marinha, diplomatas, cientistas, missionários e comerciantes[...] O número de viajantes ingleses foi maior, seguido pelos franceses, americanos e os de língua alemã[...] Embora em número mais reduzido, houve russos, dinamarqueses , suecos , belgas e italianos, procedentes de economias em expansão, através do comércio e da abertura de um novo conhecimento do globo ". (LEITE, 1993: p. 28).

Tal era o contexto cientifico e cultural europeu, no alvorecer do novo século. Em 19 de junho de 1785, na pequena vila de Papcastle, no norte da Inglaterra, nascia Maria Graham. Ao longo de sua vida, a escritora - viajante teve uma educação voltada para os ideais do Iluminismo e do Liberalismo. O gosto por debates sobre assuntos políticos, somado ao seu amplo interesse pelas ciências botânicas e acima de tudo, sua dedicação à escrita de diários de viagens, fazem dela uma representante da modernidade feminina de sua época. Durante a sua fase adulta, Maria Graham circulou nos meios artísticos e literatos ingleses, cujo convívio foi possibilitado, por ela ter residido durante os anos de sua juventude, na casa do tio paterno Sir David Dundas, o médico cirurgião do rei George III, que reunia em seus salões, alguns dos jovens e promissores intelectuais ingleses. Américo Jacobina Lacombe (1997: p.11), sublinha que estas amizades, certamente a influenciaram no olhar sensível, crítico e sobretudo original, com o qual descreveu o mundo em que viveu.

Em sintonia com a vanguarda literária de seu tempo, a inglesa Maria Graham, quando chegou ao Brasil pela primeira vez em 1821, com 36 anos, já havia publicado na Inglaterra três Diários de Viagem, além de um livro de memórias. Esta bibliografia concebida e ricamente ilustrada com gravuras e aquarelas de sua autoria, documentou as viagens que fez a India e a Itália, nos anos de 1808 ,1813 e 1819, respectivamente. No ano de 1820, Maria Graham publicou *Memórias da vida de Nicholes Poussin*, uma biografia do célebre pintor barroco.

Sublinhamos que a viajante por ser uma escritora mulher, logrou um extraordinário feito à época; o de obter duas de suas publicações reeditadas em segundas edições. A primeira delas é a sua obra pioneira, *Diário de uma viagem a India*. Este Diário foi publicado em 1812 e reeditado em 1813. Citamos em seguida, o *Diário dos três meses passados nas montanhas Leste de Roma durante o ano de 1819*. Esta obra foi publicada originalmente em 1820, e reeditada em 1821.Nesse sentido, podemos dizer que Maria Graham quando chegou ao Brasil, em 1821, era uma representante bem-sucedida da escrita feminina no Oitocentos.

Escritores- viajantes tinham como modelo ideal de conhecimento, a observação e apreensão do mundo natural, tanto quanto fosse possível. A aproximação imaginária de territórios tão distantes geograficamente, foi possível, contudo, a partir do aumento da circulação na Europa, ainda no final do século XVIII, das edições ilustradas dos relatos de viagens. Tais publicações – diários, cartas e livros de memórias – destinavam-se a ser guias para leitores interessados sobre as especificidades naturais e etnográficas dos novos destinos possíveis. Sob essa perspectiva, Ana Maria Belluzzo (2008: pp.3-4) informa que, "muitas dessas edições fizeram parte da cultura do viajante", e que eles, quando "chegaram ao

Brasil nas primeiras décadas do século XIX, poderiam conferir imagens e opiniões, que circularam pela Europa e lhes contrapor fatos da experiência".

Sob este ponto de vista, observamos que no *Diário de Uma Viagem ao Brasil* (GRAHAM, 1990), há uma passagem alusiva sobre tal questão; referente a ela, Maria Graham afirma: "se as Histórias dos velhos viajantes sobre a vida no campo dos brasileiros são verdadeiras, a mudança não foi só rápida, mas completa" (1990: p.346). Nessa passagem, a escritora deixou claro para o leitor, que havia lido narrativas de autores viajantes mais antigos e, portanto, podia compara-las criticamente com o que via na atualidade de seu tempo.

No século XIX, mulheres escritoras, dotadas de densidade literária, tornaram-se audíveis e visíveis. Elas ocuparam lugares anteriormente destinados apenas aos homens nos mercados editoriais. Ganharam presença no universo literário. Com a publicação de Diários de Viagem, Maria Graham vivenciou intensamente o contexto cultural que contribuiu para que promissores horizontes comerciais se abrissem para as mulheres, sob os novos estilos em ascensão. A procura por livros sobre temas que exaltassem as interações entre as representações da natureza e as subjetividades do indivíduo, foi um indicativo da mudança de mentalidade do público letrado na Europa. Histórias abordando suas fantasias, sonhos, desejos de autoconhecimento, escritas autobiográficas e aventuras extraordinárias à lugares exóticos, estimularam a publicação de diários, romances e relatos de viagens.

Nesse sentido, observamos que Maria Graham como uma boa contadora de histórias, estava a par das novas tendências temáticas literárias, que se voltavam agora, para as sensibilidades individuais, nas matinatas do Oitocentos. A associação entre a escrita de si, a contemplação da natureza e os melancólicos estados de espirito, seria enfim, a licença poética que encontraria terreno fértil na literatura de viagem, e disso, a autora soube valer-se proficuamente. Em suas obras, a escritora desvelou o seu mundo privado e sensível, mesclando à escrita autobiográfica, vivos fragmentos narrativos retirados do universo transitório e público, relativos ao cotidiano social e político observado. Essa dualidade presente na composição textual da escritora-viajante, amplia e resignifica a sua voz feminina:

> [...]. É em vão que eu me orgulho de ter recobrado a firmeza de ânimo. Estou ainda sujeita a fraquezas por qualquer pequeno incidente, e sou obrigada a fugir de meus sentimentos particulares, interessando-me ultimamente, e com empenho, pelos negócios deste país. Um coração humano, pode, sem dúvida, interessar-se pelos fatos em que está em causa a felicidade de milhões de seus semelhantes. (GRAHAM, 1990: p. 321).

Tensões, conflitos e rivalidades na vida cotidiana do Palácio de São Cristóvão

No ano de 1824, Maria Graham publicou em Londres, *O Diário de Uma Viagem ao Brasil* (1990), onde a escritora descreveu as suas impressões, acerca das duas primeiras viagens ao território brasileiro. Posteriormente, contudo, em 1835, quando já havia retornado definitivamente para a Inglaterra, Mrs. Graham escreveu o *Escorço Biográfico de D. Pedro I* (1997), quando relatou a terceira viagem que fez ao Brasil. Nesta tardia publicação, a autora declarou que teve como intenção, construir uma memória do Imperador D. Pedro I, tanto quanto, denunciar publicamente as tensões, os conflitos e as rivalidades presentes na vida cotidiana da corte. Nestas memórias, Maria Graham revelaria afinal, os difíceis dias passados por ela no Palácio de São Cristóvão entre setembro e outubro de 1824, quando fora contratada para ser a governanta das princesas imperiais.

A fim de compreendermos a tortuosa aventura da escritora, enquanto ela foi a preceptora das princesinhas no Palácio de São Cristóvão, retornemos ao ano de 1823. Nesse tempo, instalada na cidade do Rio de Janeiro, Maria Graham frequentava os concorridos salões da sociedade fluminense, onde estabeleceu importantes laços de amizades. Numa dessas reuniões festivas, para a grande surpresa da escritora, alguns de seus bem-intencionados e muito influentes amigos, que já vislumbravam secretamente, a possibilidade da amiga inglesa vir a tutelar a educação das princesas, planejaram uma estratégia sigilosa, que tinha como propósito, aproximar Maria Graham ao casal Imperial. De fato, a própria autora que nada soubera sobre a trama, revelaria que:

> É estranho, mas verdadeiro: nunca soube como ou quando surgiu a ideia de me tornar governante das princesinhas. Quem primeiro me perguntou se eu aceitaria o cargo foi Sir Thomas Hardy, que então comandava a esquadra inglesa da região da América do Sul. [...] Sem imaginar que ele estivesse no segredo, eu respondi: "certamente"[...] Confesso que fiquei arrebatada pela ideia de educar uma pessoa cuja educação e qualidades pessoais a felicidade de todo o Império devia depender (GRAHAM, 1997: p. 78).

Em setembro de 1823 o esperado encontro aconteceu, e a escritora fora finalmente apresentada a Imperatriz D. Leopoldina. Naquela oportunidade, Maria Graham expressou à Imperatriz, a sua intenção de educar a princesa primogênita D. Maria da Glória. A escritora conta que D. Leopoldina recebeu com entusiasmo a sua oferta, e que lhe pediu, que remetesse prontamente um requerimento ao Imperador: " O Imperador e a imperatriz esperavam que eu requeresse formalmente o cargo que eles já haviam premeditado conceder, afim de nomear-me sem demora governante das Princesas Imperiais". (GRAHAM, 1997: p. 78.) Logo a seguir, Mrs. Graham recebeu uma carta da Imperatriz, em

resposta ao seu requerimento, onde estava expresso o seu consentimento aos serviços oferecidos pela escritora, e ainda, concedia uma licença de 1 ano, para que Maria Graham pudesse voltar à Inglaterra, e providenciar o material didático adequado aos estudos de sua futura pupila.

Após o término da licença na Inglaterra, Mrs. Graham retornou ao Rio de Janeiro, em setembro de 1824, para assumir finalmente, seu tão almejado cargo na corte. Esse foi sem dúvida, o período mais importante, embora simultaneamente, o mais conflituoso de todo o tempo em que a escritora permaneceu no Brasil. Ainda que as excepcionais competências intelectuais de Maria Graham, tanto quanto a trajetória literária de escritora bem-sucedida, tivessem contribuído decisivamente para a simpatia dos Imperadores na escolha de seu nome para a tutela da educação da princesinha, Maria Graham viveria a partir deste momento, os piores tormentos de seus dias.

Assim que chegou ao Palácio e instalou-se em seus apartamentos, Maria Graham percebeu um estranhamento das demais damas portuguesas para com os seus costumes e métodos ingleses de educar sua pupila. A despeito dos desejos dos Imperadores quanto à condução da instrução da princesa ser dirigida pelos preceitos estabelecidos por Maria Graham, havia um grupo constituído pelas amas portuguesas, responsável pelas crianças desde pequenas, que sentiu imensos ciúmes da nova governanta. A liberdade e autonomia com relação aos seus métodos de educação e sobretudo por ser estrangeira, para estes cortesãos significava uma ameaça à manutenção de seus espaços de influência, confortavelmente acomodados em suas rotinas cotidianas. Para ela, era inconcebível aceitar certos hábitos impostos pelas damas com os quais a pequena princesa D. Maria da Glória convivia, "como receber o banho diário em uma sala aberta por onde vários serviçais passavam, sem que ninguém se preocupasse com sua privacidade" (GRAHAM, 1997: p. 88). A governanta não sabia o quanto sua presença incomodava a estes cortesãos, e especialmente, ao barbeiro pessoal de D. Pedro, Plácido Pereira de Abreu. Estes antigos criados que vieram para o Brasil acompanhando a família real em 1808, haviam implantado um código próprio de condutas no Palácio, à revelia dos Imperadores. Assim, na calada da noite quando a ala da Imperatriz era fechada e todos recolhiam-se aos seus quartos, ele e alguns outros serviçais subiam as escadas às escondidas, para jogar cartas na antecâmara do quarto da princesa pela noite adentro. Este e outros episódios, chocaram-se com os princípios éticos e culturais de Maria Graham.

Para o barbeiro Plácido e seus seguidores, a continuidade da estrangeira no Palácio seria um grande problema. Assim, ao cabo de pouco mais de um mês, um ardiloso plano foi executado pelo grupo tirânico, com o propósito de criar uma grande intriga que envolvesse a governanta, inviabilizando definitivamen-

te sua permanência no Palácio.

O episódio que originou a saída de Maria Graham, deu-se durante um passeio de carruagem em que ela estava sentada com a princesa D. Maria da Glória, e esta, que querendo brincar, sentou-se no lugar destinado a preceptora. Isso foi motivo suficiente para suscitar a ira das damas contra a inglesa. Para aquelas cortesãs, a estranha governanta estaria em desacordo com o protocolo de comportamento de uma "*criada de palácio*". Foi então, que o grupo das damas enciumadas se dirigiu aos aposentos de D. Pedro, sabendo que ele estava na sesta, e que se fosse acordado ficaria furioso. Ato contínuo, Dona Maria Cabral representando aquelas antigas criadas portuguesas, acordou o Imperador propositalmente. Ela então, aproveitando o já previsível rompante colérico de D. Pedro, reclamou veementemente em nome de todas as outras damas portuguesas, sobre como uma governanta inglesa poderia exercer com "tirania" sua influência sobre a princesa, em detrimento delas, que haviam abandonado seu amado país, para servir aos Bragança no Brasil. O Imperador então, num ímpeto, escreveu uma carta, limitando as atividades da governanta, a apenas dar as aulas de inglês à sua pupila. Posteriormente, contudo, no Escorço Biográfico de D. Pedro I, Maria Graham relataria sua tristeza em tom de revolta, na resposta que enviara a D. Pedro I, sobre o desonroso desfecho de toda aquela intriga:

> Senhor,
>
> É com sentimentos indizíveis que recebi a ordem de ontem, assinada por sua Vossa Majestade Imperial.
>
> Não deveria nunca ter deixado a Inglaterra nem uma família honrada naquele distinto país, para ser uma simples professora de inglês! Se não sou a Governante das Imperiais Princesas, nada tenho que fazer neste pais. A pessoa honrada com o título e o emprego de governante em tal família, deveria ter sido garantida contra as impertinências que eu encontrei desde que estou aqui. Nunca me submeterei a elas. [...]. Peço que Vossa Majestade me conceda licença para retirar-me. Deixarei o Brasil para sempre pelo primeiro vapor que partir[...] lamento também que não tenha podido preencher os desejos manifestados por Vossa Majestade e a Imperatriz, quando me convidaram aqui como governante. (GRAHAM, 1997: p.100-101).

Em outubro de 1824, Maria Graham retirava-se definitivamente do Palácio de São Cristóvão, para retornar à Inglaterra apenas em novembro de 1825.

Considerações finais

Enquanto esteve em terras tropicais, a autora pesquisou continuamente a História brasileira em livros e documentos na Biblioteca Real do Rio de Janeiro. Recolheu dados econômicos, políticos e sociais do Brasil em jornais e panfletos

de sua época. Compilou cuidadosamente em seu Diário, durante os anos de 1821 e 1822, os registros de entrada e saída dos navios negreiros, e de suas cargas humanas vivas e mortas, nas cidades da Bahia e Rio de Janeiro, a fim de denunciar internacionalmente a violência do tráfico de escravos.

O viés político fortemente identificado na escrita de Maria Graham, e a amplitude de seu olhar investigativo sobre a História do Brasil, traduziram-se em originais elaborações narrativas, que, por serem nuançadas por sua alteridade e olhar crítico sobre as peculiaridades identitárias do povo, dos costumes, e das paisagens das províncias que visitou, constituem-se hoje em fontes primárias para a compreensão das práticas sociais do Brasil de então. Ademais, ao examinarmos os *Diário de Uma Viagem ao Brasil, e Escorço Biográfico de Dom Pedro I*, constatamos que a escritora antevia com clareza, a dimensão que as turbulências políticas testemunhadas por ela naqueles dias, alcançaria no cenário histórico de consolidação da Independência do Brasil. A partir desta premissa, afirmamos que isso forjaria a originalidade de sua escrita. Isso posto, terminamos esta breve apresentação, recorrendo às palavras do grande Gilberto Freyre, à título de um tributo à criatividade e relevância da escrita de Maria Graham. Nas palavras do historiador pernambucano, os vivos depoimentos da escritora-viajante são para a História do Brasil "páginas ainda hoje frescas". (FREYRE, 2000: p.48).

Referências Bibliográficas

BELLUZZO, Ana Maria. *O Viajante e a paisagem brasileira*. Revista Porto Alegre: Porto Alegre, v.15, nº25, novembro/2008, pp.3-4.

LEITE, Miriam Moreira. *A Condição Feminina no Rio de Janeiro – Século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1993.

____. *Livros de Viagem – 1803-1900*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

RÉMOND, René. *Introdução à História de nosso tempo: Século XIX –1815-1914*. V.2. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

Fontes

GRAHAM, Maria. *Diário e uma Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

____. *Escorço Biográfico de D. Pedro I*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

CONTRIBUIÇÃO À HISTORIOGRAFIA DE RESENDE: SOBRE O SEGUNDO VIGÁRIO DO CAMPO ALEGRE DA PARAÍBA NOVA

Marcos Cotrim de Barcellos[1]

Resumo:

Trata-se de considerar aqui de que forma a leitura de um manuscrito do botânico Freire Alemão, intelectual do IHGB, datado de 1856, pode alterar a narrativa da história de Resende no tocante à origem da cafeicultura; e de que maneira a publicação do *Relatório* do Monsenhor Pizarro, feito sobre a visita canônica ao Campo Alegre (antigo nome de Resende) em 1794 permite recuar-se a data de fundação do primitivo arraial de 1744 para 1729. Em ambos os casos, emerge a figura controvertida do padre Henrique José de Carvalho Queirós, segundo pároco e vigário da Vara da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre, do qual tentaremos dar o perfil a partir de uma abordagem prosopográfica do grupo que devassou os sertões da Paraíba Nova.

Palavras-chave: Henrique José de Carvalho; Freire Alemão; Campo Alegre; Café.

Abstract:

This work aims to show how the reading of a manuscript of the botanist Freire Alemão, an intellectual of the IHGB, dating from 1856, can alter the narrative of the history of Resende with regard to the origin of coffee cultivation; and how the publication of Monsignor Pizarro's Report on his canonical visit to Campo Alegre (former name of Resende) in 1794 allows the recede of the date of the original settlement of the arraial from 1744 to 1729. In both cases, the controversial character of Father Henrique José de Carvalho Queirós, second parish priest and vicar of the freguesia county of Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre, from whom we will try to draw a profile based on a prosopographic approach of the group that has discovered the backlands of Paraíba Nova.

Keywords: Henrique José de Carvalho; Freire Alemão; Campo Alegre; Café.

A obra que recolheu os vários estudos sobre a cafeicultura resendense, de Oliveira Vianna a Stanley Stein, é a de Maria Celina Whately (1987), que se concentra no tema do pioneirismo, na distribuição da riqueza e nos aspectos econômicos e sociais do século XIX. Trata do século XVIII de forma muito ligeira. Sobre esta crucial fase preparatória, apenas o *Prefácio*, de Eduardo Silva, afirma:

> É atribuído a um certo Padre Antônio Couto da Fonseca, da Fazenda do Mendanha, no Rio de Janeiro, o primeiro plantio de "alguns mil pés" de café. Os moradores das serras próximas levavam até lá o toucinho, que era vendido no Rio de Janeiro. Nas viagens de retorno a seus lugares levavam frutos e mudas de café (*apud* WHATELY, 1987: p. ix).

1 Nascido em Cruz Alta, RS, 1956. Professor Doutor em História Social – UFRJ. Mestre em Filosofia – UFRJ. Presidente da Academia Resendense de História e do Instituto Campo Bello. Membro da Academia Itatiaiense de História, e da Academia de História Militar do Brasil. Sócio do Instituto de Estudos Valeparaibanos. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

De fato, as primeiras mudas de café plantadas em Campo Alegre, futura Resende, foram ofertadas pelo bispo dom José Joaquim Justiniano Castelo Branco (1774-1805) ao padre Antônio Couto da Fonseca. O bispo era dono da hoje conhecida como *Fazenda do Capão do Bispo*, na Freguesia de São Tiago de Inhaúma, origem de boa parte dos bairros suburbanos do Rio de Janeiro. Dom José Joaquim aí plantou café, trazido da Província do Maranhão, em 1760 (Taunay, 1934), pelo desembargador João Alberto Castelo Branco. Das duas mudas que medraram, no convento franciscano na Rua dos Barbonos (atual Evaristo da Veiga), saíram plantas para as chácaras do bispo e do holandês João Hoppman em Mataporcos (atual bairro do Estácio). O bispo D. José Joaquim, chamando os padres Couto e João Lopes, "residentes" em Campo Alegre e São Gonçalo, respectivamente, forneceu-lhes as primeiras sementes de café. Luis Palmier (1940), que dá essa informação, se engana quanto à estadia do padre Couto em Resende, que não encontra guarida em fonte alguma até o momento.

Diga-se, com efeito, que não se sabia como o padre Couto fez chegarem as primícias dos cafezais de serra acima na Paraíba Nova. Achava-se que o padre Couto, homenageado com nome de rua em Resende, possuísse fazenda nas fraldas da Mantiqueira, informação nunca comprovada, mas divulgada à larga. Recentemente, graças a um manuscrito do botânico Freire Alemão, descobrimos como provavelmente foram lá parar as plantas.

O padre Couto foi padrinho e mestre de latim do botânico Freire Alemão, que nasceu na Fazenda do Mendanha. O bisavô do ilustre naturalista, o capitão português Manuel Freire Alemão de Cisneiros, possuía, no início do século XVIII, terras na freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande. Devido à decadência do patrimônio e consequente "tendência ao empobrecimento", o pai, João Freire Alemão, acabou como "um simples lavrador naqueles domínios, como de resto já declaradamente o eram seus pais". A mãe, Feliciana Angélica do Espírito Santo, foi filha ilegítima de uma sitiante e do padre Couto, que comprou as terras da fazenda do Mendanha, onde João residia. Francisco Freire Alemão de Cisneiros aí nasceu e foi apadrinhado pelo avô materno, "um certo" padre Couto[2].

Agora entra em cena o manuscrito do afamado Freire Alemão, onde se assevera que a plantação dos capuchinhos foi de 1762, e a de Hoppmann de 1770 e realizada a instâncias do vice-rei, marquês do Lavradio. Em *Memória* de 1856, revela ele ter sido criado na casa do padre Couto, e que este era

2 Cf. VIANNA, Karoline. *A seiva e o traço*: configurações da memória na escrita do diário de viagem do botânico Francisco Freire Alemão (1859-1861). UFCE/Tese de doutoramento, 2017.

> natural do Rio de Janeiro, nascido em 1737, em uma das primeiras famílias do Rio de Janeiro. Estudou Humanidades no Colégio dos Jesuítas [...]. Foi para Coimbra a seguir os estudos maiores provavelmente jurisprudência e dali voltou antes do terremoto de 1755, sem haver concluído seus estudos, por ter falecido seu pai. [...] Vivendo no Rio de Janeiro uma vida dissipada e dominado pelas paixões do jogo, desbaratou grande parte da antiga fortuna que herdou de seu pai, e vivia constrangido a aí estabelecer-se de lavoura. Teve situação em Inhomirim, passou-se depois a Jacarepaguá, e afinal para o Mendanha [...] onde plantou cafezal.

E continua, dando-nos a informação sobre a origem dos cafezais da Paraíba Nova:

> Eu achei ainda boa parte dos cafezais da primeira plantação e também me recordo de ter visto sair cargas de mudas para serra acima onde muito provavelmente foram as primeiras plantas e levadas e dadas a conhecer pelo Padre Henrique José de Carvalho, Vigário do Campo Allegre, em 1767 a 1808, que foi também quem me batizou na Capela particular do Padre Couto, de quem ele era amigo, e muitas vezes hóspede[3].

Com tais dados, podemos concordar com João Maia (1891) quando afirma que as primeiras plantações do Campo Alegre devem ter sido feitas por volta de 1775, espalhando-se para Bananal em 1782. Mas, principalmente, temos aí a novidade de ver citado o segundo pároco do Campo Alegre, o padre Henrique José de Carvalho Queirós, como o introdutor da cafeicultura na Paraíba Nova!

O padre Henrique nunca esteve na conta de bom cidadão segundo nossos primeiros historiadores, Pizarro e João Maia. O primeiro, tanto no Relatório de 1794 quanto nas *Memórias* de 1820, o qualifica de "atrabiliário", cheio de "epiqueias", pouco cuidadoso com os objetos sacros e a cura de almas. João Maia segue em pormenor o autor do texto de 1820. De passagem, observe-se que, estranhamente, o *Relatório* seja minucioso em relação aos engenhos, sua localização e proprietários, mas nada fale de uma cafeicultura que já estava plenamente instalada. Sobre o vigário Henrique, relata Pizarro:

> O R. Henrique José de Carvalho Queirós, de que procede a nobreza e timbre de sua jactância, natural de Amarante, de idade de 60 anos [1794-60=1734] ordenado neste Bispado em 1757 por Dom Frei Antônio do Desterro [...] não fui informado desde quando entrou a servir [a seguir em nota: *Provisão* de 23/9/1767]... Disse-me que era Filósofo e teólogo, e bem mostra porquê. Abundante e só preocupado com extravagantes e desordenadas epiquéias, pouco se preocupava com os ofícios paroquiais, descansando no coadjutor que tinha (*apud* GALDAMES, 2007: p. 266).

3 CISNEIROS, Francisco F. A. de. "O Cafezeiro". *Quais Plantas se acham aclimatadas no Brasil.* MS 1449159/BN [1856]; Transcrito do Rascunho da publicação feita na RIHGB, Tomo 19, 1856.

Pizarro reclama que o Cartório da Vara estava "um caos" e que, estando doente o vigário, persuadiu-o a demitir-se. O padre Henrique pode ter sido simplesmente relaxado ou confuso, mas temos razões para ver nessas "epiqueias" que exasperaram Pizarro o sinal de uma estratégia corporativa, como veremos adiante.

Também contra Henrique pesam testemunhos de rivais paulistas. A Câmara da Freguesia de Guaratinguetá, encarregada da abertura do Caminho Novo da Piedade nos anos 1770, reclama do vigário ao governador, Martins Lopes Lobo de Saldanha, por atuar como um "régulo" na distribuição de terras e funções, intrigando a Câmara com o governador e lutando para que o rumo da dita estrada seguisse, de Santana da Paraíba Nova (Areias), para Santana dos Tocos e Campo Alegre, em vez de Bananal e São João Marcos, como acabou prevalecendo. Cassado em suas funções e prerrogativas de intendente do Caminho, tanto fez o reverendo que conseguiu trazer o território da Paraíba Nova, do rio do Salto até o Piraí, para a jurisdição fluminense, posto que era então afeto à Freguesia da Piedade (Lorena)[4]. Assim determinou Lopo Saldanha:

> O caminho passando por São João Marcos é mais curto. Evita infinitos alagadiços e não necessita passar pela freguesia de Santana (a de Tocos, hoje sob a represa do Funil) e por Paraíba Nova (atual Resende). Não concederei aos moradores de Santana dos tocos e de Paraíba Nova os privilégios prometidos os quais dou por quebrados e sem nenhum vigor, por ser Santana dos Tocos coito de criminosos e de homens de má consciência que nela se refugiam. E casso as prerrogativas e faculdade que dei ao Padre José Henrique de Carvalho [sic], de Campo Alegre e pedindo-lhe a devolução das Ordens e Portarias sobre o assunto... (*R.IHGB*, 1998: p.1647-8).

Era Henrique, de fato, um típico padre sertanista, de uma família de empreendedores setecentistas, num Antigo Regime ibérico que ainda rescendia ao barroco de Dom João V, e certamente servos de uma mentalidade anterior às luzes pombalinas e observâncias tridentinas. Numa espécie de prolongamento da Idade Média no Brasil (Heers, 1991; Weckmann, 1993), a democracia autoritária dos *homens bons*, a obediência não-observante dos súditos situados na vasta rede do Império descentralizado (Fragoso *et alii*, 2010) nos advertem que os sertões da Paraíba Nova viviam francamente às "vésperas do Leviatã" (Hespanha, 1994) na primeira metade do século XVIII.

A Paraíba Nova era um vasto espaço compreendido entre os dois ramos da Estrada Real, aproximadamente coincidindo com os territórios que se estendem atualmente de Areias a Valença em sentido leste/oeste, e de Resende a São João Marcos no sentido norte/sul. O trânsito pela região foi proibido para

4 Para uma compreensão mais completa da questão, Cf. REIS, Paulo Pereira dos. *Lorena nos Séculos XVII e XVIII*. Lorena,SP: Fundação Nacional do Tropeirismo/ Curso Objetivo, 1988.

se evitarem os descaminhos do ouro desde a segunda década do Setecentos, mas era inevitável que os moradores do Caminho Velho, afazendados nos vales dos Rios Grande, Sapucaí e Verde (Baependi, Pouso Alto, Aiuruoca...) vislumbrassem, no corredor entre a Mantiqueira e os portos do mar da Ilha Grande, um acesso formidável à fortuna conforme sua autonomia.

Do *Testamento* do irmão do padre Henrique, o alferes Luis Gonçalves de Carvalho (aberto em Alagoa da Aiuruoca, 1777), sabemos que era da Freguesia de Santa Marinha do Zêzere, que seus pais se chamavam Luis de Queirós Barreto e Beatriz de Carvalho[5]. Seu tio, também padre, Antônio Gonçalves de Carvalho, foi um dos pioneiros abridores de picada entre Alagoa da Aiuruoca e as costas do mar de Angra dos Reis, proibida já nos anos 1720 durante o processo de centralização administrativa que se seguiu à guerra dos emboabas. Segundo Ascendino Dantas (1936), ele, o padre Felipe Teixeira Pinto – que veio a ser o primeiro pároco do Campo Alegre – e outros mais foram os abridores desse caminho até São João Marcos, episódio sintomático e crucial para a história de Resende.

Em *Dissertação* sobre os caminhos e descaminhos do ouro, Scarato (2009) transcreve o teor de uma carta de 1757, escrita pelo militar designado para patrulhar a região, descortinando parte do enredo da fundação do primitivo arraial do Campo Alegre da Paraíba Nova, futura Resende.

> Os primeiros registros encontrados sobre essa picada começam em julho de 1757, ano em que o então governador, José Antônio Freire de Andrade, recebeu uma carta em resposta a uma ordem que enviara no dia seis, do mesmo mês e ano, a um militar da Capitania. Pelo teor do documento, depreende-se que Andrade mandara oficiais da patrulha do mato para examinar um caminho que ia da Lagoa da Jeruoca até o rio Paraíba e, de lá, para o Rio de Janeiro. Segundo o militar autor da carta, chamado Antônio Tomás da Costa, ele encontrara a picada seguindo o rio, longa e limpa há pouco dias antes da vistoria, o que teria sido feito a mando do padre Antônio Gonçalves de Carvalho. O tal caminho tinha pontes e vales abertos no alto da Serra da Mantiqueira, em um despenhadeiro. Antônio Tomás notificou os moradores do rio Paraíba para não darem a ninguém passagem em suas canoas e estabeleceu uma guarda de seis soldados e um cabo dos Dragões para impedir o dito caminho a qualquer pessoa de qualquer estado.
>
> Segundo o militar, havia uma freguesia no rio Paraíba, criada por um padre chamado *Felipe*, que desobrigara da Quaresma cerca de trezentas pessoas, o qual teria sido responsável pela abertura da picada. Contudo, de acordo com Antônio Tomás da Costa, – o certo é [sic] quem o abriu foi o capitão-mor An-

5 MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL REI. *Livro de testamentos número 2*. Transcrito por: Moacyr Villela. Disponível em http://www.projetocompartilhar.org/DocsMgGL/luisgoncalvesdecarvalho1777.htm

> tônio Gonçalves de Carvalho, e outros que lhe deram adjutório. Capitão-mor, Carvalho teria confessado ao militar que havia se ordenado padre aos setenta anos de idade, com medo de ser preso por ter construído o tal caminho. Tomás da Costa foi categórico em relação à sua opinião sobre Carvalho: – o certo é, senhor, que este reverendo padre não me parece conveniente que more neste continente, que para ele todo mato é caminho, pois toda a sua vida tem andado pelos matos. Informava o militar que no dia seguinte à escrita da carta, seguiria sua marcha em direção ao registro de Capivari, no caminho de São Paulo, a fazer diligência no morro de Santo Antônio, onde o capitão-mor tinha lavras, próximo ao arraial da Lagoa da Jeruoca, onde – só vive quem o dito padre quer e justiça não entra nele sem ordem...[6]

Assim se devem entender as muitas "epiqueias" do padre Henrique e as "saídas" jurídicas (e geográficas) do grupo que ele representa. São estratégias de ocupação, às vezes literal, dos espaços deixados vazios pelo poder central, fosse ele civil, fosse eclesiástico. Como deixa ver a mesma Scarato (*op. cit.*):

> [...] o processo *de genere et moribus*[7] para a ordenação de Antônio Gonçalves de Carvalho, aberto em 1756. De fato, ele se declarava morador das Minas Gerais há cerca de trinta e oito anos, dos quais vinte e dois eram no arraial da Alagoa. Natural de São Martinho, bispado do Porto, Carvalho afirmava ter cinqüenta e oito anos – e não setenta – de idade e viver de suas lavras e roças no sítio chamado de Santo Antônio, na Alagoa, freguesia da Juruoca. Suas testemunhas, entre as quais havia um minerador, um homem que vivia de seu negócio e um comerciante de fazenda seca, declararam que ele era senhor de uma grande escravatura composta por, aproximadamente, vinte e quatro escravos. Portanto, ele lá chegou, com a parentalha por volta de 1718, na Alagoa em 1740!!

As peripécias de inserção de sua parentela e grupo maior na economia colonial nos dão uma ideia da índole "autonomista" das levas que entraram pela Paraíba Nova nos anos 1720 ainda, com as quais se identifica o padre Henrique. Reis (1988, p. 51-53) nos fornece vários testemunhos da "dureza" do caráter dos moradores de São Paulo: "homens facínoras, rebeldes ao soberano e insubordinados às leis". A década de 1720 viu a criação da Capitania de Minas Gerais, cujo limite ia até a margem direita do rio Sapucaí, deixando a região que estudamos, cortada pelo Caminho Velho, dentro da Capitania de São Paulo, mas sempre reivindicada pela Câmara de São João Del Rei. O processo de centralização administrativa, provocado pela descoberta das "terras minerais" se consolidava. Entretanto, até 1748, quando Bobadela (1733-63) conseguiu a supressão da Capitania paulista, os sertanistas já haviam varejado a Paraíba Nova em todos

6 ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Carta de Antônio Tomás da Costa ao governador José Antônio Freire de Andrade (30/07/1757)*. APM, SC 115, fls. 32-32v. Ênfases minhas.

7 ARQUIVO ECLESIÁSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA (AEAM), nº. 165, armário 01 (1756). *Apud* Scarato, *op. cit*.

os quadrantes.

Desde a década de 1730, os sertões de São João Marcos haviam sido devassados, também por iniciativa do governador do Rio de Janeiro, Luiz Vahia Monteiro, O *Onça*, (1725-1732), no ímpeto de ligar por terra o território das Minas à capital fluminense, e evitar assim a pirataria no golfo angrense, o que implicava ocupação do território por particulares. Em 1765, a Capitania paulista foi restaurada após 17 anos sem autonomia, e o governo do Morgado de Mateus (1765-1775) reativou a abertura do Caminho Novo da Piedade, dando vazão a movimentos de ocupação oficial da Paraíba Nova. Outro tio do padre Henrique, Francisco Gonçalves de Carvalho, foi o primeiro proprietário no território da atual Barra Mansa, onde recebeu sesmaria do Conde da Cunha em 1764 (ABREU, 2008, p.65). Data de 1765 o requerimento de Antônio [Gonçalves] Carvalho, solicitando confirmação de sua sesmaria, "nas cercanias do caminho novo que abriu o padre Felipe Teixeira Pinto, na Serra da Boa Vista, na freguesia de São João Marcos" (Dantas 1936***)***. O padre Manuel Antunes Proença, vigário na Ilha Grande – que viria a ser o primeiro visitador canônico da Matriz da Conceição no Campo Alegre em 1766 –, estabeleceu-se em Santo Antônio do Capivari, hoje Lídice[8] (PIZARRO 1946, 2: p. 224, nota 55).

O padre Felipe era português, minerador, e pároco de Nossa Senhora de Montesserrat de Baependy, em 1729. O primeiro vigário da Freguesia da Conceição do Campo Alegre era, senão o próprio abridor da picada da Aiuruoca à Ilha Grande, integrante do grupo do mencionado tio de Henrique, Antônio Gonçalves de Carvalho, e ligado a membros das famílias Lustosa, Cunha Gago e Louzada, formadoras da parentela pioneira no desbravamento daqueles sertões (BOPP, 1987, p. 211; 207-208). Após o falecimento do padre Felipe em 1765, seu sucessor foi o padre Henrique (1767-1794).

Já na vigência do consulado pombalino, portanto, se descobriram as rotas do descaminho... E se redescobriram! Quando governava a capitania de Minas Gerais dom Rodrigo de Meneses (1780-1783), as diligências para achar novas terras minerais evidenciaram "outras estradas naquela serra da Mantiqueira, e nove mais pelo caminho que se endireita à picada da lagoa da Aiuruoca, por cujos interiores se comunicavam os sertanejos com os habitantes da Paraíba Nova, ou de Campo Alegre, onde se criou a vila de Rezende" (PIZARRO 1946, 8/II, p. 37). Tal como a carta de 1757, o episódio pode também revelar o confronto de mentalidades que marcou a trajetória do padre Henrique: de um lado a centralização do comando e controle; de outro, o universo simbólico de uma sociedade tradicional, posta à "margem da lei" pela primeira.

Da fundação do primitivo arraial até então, a mentalidade civilizadora do

8 Não confundir com a situação do padre Antônio Gonçalves, na Lagoa da Aiuruoca, acima mencionada.

grupo tradicional parece ter sobrevivido às "razões de Estado", açodadas pelas descobertas das minas e reforçadas pelas guerras no sul da Colônia. Nas vésperas da criação da Vila de Rezende (1801), já se havendo implantado as lavouras de anil e café, ainda se perseguia a miragem das "terras minerais", tendo-se descoberto os vestígios da primitiva mineração setecentista nas cabeceiras dos rios Alambari e Pirapetinga.[9]

O conjunto de evidências acima exposto deve mudar bastante a narrativa, até hoje aceita, que tende a "oficializar" a fundação do arraial do Campo Alegre em 1744, e atribui o feito ao Ten. Cel. das Ordenanças de Jacareí, Simão da Cunha Gago. É preciso fazê-la recuar, em torno de 15 anos, para 1729, no mínimo. De fato, o *Relatório* Pizarro de 1794 dá a primitiva capela como curada por ato de Dom Guadalupe (1725-1740) nesta data. Coincidentemente, o padre Henrique e dom Guadalupe nasceram em Amarante, bispado do Porto.

As relações entre sagrado e profano, público e privado devem ser adequadas nesta quadra de vigência do Padroado, imposto sobre uma "sociedade de sociedades", hierarquizada segundo a ordem da gratuidade. Tal visão hierárquica de mundo e de sociedade se fez representar pelas mercês e liberalidades, caridades e misericórdias, encontradiças na praxe dos "grupos intermediários", orgânicos: corporações, clãs, irmandades, religiões, e toda uma coleção de formas estamentais de sociabilidade do Antigo Regime português. Seria um erro entender os atores dessa história como individualidades perante o Estado.[10] Sem entendermos que então o ócio é mais valorizado do que o trabalho produtivo, não conseguimos chegar ao sentido das representações da ordem nessas sociedades tradicionais, nem o valor simbólico do ouro no contexto de uma economia de abastecimento (CALDEIRA 2017). De fato, as liberdades civis e os espaços de "criação" espiritual podem ser encontrados nos interstícios da legislação e da organização produtiva, deixados sob frouxa vigilância do poder central. Entre a letra das *Ordenações* e as praxes tradicionais, abria-se uma área de manobra significativa, onde de fato imperava a autoridade costumeira que condicionava a interpretação, a recepção e a aplicação da lei segundo uma jurisprudência de extração histórica, muito pouco formal: cheia de "epiqueias" em seus códigos de honra e altivez, segundo os quais o estatuto mesmo da liberdade encontra-se além das definições de "escravidão" produzidas no âmbito da razão capitalista (FRANCO, 1997). É uma constante nas representações da autoridade acharem-se fórmulas segundo as quais mercês e títulos são distribuídos "porque isso é bom", porque possuem em si mesmos sua finalidade, e não por força de lei positiva. Os *homens bons* não se definem tanto pelas

9 Cf. *Relatório do Marquês de Lavradio ao Conde da Cunha* [1789]. R.IHGB, n.16, Jan.1843.

10 Para os conceitos de natureza jurídica, econômica, política e social do pensamento ibérico a respeito das chamadas sociedades tradicionais Cf. SOUSA, José Pedro Galvão de, *et alii*. *Dicionário de Política*, São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1998.

posses, quanto pela finalidade moral de tais posses: segundo o "bem honesto" e liberal, isto é, o que possui valor intrínseco, como honras, glórias e privilégios (HESPANHA 2001). Segundo Caldeira (2017, p.179 ss) e Franco (1997, p. 116-166), a resiliência que atesta a longa duração dessa economia plantada sobre a palavra empenhada – o "fiado" e as alianças simbólicas, matrimoniais e de compadrio – mantém intacto seu vigor, começando a fenecer apenas após a Lei de Terras (1850).

Quando, em 1829, o vigário da Vara de Resende – padre José Marques da Motta – lança a ideia de criar-se uma nova província, englobando terras que se estendiam de Baependi à Ilha Grande, e de Guaratinguetá a Valença, com capital em Resende, delineia-se aproximadamente o território disputado por São Paulo ao governo central do Rio de Janeiro e à Câmara de São João Del Rei há aproximadamente cem anos. Maia (1891, p. 130) enumera dez municípios que comporiam a nova província, que desejamos ver identificados por uma espécie de "destino geopolítico" que poderia remeter à sobrevivência de traços feudais setecentistas, numa mentalidade caracteristicamente epigonal que passou a se confundir com o liberalismo oitocentista, sempre sob a égide da "descentralização" como postula o mesmo Maia em sua dissertação sobre o municipalismo (1883).

Como recorda Whately (1987), referindo-se a dados da cafeicultura em 1850 – ano em que a Lei nº 601 aboliu o regime agrário feudal das sesmarias –, a pulverização da propriedade e a distribuição das liberdades públicas em Resende é significativa.

> Segundo o *Almanaque Laemmert*, de 1850, o café de Resende era então produzido por 413 fazendas. Na mesma época, segundo a mesma fonte, Valença possuía 54 cafeicultores, Piraí 88, Barra Mansa [separou-se de Resende em 1836] 65. Stanley Stein dá para Vassouras o número de 82 [...]
>
> A estrutura da propriedade em Resende era, portanto, bem menos concentrada que em outros municípios. Daí a observação feita por Zaluar quando de sua passagem por Resende em 1860: "... O Município de Resende é aquele em que as riquezas estão mais bem repartidas. Aqui não há milionários nem indigentes; há remediados."
>
> Poucos anos mais tarde, o jornal *O Astro Resendense* [1866] fez referência semelhante: "Aqui não há Cresos, mas também os proletários são relativamente poucos; no geral, o povo é remediado; daí uma maior soma de liberdades civil e política, precioso corolário da divisão de fortunas" (WHATELY, 1987: p. 9).

Se consultarmos os *Livros Paroquiais de Registro de Terras* produzidos sob o influxo da Lei de Terras (Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854), veremos

uma fragmentação da propriedade ainda maior: 898 registros contabilizados nas quatro freguesias, sendo a maioria esmagadora de pequenos e médios proprietários![11]

Do pouco que se sabe do padre Henrique e seu grupo, ressaltamos a visão tradicional de mundo. Mas sublinhe-se o gênio político do vigário, que – após todas as peripécias em torno do Caminho da Piedade – em 1791 escrevia ao vice-rei dando conta da grande probabilidade de achar-se ouro nas vertentes meridionais da Mantiqueira[12]. O conflito com os índios Puris, durante o qual ele cedeu seus poderes civis ao sargento-mor Joaquim Xavier Curado, deu-se na década de 1780, tendo sido ele nomeado o primeiro cura do Aldeamento de São Luis Beltrão, fundado em 1788. Em seu *Relatório* (1789), Vasconcellos o elogia: "[...] presentemente se tem conservado debaixo da direcção e ensino do Vigario d'aquella freguezia o padre Henrique Jozé de Carvalho, que com o seu louvavel zelo se tem empregado n'esta obra tão bem principiada e tão própria do seu ministério"[13]. Em 1798, o capelão da Aldeia dos Puris já é o padre Francisco Xavier de Toledo[14].

Sobre a data e local da morte do padre Henrique, sua demissão por Pizarro nos impõe jogá-la para depois de 1794. Não assina nenhum dos documentos de criação da Vila em 1801. Bopp (1987, p. 221) escreve que fez a transcrição de venda de "um sítio com Engenho coberto de telhas, com poucos arvoredos, cito [sic] na parte além do Paraíba [...]" vendido pelo padre Henrique por 300$000 em 14 de julho de 1802. Mais uma vez, é Freire Alemão quem nos dá a data provável de seu falecimento: 1808.

Referências bibliográficas

ABREU, Vilma V. (Coord). "Fazenda da Posse". *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense.* Rio de Janeiro:INEPAC, 2008.

BOPP, Itamar. *Notas Genealógicas e Históricas.* São Paulo: Ed. do autor, 1987.

---

11 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Livro 67*: Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre; *Livro 68*: Freguesia de São José do Campo Bello; *Livro 69*: Freguesia de São Vicente Ferrer; *Livro 70*: Freguesia de Senhor Bom Jesus do Ribeirão de Sant'Anna. Série Livros de Registros Paroquiais de Terras (1854 a 1861). Fundo Presidência da Província (1786 a 1889).

12 ARQUIVO NACIONAL. *Relatório do Capitão* [sic] *Henrique José de Carvalho Queiros ao vice-rei*, Coleção Memória - Vice Reinado – Cópia e mais papéis de Campo Alegre, sobre terras Minerais. Rio de Janeiro, 8 de Fevereiro de 1791. Fundo: Diversos Códices – SDH. Conjunto Documental: Coleção de memórias e outros documentos sobre vários objetos. Códice 807, vol. 5 – p. 106.

13 Cf. VASCONCELOS, Luis de. *Memórias Públicas e Econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, para o uso do vice-rei Luis de Vasconcellos*. Por observação curiosa dos annos de 1779 até o de 1789. RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 47, 1884.

14 BIBLIOTECA NACIONAL. *Manuscrito* da Carta do Padre Francisco Xavier de Toledo, Capelão da Aldeia de São Luis Beltrão, dirigida ao Capitão Comandante Henrique Vicente Lousada Magalhães. 3/1/ 1798 - Códice 7,4,45h. p.4-5.

CALDEIRA, Jorge. *História da Riqueza no Brasil* – Cinco Séculos de Pessoas, Costumes e Governos. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

DANTAS, Luis Ascendino. *São João Marcos e Rio Claro*. Suas Origens. Primeiros Povoadores. Limites com São Paulo. O Café. Genealogia da Família Portugal – Subsídio Histórico. Estado do Rio de Janeiro, 1936.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: FEdUnesp, 1997.

GALDAMES, Francisco Javier M. *Entre a cruz e a coroa*: a trajetória de Mons. Pizarro (1753-1830). Universidade Federal Fluminense, 2007. Dissertação de Mestrado.

HEERS, Jacques. *A Idade Média, uma impostura*. Lisboa: Edições Asa, 1994.

HESPANHA, António Manoel. *As vésperas do Leviatã*. Instituições poder político. Portugal – séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

____. "Os juristas como couteiros". In: *Análise Social*, XXXVI (161), 2001, pp 1183-1208. Disponível em http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218730673W4tYC7xw4Vr 07TF8.pdf, acesso em 16/09/09.

MAIA, João de Azevedo Carneiro. *Notícias Históricas e Estatísticas do Município de Rezende desde sua Fundação*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1891.

____. *Municipio*: estudos sobre administração local. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1883.

PALMIER, Luiz. *São Gonçalo sesquicentenário*: história, geografia, estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

PIZARRO e ARAÚJO, José S.A. *Livro de Visitas Pastorais* [1794], Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, transcrito e publicado: "As visitas pastorais de monsenhor Pizarro: inventário da arte sacra fluminense." Rio de Janeiro: INEPAC, 2008. 2 vol.

____. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* [1820]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. 9 vol.

SCARATO, Luciana Cristina. *Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais*: administração, territorialidade e cotidiano (1733-1783). Dissertação, UNICAMP, 2009.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, jun. 2011.

STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café* [1957] São Paulo: Brasiliense, 1961.

TAUNAY, A. de E. *História do café no Brasil*: no Brasil Imperial 1822-1872. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939. v.3.

VIANNA, Karoline. *A seiva e o traço*: configurações da memória na escrita do diário de viagem do botânico Francisco Freire Alemão (1859-1861). Universidade Federal o Ceará, 2017. Tese de doutoramento.

WECKMANN, Luis. *La herencia medieval del Brasil*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1993.

WHATELY, Maria Celina, *O Café em Resende no Século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1987.

PETRÓPOLIS NAS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE D. PEDRO II (1825-1925)

Maria de Fátima Moraes Argon[1]

Resumo:

O artigo analisa as festas do centenário de nascimento de D. Pedro II em Petrópolis, buscando entender como a cidade serviu aos propósitos dos movimentos de reabilitação da figura do imperador D. Pedro II e como ela se serviu deles para manter o seu status, garantir o seu espaço privilegiado e, principalmente, se beneficiar política e economicamente.

Palavras-chave: Pedro II, imperador do Brasil; História; Memória; Centenário de nascimento de D. Pedro II (1925); Petrópolis.

Resumé:

L'article analyse les fêtes du centenaire de la naissance de D. Pedro II à Petrópolis à partir de la compréhension de comment la ville a servi les objectifs des mouvements de réhabilitation de la figure de l'empereur D. Pedro II et comment elle les a utilisés pour maintenir son statut, pour assurer son espace privilégié et, surtout, en profiter politiquement et économiquement.

Mots cles: Pedro II, empereur du Brésil; Histoire; Mémoire; Centenaire de la naissance de D. Pedro II (1925); Petrópolis.

A construção da memória mítica de D. Pedro II (1825-1891) na República passou por quatro momentos decisivos: a inauguração da estátua em Petrópolis no ano de 1911[2]; a chegada dos seus restos mortais ao Rio de Janeiro em 1921; o centenário de seu nascimento em 1925 e, por último, em 1939, quando foi sepultado na capela mortuária na Matriz de São Pedro de Alcântara, [3] em Petrópolis, como um herói nacional, pelo presidente Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), sob a égide do Estado Novo.

A ideia é analisar as festas do centenário de nascimento de D. Pedro II, buscando entender como Petrópolis serviu aos propósitos desses movimentos de reabilitação da figura do imperador D. Pedro II e como ela se serviu deles para manter o seu status, garantir o seu espaço privilegiado e, principalmente, se

1 Arquivista e Historiadora. Presidente do Instituto Histórico de Petrópolis. Sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

2 A este respeito consultar: ARGON, Maria de Fátima Moraes. A estátua de d. Pedro II: arte, memória e política. O centenário da primeira estátua de d. Pedro II, inaugurada em Petrópolis, em 5 de fevereiro de 1911. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 173, n. 455, pp. 11-300, abr./jun. 2012; AFFONSO CELSO, Conde de. A estátua do Sr. D. Pedro II em Petrópolis. In: AFFONSO CELSO, Conde de. *O Imperador no exílio*. 2. ed. São Paulo: Linotipo Digital e Instituto Cultural D. Isabel I, 2018, pp.135-202.

3 A Matriz passou à condição de Catedral somente, em 1946, com a criação da Diocese de Petrópolis.

beneficiar do ponto de vista tanto político quanto econômico. Muitos foram os atores sociais de todo esse processo de reabilitação, especialmente os associados do IHGB, com destaque para Affonso Celso de Assis Figueiredo Junior (1860-1939), o Conde de Affonso Celso.

Em Petrópolis, no período de 1904 a 1911, foram adotadas várias estratégias para a reabilitação da imagem da família imperial, sobretudo a de D. Pedro II. A principal delas foi envolver direta e indiretamente a sociedade petropolitana, não só participando dos festejos, mas, sobretudo, buscando inserir o povo nas decisões e escolhas tomadas pela "Comissão Executiva do Monumento à Memória de D. Pedro II"[4]. Foram inaugurados no salão de honra do Paço Municipal[5], em 1906, os retratos a óleo dos dois fundadores de Petrópolis, D. Pedro II e Julio Frederico Koeler, de autoria do pintor petropolitano Joaquim da Rocha Fragoso (?-1893). É interessante lembrar que o quadro de D. Pedro II foi pintado em 1859 e inaugurado no mesmo salão em 17 de junho daquele ano, mas foi retirado logo após a Proclamação da República. Ainda em 1906, foi realizado um concurso popular para que fosse escolhido o nome do teatro que se pretendia fundar na cidade, sendo o vencedor D. Pedro II com 4.362 votos e em segundo lugar o padroeiro da cidade, São Pedro de Alcântara, com 920 votos[6]. Em 1909, durante os festivais promovidos pela Comissão foram distribuídos retratos autografados de D. Pedro II e de D. Thereza Christina.

A partir da inauguração da estátua, a República passou a conviver com a memória do estado imperial que havia sido por ela deliberadamente "apagada". As imagens e os objetos foram largamente utilizados na perpetuação dessa memória. Foram entregues a cada uma das sociedades locais um par de retratos de D. Pedro II e D. Thereza Christina, para serem colocados nas respectivas sedes sociais.

Nos anos seguintes à inauguração, conforme se pretendia, o monumento foi um recurso amplamente utilizado pelos políticos para defender na Câmara dos Deputados os projetos de lei para revogação do banimento da "ex-Família Imperial" e repatriação dos restos mortais de D. Pedro II e D. Thereza Christina. O Conde de Affonso Celso, presidente da comissão encarregada da construção da Matriz de Petrópolis, quase dois meses antes da assinatura do Decreto nº. 4.120, de 3 de setembro de 1920, que anulava o Decreto do Governo Provisório nº. 78-A, de 21 de dezembro de 1889, pondo fim ao banimento, havia comuni-

4 A primeira Comissão foi constituída em 19 de outubro de 1905.

5 O prédio da Câmara Municipal, popularmente conhecido como Palácio Amarelo, pertenceu ao veranista e servidor da Casa Imperial, José Carlos Mayrink da Silva Ferrão. Em 14 de fevereiro de 1891, a viúva Maria Emília Bernardes Mayrink da Silva Ferrão vendeu ao Barão de Guaraciaba que, por sua vez, transferiu à Câmara Municipal em 1894.

6 O teatro foi inaugurado em 2 de janeiro de 1933.

cado à Princesa D. Isabel que a Câmara Municipal de Petrópolis desejava que os restos mortais dos antigos soberanos repousassem na Matriz da cidade. A ideia de depositar em Petrópolis os restos mortais não foi unânime nem mesmo entre os monarquistas como foi o caso de Carlos Maximiliano Pimenta de Laet, Conde de Laet (1847-1927)[7].

Como era esperado, coube ao IHGB sob a presidência do Conde de Affonso Celso organizar as exéquias convidando as instituições científicas e culturais para preparar o cerimonial no Rio e em Lisboa, em homenagem à memória "inesquecível do grande servidor da Pátria"[8]. Na imprensa, eram muitos os discursos de cunho laudatório – a exemplo de "D. Pedro II se integrou na alma brasileira, não já como recordação do passado, mas como elemento vitalizador do futuro"[9], mas havia vozes discordantes sobre vários pontos. Por exemplo, o jornalista e político Mauricio Campos de Medeiros (1885-1966), declarou que não se deixava ainda contaminar de tão trepidante entusiasmo pela revogação do decreto de banimento: "não encontro nenhum motivo claro e preciso para reprovar o ato, mas também não me atrai o delírio festivo dos que o aplaudem." Por outro lado, posicionou-se firmemente contrário à resolução de conduzir oficialmente em navio de guerra os ex-banidos que queriam voltar ao Brasil, alegando que não se devia transformar a revogação em glorificação – "É um excesso que não se justifica". Segundo ele a revogação se deu por reconhecer os serviços do imperador à Nação, o que justificava essa reparação, portanto, havia nisso um movimento nacional. Salientava que os despojos não voltavam como relíquia de uma família e sim como um bem da pátria, portanto, a presença de membros da família Orleans e Bragança acompanhando os despojos só se justificava se viesse em navio comum[10]. A opinião de Maurício Medeiros prevaleceu, o governo decidiu que os restos mortais viriam no couraçado *São Paulo*, que estava regressando de sua viagem para levar os reis da Bélgica àquele país.

Em carta dirigida ao almirante José Carlos de Carvalho, encarregado de preparar o cerimonial, datada de 28 de outubro de 1920, o Conde de Affonso Celso (que presidiu o IHGB de 1912 a 1938), agradece a informação de que os oficiais veteranos queriam receber com especial carinho o bravo companheiro de armas, o Conde d'Eu (1842-1922). Era evidente a preocupação de como o antigo príncipe imperial consorte seria recebido naquela ocasião, por isso nos jornais buscavam elevar a sua energia e bravura na campanha do Paraguai e publicavam traços biográficos "para que a geração que não o conhecia ou o

7 Sobre o assunto, ver: FAGUNDES, Luciana Pessanha. Entre comemorações, rituais e passados construídos: a Monarquia sob o olhar da Primeira República. *Seminário Cultura e Política na Primeira República*. UESC, 9 a 11 de junho de 2010.

8 *Jornal do Brazil*, 13 de agosto de 1920.

9 *Jornal do Commercio*, 13 de setembro de 1920.

10 Artigo publicado no jornal O Imparcial, de 24 de outubro de 1920.

conhecia através de falsas informações" pudesse conhecê-lo verdadeiramente.[11] O Conde d'Eu chegou ao Brasil em companhia do filho D. Pedro de Alcantara (1875-1940) e do 2º Barão de Muritiba, Manoel Vieira Tosta Filho (1839-1922). A Princesa D. Isabel por motivo de saúde não pôde realizar a viagem. Em 12 de fevereiro de 1921, o IHGB realizou uma sessão especial em homenagem ao Conde d'Eu, sócio honorário desde 1864.

Os restos mortais haviam chegado ao Rio de Janeiro em 8 de janeiro de 1921, a tempo das comemorações do Centenário da Independência e, mais uma vez, os republicanos e os monarquistas se reuniram em reconhecimento das qualidades do monarca que prestara notáveis serviços à Nação. Mas claramente se percebia os conflitos entre esses dois grupos, cada um disputando e medindo forças no jogo político, como tão bem observou Lucia Guimarães:

> O certo é que não se mediram esforços para dar aos funerais de d. Pedro II um caráter simbólico capaz de transformar o último rito de passagem numa festa política, apesar dos cuidados para não melindrar as alas republicanas mais radicais[12].

Dois dias depois, em 10 de janeiro de 1921, o Conde d'Eu, seu filho D. Pedro e o Barão de Muritiba partiram para Petrópolis, hospedando-se no *Hotel Moderno*. Acompanhados pelo conselheiro José da Silva Costa (1846-1923)[13] e pelo prefeito Oscar Weinschenck (1880-1949) foram recebidos pelo presidente Epitacio Pessôa (1865-1942) no Palácio Rio Negro, situado na Avenida Koeler[14]. A Família Imperial tinha por costume visitar os ateliês fotográficos das cidades por onde passava, assim mantendo a tradição o Conde d'Eu foi ao ateliê de Frank Nietzsch, sucessor de Hees Irmãos, e adquiriu 40 retratos que marcavam a sua a volta à cidade depois de longo exílio[15].

Com a crise dos anos 20 e as comemorações do centenário de 1925, abri-

---

11 A respeito desse assunto, consultar: FAGUNDES, Luciana Pessanha. Do estrangeiro antipático e avarento, ao velhinho simpático e veterano de guerra: representações e construções memoriais sobre o Conde d'Eu. *Revista Mosaico*, n.3, ano II, 2010.

12 Ver: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Os funerais de d. Pedro II e o imaginário republicano, p.69-92. In: SOIHET, Rachel et al. (Org.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

13 Advogado carioca. Foi juiz municipal na Corte e presidente do Conselho da Ordem dos Advogados. Após o banimento, foi o principal procurador da Família Imperial. De seu casamento com Elisa Guimarães da Silva Costa gerou cinco filhos: Hermínio Arrojado Lisboa; Otávio da Silva Costa, advogado e superintendente da Fazenda Imperial de Petrópolis; Heitor da Silva Costa, engenheiro; Elisa da Silva Costa e Mario da Silva Costa, comerciante.

14 Inicialmente foi residência do Barão do Rio Negro, depois sede do governo do Estado do Rio de Janeiro, quando Petrópolis era a sua capital (1894-1903) e, mais tarde, residência oficial de verão dos presidentes da República. Atualmente é administrado pelo Museu da República, unidade museológica do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

15 ARGON, Maria de Fátima Moraes. *A fotografia em Petrópolis*: 1851-1960. Bolsa Vitae de Artes 2001/2002. Mimeo.

ram-se novamente os debates em torno da figura de D. Pedro II, cuja imagem ganha força e alcança novas dimensões simbólicas, acentuados pela pouca credibilidade da República. Eduardo Silva, em artigo sobre o tema, trata desse quadro mental que, para ele, desaguaria pouco mais tarde na Revolução de 1930[16].

Petrópolis começa a movimentar-se para a manifestação comemorativa do centenário de D. Pedro II – "daquele que tudo fez a esta cidade e tudo fez por ela, que guarda as mais significativas tradições do segundo império"–, cobrando do governo federal o cumprimento do Decreto nº 4120, de 3 de setembro de 1920, lembrando que os créditos orçamentários haviam sido votados e passados cinco anos das exéquias presididas por cerimônias pomposas e honrarias enormes, nada se fez para atender a condição imposta por D. Isabel, de que os restos mortais deveriam ser depositados na Matriz de Petrópolis. No *Jornal de Petrópolis*, de 29 de julho de 1925, é contundente o chamado:

> A cidade, por todas as suas associações, deve secundar a ação do governo municipal, provocando um movimento coletivo dos petropolitanos, para que parta da voz do povo, por intermédio do governo, o brado de reivindicações dos direitos da cidade, porque só Petrópolis, e em Petrópolis a matriz de Petrópolis será o mausoléu condigno de que fala o decreto 4120. É preciso um movimento da cidade. Não é um favor que ela pedirá; é um direito, é um dever do governo atendê-la [...] O Petropolitano que se levante pelo menos para isso[17].

O Conde de Affonso Celso, no mesmo jornal, reforça que se tratava de uma dívida de honra e alegava que o gasto com o mausoléu ficaria aquém do que o Tesouro teria desembolsado se tivesse pagado a dotação de cinco mil contos e a pensão, formal e solenemente assegurada pela República ao imperador.

Quando passou em primeira votação na Câmara Federal com emenda e parecer da Comissão de Finanças, o projeto que autorizava o Presidente da República a despender mil contos de réis em memória de D. Pedro II, por ocasião de seu centenário, imediatamente surgiram defensores de que a cidade de Petrópolis deveria receber a maior parte desse valor a fim de serem os recursos nela empregados, inclusive nas obras da Matriz para terminar a fachada e a torre. Afirmam que essa era uma boa oportunidade para o senador republicano Joaquim Francisco Moreira (1853-?)[18] provar que tinha prestígio[19].

Por deliberação nº 64, de 8 de agosto de 1925, o prefeito em exercício Hen-

16 SILVA, Eduardo. A República comemora o Império. *Revista Rio de Janeiro*, 2: 59-70, abr. 1986.

17 Artigo assinado: Je'ca.

18 Joaquim Francisco Moreira, 1º prefeito eleito pelo voto popular e acumulou a função de senador, com licenciamentos periódicos, ensejando a assunção ao Executivo de alguns presidentes da Câmara Municipal. Períodos: 07 a 23/03/1923; 27/12/1924 a 08/04/1925; 28/01a 30/04/1926 e 10/01 a 25/04/1927.

19 *Jornal de Petrópolis*, 14 de novembro de 1925.

rique Jorge Teixeira (?-1944) cria uma comissão executiva para organizar uma exposição em homenagem ao centenário do nascimento de D. Pedro II, nomeando para constituí-la Ascânio da Mesquita Pimentel (1893-1978), Henrique Leão Teixeira Filho (1896-1964) e Carlos de Andrade Rizzini (1898-1972), respectivamente diretor-geral, diretor de Obras e procurador dos Feitos da Fazenda. A mesma foi dissolvida pelo Ato nº 67, de 24 de agosto do mesmo ano.

O prefeito Henrique Jorge Teixeira pelo Ato nº 68, de 24 de agosto de 1925 cria a Comissão do Centenário de D. Pedro II, nomeando para constituí-la, juntamente com os vereadores, o senador Joaquim Moreira, Luiz Novaes, Horácio Magalhães Gomes (1866-1944), Octavio da Rocha Miranda (1884-1954), Carlos Guinle (1883-1969), Joaquim de Gomensoro (?-1933), Aristides Werneck (1879-1951), Silvio Leitão da Cunha (1907-1995), Padre Conrado Jacarandá (1891-1943), Ernesto Tornaghi (1883-1953), Octavio da Silva Costa (1872-?), Aquila Torres da Rocha Miranda (1885-1939), Eugenio Gudin (1853-1935), Durval Egídio de Souza (?-1944), Joaquim Delamare (1844-1935), Walter João Bretz (1882-1944), Mario Correa[20] e Carlos de Rizzini[21].

Na primeira reunião realizada em 26 de agosto, no gabinete do prefeito, foram aclamados: presidente, senador Joaquim Moreira; secretário, Carlos Rizzini; tesoureiro, Joaquim de Gomensoro; presidente de honra, prefeito Henrique Jorge Rodrigues. Foram nomeados membros da Comissão: Arthur Alves Barbosa (1868-1947), da *Tribuna de Petrópolis*, Eugênio Azevedo Loureiro Libonatti (1896-1944), Oscar Monteiro Lázaro e Aristides Werneck. Por proposta de Walter João Bretz, D. Pedro de Alcantara de Orleans e Bragança, primogênito de D. Isabel, foi nomeado membro honorário.

D. Pedro de Alcantara chegou a Petrópolis no dia de seu 50º aniversário natalício, 15 de outubro de 1925, acompanhado de D. Elisabeth e dos cinco filhos (D. Isabel, D. Pedro Gastão, D. Maria Francisca, D. João e D. Thereza), sendo recebido na estação por um grande número de pessoas. Foi saudado por Salomão Pedro Jorge (1901-1991) e, logo de imediato, seguiu para o Hotel Europa, onde ficou hospedado até o fim da reforma do Palacete Rombauer, sito à Rua Benjamin Constant nº 240, que se deu no dia 22, onde residiria com a família por um ano.

Foram nomeadas quatro subcomissões. De Propaganda: Walter Bretz, deputado Sílvio Leitão da Cunha, Carlos Rizzini, Arthur Barbosa, Eugênio Libonatti, Aristides Werneck, Públio Rangel de Oliveira e Vicente Ferreira de Castro e Silva. De Representação: vigário Conrado Jacarandá, deputado Horácio Magalhães Gomes, médico Ernesto Tornaghi e Octavio Rocha Miranda. De Exposição: Luiz

20 Retirou-se da Comissão, por ocasião da primeira reunião.

21 A comissão foi dissolvida pelo Ato nº 9, de 30 de março de 1926, do prefeito Joaquim Moreira.

Novaes, Joaquim Delamare, Durval de Souza, Oscar Lazaro, Áquila Miranda, João Napoleão Olive (1873-1931) e Pedro Benjamin Cerqueira Lima. E, por último, de Festas: Eugênio Gudin, Carlos Guinle, Octavio da Silva Costa, Luiz Liberal (?-1952) e Arthur Sá Earp Filho (1884-1941). Este último declinou do convite.

Pelo Ato nº 71, de 22 de setembro de 1925, o prefeito autorizou a publicação, por conta da Prefeitura, da obra *D. Pedro II: seu carácter, seu governo, sua influência sobre a política e os costumes do seu tempo*, de autoria de Ascânio da Mesquita Pimentel, com prefácio de Tobias do Rego Monteiro (1866-1952), devido à sua importância e pelos serviços que poderia prestar para a educação do povo. Entretanto, os redatores do *Jornal Petrópolis*, na edição de 15 de outubro, combatem algumas ideias dizendo que o autor havia deixado de "acentuar e enaltecer a feição mais interessante e meritoria do saudoso monarcha para lhe attribuir gestos e iniciativas em que ele menos contribuiu", citando o caso da demarcação de fronteiras brasileiras que, segundo o jornal, era obra da República; em seguida, apresentam os argumentos para defender tal afirmativa.

Foi também editado, em 1925, pela Typographia Ypiranga, o livro comemorativo do centenário, de autoria de Paulo Monte intitulado "Chorographia do municipio de Petropolis: histórica, physica, politica, economica".

Por deliberação nº 144, de 2 de outubro de 1925, autoriza o Governo a organizar o programa das homenagens à memória de D. Pedro II, abrindo um crédito orçamentário de cem contos de réis e dando outras providências[22]. O programa do centenário de nascimento de D. Pedro II foi bastante extenso, constituído de melhoramentos públicos (obras no Palácio de Cristal[23], construção de pontes, iluminação pública, abertura de ruas etc.), festas cívicas, religiosas e literárias, atividades esportivas (provas desportivas de turismo e automobilismo, partidas de futebol etc.), sociais e culturais, festas populares (Noite veneziana, com fogos de artifício, na Av. Koeler; fogo japonês, na Praça D. Pedro etc.), e envolveu a sociedade organizada e toda a população. Contou o programa com o apoio de várias entidades como o Banco de Petrópolis, a Liga Petropolitana de Sports, a Liga do Comércio, Automóvel Club e muitas outras.

Todos queriam participar e entendiam que era um momento propício para o lançamento e a realização de seus projetos, como foi o caso de Cacilda Martins que, buscando apoio, propôs o lançamento da pedra fundamental [24] de

22 Projeto de autoria do vereador Antônio José Romão Junior (1895-1964).

23 Inaugurado o Palácio de Cristal, em 20 de abril 1884, no antigo Passeio Público, com a abertura da 4ª Exposição Hortícola e Agrícola de Petrópolis, ornamentada pelo botânico Auguste François Marie Glaziou. Foi construído nas oficinas da sociedade anônima de Saint Sauveur Arraz, na França, por encomenda do Conde d'Eu, presidente da Associação Hortícola de Petrópolis, e montado em Petrópolis pelo engenheiro Eduardo Bonjean. Foi inspirado no Palácio de Cristal projetado pelo arquiteto Joseph Paxton para a Exposição Industrial de Londres em 1851.

24 O lançamento foi marcado para o primeiro domingo da segunda quinzena de 1926. *O Commercio*, órgão local

um sanatório para crianças, em Nogueira, que pretendia empreender junto a outras mulheres[25]. Como também era momento para reivindicar mudanças há muito esperadas como, por exemplo, a questão da localização da Estação Leopoldina no centro da cidade, alegando que o espaço era pequeno para as manobras dos trens, além da interrupção de duas ruas e o acúmulo de veículos que prejudicavam a vida urbana naquele trecho. Afinal, com os festejos a D. Pedro II viriam muitas pessoas para Petrópolis. Cobravam fiscalização dos serviços a fim de evitar a cobrança de preços exorbitantes nos hotéis, pensões, carros de praça etc.

Todos os trabalhos da comissão eram publicados nos jornais da cidade e a imprensa servia como um canal importante para recolocar em pauta antigos temas com propósitos bastante definidos, sendo ora para reforçar e auxiliar os novos projetos ora para servir de impulso àqueles projetos não realizados. Alcindo de Azevedo Sodré (1895-1952) volta a defender a ideia da criação de um museu sobre D. Pedro na cidade de Petrópolis, mas diferentemente do Conde de Affonso Celso[26], ele sugere que o Palácio Imperial deveria ser patrimônio da nação e, portanto, adquirido pelo Governo da República para nele ser instalado o referido museu. O que irá ocorrer somente em 1938, quando o Estado do Rio de Janeiro compra o imóvel, sendo mais tarde transferido para a União[27].

Algumas propostas da comissão não tinham boa aceitação e provocavam calorosos debates como, por exemplo, na edição de 11 de setembro de 1925, do *Jornal de Petrópolis*, dirigido por Alcindo Sodré, no qual aparece uma opinião contrária a "infeliz lembrança", nas palavras do autor, que a comissão teve de projetar um monumento em homenagem a D. Pedro II, argumentando que era hora de se acabar com a "praxe de reproduzir no bronze silencioso e inexpressivo a efígie quase sempre adulterada dos homens, cujos serviços queremos perpetuar". Acrescenta que um monumento destinado a transmitir à posteridade a lembrança de homens notáveis ou de sucessos gloriosos deveria ser antes

do Partido Republicano Fluminense, Petrópolis, 20 de setembro de 1925.

25 *Jornal de Petrópolis*, 20 de setembro de 1925.

26 No dia 24 de fevereiro de 1911, dezenove dias depois da inauguração da estátua, o conde de Affonso Celso ofereceu um almoço, em sua residência chamada "Vila Petiote", aos membros da Comissão do Monumento à Memória de D. Pedro II, no qual foi aventada a ideia de criar-se em Petrópolis um "Museu D. Pedro II", onde seriam colecionados todos os objetos históricos pertencentes ao imperador e às pessoas da ex-casa imperial do Brasil. A Comissão decidiu que escreveria à princesa Isabel solicitando-lhe que cedesse uma ou mais dependências do antigo palácio imperial para que o museu fosse ali instalado. cf., *Tribuna de Petrópolis*. Petrópolis, 25 de fevereiro de 1911.

27 No ano da aquisição do imóvel, com a perspectiva de instalação de um museu histórico no antigo Palácio Imperial, foi inaugurado o Museu Histórico de Petrópolis em 13 de maio de 1938, nas instalações do Palácio de Cristal, sob a direção de Alcindo Sodré. O Museu Histórico de Petrópolis foi criado pelo Ato nº 384, de 31 de março de 1933, instalando provisoriamente em uma das salas da Biblioteca Municipal, no edifício da Prefeitura. Dois anos depois, no governo de Getúlio Vargas, ao ser fundado o Museu Imperial em 29 de março de 1940, o museu da cidade é extinto pelo Decreto-lei nº 22 de 30 de julho de 1940, sendo o seu acervo transferido para o novo museu e nomeado Alcindo Sodré como diretor da instituição, inaugurado em 16 de março de 1943.

de tudo uma obra de arte, e que as estátuas modernas atentam evidentemente contra a beleza e a verdade e criam para a estatuária, dificuldades insuperáveis. Ao defender essa ideia, cita o crítico de arte Robert de La Sizeranne (1866-1932) e D. Pedro II, que havia recusado a estátua que se pretendia levantar em sua homenagem, por ocasião da Guerra do Paraguai[28]. Na matéria, o autor por esquecimento ou por omissão, deixou de registrar que o imperador apoiou iniciativas de execução de diversos monumentos e estátuas, como a de seu pai D. Pedro I, por ele inaugurada em 30 de março de 1862, ou ainda destinando-lhes somas de dinheiro para as de José de Alencar, Alexandre Manzoni e de outros[29].

Fato é que o monumento empreendido pelo Sindicato de Iniciativa de Turismo[30], cuja proposta partiu de Pedro Benjamim Cerqueira Lima, foi executado e inaugurado em 2 de dezembro de 1925, no Bosque do Imperador, com grande repercussão junto à sociedade. O cobre usado para a fundição da efígie foi oriundo das moedas do tempo do Império doadas pela população que as depositavam em duas caixas de madeiras colocadas na Confeitaria Capitólio e Café Avenida, por ordem da Liga do Comércio, e na redação do Jornal de Petrópolis. O trabalho de modelar o medalhão com a efígie de D. Pedro II foi do escultor José Otávio Correia Lima (1878-1974). O obelisco foi oferecido pela firma André Justen & Cia e Nóvoa & Jerônimo. A placa foi feita pela Fundição Petrópolis, de propriedade de Paulo Stuckenbruck, e a fundição do medalhão pelo artista Ayres Antonio de Alcantara.

Foi também de Cerqueira Lima a ideia de criação da Pinacoteca Municipal de Petrópolis, que recebeu do pintor João Batista da Costa (1865-1926) a oferta de uma tela de D. Pedro II de sua autoria e encomendou ao mesmo artista uma paisagem de Petrópolis para que ele também pudesse contribuir pessoalmente com a pinacoteca. Outra doação foi a cabeça D. Pedro II, de Manuel Alves de San Payo (1890-1974). O Sindicato de Turismo mandou niquelar as moedas de cobre com a efígie de D. Pedro II e perfurá-las para que as pessoas as usassem pendente ao peito durante as festividades.

Antes da abertura oficial que se deu no dia 2 de dezembro de 1925 foram realizados vários eventos como a inauguração da Sala D. Pedro II na Biblioteca

28 KNAUSS, Paulo. O desafio de representar o futuro: a estátua equestre de d. Pedro II e os sentidos da escultura monumental no Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 37, p. 237-252, 2005.

29 MARTIM, Ricardo (pseudônimo de Guilherme Auler). Contribuições de D. Pedro II para estátuas. O doce mundo das artes. *Tribuna de Petrópolis*. Petrópolis, 25 de março de 1956.

30 "Em 27 de agosto de 1922, ocorreu a primeira Assembleia Geral Ordinária que aprovou os estatutos da nova associação "Syndicato de Iniciativa de Turismo do Município de Petrópolis". O Sindicato era composto principalmente por veranistas célebres que passavam os verões na cidade. Dentre eles destacam-se o presidente Alberto de Faria (advogado e escritor carioca), o vice-presidente Oscar Weinschenck (ex-prefeito de Petrópolis) e o secretário geral Cerqueira Lima (industrial), além de contar com membros de ilustres famílias cariocas como Guilherme Guinle e Octavio da Rocha Miranda". DAIBERT, André Barcelos Damasceno. Os Primórdios do Turismo Organizado em Petrópolis. *In*: *Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL*. 9 e 10 de julho de 2010.

Municipal, organizada por Ascânio da Mesquita Pimentel (1893-1978) e Gabriel Kopke Fróes (1897-1986), no dia 26 de novembro. Discursou a bibliotecária Margarida Trindade de Deus seguida do prefeito Henrique Jorge Rodrigues[31]. Durante a solenidade foram distribuídos cartões postais de D. Pedro II, especialmente confeccionados para aquele fim.

Nos mesmos moldes da Exposição de História e Arte Retrospectiva da época monárquica no Brasil[32], inaugurada em 15 de dezembro de 1920, nos salões do Club dos Diários[33], foi idealizada pelo Sindicato de Turismo a "Exposição de Arte Retrospectiva", com duração de 10 dias, sendo cedidas salas pelo Colégio São Vicente de Paulo, no antigo Palácio Imperial, para a exposição de moveis e objetos que pertenceram à Casa Imperial. O produto da entrada, deduzidas as despesas, seria destinado a um ou mais estabelecimento de caridade de Petrópolis. Entre os expositores, destaca-se a Coleção do Conde Modesto Leal[34], que ocupou a Sala do Trono, a Sala da Imperatriz e a Sala dos Embaixadores.

O programa do dia 2 de dezembro, feriado nacional decretado pelo presidente Arthur da Silva Bernardes[35], obedeceu a seguinte ordem: 9h, missa campal celebrada pelo vigário Conrado Jacarandá; 10h30min, inauguração da ponte de cimento armado construída pela municipalidade; 11 h, inauguração da ponte de cimento armado, oferecida pelo Banco de Petrópolis, na Avenida 15 de Novembro, em frente ao Asilo Santa Isabel e outra fronteira à Rua Marechal Deodoro. Na oportunidade, discursaram Ernesto Criciúma Filho, prefeito do município[36], Plácido de Melo, representando o Banco de Petrópolis, e o senador Joaquim Moreira, representando a comissão executiva. A fita verde inaugural foi cortada pela caricaturista Nair de Tefé (1886-1981), viúva do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1855-1923). As duas pontes foram construídas por Leão Teixeira e Henrique Hingel; 14h, sessão solene da Câmara Municipal de Petrópolis, discursando os vereadores Francisco Figueira de Melo, Alcindo Sodré e Eugênio de Andrade. Em seguida, homenagem cívica, com formatura dos alunos dos colégios, junto ao monumento de D. Pedro II, sendo entoado o

31 *Jornal de Petrópolis*. 27 de novembro de 1925.

32 A exposição do Club dos Diários contou com acervo do museu do IHGB e da coleção de Bernardino Bastos Dias.

33 Organizada pela comissão formada do Conde de Affonso Celso, Afonso Taunay, Castro Maya, Galeno Martins, Fernando Guerra Duval, Bastos Dias, Eugenio Gudin, Rodolpho Bernardelli, Laudelino Freire e outros. Durante a exposição foram realizadas três conferências, uma sobre o reinado de D. João VI, por Carlos Malheiros Dias, outra de D. Pedro I, por Afonso de Taunay, e a última de D. Pedro II, por Maria Eugênia Celso Carneiro de Mendonça, filha do conde de Affonso Celso. Os produtos das entradas durante a exposição foi revertida em benefício do Recolhimento de Desvalidos de Petrópolis, do qual eram fundadores os condes d'Eu.

34 João Leopoldo Modesto Leal (1860-1939), comerciante, banqueiro e grande proprietário. Suas filhas Áurea e Olga doaram ao Museu Imperial, nos anos 1940, 1942 e 1947, trinta e sete itens, alguns deles oriundos do Leilão do Paço, em 1890, devido ao advento da República.

35 Decreto nº. 17.125, de 1º de dezembro de 1925.

36 Prefeito no período de 17.11.1925 a 28.01.1926.

"Hino escolar a D. Pedro II", letra de autoria do Conde de Affonso Celso e música de Agnello França[37], ao som da Banda Euterpe, sob a regência do petropolitano André Tannein[38]. Discursaram Joaquim Gomensoro, orador oficial e Salomão Jorge, em nome da Academia Petropolitana de Letras; 19h às 22h banda de música Club Euterpe; 20h, fogos pirotécnicos.

No dia 4 de dezembro de 1925, a multidão aguardava na Estação a chegada dos restos mortais, que foram passados ao prefeito Ernesto Criciúma Filho pelo Conde de Affonso Celso. Este último fez uso da palavra, seguido do senador Joaquim Moreira. Acompanharam o cortejo, da estação à matriz, mais de 20 mil pessoas. Por decreto nº 78 foi determinado feriado municipal. Os estabelecimentos comerciais e industriais permaneceram fechados até às 13 horas. O ofício fúnebre foi feito pelo vigário Conrado Jacarandá e à porta da Igreja falaram Carlos Paixão e Salomão Jorge. No dia seguinte, data do 34º aniversário do falecimento de D. Pedro II, foram realizadas as exéquias na Matriz, sendo a missa de *Réquiem* e os demais ofícios celebrados por D. Agostinho Benassi, bispo de Niterói. Presentes às cerimônias religiosas estavam a Família Imperial, autoridades municipais, diplomatas, sociedades religiosas, corporações civis, vários colégios, jornalistas e outros. As solenidades foram gravadas por Mário Zeferino de Souza (1889-1965) e Theodoro Mussel, primeiro trabalho cinematográfico[39] produzido em Petrópolis e o primeiro da marca "Marimuss Film". O filme foi exibido no Teatro Capitólio[40], às segundas e terças-feiras[41].

Um dos pontos mais expressivos dos festejos foi a Exposição Industrial e Agrícola idealizada pelo prefeito em exercício Henrique Jorge Rodrigues em julho de 1925 e inaugurada em 6 de dezembro, às 14 horas. Nos dias uteis a Exposição ficou franqueada ao público às 16 horas e, nos domingos e feriados, das 14 às 24 horas. Foram muitas as instituições que aderiram ao projeto da exposição de produtos da indústria local que seria de grande utilidade para o renome de Petrópolis, lucrativa, proficiente e de propaganda para cidade, e coincidia com a chegada dos veranistas que poderiam constatar a sua prosperidade. Era preciso propagar que além de ser uma cidade do luxo e do bom clima, a urbe da elegância e da hortênsia, era uma cidade onde se trabalhava muito e onde a indústria era uma realidade. A imprensa dá notícias sobre diversos produtos, entre eles um trabalho da Fábrica de Ladrilhos e Azulejos da firma André Justen & Cia, representando em ladrilhos as Armas do Império, que hoje

37 Agnello Gonçalves Viana França (1875-1964), compositor, pianista regente e professor do Instituto Nacional de Música.

38 *O Commercio*, órgão local do Partido Republicano Fluminense, Petrópolis, 1º de novembro de 1925.

39 Sobre cinema em Petrópolis, ver: SANTOS, Joaquim Eloy Duarte dos. Cinema, Tradição e Pioneirismo. *In*: *Boletim comemorativo de 70 anos do Instituto Histórico de Petrópolis*, ano II, n. 3-5, set. 2008, p. 6.

40 Fundado em 1918.

41 *Tribuna de Petrópolis*, 20 de dezembro de 1925 e Jornal de Petrópolis, 20 de dezembro de 1925.

integra o acervo do Museu Imperial.

O Sindicato de Iniciativa de Turismo do Município de Petrópolis, grande parceiro da comissão executiva, foi responsável pela publicação do *Guia de Petrópolis*[42] com o Catálogo Geral da Exposição Industrial e Agrícola e, também, organizou o álbum de propaganda *Lembrança de Petrópolis*. O sindicato promoveu a Semana de D. Pedro II dedicada aos turistas que visitassem Petrópolis, por ocasião das festas do centenário.

O Palácio de Cristal, local inicialmente previsto para abrigar a exposição, foi destinado para Pavilhão das Festas. A exposição foi montada no Grupo Escolar D. Pedro II, localizado à Avenida 15 de Novembro, projeto do arquiteto Heitor de Melo (1875-1920), cuja pedra fundamental foi lançada, em 1921, no terreno doado pela Princesa D. Isabel, pelo presidente do Estado do Rio de Janeiro, Raul de Morais Veiga (1878-1947), que na oportunidade escreveu um telegrama, agradecendo e ressaltando sua contribuição para a difusão do ensino pela infância do país. O estabelecimento foi inaugurado em 26 de novembro de 1922, em celebração às festas da Independência do Brasil.

O edifício do Grupo Escolar D. Pedro II, em 1925, passou por várias reformas para abrigar o evento. Foram dez salas destinadas à exposição, numa área total aproximada de 900 metros quadrados. No espaço externo, foram construídos dois pavilhões: um em estilo colonial para a venda de lembranças de Petrópolis, dentre os produtos as maquetes do escultor Silvio Pazzaglia[43], reproduzindo em miniatura o monumento de D. Pedro II, de autoria de Jean Magrou (1869-1945) e o outro pavilhão para o funcionamento de um bar. O parque de diversões ficou localizado no terreno contíguo ao Colégio São Vicente de Paulo, no antigo Palácio Imperial, cedido pela firma Cerqueira Miranda & Memorie, de propriedade de Pedro Benjamin de Cerqueira Lima e Aquila Miranda, que também doaram a quantia de três contos de réis.

A decoração interna e externa da exposição e do parque de diversões ficou sob a responsabilidade do artista Venti; as bandeiras e emblemas que adornaram a cidade por ocasião da visita do Rei Albert I dos Belgas (1875-1934), em 1920, foram cedidos pelo Estado, para embelezamento da fachada e recinto da exposição. A iluminação decorativa da fachada, do jardim e do interior do edifício foi feita pelo Banco Construtor.

Foram expostos os produtos das fábricas de algodão, seda, lã e brim, de tapetes, de chapéus e de móveis, malharias, indústrias de diversos ramos (produtos farmacêuticos, artefatos de couro, ladrilhos, peças de ferro etc.), oficinas

42 Impresso na gráfica do Centro da Boa Imprensa, atual Editora Vozes.

43 Realizou diversos trabalhos artísticos como as cúpulas e as figuras míticas da fachada do prédio da Câmara Municipal de Petrópolis.

gráficas e outros. O fotógrafo Frank Nietzsch[44], o pintor Álvaro de Cantanheda (1880-?)[45], a caricaturista Rian (pseudônimo de Nair de Tefé) e o fotógrafo Manuel Alves de San Payo apresentaram seus trabalhos na exposição. Somente o nome do Nietzsch aparece no catálogo, mas a imprensa noticiou a participação desses outros artistas no evento[46].

A exposição foi encerrada em 24 de janeiro de 1926, recebendo sete mil visitantes nesse dia, e durante todo o evento houve mais de 70 mil visitantes. O parque de diversões continuou funcionando três vezes por semana com gratuidade para os órfãos em dias não abertos para o público.

A comissão não descuidou de nenhum detalhe, inclusive de construir a própria memória da exposição, preparando dois álbuns comemorativos, um das assinaturas e outro de fotografias, documentando assim as presenças das figuras expressivas presentes ao evento e o evento propriamente dito. O álbum de fotografia foi uma encomenda feita ao fotógrafo Frank Nietzsch.

A exposição recebeu a visita de várias autoridades como a do senador Epitacio Pessôa, ex-presidente da República, e do presidente Arthur da Silva Bernardes (1875-1955), no dia 19 de janeiro de 1926, que proferiu as seguintes palavras:

> Nós os republicanos de hoje, sentimo-nos bastante fortes para nos reportarmos ao espírito do passado e medirmos nele a ação coordenadora do Imperador, não lhe recusando a parte de justiça que se lhe deve.

Concluindo, parece ficar claro que as tramas e os jogos de interesses envolvendo grupos políticos e econômicos diversos ajudaram a conformar uma memória do imperador e do Império, em Petrópolis, como positiva e de certa forma fundante da própria municipalidade. Os diferentes atores envolvidos, fossem pró-Monarquia, indiferentes a ela ou mesmo republicanistas convictos, lançaram mão de efemérides, publicação de livros e imagens (fotografias, pinturas, cartões) e ereção de monumentos – suportes de uma memória seletiva –, além dos eventos alusivos (festas, saraus, missas), para perpetuar a memória de D. Pedro II na "Cidade de Pedro". Conjugados, tanto os atos quanto os objetos de memória foram eficientes e eficazes naquilo que se pretendia. No caso dos monarquistas, chefiados pelo Conde de Affonso Celso, a vitória parece não ter sido de Pirro: ao velho imperador estão coladas as imagens de homem sábio, amante das ciências, das letras, das artes – garantindo a supremacia de sua

44 Os retratos de D. Pedro de Alcantara e de seu filho D. Pedro Gastão foram expostos no seu estande (Salão A) e, na década de 40, doados pelo autor ao Museu Imperial.

45 O pintor destinou 20% do produto da venda de suas telas para a obra da Matriz e 20% para os cofres da Exposição.

46 *Folha Comercial*, 13 de dezembro de 1925 e *Tribuna de Petrópolis*, 22 de dezembro de 1925.

interpretação sobre o Brasil.

Referências bibliográficas

AFFONSO CELSO, Conde de. A estátua do Sr. D. Pedro II em Petrópolis. In: AFFONSO CELSO, Conde de. *O Imperador no exílio*. 2. ed. São Paulo: Linotipo Digital e Instituto Cultural D. Isabel I, 2018, pp.135-202.

ARGON, Maria de Fátima Moraes. A estátua de d. Pedro II: arte, memória e política. O centenário da primeira estátua de d. Pedro II, inaugurada em Petrópolis, em 5 de fevereiro de 1911. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 173, n. 455, pp. 11-300, abr./jun. 2012.

ARGON, Maria de Fátima Moraes. *A fotografia em Petrópolis: 1851-1960***.** Bolsa Vitae de Artes 2001/2002. Mimeografado.

DAIBERT, André Barcelos Damasceno. Os Primórdios do Turismo Organizado em Petrópolis. In: *Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL*. 9 e 10 de julho de 2010.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. Entre comemorações, rituais e passados construídos: a Monarquia sob o olhar da Primeira República. *Seminário Cultura e Política na Primeira República*. UESC, 9 a 11 de junho de 2010.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. Do estrangeiro antipático e avarento, ao velhinho simpático e veterano de guerra: representações e construções memoriais sobre o Conde d'Eu. *Revista Mosaico*, n.3, ano II, 2010.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Os funerais de d. Pedro II e o imaginário republicano, p.69-92. In: SOIHET, Rachel et al. (Org.). *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

KNAUSS, Paulo. O desafio de representar o futuro: a estátua equestre de d. Pedro II e os sentidos da escultura monumental no Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 37, p. 237-252, 2005.

MARTIM, Ricardo (pseudônimo de Guilherme Auler). Contribuições de D. Pedro II para estátuas. O doce mundo das artes. *Tribuna de Petrópolis*. Petrópolis, 25 de março de 1956.

SANTOS, Joaquim Eloy Duarte dos. Cinema, Tradição e Pioneirismo. In: *Boletim comemorativo de 70 anos do Instituto Histórico de Petrópolis*, ano II, n. 3-5, set. 2008, p. 6.

SILVA, Eduardo. A República comemora o Império***.*** *Revista Rio de Janeiro**, 2:*** 59-70, abr. 1986.

CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE ESTATÍSTICA (QUITANDINHA, PETRÓPOLIS, 1955): A CONSAGRAÇÃO DE TEIXEIRA DE FREITAS

Nelson de Castro Senra[1]

Resumo:

As conferências de estatística ocorridas em junho de 1955 no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, reafirmaram a credibilidade da atividade estatística brasileira. Esse evento ocorreu num instante oportuno, tendo em vista que o IBGE acabara de sair de uma grave crise (1951/52) que pusera em risco sua própria existência. Assim, aquele evento, conjugando diversas instituições internacionais, com realce à XXIX Sessão do International Statistical Institute (ISI), ao reunir em debate renomados pesquisadores, mostrou a confiança internacional nos resultados dos trabalhos feitos pelo IBGE, instituição idealizada por Teixeira de Freitas. Esse texto trata das conferências propriamente, apesar do pouco material disponível, precedendo essa discussão com uma análise da crise que atingiu o IBGE pouco tempo antes.

Palavras-chave: Conferências internacionais de estatística; Quitandinha; Petrópolis; IBGE; Atividade estatística brasileira.

Abstract:

The statistics conferences held in June 1955 at the Quitandinha Hotel in Petrópolis reaffirmed the credibility of Brazilian statistical activity. This event occurred at an opportune moment, considering that IBGE had just emerged from a serious crisis (1951/52) that had jeopardized its very existence. This event, bringing together several international institutions, highlighting the XXIX Session of the International Statistical Institute (ISI), brought together renowned researchers in debate, showed international confidence in the results of the work done by IBGE, an institution created by Teixeira de Freitas. This paper discusses the conferences properly, despite the limited material available, preceding this discussion with an analysis of the crisis that hit IBGE shortly before.

Keywords: International statistical conferences; Quitandinha; Petropolis. IBGE; Brazilian statistical activity.

> Ao terminar o presente relato das atividades desenvolvidas na XXVIII Sessão do Instituto Internacional de Estatística, cumpre ressaltar a reeleição do Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, vice-presidente do mesmo Instituto, bem como a escolha da Cidade do Rio de Janeiro para sede da XXIX Sessão. Estes fatos expressam incontestavelmente o grande conceito em que é tido aquele técnico, bem como a projeção da Estatística brasileira no cenário internacional.
>
> *Maurício Filchtiner*[2]

A notícia era alvissareira. O IBGE saíra de uma crise gravíssima, e Teixeira de Freitas, seu idealizador – que, embora já estivesse aposentado, não se furtara

1 Doutor em Ciência da Informação, Economista. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

2 FILCHTINER, Maurício (Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística). *Relatório da Delegação Brasileira à 28ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística, Roma, 1953*. Rio de Janeiro: IBGE. 1954. p. 29.

em defendê-lo, dando tudo de si, inclusive se dispondo a cumprir prisão caso as razões então postas fossem verdadeiras – saíra muito triste, abalado, magoado. Como uma obra daquela magnitude pôde estar à beira da destruição, não cansava de se perguntar, e tudo por pura vaidade, talvez mesmo, seria possível suspeitar, por pura leviandade. Pois nesse estado de espírito, que afetaria sua própria saúde, ainda teria ocasião de receber a merecida glória em 1955 nas Conferências Internacionais de Estatística realizadas em Petrópolis, no Hotel Quitandinha. Assim, sairia do inferno de 1951/52 e seria alçado à glória em 1954/55; mas viveria pouco para desfrutar do Olimpo, pois viria a falecer no início de 1956.

A candidatura para sediar a sessão de 1955 do Instituto Internacional de Estatística (International Statistical Institute – ISI), embora viesse do IBGE, precisava de uma chancela oficial, uma espécie de garantia do governo brasileiro. E ela viria na sessão de Roma, em 1953, dada pelo embaixador brasileiro, em nome do governo brasileiro[3], à época sendo presidente da República Getúlio Vargas (em sua volta ao poder por eleições diretas), e sendo presidente do IBGE, o desembargador Florêncio de Abreu[4]. Desde então, a troca de cartas sobre em qual cidade sediar o evento e como financiá-lo foi bastante intensa, e envolveu muitas pessoas. Embora, na ocasião, Teixeira de Freitas já estivesse aposentado, as tratativas com ele foram intensas, ainda que, por óbvio, também com as autoridades constituídas.

Um primeiro embaraço foi a realização no Rio de Janeiro, pela coincidência com a realização do Congresso Eucarístico Internacional, que atrairia para a cidade um sem-número de pessoas, o que dificultaria a hospedagem e a locomoção dos participantes. Teixeira de Freitas propôs, então, que o evento fosse deslocado para Petrópolis, no Hotel Quitandinha, mas, sendo um dos hotéis mais luxuosos do país, seus preços assustaram os organizadores estrangeiros. Teixeira de Freitas, com sua ampla visão de mundo, logo encontrou uma solução, propondo ampliar a sessão do ISI juntando diferentes organizações em congressos, o que faria uma espécie de economia de escala. Tudo estaria resolvido.

Dito isso, como simples introdução, antes de passar às Conferências propriamente, valerá explicar a natureza da crise pela qual passou o IBGE em 1951/52, e que tanto o abalou à época. Antes, será visto que aquela crise teve origem

3 À época, o embaixador brasileiro junto ao governo italiano era Carlos Alves de Souza Filho (ficou em Roma de 1950 a 1956). Por curiosidade, estava embaixador em Paris (de 1956 a 1964) quando da chamada "Guerra da Lagosta" (1961-1963), e é dele a famosa frase "O Brasil não é um país sério", que é erroneamente atribuída ao presidente francês Charles De Gaulle. Era genro do presidente Artur Bernardes.

4 Era cunhado de Getúlio Vargas, e, por isso mesmo, deixaria a presidência do IBGE ato contínuo ao seu suicídio, sendo substituído, no breve período Café Filho, pelo jornalista Elmano Cardim, que presidiria as Conferências, como será visto adiante.

um pouco antes, na segunda metade dos anos 1940, com foco em São Paulo, e que fora aparentemente resolvida. Na verdade, estaria apenas adiada, como previra Teixeira de Freitas, esperando melhor ocasião para explodir em bases mais fundas. Daí, então, voltaremos às Conferências e à redenção de Teixeira de Freitas e do IBGE, em toda a sua grandeza. Por fim, será referida a realização no Rio de Janeiro da LX Sessão do ISI, em 2015.

Crise latente (segunda metade dos anos 1940)

Em consequência da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, coube ao IBGE a produção das chamadas estatísticas militares, ampliando seu portfólio de produção. Para tanto, sua estrutura foi expandida, sendo criadas na ocasião as Inspetorias Regionais (leia-se Estaduais), através das quais o IBGE fixou presença nos estados. Vale notar que até então o IBGE não tinha controle absoluto, técnico e administrativo, das Agências Municipais de Estatística, pelas quais obtinha as informações individuais (extraídas dos registros públicos ou nos domicílios e nos estabelecimentos, quando da realização dos recenseamentos) de cujas agregações se alcançavam as estatísticas. Quem lhes fazia a gestão eram as Diretorias Estaduais de Estatística[5], aplicando as técnicas emanadas do IBGE. Ademais, para garantir essa expansão, o IBGE ganharia recursos próprios através de uma taxa aplicada sobre as diversões (cinema, teatro, circos, etc.). Com esses recursos próprios, o IBGE podia, por essa nova unidade funcional, as Inspetorias Regionais, intervir na gestão direta das Agências Municipais de Estatística, seja para formar seu pessoal, seja para melhorar suas condições materiais, seja para dar-lhes espaço físico próprio (até então eram, não raro, improvisados). Dessa forma, por mais polidos que os inspetores fossem, e mais afinados que estivessem com os diretores das Diretorias Estaduais de Estatística, com os quais deviam trabalhar, acabavam conflitando, ora mais, ora menos. Mas foi um avanço, sem dúvida.

Após as delongas de escolha dos inspetores, em comum acordo com os dirigentes estaduais, finalmente as inspetorias foram implantadas em fins de 1944 e início de 1945. Em São Paulo, o escolhido foi Roberto Paiva Meira, cabendo-lhe a difícil tarefa de relacionar-se com Djalma Forjaz, diretor do Departamento Estadual de Estatística, uma figura de difícil trato, já de longa data. Haveria muitos atritos. Já em 29 de janeiro de 1945, antevendo problemas, Teixeira de Freitas dirigiu carta a Djalma Forjaz, a quem chama de "prezado colega e amigo", tentando apaziguar os ânimos. Disse que orientara ao inspetor para, daí em diante, tratar os assuntos de interesse das duas repartições apenas no âmbito da Comissão Revisora de Estatística Municipal (formada pelo diretor estadual, pelo inspetor e o assistente da inspetoria, e à qual cabia chancelar a

5 Às vezes eram chamadas de Departamentos, como era o caso de São Paulo.

qualidade do trabalho realizado em campo).

A carta é extensa, e Teixeira de Freitas relaciona, ponto por ponto, todos os aspectos até então acordados entre a União, os Estados e os Municípios[6]. Pede a ajuda de Djalma Forjaz para que haja um convívio harmonioso entre a Inspetoria e o Departamento, em prol do Brasil; solicita sua compreensão e sua colaboração. Sua preocupação era que os Convênios de Estatística Municipal, que dariam conta da produção das estatísticas militares, alcançassem bom porto em São Paulo. Naquele momento, a crise que apenas começara parecia resolvida, mas logo explodiria novamente. A reticência de São Paulo à criação do IBGE vinha desde 1934, no seu início, dizendo-se que sua concepção sufocaria as autonomias estaduais, o que Teixeira de Freitas sempre rebateria afiançando que o Sistema Estatístico era federalista, harmônico com os Estados e Municípios, no que tinha total razão[7].

Não obstante as démarches de Teixeira de Freitas, e a aparente boa-vontade de Djalma Forjaz, na calada da noite há uma crise em curso. No dia a dia, o menor detalhe é motivo de rusgas, de melindres. Pois nessa ocasião, o embaixador Macedo Soares, presidente licenciado do IBGE[8], assume o governo de São Paulo (07.11.1945 a 14.03.1947), tendo ocasião de presenciar o recrudescer da crise. Conhecendo a história muito bem, pede a Teixeira de Freitas que viaje a São Paulo para uma conversa pessoal com Djalma Forjaz, que o faz, e em 12.12.1946 escreve a Macedo Soares dando-lhe conta das negociações. Entende que com suas conversações teria consolidado um entendimento permanente, e que a fase de incompreensão e antagonismo estaria definitivamente encerrada. Ledo engano!

Assim é que em 15.02.1947, diante da usurpação de competência de atribuições das esferas federais pelo Departamento Estadual de Estatística, Teixeira de Freitas envia uma carta, agora diretamente a Djalma Forjaz, na qual afirma:

> Eram de novo, e pior que antes, os maus ventos da discórdia, da incompreensão e da falta de lealdade, que estariam soprando sobre nós, espalhando a cizânia e as incompatibilidades, em vez da harmonia, da solidariedade e da escrupulosa probidade que devem reinar entre os que trabalham em prol da

6 A criação das inspetorias foi objeto de acordos estado a estado, razão de ter demorado vários anos para se concretizar. Trata-se de uma legislação muito complexa. E a razão disso foi a preocupação de Teixeira de Freitas em consolidar o espírito federal do Sistema Estatístico, o que adiante, no auge da crise, será dito que não é uma característica de tal Sistema. Então, será dito que ele é centralista e autoritário.

7 Aos interessados em aprofundar essa disputa antiga, vejam-se os capítulos 29 (Teixeira de Freitas, a face do poder na criação do INE (IBGE)) e 30 (Juarez Távora, a face do poder na criação do INE (IBGE)) em SENRA, Nelson. Estatísticas Legalizadas: c1889-c1936. Prefácio de Ciro Flamarion Cardoso. Vol. 2: *História das Estatísticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. p. 687-730.

8 O embaixador Macedo Soares também acumulava a presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1945/1951), e fora presidente da Academia Brasileira de Letras (1942/1943).

> Estatística Brasileira, sob pena de voltar o Brasil a viver às cegas. [...] Vamos ver então o que podemos fazer para vencer a tormenta provocada pelas atitudes e insinuações infelizes, que ilaquearam sua sinceridade. (SENRA, 2016, p. 160)[9].

Teixeira de Freitas, embora seja duro, tenta uma solução amigável, mas é inútil. Djalma Forjaz volta a fustigar, e acaba sendo demitido por Macedo Soares, que nomeia para a função Sud Mennucci. A este, já no exercício da função, Teixeira de Freitas envia uma carta em 10.05.1947 – quando no governo do Estado de São Paulo já estava Ademar de Barros –, na qual relata a polêmica que Djalma Forjaz provoca na imprensa paulistana, acusando-o de desprestigiar a estatística paulista, em favor de uma estatística nacional unificada, justo o contrário do que sempre pregara, uma vez que o IBGE, desde o início fora uma instituição federativa (uma "Federação de Repartições" ou um "Consórcio Federativo").

> Quanto ao nosso ilustre colega, Dr. Djalma Forjaz, infelizmente, motivos pessoais e os preconceitos de autoridade irrestrita não o deixaram mais ver as razões e os interesses da grande causa a que quis servir quando pleiteou a volta ao exercício do cargo de Diretor de Estatística, atraído pelas empolgantes perspectivas que o Instituto abriu aos que se interessavam pelo progresso do país. [...] Já deve ter chegado ao seu conhecimento o penoso incidente, que tanto me abateu o ânimo e dá motivo a essas palavras. O protesto do Dr. Djalma, esquecido dos fatos, da lei e dos compromissos jurídicos e morais, atirou-me a pecha mais injusta que se poderia irrogar-me. A minha vida tem sido um trabalho contínuo e pertinaz pelo engrandecimento do Brasil, através da cooperação das suas forças livres.
>
> A autonomia municipal e regional é para mim princípio fundamental – e intangível – da vida brasileira. Ao discutir-se a criação do sistema estatístico nacional em 1933, quase fracassou a ideia porque me opus à centralização federal, sustentando a necessidade da cooperação autônoma de Municípios e Estados, e, sobretudo a necessidade de que estes mantivessem sistemas estatísticos regionais com programas próprios, e eficientes, plenamente capazes de serem de fato os órgãos mestres do grande sistema nacional. [...] Entretanto, o seu ilustre antecessor, inteiramente esquecido da realidade que aí está para convencer os mais incrédulos, desde que tenham senso ético bastante imparcial para julgar com justiça acusou-me de tomar uma atitude incompatível com o meu passado, isto é, de cercear, de constranger, de subestimar a autonomia e o prestígio da estatística regional. Quando o certo é que tudo fiz para defender e apoiar essa autonomia, para elevar esse prestígio, para assegurar a S. Paulo a preeminência que merece em nossas realizações. (SENRA, 2016, p. 163).

9 As cartas trocadas entre ambos integram o chamado Fundo Documental Teixeira de Freitas, de posse do Arquivo Nacional, com cerca de doze mil documentos, a maioria cartas. Todos os documentos, a menos da hemeroteca, estão digitalizados em trabalho cooperativo entre o Arquivo Nacional e o IBGE.

E continua dizendo que assim seguira mesmo quando percebera que Djalma Forjaz preferira trilhar um "caminho errado [que] desviava a estatística paulista do seu verdadeiro rumo [...], em troca de uma grandeza material aparente, e estava com isso diminuindo, infelizmente, a atuação técnica pioneira que deveria caber a esse grande Estado". Ao fim de tudo, diante desse quadro, dessa atitude de "ressentimento e descortesia, inteiramente sem fundamento", Teixeira de Freitas, bastante ferido, sentiu-se obrigado "a colocar a questão nos devidos termos perante o Conselho [Nacional de Estatística] e a renunciar ao cargo que vinha exercendo [o de Secretário-Geral do IBGE]" (SENRA, 2016, p. 165).

Assim sendo, em suma, foi uma crise vivida em São Paulo, veiculada na imprensa paulistana, que levaria Teixeira de Freitas a deixar em definitivo, em maio de 1948, a Secretaria Geral do IBGE, não sem antes enviar carta a Macedo Soares em 22.05.1947 fazendo um retrospecto dos acontecimentos naquela ocasião. O relato é assustador, arrolando situações terríveis, no limite, intentando a destruição do próprio IBGE. A certa altura observa: "suas envenenadas alegações [de Djalma Forjaz] chegaram a ter lamentável repercussão no parlamento e na imprensa", movendo "membros do Governo, altos funcionários, congressistas e jornalistas" numa campanha de descrédito que desfigurava, segundo afirmava Teixeira de Freitas, os fatos. E dava alguns exemplos:

> O Instituto a espezinhar S. Paulo; o Instituto "caften de S. Paulo"; o Instituto, violador da convenção de Estatística; o Instituto, responsável pela subversão do excelente serviço estatístico que S. Paulo já havia organizado; a ação do Instituto caracterizada como "intervenção federal"; o Convênio de Estatística Municipal, um "monstrengo jurídico"; - estes e ainda muitos outros dislates desse gênero eram seus "slogans", os seus motes favoritos, nos gabinetes e nas rodas por onde andava. (SENRA, 2016, p. 167-173).

Então, o temor expresso por Teixeira de Freitas– "se a crise provocada pelo ex-diretor de Estatística de S. Paulo está momentaneamente sustada, graças ao seu afastamento, poderá reviver de uma hora para outra, conforme o rumo dos acontecimentos políticos" – ainda faria eco em futuro próximo, quando Ademar de Barros apoiasse Polli Coelho na presidência da Instituição, logo após a saída do Embaixador, ao final do governo Eurico Dutra (SENRA, 2016, p. 171). Enfim, Teixeira de Freitas, cumprido seu mandato à frente da Secretaria-Geral do IBGE, em maio de 1948, deixaria a função de Secretário-Geral e seria substituído por Rafael Xavier (um seu dileto discípulo, que depois seria presidente do IBGE), mas não ficaria à parte, e seria a peça-chave no enfrentamento da crise que logo teria curso.

A crise no IBGE, 1951/52

Ao final do governo Eurico Dutra, no retorno de Getúlio Vargas ao poder, o embaixador Macedo Soares, decide deixar a presidência do IBGE (para a qual fora indicado em 1935 e que assumira em 29 de maio de 1936, data natal do IBGE), de modo que no início de 1951 passa o bastão ao General Polli Coelho. Qual a razão dessa escolha? Ignora-se. Homem ligado ao "G", que recém presidira a segunda "Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil", promovida pelo Conselho Nacional de Geografia (um dos dois órgãos máximos do IBGE), pouco ou nada sabia do "E", sem dúvida a principal atividade da instituição[10].

Naturalmente, os estaticistas (atuantes na área do "E") tentaram demover Vargas, que se mostrou sensível às objeções, sendo um único nome o que o justificaria desconvidar o general, e seria Teixeira de Freitas. Mas esse não aceitou o convite, firme em sua opinião que, primeiro, para o IBGE sempre seria melhor ter como presidente uma pessoa de fora dos quadros, alguém com melhor habilidade para abrir as portas do poder, como dizia, e no caso do general, pela ideia que lhe parecia oportuna de haver um rodízio de alguém egresso do CNG em alternância a alguém do CNE (na verdade o embaixador não era egresso do CNE, mas ele e seu sucessor Rafael Xavier o eram, e foram eles que de fato comandaram o IBGE até então)[11]. Assim, ficaria o general, mas não por muito tempo.

Pelo sim, pelo não, convidado a palestrar nos festejos natalinos do IBGE, em 29 de maio de 1951, na presença do governador do Estado do Rio de Janeiro, Almirante Amaral Peixoto, e de muitos ibgeanos, Teixeira de Freitas não deixou de advertir ao general que não desse ouvidos aos arautos das mudanças açodadas e radicais, que entendia prematuras e inadequadas. Em sua oração, comedido, contrário às revoluções que considerava destruidoras das instituições, voltou a trazer à lume seu mote: "tradição & renovação". Mas o general, fazendo ouvidos moucos, aventurou-se.

A crise teria início nas páginas do *Correio da Manhã*, em 25.12.1951, em uma notícia ligeira (dita "suelto" na linguagem jornalística de época) na qual

10 Para conhecer os caminhos dessa expedição, veja-se: PEREIRA, Sergio Nunes. Na boca do sertão ou integrada ao ecúmeno? Militares, estatísticos, geógrafos e a localização da nova capital. *In*: SENRA, Nelson de Castro (Org.). *Veredas de Brasília. As expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 51-74. (Em anexo há três documentos elaborados por Teixeira de Freitas considerando criticamente a ideia de transferência da capital federal para o Planalto Central. Sobre as ideias de Teixeira de Freitas nesse sentido, veja-se: SENRA, Nelson de Castro. Minas Gerais, capital Guanabara. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 25, p. 87-105, 2018).

11 Essa história nos foi contada por Waldemar Lopes, um dos mais notáveis ibgeanos de todos os tempos, em sua casa no Recife, tendo sido figura-chave no desenrolar daquela crise. Em boa medida o sucesso de Teixeira de Freitas na defesa do IBGE se deveu ao seu suporte, secundado por outros notáveis ibgeanos, como Valdemar Cavalcanti, Ruben Gueiros e outros.

se estranhava que o IBGE ainda estivesse publicando resultados do censo de 1940, e havendo no *Anuário Estatístico do Brasil* números por demais antigos. Pois em entrevista à Memória Institucional do IBGE, em 13.12.2004, Waldemar Lopes atribui a notícia ao jornalista Otto Maria Carpeaux[12], redator do jornal, e diz que até riu quando a leu, tão fácil era desmenti-la, o que fez de imediato, dada sua posição, à época, como Secretário-Geral do IBGE[13]. Afirma que enviou ao jornalista, que era seu amigo, os devidos esclarecimentos, dizendo o quanto ele estava errado, e lhe dando as devidas explicações. Tudo parecia resolvido, e de modo bastante amigável, sem nenhum transtorno nas boas relações do IBGE com a imprensa, tão laboriosamente construída ao longo do tempo. Até que no dia seguinte apareceu uma resposta formal do Presidente do IBGE, nos seguintes termos:

> Senhor Redator:
>
> Sob o título 'Um relógio atrasado', o vosso jornal publicou um *suelto* referente ao IBGE. Como Presidente desse Instituto, desejo e peço seja publicado o meu ligeiro comentário que segue.
>
> Reconheço o atraso com que estão sendo publicados os resultados do Censo Nacional de 1940. Acho também que a publicação, em 1951, de estatísticas que trazem a data de 1940, é irregular. Mas é preciso reconhecer que uma grande série de volumes, como os que contêm os censos desse último ano e que são o resultado de um ingente esforço, não poderia aparecer com muita rapidez num país onde a regra é o atraso, a demora e o incompletismo. Asseguro-vos que tal irregularidade não se reproduzirá em relação ao Censo de 1950, cujos resultados já estão sendo divulgados.
>
> Nenhuma responsabilidade me cabendo por esse atraso, pois assumi a Presidência do Instituto em maio deste ano, estou à vontade tanto para defender, no que é defensável, a ação do pessoal do Instituto, *como para reconhecer, de público que nossas estatísticas são realmente atrasadas, caras e, pior que tudo isso, de duvidosa precisão.*
>
> Tendo verificado pessoalmente essas circunstâncias, estou já iniciando providências destinadas a corrigir os males existentes.
>
> Mas não faço nada atabalhoadamente e nem condeno tudo o que foi feito. Nos dois censos nacionais e nas 15 campanhas estatísticas que o IBGE já rea-

12 Otto Maria Carpeaux nasceu em Viena em 1900 e faleceu no Rio de Janeiro em 1978. Em 1939, diante da escalada nazista, fugiu para o Brasil. Escritor notável, deixou várias obras de valor. Exerceu o jornalismo, e justo em 1950 se tornaria redator-chefe do *Correio da Manhã*.

13 Ao escolher como Secretário-Geral Waldemar Lopes, muito ligado a Teixeira de Freitas, ao mesmo tempo em que dava ouvidos aos que lhe eram contrários em pensamento (e seguia a essas ideias contrárias), Polli Coelho, dava uma no cravo, e outra na ferradura.

> lizou, alcançamos uma boa base. Queremos agora partir dessa base para um ataque mais técnico e mais moderno do nosso problema estatístico. Contamos para isso com elemento humano de primeira ordem, dentro e fora das fileiras do IBGE, de modo que esperamos poder rapidamente 'acertar o relógio' da estatística nacional.
>
> Sou obrigado, pelo que fica dito, a pedir ao 'Correio da Manhã' que tenha a paciência de esperar um pouco, aguardando a modernização de um órgão, o IBGE, que já fez muita coisa, embora esteja necessitando de uma reforma radical, que julgo poder breve levar a efeito.
>
> Muito grato lhe ficarei pela publicação desta carta. (COELHO, 1952, p. 3, grifo nosso).

Antes de seguir na polêmica jornalística que daí resultaria, caberá perguntar: de onde o General teria tirado sua certeza de serem as estatísticas produzidas pelo IBGE "realmente atrasadas, caras e, pior que tudo isso, de duvidosa precisão"? Ora, uma vez que assumira a presidência em maio de 1951, e não sendo um homem da estatística, como fora capaz, em tão pouco tempo, de adquirir uma percepção tão profunda do que entendia ser a realidade da instituição? A resposta é simples e surge de imediato no relatório "Exame crítico da estatística brasileira"[14], datado de novembro de 1951, que lhe foi entregue por Lourival Câmara[15]. Na introdução, é dito que o relatório foi elaborado a pedido do Conselho Nacional de Estatística, o que será depois contestado fortemente, sendo dito que, antes pelo contrário, teria sido feito à revelia do referido Conselho[16].

Tendo ou não o selo do Conselho, Lourival Câmara afirma que teria sido chamado a estudar "o problema da formação técnica do pessoal necessário à entidade" (CÂMARA, 1951, p. 2), como explica na Introdução, sob o título "Razões do presente exame crítico", e diz que não o poderia fazer sem antes realizar uma avaliação, ainda que sucinta, da própria instituição. E é o que oferece na primeira parte de seu texto. Pois basta essa primeira parte, como mostram os títulos das seções, para entender de onde veio o teor do discurso do General diante da imprensa: "Afastamento às legítimas finalidades", "Ausência de estatísticas essenciais e excesso de estatísticas secundárias", "Estatísticas caras,

14 Este relatório dirigido ao presidente da República foi feito após a criação da Comissão Themistocles Cavalcanti.

15 Lourival Câmara era técnico do IBGE já há algum tempo, e passara um período nos Estados Unidos, ainda na gestão do Embaixador, para fazer um curso de aperfeiçoamento em amostragem. Voltara convencido de que o IBGE estava atrasado na adoção desta técnica em suas pesquisas. O uso dessa técnica não era ignorado pela direção, que já promovera a tradução de livros sobre o assunto e até dedicara palestras e seminários, mas as condições brasileiras não lhe eram em nada favoráveis à aplicação à época, segundo se entendia. Lourival Câmara discordava.

16 Esta contestação de que Lourival Câmara tivesse feito esse texto a pedido do CNE será feita por Teixeira de Freitas em documento que enviará ao Ministro da Justiça, Francisco Negrão de Lima, em fevereiro de 1952. Essa negação importava, pois retirava legitimidade ao estudo de Lourival Câmara.

atrasadas e de duvidosa precisão", "Deficiência de quadros técnicos", "Excesso de burocratização". A segunda parte tem por título "Solução de um problema", e como disse, tem por proposta a formação de quadros. Eis então o mentor, aquele que seria o "guru" do general, não sendo claro que antevisse essa composição.

Voltando ao fio da crise nos jornais, a carta do General no *Correio da Manhã* não ficaria sem resposta, e ela viria em matéria não assinada nas páginas do *Diário de Notícias*, em 29 de dezembro, que contava entre seus colabores Waldemar Lopes (tendo já, a essa altura, deixado sua posição como Secretário-Geral) e Valdemar Cavalcanti (que seguiria como funcionário), dois notáveis ibgeanos.

> Contra a reputação das estatísticas
>
> Em carta a um dos órgãos de nossa imprensa, o atual presidente do IBGE, general Djalma Polli Coelho, declarou-se à vontade para, segundo expressões textuais, 'reconhecer, de público, que nossas estatísticas são realmente atrasadas, caras e, pior que tudo isso, de duvidosa precisão'.
>
> Foi esse, decerto, o julgamento mais duro, foi essa a acusação mais radical e crua que os trabalhos daquele órgão técnico já sofreram, pois, na realidade, levando-se em conta as peculiaridades do país e as condições gerais de todo o nosso serviço público, sempre gozou ele de lisonjeiro conceito.
>
> A afirmação traduziria um atestado francamente desolador, dada a autoridade de que está investido o declarante, se não parecesse resultante especialmente do sestro comum a todo administrador novo de condenar o passado e pretender inaugurar uma 'era nova'. Tanto é assim que o general, apesar de haver assumido o cargo em maio desse ano, conforme esclarece, chama a si a glória de estarem sendo já publicados os resultados do recenseamento de 1950, planificado e executado antes de sua gestão. Além disso, promete executar breve uma reforma radical que rapidamente 'acertará o relógio' da estatística brasileira. (COELHO, 1952, p. 4)[17].

A matéria segue dizendo que as estatísticas divulgadas sempre foram bem aceitas, ainda que sobre muitas delas sempre se soubesse haver problemas em diversas etapas do processo produtivo. E sempre se deu crédito ao IBGE, em todos os fóruns de debate, em especial na imprensa, aos seus esforços de permanente melhoria. Contudo, reprova o General de havê-las desautorizado a todas, sem exceção alguma. Esta resposta, ainda que dura, trazia até alguma dose de contemporização, bem no espírito da renovação apregoada por Teixei-

17 Este relatório dirigido ao Presidente da República foi feito após a criação da Comissão Themistocles Cavalcanti. Nele o General Polli Coelho presta um excelente serviço aos historiadores, pois coleciona um conjunto incrível de informações que estariam, hoje, separadas em diversos locais.

ra de Freitas, ou seja, o IBGE, não obstante seu apego à tradição, estaria aberto ao debate crítico, desde que feito no âmbito interno.

O General, diante dessa matéria não assinada, poderia ter mantido sobranceria, ter jogado água fria na crise, mas seguiu adiante, e enviou sua réplica ao *Correio da Manhã* (30/31 de dezembro), colocando mais lenha na fogueira; por seu jeito vaidoso e explosivo, personalista, Polli Coelho atiçava os ânimos mais e mais, achando que ganharia a guerra ao final.

> Senhor Redator-Chefe do 'Correio da Manhã':
>
> Alguns jornais desta Capital publicam comentários estranhando que eu tenha a verdade sobre as estatísticas brasileiras. Acostumados a ouvirem os maiores elogios feitos a tais estatísticas, não querem admitir os comentaristas que alguém se tenha disposto a dizer um pouco sequer da verdade.
>
> Somos um país em que, por velho costume, preferimos a mentira agradável à verdade desagradável. Somos também um país em que não se lega muita importância aos sacrifícios que a Nação faz para criar e manter serviços públicos ou instituições que vivem á custa do Tesouro Nacional, contanto que haja quem com isso goze, se distraia, ou se encha de vaidades, vendo seu nome sempre elogiado pelos jornais. Ora, os sacrifícios da nação...
>
> Preciso dizer que nunca pertenci a essa falange e que, colocado pelo Presidente da República à frente do IBGE quero, pelo menos, procurar fazer desse Instituto uma coisa útil ao Brasil e não um mero suplemento aparatoso. Por isso foi que escrevi, há dias, uma carta ao 'Correio da Manhã', respondendo, aliás, a um de seus verídicos *sueltos*, onde confessei lisamente o que são as nossas estatísticas: caras, atrasadas e de duvidosa precisão.
>
> Nestes dias finais de 1951, quando o Governo está tentando resolver alguns problemas básicos do Brasil, verifiquei que a estatística falhou no fornecimento de alguns dados essenciais de que o Governo necessitava.
>
> Essa é uma das provas de nossa situação anormal que, repito, vou tratar de corrigir com toda a rapidez e toda a profundidade de ação que o assunto requer. Ponhamos de lado os tabus e vamos à verdade e à realidade das coisas. Basta de mentiras e fantasias.
>
> Muito grato lhe ficarei pela publicação desta carta. (COELHO, 1952, p. 4-5)[18].

Ainda em janeiro de 1952, e não havendo clareza dos atores, embora Waldemar Lopes fosse uma óbvia liderança contra ele, mesmo já tendo deixado a Secretaria-Geral (que logo seria ocupada, não há que pasmar, por Lourival Câ-

18 *Idem*, *ibidem*.

mara), o General tomaria para Cristo, a Rubem da Silva Gueiros (LOPES, 2006)[19], um antigo quadro do Ministério da Educação e Saúde, que estava cedido ao IBGE havia muito tempo, sendo sempre uma peça-chave na ordenação das unidades estaduais e municipais do IBGE, e numa completa inversão de origem, e até de razão, afirma:

> É um mero burocrata, agitado, nevropata [sic], cujos excessos temperamentais estou em condições de revelar a Vossa Excelência, se isso lhe parecer necessário. Esse funcionário foi o *pivot* de toda a agitação que se produziu em torno de minhas cartas ao "Correio da Manhã", que são, como já disse acima, a expressão fiel e definitiva de meu conceito sobre o que são nossas estatísticas. (COELHO, 1952, p. 6).

Internamente, seguro de si, o General enfrentou os colegiados do IBGE, que por certo não gostaram de suas diatribes, pois os colocavam a todos num mesmo saco, e os dizia a todos como sendo lixo. Ora, por mais que um ou outro órgão federal temático, membro do sistema estatístico, não estivesse atingindo os objetivos colimados, não era possível desautorizar a todos por igual, como o General o fizera. Assim, na primeira reunião de 1952, em janeiro, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, é formulada a seguinte posição diante das posições do General:

> Formulando esse juízo, V. Excia. generalizou uma acusação, que, data vênia, não nos parece justa e está concorrendo, dada a repercussão em outros jornais e nos comentários individuais, para prejudicar um conceito que gerações sucessivas de servidores do país vêm procurando elevar e consolidar. Na organização atual da estatística brasileira, o IBGE, através do Conselho Nacional de Estatística, mantém a rede coletora de dados no âmbito de cada Município e exerce a ação coordenadora dos resultados elaborados pelos órgãos da União e dos Estados. Como diretores de serviços estatísticos federais, vemos na palavra de V. Excia. um julgamento que nos descoroçoa, pois significa a negação de êxitos efetivamente já alcançados pelas repartições que chefiamos, ou seja, a manifestação expressa de que as contribuições dos referidos Serviços para o Anuário Estatístico do Brasil são consideradas, todas, atrasadas e inseguras. Os órgãos integrantes do Conselho Nacional de Estatística, que sempre procuraram e encontraram na alta direção do IBGE estímulo e apoio que compensam das dificuldades e entraves não raro existentes no seio da administração a que pertencem, têm razões para recear, depois de tal pronunciamento, o decréscimo do prestígio que procuram alcançar para a obra comum. Aguardando a oportunidade de ver particularizadas e aprofundadas as observações que o seu categórico e duro julgamento encerra, asseguramos a V. Excia. o nosso acatamento às suas sugestões, ponderáveis, e inteira cooperação para todo

19 Para mais informações sobre esse homem notável, de grande valor para o IBGE, consultar: LOPES, Valdemar. Ruben Gueiros, o São João Batista da mística ibgeana. *In*: LOPES, Valdemar. *Prosa variada de ontem e de hoje*. Recife: Comunigraf, 2006. V. 2: Laudas de louvação. p. 170-175.

> esforço no sentido de aperfeiçoamento, sem dúvida necessário e possível, da estatística geral brasileira. (COELHO, 1952, p. 6-7).

Entrementes, o corpo técnico estava em polvorosa, inúmeros funcionários em posição comissionada colocaram os cargos à disposição, e, no rastro da crise, alguns logo deixariam o IBGE, num evidente prejuízo institucional. De imediato, dois documentos foram elaborados oferecendo o ponto de vista desses demissionários, um em fevereiro e outro em junho de 1952. Ambos tendo ampla repercussão jornalística, o que ainda mais irritou o General (LOPES, 1952a; 1952b)[20].

O General, ainda seguro de si, não fazia nenhuma autocrítica. Seguia calmo, até que fosse pego por uma bomba inesperada. Uma carta aberta de Teixeira de Freitas ao presidente da República, Getúlio Vargas, escancarada nas primeiras páginas dos jornais do País. Nela, ele pedia a criação de uma Comissão de Julgamento das acusações do General, uma comissão técnica de alto nível, independente. E dizia que se fossem comprovadas as acusações feitas, então que ele, Teixeira de Freitas, terminasse seus dias na prisão, pois teria cometido um crime terrível contra a nação e contra o mundo, pois, como criador do IBGE (e é o único momento em todos os seus inúmeros textos que se diz o criador do IBGE) teria enganado inúmeras pessoas, levando-as a crer nos números produzidos pelo sistema estatístico brasileiro. O texto é enfático e inapelável: em 12 de janeiro, saiu no *Diário de Notícias* carioca e no *A Vanguarda* paranaense, em 14, sairia no *A Noite* carioca, e a 15, no *Jornal do Commercio* pernambucano, seguindo em evidência.

Ataca, sem peias e ameias, o que chama de "labéu infamante atirado à face de toda uma honrada classe de servidores da Nação", e mais, que nomina de "ferrete com que se estigmatiza [...] a obra enorme e proba de uma organização pública que constitui corajosa e consagrada experiência de uma nova prática, nos domínios da administração, do princípio federativo". Tão fortes opiniões, afirma a Getúlio Vargas, não foram objeto de estudos cuidadosos e minuciosos, "de uma verificação capaz de fazer fé", mas antes, "baseou-se apenas, e quase textualmente, em estudo crítico de um único funcionário, cujas afirmações parciais e apressadas não sofreram um meticuloso exame que merecia". Então, diante das acusações, pede que seja apurado, "em investigação exaustiva e inteiramente pública, acima de qualquer suspeição, toda a extensão e o alcance do atentado cometido e das responsabilidades existentes, a fim de que a severidade da punição restabeleça a verdade". E sentencia, "tomando de fato corpo e figura o crime", não haveria "culpados", mas "um único culpado", ele, Mário Au-

20 São eles os volumes 1 e 2 da publicação *A crise no IBGE*. Embora seu nome não apareça na capa, ambas as apresentações são assinadas por Waldemar Lopes, o que sugere que foram escritos por ele, ainda que possa ter tido a colaboração de outras pessoas.

gusto Teixeira de Freitas:

> Fui eu, de fato, o inspirador – e espero que ao menos esta reinvindicação não seja agora levada à conta de um movimento de vaidade – fui eu o inspirador do Governo quando legislou sobre o Instituto e o executor principal dos textos legais e convencionais que fizeram funcionar o Conselho Nacional de Estatística. Cabe-me, pois, de modo exclusivo, a responsabilidade de todos os erros, omissões ou fatos criminosos que acaso se venham comprovar na orientação da estatística brasileira de 1936 a presente data, uma vez que não se modificou até agora coisa alguma, de modo substancial, nas condições de trabalho que deixei organizadas. E fique bem claro que não estou reivindicando o merecimento que porventura também se encontre na obra ibgeana, porquanto esse mérito pertencerá a todos os que serviram com imensos sacrifícios à nossa grande causa. Quero apenas declarar que devo responder, e de fato respondo, por tudo que mereça censura na atuação do primeiro Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística e nas condições técnicas e morais do trabalho das estatísticas brasileiras, considerando tal trabalho na solidariedade nacional que o IBGE implantou.
>
> Assim, Senhor Presidente, julgo-me com o indiscutível direito de pedir a V. Excia. se digne determinar as providências que instaurem o processo regular para apurar minha real e exclusiva responsabilidade pela inépcia, ação dolosa ou omissão culposa de que se tenha acaso revestido minha atuação como assessor e preposto executivo do Conselho Nacional de Estatística. Impõe-se também pedir a V. Excia. seja ainda objeto da investigação pedida, o verdadeiro alcance político, científico, técnico, administrativo e cultural, sem excluir os aspectos éticos e sociais, econômicos e financeiros, da instituição que V. Excia. criou e a Constituinte aprovou em 1934, e foi levada a funcionar dentro das normas da Convenção Nacional de Estatística, pondo em prática, pela primeira vez no Brasil, um sistema completo de cooperação intergovernamental em setor de atividades que interessam, e não podem deixar de interessar, por igual, à União, aos Estados e aos Municípios.
>
> Se as alegações do Sr. Presidente do IBGE se comprovarem verdadeiras, só me caberá um destino justo: o de acabar os meus dias na cadeia. Só assim o Brasil se livrará do oprobrioso labéu. Mas espero em Deus poder provar à sociedade que esta lamentável ocorrência é devida apenas ao descabido método pelo qual a nova presidência do IBGE entendeu ajuizar da eficiência da entidade e da honestidade do seu trabalho. A par disso, também, resulta da injusta e incompreensível precipitação de julgamento e publicidade, sem atentar-se em quanto isto agrava e torna irreparável o dano moral causado, nem ao significado político de que o caso se reveste, não apenas para uma classe, mas para o Governo da República e a dignidade do Brasil. (FREITAS, 1952, p. 3).

Diante disso, e dos clamores da comunidade dos profissionais envolvidos, Getúlio Vargas não teve outra escolha senão constituir a comissão solicitada, o que faria pelo Decreto n. 30.399, de 16.01.1952, sendo presidida pelo renomado jurista Themistocles Brandão Cavalcanti (1899-1980), procurador-geral da República, e composta por Manoel Bergströn Lourenço Filho (criador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP), João Lyra Madeira (Demógrafo) e Jessé de Souza Montello (este, no futuro ainda seria presidente do IBGE). Seu relatório estaria pronto em 17.03.1952, e desautorizaria as acusações do General. Eis a introdução do relatório, assinado pelo presidente da comissão:

> Felizmente para o Brasil, não trouxe o resultado a que chegamos nenhuma decepção. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística constitui realização notável, quanto à sua estrutura, ao seu funcionamento, ao serviço que tem prestado ao Brasil. Aos homens que deram o seu esforço, a sua dedicação e competência para a sua realização, devem os brasileiros ser gratos porque constitui obra relevante. Se o ajustamento das suas peças deve ser feito periodicamente, se deficiências foram encontradas em seu funcionamento, esses defeitos devem ser atribuídos somente, em parte, à sua organização, o mais deve ser imputado à nossa própria vastidão territorial, às deficiências das nossas comunicações, a incultura de parte da população, à dificuldade de remunerar condignamente os funcionários do Instituto, principalmente os técnicos que pela sua competência, encontram ótimos salários em outras empresas e atividades. Por outro lado, só recentemente temos tido a preocupação de preparar técnicos em estatística, em economia e outras especialidades, daí a escassez de pessoal apto a realizar verdadeiras pesquisas nos diversos setores da estatística, principalmente econômica e proceder a uma análise séria dos fenômenos. Não se trata de obra perfeita nem definitiva, porque o mundo não conhece mais serviços dessa natureza, mas a sua estrutura e as bases de sua organização são tão perfeitas quanto possível. Os ajustamentos necessários ao aprimoramento dessa obra estão mencionados no relatório da Comissão. Themistocles Brandão Cavalcanti (CAVALCANTI, 1952, p. 4-5)[21].

A imprensa, ao longo dos trabalhos da comissão, não daria sossego ao General, com ampla cobertura aos documentos veiculados, inclusive ao que Teixeira de Freitas enviaria à Comissão em 22.02.1952. As manchetes nos jornais seriam duras, e as charges seriam cáusticas. Ao final, ecoaria o relatório de conclusão da Comissão que desautorizou as acusações do General. Teixeira de Freitas saíra vitorioso, mas bastante sofrido, sem dúvida, como mostra troca de cartas que manteve com o educador Fernando de Azevedo, entre outros[22]. Em

21 Uma versão completa do relatório dessa comissão pode ser lida no CD-ROM que acompanha o vol. 3 da *História das estatísticas brasileiras: 1822-2002* (SENRA, Nelson. Estatísticas Organizadas: c.1936-c1972. Rio de Janeiro: IBGE, 2008).

22 Veja-se essa troca de cartas no Fundo Documental Teixeira de Freitas, de posse do Arquivo Nacional. Uma sua seleção está em SENRA, 2016, p. 221-227.

18.07.1952, por exemplo, lamenta o desenrolar da crise, que considera estar ainda em curso, e roga aos céus para que, ao fim e ao cabo, não seja preciso utilizar as palavras de apreço dos seus amigos como epitáfio no "túmulo" do IBGE, e diz sonhar com o nome de Lourenço Filho para substituir o general na presidência do IBGE, mas não vê como influir. No mesmo dia, dirige carta a Milton da Silva Rodrigues, quando afirma que os motivos da crise são sórdidos, vingativos, criminosos e interesseiros[23].

Vencida aquela dura luta, Teixeira de Freitas tentaria influenciar na nomeação do novo presidente, e chegaria a sugerir vários nomes, entre os quais Lourenço Filho, visto acima, também Anísio Teixeira, entre outros. Mas não teria sucesso. O escolhido seria o desembargador Florêncio de Abreu[24], que, secundado pelo novo Secretário-Geral, Maurício Filchtiner, daria "uma no ferro e outra na ferradura", ou seja, se de um lado ganhara Teixeira de Freitas, de outro também ganharia Lourival Câmara com a criação da Escola Brasileira de Estatística (que pouco tempo depois se tornaria a atual Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE), da qual seria feito diretor. Não era o melhor momento para aquela criação da escola, e teria sido melhor que o IBGE avançasse na trajetória do Laboratório de Estatística, criado e dirigido pelo demógrafo ítalo-brasileiro Giorgio Mortara.

A gestão Florêncio de Abreu não seria longa, pois se sentiu no dever de deixar o cargo quando do suicídio de Getúlio Vargas (em agosto de 1954), sendo substituído no governo Café Filho pelo jornalista Elmano Cardin[25], que, tal e qual o novo governo da República, não ficaria muito tempo no cargo[26]. Enfim, se coubera à gestão Florêncio de Abreu trazer para o Brasil a honra de sediar a XXIX Sessão do ISI, à qual se juntariam outras instituições internacionais em congressos, pela visão ampliada de Teixeira de Freitas, ao fim e ao cabo, por rumos insondáveis do destino ibgeano, caberia à gestão Elmano Cardin torná-la efetiva, o que se daria em 1955, contando com a presença do presidente da República, Café Filho, o que era uma praxe nesses eventos, àquele tempo.

---

23 Recentemente um neto de Teixeira de Freitas, Fernando Teixeira de Freitas houve por bem passar ao acervo do IBGE um conjunto de documentos que ainda estava sob a guarda da família. Entre eles há uma espécie de desabafo íntimo de Teixeira de Freitas sobre a crise ainda a espera de estudo e análise. Numa leitura superficial é possível entender melhor sua percepção dos nomes políticos envolvidos, entre os quais relaciona Ademar de Barros, e suas razões, donde se retorna à antiga crise paulista em conflito com a criação do IBGE.

24 Era cunhado do presidente da República Getúlio Vargas.

25 Tinha vínculo antigo com o IBGE, uma vez que participara da Comissão Censitária de 1940.

26 No governo Nereu Ramos, voltaria à presidência do IBGE o embaixador Macedo Soares, em curta gestão, não obstante o convite de Juscelino Kubitschek para permanecer no cargo. Na ocasião, o Embaixador acumulou a função de Ministro das Relações Exteriores, tal e qual se dera quando de sua primeira assunção ao cargo em 29 de maio de 1936.

As conferências internacionais

A crise já quase estava esquecida pela população, e saíra dos jornais. Aos olhos de todos, vendo-se de fora, o IBGE saíra a contento, até mesmo fortalecido. Mas internamente sofrera muitíssimo, tendo perdido quadros de grande valor, o que logo lhe afetaria o desempenho. Contudo, ao poder sediar em junho de 1955 as ditas Reuniões Internacionais de Estatística, viveria forte alento, renovando esperanças. Como visto no início, a decisão de sediar a XXIX Sessão do ISI se dera em Roma, em 1953. Haveria um período de preparação, no qual Teixeira de Freitas se envolveria intensamente, inclusive em reuniões em Haia, em março de 1954.

Embora fosse decidido que a sessão seria dada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 1955, não se dera tento de que em julho daquele ano haveria na cidade o 36º Congresso Eucarístico Internacional. Por certo a cidade estaria cheia de peregrinos, nacionais e estrangeiros, de modo que os hotéis não teriam condições de receber os participantes do ISI. Como resolver esse dilema, era a questão que se colocou logo de pronto, e a solução veio de Teixeira de Freitas. Sua sugestão, como antecipamos na introdução, fora transferir a cidade-sede para Petrópolis, e dar lugar ao evento no Hotel Quitandinha. Mas os custos seriam muito altos, pois se tratava de um dos mais luxuosos hotéis à época.

O Hotel Quitandinha, tão luxuoso que chegava a ser chamado de Palácio Quitandinha, localizado no bairro de mesmo nome, na zona sul de Petrópolis, havia sido construído por iniciativa do empresário mineiro Joaquim Rolla[27], em 1944, no auge da liberdade dos cassinos no Brasil. Seu interior tem estilo rococó e seu exterior é normando. Possui 50 mil metros quadrados e seis andares, divididos em 440 apartamentos e 13 grandes salões com até 10 metros de altura. A cúpula do Salão Mauá é a maior cúpula de concreto do mundo, medindo 30 metros de altura e 50 de diâmetro. Em frente ao hotel, há um lago em formato do mapa do Brasil, mas de cabeça para baixo em relação a posição do hotel. Era, então, o maior cassino da América do Sul. As festas que nele eram dadas fizeram história, e nele foram ambientadas muitas películas da antiga Atlântida, protagonizadas por Oscarito, Grande Otelo, Eliane, e muitos outros grandes atores e atrizes. Passaram por seus salões estrelas do porte de Errol Flynn, Orson Welles, Lana Turner, Henry Fonda, Maurice Chevalier, Greta Garbo, Carmen Miranda, Walt Disney, Bing Crosby, entre outros, e até políticos, como Getúlio Vargas e Evita Perón, sem olvidar Harry Truman. Com a proibição do jogo no país pelo presidente Eurico Dutra, em 1946, o Quitandinha tornou-se apenas um hotel, e, embora mantivesse seu elevado nível, não resistiu ao passar do tempo,

27 Tinha por sócio Antonnio Faustino, engenheiro-chefe e vice-diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, cuja irmã, Margherita, se casara com Joaquim Rolla.

vindo a passar por radicais mudanças na utilização[28]. Contudo, em 1955 ainda era uma referência nacional em luxo, e era caro. Então, como se valer daquele espaço para sediar a sessão do ISI?

É quando Teixeira de Freitas tem a ideia de ampliar aquele evento e transformar a reunião de uma única instituição numa série de outras reuniões de outras instituições, ou seja, com várias delas colocando recursos, além do IBGE e do governo brasileiro, enquanto patrocinadores, o evento seria viabilizado. E tudo ganharia uma dimensão muito mais ampliada. Em lugar de uma reunião do ISI se teria um conjunto de instituições em congresso: foi o havido, e foi um sucesso. O IBGE brilhou, e Teixeira de Freitas pontificou entre seus pares. Da depressão em que saíra da crise no IBGE, ganhara naquele momento a glória. Chegara ao paraíso.

Cerca de 300 técnicos, nacionais e internacionais, estiveram presentes, entre delegados oficiais de governos, representantes de instituições não governamentais e entidades internacionais, assessores e convidados especiais. Na ocasião, foram realizadas, ao mesmo tempo: a XXIX Sessão do Instituto Internacional de Estatística (International Statistics Institute - ISI); a 3ª Assembleia Geral do Instituto Interamericano de Estatística (Inter American Statistical Institute - IASI); a 12ª Reunião do Comitê Executivo do IASI; a 1ª Sessão da Comissão de Educação Estatística do IASI; a 3ª Sessão da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais do IASI; a 3ª Conferência Interamericana de Estatística (da Organização dos Estados Americanos - OEA); e a Assembleia Geral da União Internacional para o Estudo Científico da População. Mais de 200 artigos foram enviados entre comunicações, relatórios e sugestões para programas estatísticos interamericanos.

Na ocasião, o novo presidente do IBGE, Elmano Cardim, acadêmico e jornalista, com seu prestígio transformou o evento num grande instante nacional, com direito inclusive à presença do presidente da República, Café Filho, e recepção no Palácio do Itamaraty, oferecida pelo chanceler Raul Fernandes. Em seguida, haveria uma recepção aos representantes internacionais, em que, de novo, Teixeira de Freitas seria estrela de primeira grandeza. Houve ainda visitas a pontos turísticos da cidade do Rio de Janeiro, como o Jardim Botânico, o Pão de Açúcar, o Corcovado, passeio pela Baía da Guanabara em navio da Marinha de Guerra, entre outros.

Integraram as delegações internacionais homens já então notáveis, sendo alguns já autores de livros textos, e o tempo logo os mostraria como verdadeiras referências em suas disciplinas: R. G. D. Allen, Sir Ronald A. Fisher, David J. Finney, Joseph Oscar Irwin e George North, na delegação da Inglaterra; P. C.

28 Veja-se: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pal%C3%A1cio_Quitandinha. Acesso em: 17.03.2019.

Mahalanobis, na da Índia; Pierre J. Delaporte, René Roy e François Divisia, na da França (bem numerosa); Marcelo Boldrine e Corrado Gini, na da Itália; Carlos E. Dieulefait, na da Argentina; G. Goudswaard, na da Holanda. Na delegação norte-americana (a maior de todas) estavam W. E. Deming, Halbert L. Dunn, Carl P. Blackwell, Morris H. Hansen, Stuart A. Rice, Thomas Jabine, Walter F. Willcox. Além desses países, houve delegações da Alemanha, Áustria, Bélgica, Bolívia, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, República Dominicana, Egito, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Iran, Irlanda, Israel, Iugoslávia, Japão, Líbano, Nicarágua, Noruega, Peru, Polônia, Suécia, Suíça, Turquia, Uruguai e Venezuela.

Na delegação brasileira (bem representativa, com ibgeanos e acadêmicos), além de Teixeira de Freitas, estavam Giorgio Mortara, Jessé Montello (que ainda seria presidente do IBGE), Lyra Madeira[29], Porto Carreiro, Lauro Sodré, Mesquita Lara, Jorge Kingston, Alberto Martins, Anísio Teixeira, Benedito Silva, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Jorge Kafuri, Rafael Xavier, Tulo Hostílio Montenegro, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Waldemar Lopes, Alexandre de Morais, Milton da Silva Rodrigues, Germano Jardim, e vários outros (REUNIÕES..., 1955).

Os textos expostos no evento nas diversas sessões, algo que seria de muito interesse aos estudiosos, ainda não estão disponíveis. Por quê, cabe perguntar. Talvez pela mudança conturbada de presidentes e de secretários-gerais naquele instante, talvez porque tenha havido uma evasão de quadros de imediato, perdendo os principais discípulos de Teixeira de Freitas, exatamente os que tinham maior sentido de memória institucional, talvez pelo súbito falecimento de Teixeira de Freitas, enfim, por uma conjugação desses diversos fatores. Mas é possível que esses textos ainda sejam encontrados na frequente reagrupação da Biblioteca Central do IBGE, sempre a revelar preciosidades de interesse não apenas à história da atividade estatística brasileira, mas também à história brasileira.

Palavras finais

As conferências internacionais ocorreram em junho de 1955, e em fevereiro de 1956, Teixeira de Freitas deixaria o mundo dos vivos, ficando apenas sua memória, inesquecível certamente, sempre a ensinar ao presente. Faria 66 anos em 31 de março, e ainda teria muito que dar ao Brasil, com sua visão de mundo, seja pela ótica da estatística, pela sua ótica da cartografia, e, num sentido mais amplo, a tudo abarcando, em sua percepção de homem religioso, que a tudo analisava numa perspectiva racionalista. Mas essa é apenas uma hipótese de trabalho.

29 Sobre este ibgeano, ver SENRA, Nelson de Castro (org.) Lyra Madeira, um mestre da demografia brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. (Com textos de Valéria da Motta Leite e Luiz Antônio Pinto de Oliveira, além de textos de época).

O fato mesmo é que por pouco tempo pôde aproveitar da glória que aquele instante no Quitandinha lhe trouxera. Contudo, sua dimensão estava fixada, como bem atesta, entre outros pontos, a presença do presidente Juscelino Kubitscheck em seu velório, assim como seu Chefe da Casa Civil, Álvaro Lins. Diversos discursos foram feitos na ocasião. Necrológios memoráveis apareceram na imprensa, com destaque para um de Carlos Drummond de Andrade, que juntos trabalharam no Ministério da Educação e Saúde, ao tempo do Ministro Gustavo Capanema:

> E se hoje nos conhecemos mais a nós mesmos, se é possível elaborar planos de governo com base em dados positivos, se a iniciativa particular na promoção de riquezas dispõe de elementos essenciais para conhecimento do meio social e econômico, tudo isso se deve a Teixeira de Freitas[30].

Suas ideias e seus ideais seguem presentes, a cobrar reflexão. Sua obra é imortal, e não apenas na criação do IBGE, sua obra mais visível, mas também suas muitas outras ideias, como inegável pensador brasileiro.

Por fim, vale dizer que, 60 anos depois, em 2015, a Cidade do Rio de Janeiro sediou a LX Sessão do ISI, que então tinha por presidente um brasileiro, o ibgeano Pedro Luiz do Nascimento Silva. Por certo Teixeira de Freitas teria gostado.

Referências bibliográficas

CÂMARA, L**.** *Exame crítico da estatística brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE: Conselho Nacional de Estatística - CNE, 1951. 89 p.

CAVALCANTI, T. B. *Relatório da comissão (criada pelo Decreto n. 30.399, de 16 de janeiro de 1952), e destinada a examinar a situação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sob o ponto de vista técnico e técnico-administrativo*. 17 de março de 1952.

COELHO, D. P. *A questão do Conselho Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. 44 p.

FREITAS, M. A. Teixeira de. Consequências desastrosas da atual crise do IBGE: afirmações parciais e apressadas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1952. Primeira seção, p. 3.

LOPES, Waldemar. Razões dos demissionários. *In*: LOPES, Waldemar. *A crise do IBGE***.** Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, 1952a. 42 p.

LOPES, Waldemar. Refutação ao folheto "A questão do Conselho Nacional de Estatística", de autoria do presidente do Instituto, General Djalma Polli Coelho. *In*: LOPES, Waldemar. *A crise do IBGE***.** Rio de Janeiro: IBGE, v. 2., 1952b. 135 p.

30 Texto de Carlos Drummond de Andrade, publicado no Correio da Manhã, em 25 de fevereiro de 1956.

REUNIÕES internacionais de estatística. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, n. 62, p. 125-143, abr./jun. 1955.

SENRA, Nelson de Castro. (Org.). *Teixeira de Freitas e a criação do IBGE*: correspondência de um homem singular e plural. Prefácio de Leandro Garcia Rodrigues. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 536 p.

A MAIS CARIOCA DAS RUAS DO RIO

Neusa Fernandes[1]

Resumo:

O texto focaliza a Rua da Carioca, situada no centro da Cidade do Rio de Janeiro. Antiga Rua do Piolho foi via importante no período colonial, mantendo até hoje significativos prédios históricos.

Palavras-chave: Rua da Carioca; prédios antigos; cinemas.

Resumé:

Cet article a étudié Rue Carioca, situé au centre de la cité de Rio de Janeiro. Antique Rue de Piolho, a eté une rue très importante au passé recente, mantenant jusque aujourdhuit considérables immeubles historiques.

Mots cles: Rue Carioca; immeubles historiques, cinemas.

A Rua da Carioca é uma das mais famosas e populares ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro. Inicia-se no largo da Carioca, onde existia a Lagoa e o Morro de Santo Antônio, de propriedade dos frades franciscanos, assim chamado por ser ladeada pelo atual Convento de Santo Antônio, oriundo da ermida construída em 1592, pelos citados religiosos. A construção do Convento de Santo Antônio foi iniciada em 1608 e em 1633, ao lado dele, iniciou-se a construção da Igreja de São Francisco da Ordem Terceira da Penitência.

A notícia mais antiga que se tem da existência da Rua da Carioca nos é dada por Vieira Fazenda ao informar que já em 1667, essa rua era conhecida como O Caminho do Egito. Depois foi transformada em Rua do Egito porque na esquina existia o armazém do Lourenço, onde se venerava a Sagrada Família fugindo de Herodes. Em 1741, passou a se chamar Rua do Piolho, em consequência do intenso movimento de carros-pipas, conhecidos, popularmente, como "piolhos." Outros nomes surgiram como Rua São Francisco da Penitência, Rua São Francisco de Assis e Presidente Wilson. Em 1848, passou a se chamar Rua do Carioca, em cumprimento à Resolução da Câmara Municipal, e como extensão do Chafariz da Carioca onde a água que abastecia a cidade, vinha de Santa Tereza direto para a fonte do Carioca, no Largo do mesmo nome.

Na Rua da Carioca conviveram muitas nacionalidades e credos, como judeus, árabes, libaneses, turcos e outros, responsáveis pela sua riqueza cultural. Povoada de importante casario, a Rua da Carioca exibe uma grande variedade de casas que possuíam comércio embaixo, o que facilitava levar para a residência a sobra dos produtos. Daí o nome de sobrados.[2] A decoração das fachadas

1 Pós-doutora em História e em Museologia. Presidente do IHGRJ.

2 Sobrado é uma edificação de dois andares. No tempo colonial, sobrados eram as residências dos senhores, opondo-se aos mocambos, residências dos mais pobres. Originaram-se de Minas Gerais,, durante o ciclo do ouro: construções realizadas a partir do nível mais alto das ruas ou dos morros de modo que sobrava um espaço sob o

das casas definia o *status* do morador. Os comerciantes da Rua contratavam especialistas estrangeiros para criá-las, o que explica a variedade de estilos arquitetônicos.

Para dar passagem a Avenida Norte Sul, alguns importantes prédios da Rua da Carioca foram demolidos. O Projeto de Alinhamento (PA) na época "previa a demolição do lado ímpar e recuo de 12 metros do lado par, numa descaracterização total do sítio urbano encravado em pleno coração do Centro da Cidade do Rio de Janeiro". Com o objetivo de preservá-lo e tendo como metas prioritárias a luta pelo tombamento e restauração dos prédios históricos, em fevereiro de 1978, foi fundada a SARCA–Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca e adjacências. O tombamento provisório saiu em junho de 1983, fato comemorado com uma grande festa, com as presenças do governador Leonel Brizola, do vice-governador Darcy Ribeiro e do diretor do Instituto Estadual de Patrimônio (INEPAC), o arquiteto Italo Campofiorito.

A Rua da Carioca tem ainda alguns significativos edifícios históricos, tombados pelo INEPAC, como os dos Cinemas, Ideal e do Iris, além do restaurante Zicartola e do Bar Luis.

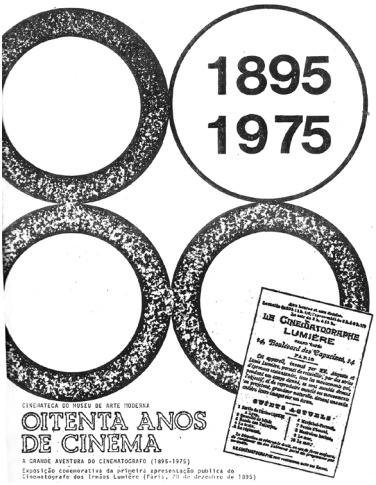
Cinema Iris

No sobrado de número 49, foi aberto ao público, em 1909, o Cinematógrafo Soberano. Transformado em 1914 em Teatro de Variedades, de nome Teatro Victoria, teve a sua capacidade aumentada com a reforma iniciada em 1919. Recebeu neste momento as ornamentações emblemáticas de estilo *art nouveau* presentes em sua escadaria, bilheteria, marquise e mais o famoso painel de entrada da deusa Iris, que dá o nome atual ao cinema.

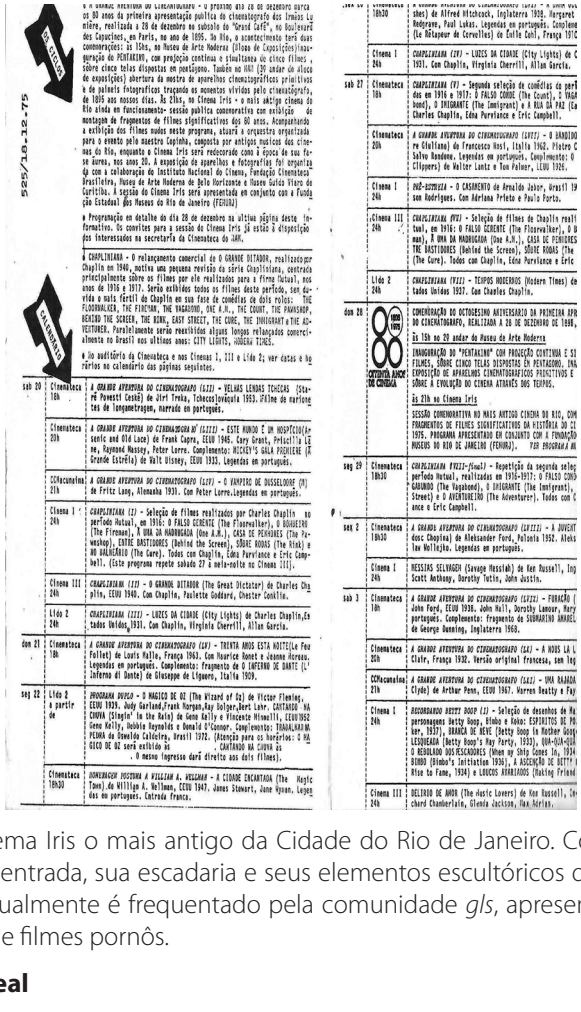
Em comemoração aos oitenta Anos de Cinema (1895-1975), a primeira apresentação pública do Cinematógrafo dos Irmãos Lumière, ocorrida em 28 de novembro de 1895, realizou-se, com enorme sucesso, uma sessão de cinema mudo, idealizada e promovida pela Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro (FEMURJ), com programação escolhida pela Cinemateca do MAM. À sessão foram convidadas autoridades, profissionais de cinema, intelectuais e artistas que superlotaram o cinema que exibiu imagem nova, lavado, limpo, desinfetado, com as calçadas restauradas e as escadarias ornamentadas com flores brancas, reproduzindo a decoração de sua inauguração.

---

piso principal do edifício. Com o tempo, este nível passou a ser considerado térreo, vindo a caracterizar o sobrado.


1895
1975
LE CINÉMATOGRAPHE LUMIÈRE
CINEMATECA DO MUSEU DE ARTE MODERNA
OITENTA ANOS DE CINEMA
A GRANDE AVENTURA DO CINEMATOGRAFO (1895-1975)
Exposição comemorativa da primeira apresentação pública do Cinematógrafo dos Irmãos Lumière (Paris, 28 de dezembro de 1895)

CINEMA
IRIS
Empreza: J. CRUZ JUNIOR
Rua da Carioca, 49/51 — Tel. Central 4152
1895
1975
OITENTA ANOS DE CINEMA
80 ANOS DE CINEMA
programa comemorativo organizado pela
CINEMATECA DO MUSEU DE ARTE MODERNA
apresentado sob os auspícios da
FUNDAÇÃO DOS MUSEUS DO RIO DE JANEIRO (FEMURJ)
com a colaboração da
COMPANHIA DE CIGARROS SOUZA CRUZ



525/18-12-75

É o Cinema Iris o mais antigo da Cidade do Rio de Janeiro. Conserva sua imponente entrada, sua escadaria e seus elementos escultóricos de estilo art-noveau. Atualmente é frequentado pela comunidade *gls*, apresentando programação de filmes pornôs.

Cinema Ideal

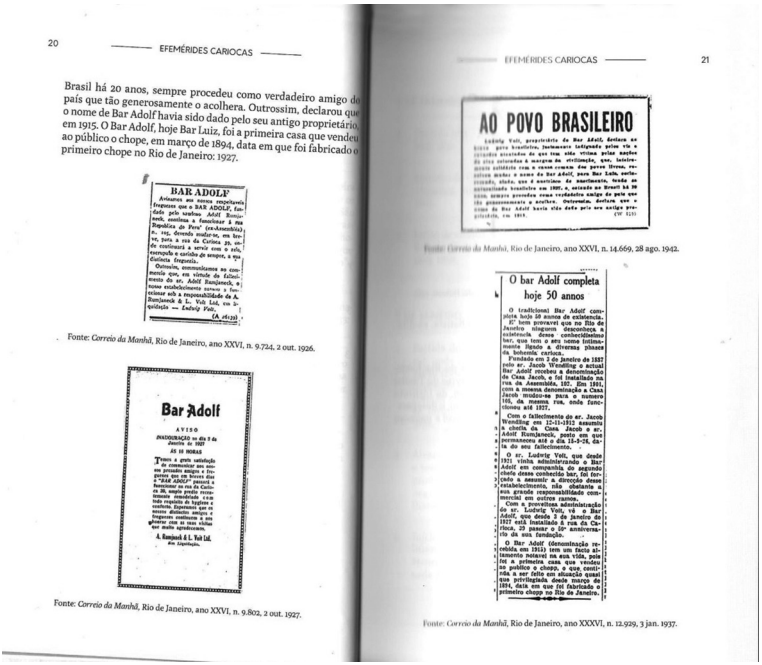
O Cinema Ideal foi inaugurado, como cinematógrafo, em 6 de outubro de 1909, pelo seu proprietário José Júlio Pereira de Morais, visconde de Morais. Com um grandioso programa, com filmes variados e exibindo, como atração máxima, o teto envidraçado em estrutura metálica, que se abria nos intervalos. Rivalizando com o Cinema Iris, quase em frente a ele, ocupava o prédio de número 62 da Rua da Carioca. Apresentava os filmes da Pathé, enquanto o Iris apresentava os da Universal. A programação dos dois cinemas tornavam a rua intransitável.

O Cinema Ideal possuía 800 lugares e a cadeira fixa de Rui Barbosa, o fre-

quentador mais assíduo. Em 1926, foi reinaugurado, como Cine Teatro Ideal, pelo seu novo proprietário Manoel Pinto, no dia do seu aniversário. A peça escolhida foi *Cala a Boca*, Etelvina de Armando Gonzaga. O elenco, encabeçado por Alda Garrido, contava com a participação de Olga Louro, Georgina Guimarães, Rosita Rocha, Manoel Durões, Augusto Anibal, Américo Garrido, Gervásio Guimarães e Pedro Celestino, dirigidos por Augusto Santos. A música era de Freire Júnior, com versos de Rubem Gil. Fechado em 1961, teve parte do seu prédio destruída e deu lugar a uma sapataria. Em 1990, voltou a funcionar como casa de espetáculos, a primeira casa *gls* carioca alcançando um breve período de sucesso. Com pouca frequência, devido às obras portuárias na cidade para as Olimpíadas de 2016, a casa noturna fechou definitivamente em 16 de fevereiro de 2014.

Bar Luís

O conhecido Bar Luís, foi inaugurado no dia 3 de janeiro de 1927, com o nome de Bar Adolf, ocupando o prédio de número 39 da Rua da Carioca. Antes, estava instalado na Rua República do Peru, antiga Rua da Assembleia, 105. Fundado em 3 de janeiro de 1887, por Jacob Wendling, com o nome de Casa Jacob, ocupou o prédio da Rua a Assembleia, 102. Em 1901, com a mesma denominação, mudou-se para o número 105, da mesma rua, onde funcionou até 1927. Com a morte de Jacob Wendling, em 12 de novembro de 1912, assumiu a direção da Casa Jacob, Adolfo Rumjaneck, permanecendo no posto até a sua morte, em 13 de setembro de 1926. Ludwig Voit, que desde 1921 administrava o Bar Adolfo, em companhia de Adolfo Rumjaneck, foi forçado a assumir a direção do estabelecimento, não obstante sua grande responsabilidade comercial em outros ramos. Com o falecimento de Adolfo Rumjaneck, a casa passou a funcionar sob a responsabilidade de A. Rumjaneck, & L. Voit Ltda. Em 28 de agosto de 1942, o Bar Adolfo passou a se chamar Bar Luís e seu então proprietário, indignado com os atentados de que tem sido vítima pelas nações do eixo, publicou, no Jornal Correio da Manhã, uma declaração ao povo brasileiro. Inteiramente solidário com a causa comum dos povos livres, resolvera mudar o nome de Bar Adolfo para Bar Luís, esclarecendo, ainda, que era austríaco de nascimento, tendo se naturalizado brasileiro em 1937, e , estando no Brasil há 20 anos, sempre procedeu como verdadeiro amigo do País que tão generosamente o acolhera. Declarou também que o nome de Bar Adolfo tinha sido dado pelo seu antigo proprietário em 1915. O Bar Adolfo, hoje Bar Luís, foi a primeira casa que vendeu ao público o chope, em março de 1894, data em que foi fabricado o primeiro chope no Rio de Janeiro.



20 EFEMÉRIDES CARIOCAS

Brasil há 20 anos, sempre procedeu como verdadeiro amigo do país que tão generosamente o acolhera. Outrossim, declarou que o nome de Bar Adolf havia sido dado pelo seu antigo proprietário, em 1915. O Bar Adolf, hoje Bar Luiz, foi a primeira casa que vendeu ao público o chope, em março de 1894, data em que foi fabricado o primeiro chope no Rio de Janeiro: 1927.

BAR ADOLF

Avisamos aos nossos empregados frequentes que o BAR ADOLF, fundado pelo sr. Adolf Ronijaneck, continua a funcionar à rua Republica do Perú (ex-Assembléia) n. 105, devendo, de agora em diante, para a rua da Carioca 30, onde funcionará a serviço com o seu conhecido e querido de sempre, a sua Gallinha frequenta.

Outrosim, communicamos ao commercio que, em virtude do falecimento do sr. Adolf Ronijaneck, o nosso estabelecimento passou a funcionar sob a responsabilidade de A. Ronijaneck & L. Valt Ltd, em liquidação — *Ludwig Valt.*

(A. 16.131)

Fonte: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 9.734, 2 out. 1926.

Bar Adolf

AVISO

INAUGURAÇÃO no dia 3 de Janeiro de 1927

ÁS 10 HORAS

Tem a grata satisfação de participar aos seus antigos e frequentes que os Bares dos Bares Adolf passará a funcionar no seu antigo local, ás 10, sendo preciso convidamos cordialmente a todo repasado de bagtiers a comparecerem ao nosso mesmo distincto antigo e frequente: continuam a ser os mesmos preços, sendo que por 1$000 os petiscos

A. Ronijaneck & L. Valt Ltd.
Em liquidação.

Fonte: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 9.802, 2 out. 1927.

EFEMÉRIDES CARIOCAS 21

AO POVO BRASILEIRO

Ludwig Valt, proprietário do Bar Adolf, declara ao nosso povo brasileiro, inclusive indignado pelos vis e criminosos insultos de que tem sido vítima pelos anônimos do ciúme infundado à sua pessoa de civilização, que, inteiramente satisfeito com a cousa comum dos povos livres, resolveu mudar o nome do Bar Adolf, para Bar Luiz, certificando, ainda, que é sucessor do saudoso, tendo se naturalizado brasileiro em 1907, e, quando no Brasil há 20 anos, sempre procedeu como verdadeiro amigo do país que tão generosamente o acolhe. Outrossim, declara que o nome do Bar Adolf havia sido dado pelo seu antigo proprietário, em 1915. (N. 7.11)

Fonte: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 14.669, 28 ago. 1942.

O bar Adolf completa hoje 50 annos

O tradicional Bar Adolf completa hoje 50 annos de existencia.

E' bem provavel que no Rio de Janeiro ninguem desconheça a existencia desse conhecidissimo bar, que tem e até teve intimamente ligado a diversas phases da vida carioca.

Fundado em 3 de Janeiro de 1927 pelo sr. Jacob Wendling o actual Bar Adolf recebeu a denominação de Casa Jacob, e foi installado na rua da Assembléa, 107. Em 1891, com a mesma denominação a Casa Jacob passou para o numero 105, da mesma rua, onde funccionou até 1927.

Com o fallecimento do sr. Jacob Wendling em 12-11-1912 assumiu a chefia da Casa Jacob o sr. Adolf Ronijaneck, posto em que permaneceu até o dia 15-3-28, data do seu fallecimento.

O sr. Ludwig Valt, que desde 1921 vinha administrando o Bar Adolf em companhia do segundo chefe desse conhecido bar, foi forçado a assumir a direcção desse estabelecimento, não obstante a seu grande responsabilidade commercial em outros ramos.

Com a proveitosa administração do sr. Ludwig Valt, vê o Bar Adolf, que desde 3 de Janeiro de 1927 está installado á rua da Carioca 30 passar o 50º anniversario de sua fundação.

O Bar Adolf (denominação recebida em 1915) foi a primeira casa (numero notavel) em sua vida, pois foi a primeira casa que vendeu ao publico o chopp, a que continúa a ser feito em situação quasi que privilegiada desde março de 1894, data em que foi fabricado o primeiro chopp no Rio de Janeiro.

Fonte: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XXXVI, n. 12.929, 3 jan. 1937.

Fonte: Jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, Ano XXVI, n.802. 2 de out.1927.
Jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, Ano XXXVI, n.12.929.3 de jan. 1927.

A CULTURA DO CAFÉ NO RIO DE JANEIRO: INTRODUÇÃO E EXPANSÃO PELO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Claudia Braga Gaspar[1]

Resumo:

O Texto abaixo é uma pequena resenha sobre a introdução e trajetória do café no Brasil e, principalmente, no Rio de Janeiro. Seu percurso em território brasileiro, desde a sua introdução no Pará por Palheta, até a sua implantação e penetração pelo interior do Rio de Janeiro, durante os séculos XVIII (final dele) e XIX, quando fez a riqueza dos chamados Barões do Café e do Vale do Paraíba Fluminense, Mineiro e Paulista. Traçar possibilidades para as cidades do vale hoje, onde o turismo cultural e histórico seja priorizado, bem como a produção de um café mais gourmet e diferenciado.

Palavras-chave: Café, Vale do Paraíba, Vassouras, Rio de Janeiro, SéculoXIX.

Abstract:

The article Culture of coffee in Rio de Janeiro is an introduction of the coffee plantation in Brasil and its spreeding in the territory, especially in Rio de Janeiro and The Paraiba Valley during the 19 century where it made fortunes for many people, called The Coffee Barons. Finally draw possibilites for that region nowadays, which the historical and cultural tourism will be one of the ways to rescue the glory of that past with a gourmet and very qualify coffee plantation.

Keywords: Coffee, Paraíba Valley, Rio de Janeiro, Vassouras, XIX Century.

> Os cafeeiros apresentam-se o melhor possível plantado a seis pés um dos outros e podados a altura de seis pés, isto para facilitar a colheita dos grãos e para robustecer os pés, cujos ramos mais exuberantes são cortados de tempos a tempos. Já no terceiro ano o cafeeiro produz; no quinto está em plena maturidade, podendo-se calcular que cada pé rende em média uma libra; e, 3 e 4 libras são exceções e só ocorrem quando se encontram perto de uma esterqueira ou são adubadas. Um cafeeiro bem tratado pode viver 30 anos e ainda dar. A colheita tem lugar duas vezes por ano. Em maio é a principal, mas também em outubro, sendo curioso que os grãos não amadurecidos na primeira época só em outubro adquirem a cor vermelha. As cerejas, uma vez colhidas, são esparramadas num grande terreiro plano em frente à casa, para secar. Enquanto ainda estão verdes a chuva é benéfica e ajuda à separação da casca do grão; meio secos devem ser protegidos contra ela. Completamente secos passam por um moinho, que consta de duas rodas de meio pé de largura e de madeira maciça, as quais rodam em torno do eixo e sobre um canal em que se depositam os grãos. Um garfo segue as rodas para recolher os grãos imprensados que escapam pelos lados, mais ou menos como nos moinhos de óleo. (FERREZ, *Pioneiros da Cultura do Café na Era da Independência*, 1978, p. 13s).

1 Historiadora, formada pela PUC do Rio de Janeiro, com pós graduação Latus Sensus em A Fotografia como Instrumento de Pesquisa nas Ciências Sociais. Sócia da Academia de Letras de Vassouras e sócia correspondente do IHGV.

Arvore Genealógica do cafeeiro.

Origem do Café

O café que tem sua origem na África, mais precisamente na região da Etiópia, foi introduzido no Brasil no século XVIII, no Pará e Maranhão, muito embora de forma incipiente. Tudo indica que suas sementes foram extraídas do Jardim La Gabrielle, que os franceses cultivavam na Guiana, onde um jardim de aclimação fora por eles implantado como local para experimento de espécimes adquiridas em suas viagens ao redor do mundo. Suas mudas eram ali guardadas e cultivadas para que fossem utilizadas como promissoras culturas. Vivia-se a era da industrialização, do experimento e das novas possibilidades que o conhecimento prático possibilitava. O café surge então como um artigo promissor. A proximidade do Pará com a possessão francesa teria sido a mola propulsora para a criação de um Horto semelhante ao que fora criado pelos franceses, o Jardim La Gabrielle, conhecido pela riqueza de suas coleções. Dessa forma, nascia o Horto de S. José, aquele que entraria para a história do Brasil, como o primeiro Horto de Aclimatação brasileiro, e, o café, como uma das promissoras culturas a serem cultivadas.

Francisco de Melo Palheta

Francisco de Melo Palheta, cujo nome remete a introdução do cafeeiro no Brasil, era para alguns estudiosos da nossa história, português e não brasileiro. Versão esta contestada por Rodolfo Garcia em cima de estudos realizados por Manuel Barata, um dos grandes nomes da história do Pará que afirma ser o ilustre alferes, brasileiro e natural do Pará. Teve por pais, João Rodrigues Palheta (natural da Vila de Serpa, na província de Alentejo) e de Maria da Ressurreição de Bittencourt. Foi casado com Bernarda de Mendonça Furtado com quem teve 5 filhos. Presume-se que tenha nascido por volta de 1670, e, que em 1691, contando 21 anos, integrou a expedição rumo a exploração do rio Madeira.

Pouco se conhece da história de Palheta (séculos XVII e XVIII). Sabe-se que recebeu uma sesmaria no rio Ubituba, no Estado do Grão Pará e Maranhão, a 7 de fevereiro de 1709, e, em 1731, conseguiu do governo local, outra sesmaria no Pará, entre as bocas do Igarapês Aopijô e Guajará, doação confirmada por D. João V à 20 de março de 1733.

Há exatamente cem anos antes da independência do Brasil já ocupava o posto de sargento Mor (equivalente hoje a Major) na Bandeira rumo ao rio Madeira e suas vertentes em busca de riquezas minerais. Participou também em 1723 da expedição à Caiena cujo intuito era o de demarcar as terras portuguesas e francesas na região. Por esta ocasião, ao ser recebido no Palácio da Suprema autoridade de Caiena foi lhe servido uma xícara de café, que ele tomando pela primeira vez na vida, lamentou não existir em terras brasileiras uma planta de que se extraía tão saborosa bebida.

No seu retorno ao Brasil, em relatório de 1727 sobre a expedição e hoje salvaguardado pela Biblioteca de Lisboa vemos referências as sementes e mudas quando diz

> […] que entregou as sementes e mudas não ao governador do Estado mais sim aos vereadores de Belém, para serem distribuídas pelos agricultores da capital do Pará, e ainda confessa Palheta que também se entregou a cultura da preciosa planta, em terras próprias, embora dela não fizesse lavoura intensiva, pois que em 1733, possuía apenas mil e tantos pés. E declarou ao final, que, dos grãos e mudas trazidas resultou o muito café que já havia, então naquele Estado (MAGALHÃES, 1934, p. 32).

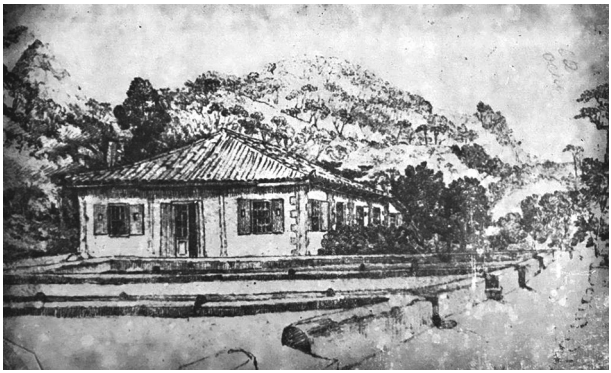
Em 1731 o então governador do Estado do Maranhão em carta escrita à amigos em Portugal contava que nos sítios circunvizinhos de Belém havia muito café, excelente, o qual também é gênero novo na terra, de que dentro de um ou dois anos se remeterão arrobas para Portugal, porque as árvores deles de dois, três anos dão logo fruto em quantidade.

Francisco de Melo Palheta.

O Café no Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, o produto foi introduzido, na segunda metade do século XVIII onde se adaptou bem. As primeiras mudas, trazidas do Pará foram plantadas no jardim dos Barbadinhos, na atual Rua Evaristo da Veiga, pelo holandês João Hopmann, na sua chácara, além do arraial de Mata Porcos, atual Rua Hadock Lobo; pelo bispo D. José Joaquim Justiniano na sua fazenda do Capão e, pelo Padre Antonio do Couto da Fonseca, no Mendanha, Campo Grande, a partir de 1780.

Foi em seguida plantado com sucesso nas encostas das serra da Carioca, por estrangeiros que ganharam prestígio e muito dinheiro. Figuram como grandes cafeicultores, Charles Alexander Moke e Louis François Lescene, proprietário da fazenda San Luiz.



Fazenda San Luiz – Gávea Pequena, 1825. Desenho a lápis de Maria Graham.

Suas plantações e propriedades foram descritas em 1824 pelo alemão Ernest Ebel durante um passeio ao Alto da Tijuca em carta escrita à familiares e presente no livro Pioneiros da Cultura do Café na era da Independência de Gilberto Ferrez. Diz em seu relato que,

> […] após atravessar algumas ribeiras e uma mata deliciosamente fresca cheguei a propriedade do holandês que há 6 anos se fixou no Brasil com seus familiares. Sua casa, uma bonita residência de dois pavimentos em estilo holandês, possui excelente terreno com mais de 100. 000 pés de café. Dentro da propriedade, em um ponto alto pode-se ver a extensão de sua propriedade e cultivo. Tem como vizinho o sr. Lescene que também possui uma excelente plantação de café e foi o primeiro a fazer uma grande plantação no Rio de Janeiro. Já não vive, deixando viúva, filha e um filho que dirige a propriedade (FERREZ, 1978, p. 14).

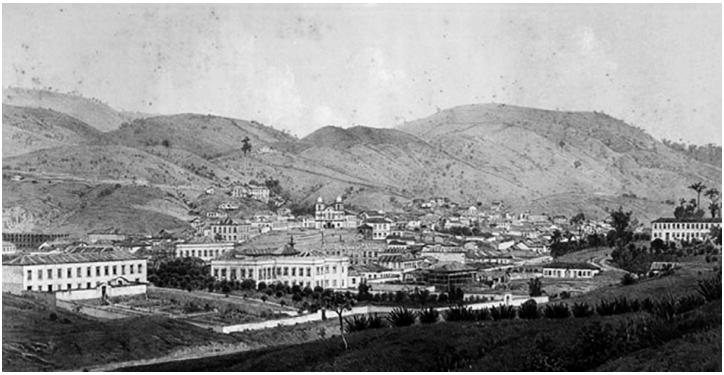
Vue de l' habitation de Me Moke – Desenho a lápis, Benjamim Mary de 1836.

Aos poucos, o café foi se espalhando pelo Maciço da Tijuca e devastando grande parte da floresta nativa ali presente, o que fez com que na virada da segunda metade do século, a escassez de água na cidade do Rio de Janeiro, gerasse uma série de medidas das autoridades competentes visando salvaguardar os mananciais que tinham ali suas nascentes. Deu-se então, início ao replantio de árvores, sendo o trabalho coordenado pelo Major Acher, cujo trabalho pioneiro, garantiu o restabelecimento das matas no local. Ainda é possível, nos dias atuais, ver ao longo de um passeio pela Floresta da Tijuca, remanescentes de pés de café.

Dali, penetrou pelo interior, as margens do rio Paraíba do Sul e foi se fixando no vale do Paraíba paulista, mineiro e fluminense onde se transformaria no grande produto da economia brasileira. O ouro negro como era denominado, foi substituindo o ouro da mineração, já em franca decadência ao final do séc. XVIII, e, transformando-se na cultura promissora do novo século que se projetava.

O declínio da atividade mineradora irá liberar uma mão de obra escrava que será aproveitada na nova cultura, bem como um grande número de famílias mineiras que em busca de novas atividades econômicas migram para a região do fértil vale do Rio Paraíba, entre as serras da Mantiqueira e a Serra do Mar, dando início ao povoamento daquela que se transformaria na mais promissora região econômica do Brasil. Ali, uma oligarquia cafeeira, formada pelos Barões do Café se consolidará fazendo nascer povoados, Vilas e Cidades que transformarão o século XIX no século do OURO NEGRO e das cidades do Vale do Paraíba (Paulista, Fluminense e Mineiro).

O Vale é o café e vice-versa. Os Correia e Castro, os Teixeira Leite, os Pais Leme, os Werneck, os Nogueira da Gama, os Gomes Ribeiro, os Avelar, os Breves serão aqueles que transformarão esta região fluminense, mineira e paulista na grande região produtora do Brasil Imperial. Vassouras, Bananal, São João Príncipe (depois São João Marcos), Valença, Paty do Alferes, Barra Mansa, Resende, Barra do Pirai, Paraíba do Sul, Três Rios, Rio Preto, Além Paraíba, dentre muitas outras cidades do vale são as representantes vivas do que foi o café no Brasil Imperial.

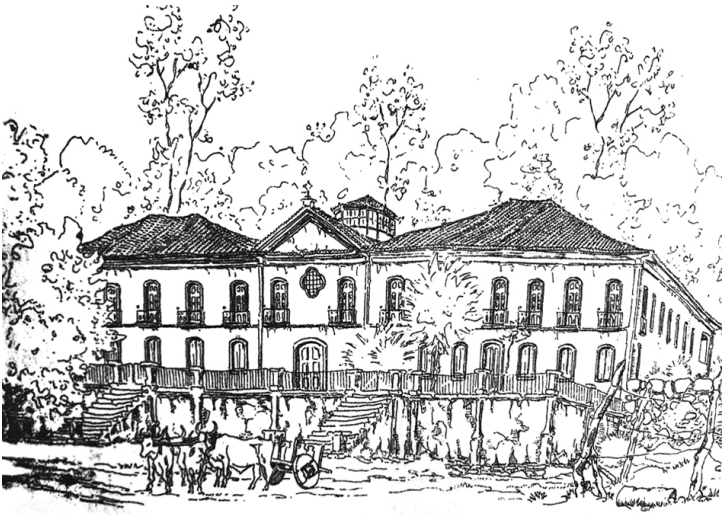


Vassouras – Litografia de Victor Frond (1859).

Registros ainda presentes em cidades como Vassouras, que conseguiu conservar um pouco da glória e pujança desse período, na sua arquitetura tombada desde 1958, e em muitas fazendas ainda preservadas no vale, demonstram na riqueza de seus detalhes, o poder de seus proprietários e do período. São hoje relíquias do passado glorioso da elite oligárquica dos Barões do Café.

Padre André Joao Antonil, já no século XVIII, ao traçar o roteiro do Caminho Novo da Cidade do Rio de Janeiro para Minas no livro Cultura e Opulência do Brasil, atesta a antiguidade da fazenda Pau Grande com o primeiro registro da sua localização geográfica - próxima a Roça do Alferes, hoje Paty do Alferes, ao

rio Paraíba e de um morro que chamam Caburu.



Bico-de-pena da fazenda Pau Grande, 1871.

Fazenda Pau Grande – 1871.

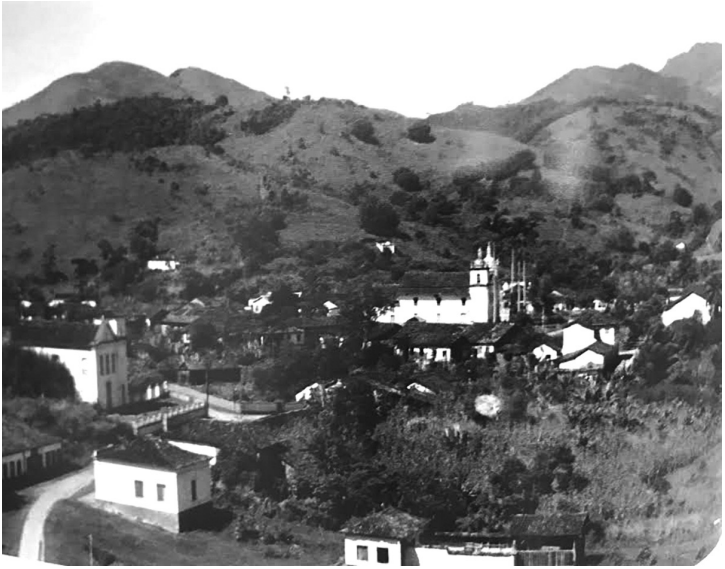
Anos depois, Saint Hilaire, durante suas viagens pelo Rio de Janeiro e Minas Gerais (1816/1822) nos daria novos relatos dessa roça que se transformara em um grande engenho de cana de açúcar, dos mais importantes por ele visto em terras brasileiras e termina sua descrição, dizendo que após percorrer uma vastidão de terras sem vestígios da mão do homem é admirável avistar de repente uma construção imensa, rodeada de vastas usinas. Além da *fazenda Pau Grande* o autor também cita a *fazenda de Ubá*, outra relíquia do vale e também ainda presente na região próximo à Paraíba do Sul. Nela se hospedou por um mês antes de seguir viagem rumo a Minas Gerais. Em sua descrição diz que, após atravessar novas matas saindo de Pau Grande, finalmente, tinha chegado à Ubá. O nome Ubá diz:

> […] é o de uma gramínea bastante elevada, que cresce à beira d'água e é comum nas margens de um rio vizinho à fazenda. Segundo consta, os índios as utilizavam na confecção de flechas em função da sua estrutura longilínea e flexível, em forma de cano (SAINT HILAIRE, 1975, p. 27).

Outras fazendas, como a Secretário, Cachoeira Grande, S Luiz da Boa Sorte, Chacrinha, S. Fernando, Vista Alegre, Paraíso, Maravilha, só para citar algumas das muitas ainda presentes em território fluminense, resistem ao tempo e nos encantam com sua arquitetura e o cheiro de café no ar.

Em território paulista, a mais emblemática é a fazenda Resgate, em Bananal, e, em terras mineiras, as situadas próximas à Além Paraíba, Paraibuna, Rio Preto e da zona da Mata Mineira (Bicas, Mar de Espanha etc.).

Por outro lado, o pouco conhecimento da importância histórica deste patrimônio fez com que muitas relíquias históricas desaparecessem. A cidade de S. João Marcos é um dos exemplos. Tombada pelo SPHAN em 1939, logo após a instituição do órgão, foi destombada, em 1940, pelo então presidente Getúlio Vargas para ser palco da ampliação da represa de Ribeirão das Lages. Morria uma relíquia histórica, aquela que foi um dos berços do desbravamento do vale. Em seu lugar, deveria nascer um grande Reservatório e as possibilidades de um novo Brasil.



Cidade de São João Marcos – autor desconhecido, s. d. (Iphan).

O Vale hoje

O vale foi assim construindo uma riqueza enorme e deixando para as gerações futuras o legado desse passado. Hoje, o turismo passa a ser um dos grandes atrativos da região. O "vale do Loire" brasileiro, seus caminhos cheios de histórias, monumentos, templos arquitetônicos e religiosos, aos poucos vai sendo recuperado. Suas fazendas, graças ao trabalho intensivo do Instituto Cultural Cidade Viva em parceria com o INEPAC, foram inventariadas, e, as cidades que resistiram à pressão da modernidade, que, colocando abaixo uma arquitetura colonial típica deste período, desfizeram a identidade do período cafeeiro na

região, começam a ser historiadas para que possamos conhecer o que restou do que foi o café no vale no período do Brasil Império, principalmente, entre os anos de 1830 e 1870, período áureo do café nessa região.

Infelizmente não teve o vale à mesma sorte da floresta da Tijuca no que diz respeito a sua mata original e o que se vê hoje é uma grande devastação. Calcula-se que aproximadamente 7.200 km da Mata Atlântica original foram derrubados para dar lugar aos cafezais. Nada menos que 18% do território fluminense. Estas áreas, após 30 anos de cultivo foram sendo abandonadas ou, virando pasto para a criação de gado leiteiro, que substituiu o café. Muitos, até hoje, desconhecem ter sido a região uma das mais ricas em biodiversidade. Estrangeiros dentre os quais o botânico Saint Hilaire, em seus relatos, descreve a região como a mais rica em diversidade das matas percorridas em território brasileiro, principalmente, a situada na zona ocidental do vale.

> Não se julgue que as matas virgens sejam por toda parte absolutamente idênticas; apresentam variações conforme a natureza do terreno, a elevação do solo e a distância do Equador. As matas dos arredores do Rio de Janeiro têm mais majestade do que todas as que vi em outras partes do Brasil. Talvez porque em parte alguma a umidade seja tão grande como lá (SAINT HILAIRE, 1932, p. 22).

Para a nossa tristeza, grande parte foi derrubada sem um conhecimento das suas potencialidades e sem uma preocupação no reflorestamento. O pouco que restou, foram amostras recolhidas por botânicos de passagem pelo local, hoje prensadas e guardadas em Museus Europeus, em particular no *Jardin dês Plantes* de Paris e no *Bayerische Botanische Gesellschaft* da Alemanha. Fora isso, apenas o brasileiro Francisco Freire Alemão, em suas andanças pelo Rio de Janeiro se preocupou em conhecer o que se ia derrubando.

O pouco que se investigou sobre a região se perdeu e o que restou, carece ainda hoje, de botânicos e verba para um trabalho de pesquisa e de reflorestamento das áreas desmatadas.

O café, assim como a cana de açúcar, foi sendo plantado sem uma preocupação futura. Os grandes latifundiários ao receberem sesmarias para cultivo do café viam no produto o resultado imediato de seu lucro. Não pensaram em fazer rotação de cultura e deixar parte da mata primária como reserva para as gerações futuras. Foram assim derrubando nossas florestas e deixando em seu lugar apenas morros secos.

Por outro lado, o trabalho escravo, dominante no período, fez do Brasil, o último país da América, a abolir a escravatura. Processo lento, que se arrastou por quase todo o século XIX, só sendo finalizado em 1888 com a lei Áurea.

Segundo Warren Dean, em seu trabalho, "A Ferro e Fogo", a importação de africanos cresceu após a pressão inglesa pela abolição do tráfico negreiro, se transformando em especulação ainda mais febril e lucrativa. Em 1850, 3,1milhões de escravos foram importados, dos quais mais de nove décimos para o Rio de Janeiro. Em 1872 contava Vassouras com uma população acerca de 36 mil sendo que em 1876 só de escravos eram 20 mil. Valença também contava com expressiva mão de obra escrava, 26 mil escravos; enquanto que Paraíba de Sul tinha 18 mil e Resende 9 mil. Resende dentre os municípios do vale foi sempre o que se caracterizou por priorizar as pequenas e médias propriedades. A sua situação geográfica, ponto de intercessão entre o Rio de Janeiro, Minas Geras e São Paulo, talvez tenha contribuído na tríplice corrente migratória, mineira, paulista e fluminense transformando esta subzona em uma das mais povoadas da serra desde o período inicial da cultura cafeeira, e que, em função desta crescente e pioneira povoação tenha a área, desde seus primórdios, se dividido em pequenas propriedades, para atender ao fluxo migratório, com uma menor percentagem de ricos proprietários e uma legião de cativos. Em relato de Augusto Emílio Zaluar em seu livro Peregrinação pela Província de S. Paulo, 1860/61, sobre Resende vemos o autor afirmar que a mais antiga área de cafezais da serra é uma das de maior atividade agrícola, mas o município de Rezende é "aquele em que as fortunas estão mais bem repartidas. Aqui não há milionários nem indigentes, há remediados".

Muitos dos fazendeiros, além da cultura do café eram também, importadores de mão de obra africana. Lucravam nas duas pontas, exportando o café e importando escravos que eram vendidos nas muitas fazendas espalhadas pelo vale. Quem conhece a história de Joaquim José de Souza Breves sabe o quanto o rico fazendeiro lucrou com o café e o tráfico de escravos. A sede da fazenda S. Joaquim da Grama, onde morou e morreu, localizada no distrito de Passa Três, município de Rio Claro, ainda preserva partes de sua majestosa sede e muralha. Seu poder e riqueza são testemunhos do que era a região nos idos dos anos 1830/7.

Fazenda da Olaria (óleo sobre tela de Joaquim Pinto, 1946) – São João Marcos.

Dali saia diretamente pelo porto de Mangaratiba em seus navios, o café que era comercializado, e, por ali entrava os negros vindos da África para o trabalho na lavoura cafeeira. Para tal, possuía na ilha de Marambaia, uma sede e hospital para atendimento dos africanos recém-chegados e que precisavam de tratamento médico durante a quarentena. Seguiam, depois de medicados, serra acima onde eram vendidos nas muitas fazendas do vale, por uma estrada que começava em Mangaratiba, passando por São João Príncipe (cidade que depois recebeu a denominação de São João Marcos), Rio Claro, seguindo em direção a Pirai e Barra Mansa. Esta estrada, muito utilizada pelo Comendador Breves, para escoamento de sua produção, foi alvo, nos anos de 1850 de investimentos da Cia Industrial Estrada de Mangaratiba que chegou a iniciar seu calçamento em macadame, nome este que advém do seu criador o engenheiro escocês John Loudon McAdam e que consiste em assentar três camadas de pedras colocadas numa fundação com valas laterais para drenagem da água da chuva. Embora este método necessitasse de muito trabalho manual, resultava em um pavimento forte e drenado.

Seria uma das primeiras estradas de rodagem do território fluminense e brasileiro não fosse à falta de capital e falência da mesma não concretizando o percurso que tinha inicio em Mangaratiba e terminaria em Barra Mansa. Quem hoje se disponibiliza a percorrer seu trajeto, atravessa uma estrada de 40 quilômetros, a RJ 149, bem traçada, com pistas largas, pontes e o que restou do seu calçamento, atestando o fausto e poder dos Breves e do café naquela região do vale do Paraíba. Integra o Parque Estadual Cunhambebe criado no governo de Sergio Cabral, juntamente com o que restou da cidade de São João Marcos,

hoje um sítio arqueológico.

Com a morte do rei do café, suas terras, entraram em decadência, restando apenas ruínas de período de fausto e grandeza. Aquele que no passado ostentava o título de REI DO CAFFÉ, com mais de 90 fazendas, acabou morrendo na Fazenda de S. Joaquim da Grama, sendo enterrado na capela por ele construída e hoje ainda ali presente entre o matagal que a encobre. Da praia da Armação, na ilha da Marambaia, onde eram desembarcados os cativos que subiam a serra para o trabalho na lavoura, restam às ruínas de um tempo de glória quando a área era o seu porto particular para a chegada dos veleiros africanos.

Capela da Fazenda da Grama.

Hoje, a região do vale atrai visitantes do mundo inteiro, interessados em conhecer um pouco do que foi o ciclo do café no Brasil Imperial. Graças ao trabalho hercúleo de muitos fazendeiros do vale, algumas fazendas foram preservadas e, muitas delas, transformadas em hotel fazenda, ou museus fazendas, proporcionando ao visitante uma viagem no tempo e ao Brasil Imperial. Por serem muito diferentes no seu estilo arquitetônico, transformam cada visita em aprendizado único e demonstram bem as necessidades da época em reproduzir no seu interior estilos semelhantes ao vivido pelas cortes europeias. As Aleias de Palmeiras Imperiais quase sempre presentes ao longo do portal de entrada das fazendas relembram o poder, a riqueza e a grandiosidade de seus proprie-

tários, demarcando bem a importância da propriedade dentro do contexto do Brasil Imperial.

A abolição da escravatura, dentre outros fatores, foi aos poucos levando a decadência da produção cafeeira no vale, substituída pela pecuária leiteira, e, pela industrialização.

O café, produto que fez a riqueza e deu nome ao vale, vem sendo reintroduzido na região, através de uma produção diferenciada e de qualidade.

Pequenos e médios produtores começam a plantar um café orgânico de qualidade. Políticas Públicas em parceria com empresas privadas começam a delinear um novo caminho para a região onde a gastronomia, o turismo e as manifestações culturais dessa região sejam valorizados e possam gerar renda através de selos e certificados de origem e procedência. Aos poucos, o Vale do Paraíba vai refazendo a sua história na história do Brasil onde foi peça fundamental.

Que possamos recuperar o que foi perdido em décadas de descaso de forma que o vale possa seguir sua rica trajetória histórica e cultural, pois um *País sem Memória é um País sem História*.

Referências bibliográficas

ANTONIL, André Joao. *Cultura e Opulência do Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1950.

ARAÚJO, Jose de Sousa Azevedo Pizarro. *Memorias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: INL, 1945. 9 volumes.

BRAGA, Greenhalgh H. Faria. *Vassouras de Ontem*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1975.

BREVES, Guido Sergio da Costa. *Os irmãos Joaquim de Souza Breves e José Joaquim de Souza Breves e Outras Considerações*. São Paulo: JAC Gráfica e Editora, 2010.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo*: a História da Devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

FERREZ, Gilberto. *Pioneiros da Cultura na Era da Independência*. 2 edição. Rio de janeiro: Conselho Federal de Cultura e Departamento de Assuntos Culturais, 1978.

FORTE, Jose Mattoso Maia. *Memoria da Fundação de Vassouras*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica *O Globo*, 1933.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei:* Uma História fundiária do Rio de Janeiro. 3ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*. 2 edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

LAMEGO, Paulo. *O Brasil e o Café*. São Paulo: Gráfica Estadão, 2003.

LOBO, Luiza. *Terras Proibidas:* A Saga do Café no Vale do Paraíba do Sul. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

MAGALHÃES, Basílio de. Quem era Francisco de Mello Palheta o Introdutor do Cafeeiro no Brasil. In: *O Café no Segundo Centenário de sua Introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1934.

PINTO, Jorge. *Fastos Vassourenses*. Vassouras: Fundação 1 de Maio, 1935.

RAPOSO, Inácio. *História de Vassouras*. Vassouras: Fundação 1 de maio, 1935.

REVISTA DO IHGB – T. 81, 1918 p. 387.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. São Paulo: Martins, 1941, 2 volumes.

SAINT– HILAIRE, Auguste. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*. São Paulo: Editora Nacional, 1932, 2 volumes.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Historia da Cia Industrial da Estrada de Mangaratiba e Análise Crítica e Econômica dos Negócios desta Cia*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861.

STEIN, Stanley J. *Vassouras*: Um Município Brasileiro do Café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

TAUNAY, Affonso de E. *Pequena História do Café*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

TELLES, Augusto C. da Silva. *O Vale do Paraíba e a Arquitetura do Café*. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2006.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda, Barão do Paty de Alferes. *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 1985.

ZALUAR, Augusto Emilio. *Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860/61)*. São Paulo: Editora Itatiaia, Ed. USP, 1975.

CRIADORES DE CONHECIMENTO MILENAR: ARQUITETOS, ENGENHEIROS, CARTÓGRAFOS E TÉCNICOS DA CONSTRUÇÃO

Nireu Cavalcanti[1]

Resumo:

O artigo trata das carreiras de arquiteto, engenheiro e construtores, abordando a evolução histórica dessas profissões e suas inserções na sociedade.

Palavras-chave: engenheiro; arquiteto; cartógrafos; organização profissional.

Resumé:

Cet article registre l'histoire et l'evolution des ,architects, ingéniers, cartographes et les organismes profissionels.

Mots cles: architects; ingéniers; cartografes; organismes profissionels.

Quando o homem ultrapassou a mera posse de abrigos oferecidos pela natureza, modificando-os, para então conceber, projetar, representar e construí-los, iniciou o que hoje consideramos edificação da cultura humana.

Muitos séculos foram dedicados às observações e análises dos abrigos oferecidos pela natureza – sobretudo os edificados pelos animais –, e da escolha de materiais in natura, ou de sua produção, adequados à realização de suas obras. Resultaram em elaborações científicas, tecnológicas e conceituais que possibilitaram o homem a conceber, antecipadamente (isto é, projetar), os diferentes tipos de espaços, abertos ou fechados, necessários às diversas funções originárias do agrupamento humano em sociedades. O conjunto de saberes específicos referentes à arte de projetar e construir foi designado de Arquitetura e ao profissional que dominava essa área, Arquiteto, palavra que em grego é formada de *Archos* e *Tecton*, isto é, o primeiro, o principal oficial, trabalhador, obreiro, capaz de construir. Segundo o dicionário de Raphael Bluteau (editado em 1717-1725), "Arquiteto não é só o que faz as plantas e desenhos dos edifícios, mas também o mestre das obras, o que sabe e põe em execução a arte de edificar".

O saber arquitetônico foi englobado em três grandes áreas: Arquitetura Civil, Arquitetura Militar e Arquitetura Naval. Segundo o cartógrafo João Baptista Lavanha (1555-1625), que prestava serviço ao reino de Portugal, em sua obra

1 Arquiteto e historiador. Professor da Pós-Graduação da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF.

Livro Primeiro da Architectura Naval, são definidas essas áreas como:

> A *Arquitetura Militar* é a que ensina a fabricar de tal modo, que fortificados nos assegura do inimigo, o que faz edificando Muros, Baluartes, Cavaleiros, Torres, Bastiões, Reparos, Estacadas, Trincheiras, Cavas etc. cujos preceitos e regras ensinam em seus escritos Alberto Durero,
>
> Hieronimo Maggi, Carlo Theti, o Galarzo, Hieronimo Cataneo, Jacobo Lantero, J. Baptista Zanchi, e outros modernos, que com seus engenhos descobrindo nesta Arte maravilhosas cousas a têm posta em grande dignidade, e chegado à suma perfeição.
>
> A *Arquitetura Civil* ensina edificar Templos consagrados a Deus e a seus santos, e outras fábricas dedicadas ao culto divino, e para a comodidade pública e privada, Portos, Praças, Estradas, Fontes, Aquedutos, Banhos, Teatros, Pontes, Pórticos, Paços [palácios governamentais], Casas, etc. Da qual escreveram em tempo de Augusto Cesar dez livros M. Vitruvius Pollião; que com sua singular doutrina comentaram o Cesar Cesarião, o Patriarca David Barbaro, o Caporal, e Guilhermo Philandro, e assim a ilustraram com seus escritos Lião Baptista Alberti, Sebastião Serlio, Labacco, Pedro Caetano, Paladio, Vignola, Philiberto d´el Orne, Jaques Androverto e outros autores.
>
> E a *Arquitetura Naval* é a que ensina com regras certas fabricar Navios, nos quais se possa navegar bem e comodamente.
>
> (Lavanha, 1602, in: Barata, 1989)

Cabia ao profissional arquiteto, na sociedade antiga, atuar nessas três áreas. Mas, por razões não esclarecidas, a Arquitetura Naval, já no Império Persa, passou a ser exercida por outro profissional, como podemos constatar no Código de Hamurábi (2.000 a 1.600 antes de Cristo), em seu capítulo XIII – "Médicos e veterinários; arquitetos e bateleiros (salários, honorários e responsabilidade), choque de embarcações". Nessas primeiras normas de exercício profissional, por nós conhecidas, cabia ao profissional bateleiro exercer a Arquitetura Naval. Vejamos os Artigos 228 a 240, que tratam da questão:

> 228 – Se um arquiteto constrói uma casa para alguém e a leva a execução, deverá receber em paga dois siclos, por cada sar de superfície edificada.
>
> 229 – Se um arquiteto constrói para alguém e não o faz solidamente e a casa que ele construiu cai e fere de morte o proprietário, esse arquiteto deverá ser morto.
>
> 230 – Se fere de morte o filho do proprietário, deverá ser morto o filho do arquiteto.

> 231 – Se mata um escravo do proprietário ele deverá dar ao proprietário da casa escravo por escravo.
>
> 232 – Se destrói bens, deverá indenizar tudo que destruiu e porque não executou solidamente a casa por ele construída, assim que essa é abatida, ele deverá refazer à sua custa a casa abatida.
>
> 233 – Se um arquiteto constrói para alguém uma casa e não a leva ao fim, se as paredes são viciosas, o arquiteto deverá à sua custa consolidar as paredes.
>
> 234 – Se um bateleiro constrói para alguém um barco de sessenta gur, se lhe deverá dar em paga dois siclos.
>
> 235 – Se um bateleiro constrói para alguém um barco e não o faz solidamente, se no mesmo ano o barco é expedido e sofre avaria, o bateleiro deverá desfazer o barco e refazê-lo solidamente à sua custa; o barco sólido ele deverá dá-lo ao proprietário.
>
> (WWW.cpihts.com/PDF/Código%hamurabi.pdf – visto dia 1/10/09, às 20 horas)

Marco Vitruvius Polião, arquiteto romano que nos legou uma obra ícone sobre arquitetura, escrita no século I antes de Cristo, trata das suas três áreas de conhecimentos. Pouco tratou da Arquitetura Naval, foi generoso ao escrever sobre Arquitetura Militar e deu maior ênfase à Arquitetura Civil. Nela, trata de todos os tipos de edifícios, residência, templo, teatro, fórum, monumentos e de projeto de cidades, portos, jardins etc. Considerou Vitruvius a arquitetura como arte e, portanto, enfatiza a importância estética na sua concepção e que deveria ser enriquecida com o emprego das cinco ordens clássicas arquitetônicas: dórica, jônica, toscana, coríntia e compósita. Tratava-se de manuscrito editado no período renascentista, divulgado além das bibliotecas dos mosteiros e que norteou todo o exercício profissional da arquitetura na cultura ocidental.

A formação do arquiteto dava-se junto a outro profissional, que projetava e construía a sua obra, numa relação indissociável entre teoria e prática. O mestre, além de transmitir sua experiência prática e seus conhecimentos técnicos e conceituais, indicava aos seus alunos os livros a serem estudados e as obras significativas existentes a serem analisadas e que deveriam ser consideradas quando o discípulo fosse projetar e construir.

Como o arquiteto podia projetar e construir a casa, o palácio, a estrada, a ponte, a fortificação e o navio, esses conhecimentos eram transmitidos em sua totalidade, pelos mestres aos seus alunos.

A necessidade de preparar as defesas em resposta às novas armas que sur-

giram depois da fusão do ferro introduzido na Espanha, no ano 700 d.C., e da pólvora, invenção chinesa de 950 d.C., levaram a que, no seio da organização militar, fossem preparados oficiais na Arquitetura Militar. Cursos regulares foram criados no interior dos exércitos europeus sobre esse ramo da Arquitetura. Os militares formados por esses cursos passaram a receber um adicional em função de sua especialização e foram eles que criaram o título de engenheiro, diferenciando-se dos demais militares e do arquiteto, embora tivessem estudado Arquitetura Militar, em seus cursos de fortificações e balística. Como esses cursos militares também lecionavam Arquitetura Civil, os engenheiros militares exercitavam também o papel de arquiteto civil. Por exemplo, um dos projetistas da reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755, foi o arquiteto, com o posto de tenente-coronel engenheiro, Carlos Mardel; ou a igreja da Candelária do Rio de Janeiro, que é de autoria do sargento-mor engenheiro Francisco João Rocio. O atual Paço Imperial e o prédio do Arco do Teles foram projetados pelo brigadeiro engenheiro e mestre da Aula de Fortificações do Rio de Janeiro, José Fernandes Pinto Alpoim.

A apropriação do termo engenheiro – que era a pessoa que tinha engenho, inteligente, criador de artefatos, aquele que "aprende as ciências e artes mais dificultosas, inventa e obra muitas cousas", tal qual Arquimedes foi qualificado por Tito Lívio como exímio engenheiro (BLUTEAU, 1717) – resolveu o problema salarial e de inserção no serviço público das monarquias europeias, já que havia o quadro de militares com soldos definidos, aos quais era acrescido o correspondente valor da especialização como engenheiro.

Na França, na cidade de Paris, no final do século XVII foi criado o curso regular de Arquitetura Civil na Escola de Belas Artes, com dominante na formação artística. No século XVIII três outros cursos foram fundados, porém mais técnicos, a partir de 1747, na École Nationale des Ponts et Chaussés e na École Nationale Supérieure des Mines. Posteriormente, em 1795, foi criada a École Polytechnique. Essas escolas que ensinavam Arquitetura Civil, com ênfase nas matérias técnicas, científicas e de construção, adotaram o termo engenharia civil para seus cursos. Assim passaram a ser qualificados os alunos formados na Escola de Belas Artes como arquitetos e os alunos das outras escolas como engenheiros civis. Os cursos militares mantiveram o título de seus formados como engenheiro militar. Os países que criaram cursos juntando matérias dos cursos franceses diferenciados para arquiteto e para engenheiro civil, titularam seus formados como engenheiro-arquiteto.

Os cartógrafos tinham origem diversa. Para fazer jus ao título, bastava ao profissional saber desenhar e ter conhecimentos de náutica, cosmografia e geografia. Posteriormente, a cartografia e a geografia foram absorvidas pelos cursos de engenharia civil.

Esses profissionais – arquitetos, engenheiros civis, engenheiros militares, engenheiros navais e engenheiros-arquitetos –, deveriam manter a mesma postura anterior, quando só eram classificados como arquitetos: a indissolúvel união entre teoria e prática. Cabia a eles projetar, orçamentar, fiscalizar e dirigir a obra concebida. Infelizmente, muitos de nossos cursos estão formando profissionais teóricos e que desprezam a prática do canteiro de obra, rompendo com o princípio vitruviano, expresso no capítulo I, do Livro I.

> *A ciência do arquiteto*
>
> A ciência do arquiteto é ornada de muitas disciplinas e de vários saberes, estando a sua dinâmica presente em todas as obras oriundas das restantes artes. Nasce da prática e da teoria. A prática consiste na preparação contínua e exercitada da experiência, a qual se consegue manualmente a partir da matéria, qualquer que seja a obra de estilo cuja execução se pretende. Por sua vez, a teoria é aquilo que pode demonstrar e explicitar as coisas trabalhadas proporcionalmente ao engenho e à racionalidade.
>
> *A teoria e a prática*
>
> Por isso, os arquitetos que exerceram sem uma formação teórica mas apenas com base na experiência das suas mãos não puderam realizar-se ao ponto de lhes reconhecerem autoridade pelos seus trabalhos; também aqueles que se basearam somente nas teorias e nas letras foram considerados como perseguindo a sombra e não a realidade. Todavia, os que se aplicaram numa e noutra coisa, como que protegidos por todas as armas, atingiram mais depressa, com prestígio, aquilo a que se propuseram.

Os técnicos

A construção do projeto do arquiteto era entregue, sob sua direção, a um conjunto de profissionais especializados: pedreiros, canteiros, cavouqueiros, ladrilheiros, estucadores, carpinteiros, marceneiros, ferreiros, pintores, calafates etc. Dependendo da sofisticação da obra, participariam os artistas: entalhadores, escultores, muralistas, pintores de obras de arte etc. Cada área profissional contava com três níveis de especialização com salários diferenciados: o mestre, o oficial e o aprendiz. Os serventes não se incluíam nas categorias acima.

Cabia ao mestre a responsabilidade sobre a qualidade do serviço de sua especialização e o direito de manter cursos particulares sobre a sua arte. O certificado de oficial ou de mestre, dependendo da organização profissional e das regras da sociedade, poderiam ser outorgados pelo próprio mestre-professor, ou por banca formada por outros mestres.

Esses profissionais da construção se organizaram em Corporações de Ofícios – verdadeiros sindicatos profissionais, fortes na Idade Média – e garantiram a reserva de mercado para seus filiados, além de espaço na sociedade e na política. Tornaram-se preocupação para os governantes de monarquias católicas que as extinguiram, substituindo-as por Irmandades, vinculadas à Igreja e ao Estado, que aprovavam, ou não, os seus Estatutos. Essas Irmandades registravam-se na Câmara de Vereadores de cada vila ou cidade e indicavam o mestre que os representava durante o período estabelecido pelos vereadores. Qualquer obra só poderia ser iniciada com o seu registro na Câmara e ter como responsável um mestre filiado à Irmandade.

As Irmandades passaram a ser controladas, mas mantiveram os privilégios de só permitir alcançar o título de mestre e o direito de exercer a profissão os que fossem filiados a elas. Os arquitetos e os engenheiros, em suas diversas especializações, não se organizaram em Corporações de Ofícios e nem Irmandades, ficando à livre escolha do cliente contratá-los ou não, para projetarem ou serem responsáveis pelas obras. No entanto, nenhuma obra poderia ser edificada sem ter um mestre de obra, filiado à Irmandade, como responsável. Portanto, foram esses técnicos os pioneiros na criação de entidade de classe voltada ao controle do exercício profissional.

A irmandade do Patriarca São José congregou, além dos entalhadores e imaginários (escultores), a maioria dos profissionais da construção e a de São Jorge os ferreiros, latoeiros e outros artífices de metal. Ocorre que essas irmandades não permitiam filiação a quem descendesse de negro, cigano, mouro, judeu ou não católico. Essas restrições garantiam o nível de mestre apenas aos filiados brancos e cristãos velhos, isto é, de antepassados comprovadamente católicos.

Coube ao rei D. José I baixar o Alvará sigiloso (24/1/1771), estabelecendo o prazo de dois anos para que todos os vassalos e organizações estatais ou privadas eliminassem quaisquer preconceitos e restrições aos excluídos em função de origem religiosa ou de sangue. Passado o prazo, o rei transformou o Alvará em Lei (25/5/1773) e, no ano seguinte (11/3/1774), para coibir as organizações que ainda mantinham os artigos preconceituosos, mandou aviso aos corregedores de comarcas e aos vereadores para examinarem todos os estatutos das "confrarias, irmandades e outras semelhantes corporações" e punirem os responsáveis. Graças a D. José I, negros e mulatos puderam alcançar o topo profissional e ser responsáveis pelas obras. As irmandades de São José de Pernambuco e da Bahia foram as primeiras a mudar seus estatutos. Ao contrário, as do Rio de Janeiro mantiveram esses artigos, ferindo a Lei, ainda no início do século XIX.

Da Irmandade ao CREA

Quando os colonizadores portugueses chegaram, em 1500, ao território que foi denominado Brasil, trouxeram essa estrutura de organização dos técnicos em Irmandades e os profissionais que exerciam a Arquitetura já definidos como arquitetos, engenheiros militares, cartógrafos, desenhistas e mestres da ribeira. Os dois primeiros profissionais atuavam em qualquer área da Arquitetura Civil e Militar e, os mestres da ribeira, na Arquitetura Naval.

No quadro da administração colonial brasileira não havia cargo para arquiteto, o que levava os profissionais a se filiarem ao Exército para exercerem suas funções técnicas, formando o Real Corpo de Engenheiros. Cabia a eles servir ao governador da capitania, ou ao vice-rei no caso da capital e às Câmaras de Vereadores, projetando e construindo todas as obras em que fossem investidos recursos públicos.

Nesse período colonial tivemos algumas exceções, como o caso da equipe que a Corte mandou, em 1750, para o trabalho de demarcação das fronteiras do Brasil, da qual participou Antonio José Landi, arquiteto bolonhês, que fixou residência em Belém do Pará e assumiu o posto de Arquiteto Régio. Ou o caso do arquiteto Antonio Gomes Mendes Adler, que projetou o palácio do governador da capitania de Pernambuco e, ao voltar para Lisboa levando o "risco", em 1784, não se apresentara com título militar.

A função de arquiteto civil no quadro público administrativo na cidade do Rio de Janeiro só ocorreu quando nela se instalou, em 1808, o governo do príncipe regente D. João. Como a cidade passou a ser sede do império português, isto é, a Corte, foram criadas, à semelhança de Lisboa, a função de Arquiteto da Cidade, assumido primeiramente pelo arquiteto português José Joaquim de Santa Anna e a Real Casa das Obras, sob direção de Antônio de Azevedo Santos, mestre-pedreiro e arquiteto das Obras Reais do Rio de Janeiro, que já morava na cidade e João da Silva Muniz, arquiteto que veio de Lisboa.

O ensino da Arquitetura Militar dava-se, inicialmente, através dos engenheiros militares que vinham servir no Brasil e recebiam um adicional salarial para ensinar a sua arte na capitania em que estivessem atuando. Assim, o capitão-engenheiro Gregório Gomes Henriques foi nomeado para servir no Rio de Janeiro, em 4/1/1694, com obrigação de também lecionar, o mesmo ocorrendo com o capitão-engenheiro José Paes Estevens, nomeado em 3/12/1686 para servir em Pernambuco e que em 1696 encontrava-se em Salvador, na Bahia. Em carta patente do rei D. Pedro II (4/12/1696) promovendo-o a sargento-mor, destaca: "além de proceder com zelo e assistência às fortificações e mais obras de que foi encarregado *e atualmente estar lendo e ensinando a sua profissão na Aula que se instituiu da fortificação naquela cidade*" (grifo pessoal) (VITERBO, v. I,

p. 306).

O engenheiro militar José Paes Estevens foi transferido para o Rio de Janeiro (24/4/1709) e assumiu a Aula de Fortificação carioca, criada em 15 de janeiro de 1699 pelo rei D. Pedro II, em carta ao governador da capitania do Rio de Janeiro.

> Artur de Sá e Menezes. Amigo. Eu El Rei vos envio muito saudar. Por ser conveniente a meu serviço, Hei por bem que nessa Capitania em que há Engenheiro, haja aula em que ele possa ensinar a fortificar, havendo nela três pessoas que tenham capacidade necessária para poderem aprender, e para se aceitarem terão ao menos dezoito anos de idade, os quais sendo soldados se lhes dará além do seu soldo meio tostão por dia; e não o sendo vencerá só o meio tostão; e todos os anos serão examinados para se ver se adiantam nos estudos e se têm gênio para eles, porque quando não aproveitem pela incapacidade serão logo excluídos, e quando não seja pela pouca aplicação, se lhes assinará tempo para se ver o que se melhoram; e, quando se não aproveitem nele serão também despedidos. E quando haja pessoas que voluntariamente queiram aprender sem partido, [sem salário] serão admitidas e ensinadas para que assim possa nessa mesma Conquista haver Engenheiros, e se evitarem as despesas que se fazem ao meu serviço, enquanto chegam os que se mandam depois dos outros serem mortos, de que me pareceu avisar-vos, para que tenhais entendido a resolução que fui servido tomar neste particular; e esta ordem mandareis regular nas partes necessárias, e fareis com que se faça pública para que venha a notícia a todos.
>
> (AHU – Códices: no 20 [1708-1718])

O Curso funcionou ininterruptamente até meados do século XIX, quando deu lugar à Escola Central, voltada para o ensino da Engenharia Civil, sendo que o de Engenharia Militar foi transferido para o âmbito exclusivo do Exército. Depois, aquela Escola passou a denominar-se Escola Politécnica e hoje pertence à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Portanto, neste ano de 2009, a Escola de Engenharia da UFRJ completou 310 anos de existência.

Já o ensino regular de Arquitetura Civil começa com a vinda do arquiteto Grandjean de Montigny, em 1816, com ensino semelhante ao curso da Escola de Belas Artes de Paris. Inicialmente, Grandjean lecionava em seu atelier até 1827, quando é dado início ao curso na Imperial Academia de Belas Artes, em prédio projetado por ele e inaugurado um ano antes. Esse curso pioneiro, em 1945, tornou-se independente da Belas Artes e foi vinculado à Universidade do Brasil. Esta, por sua vez, foi transformada em Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo o curso ministrado pela Escola de Arquitetura e Urbanismo.

No final do século XVIII, o sargento-mor engenheiro, segundo arquiteto das Obras Reais, de Lisboa, José Manoel de Carvalho e Negreiros propôs, em abril de 1797 (encaminhado ao rei em 1798), a constituição de uma entidade laica

congregando os arquitetos, os engenheiros e os técnicos da construção civil. A entidade teria sua sede em Lisboa e departamentos em várias cidades do reino e nas colônias. Além da fiscalização profissional, Negreiros propôs que a entidade fosse responsável pela formação dos profissionais das "Artes Mecânicas e Fabris, e de todas as mais Artes em geral (Capítulo 3º do Regulamento). Infelizmente, a proposta de Negreiros não foi aprovada pela administração monárquica.

Até a criação do Instituto Politécnico Brasileiro, em 17 de dezembro de 1862, apesar da existência de cursos regulares de arquitetura e de engenharia e do significativo aumento do número desses profissionais formados no Brasil ou no exterior, não havia entidade que defendesse os interesses e valorizasse essas profissões. O Instituto era uma sociedade – segundo o Artigo 1o dos seus Estatutos – que tinha "por objetivo o estudo e a difusão dos conhecimentos teóricos e práticos dos diferentes ramos da engenharia, e das ciências e artes acessórias". Evidência de que os engenheiros tinham alcançado maior projeção na sociedade do que os arquitetos e, provavelmente, consideraram a arquitetura como um dos ramos da engenharia.

Em 1866 a entidade publicou no Almanaque Laemert que possuía 60 sócios fundadores, 8 sócios efetivos, 2 sócios honorários e 18 sócios correspondentes. O Instituto Politécnico estava organizado em 11 seções temáticas e cada sócio poderia pertencer a duas delas, conforme a especialidade de cada um. Eram essas seções: a) administração, estatística e economia política aplicada à engenharia; b) arquitetura civil; c) arquitetura naval; d) ciências físicas e naturais; e) geografia, geodesia e topografia; f) máquinas e aparelhos; g) matemática, puras e aplicadas; h) minas e metalurgia; i) navegação e hidrografia; j) obras hidráulicas e vias de comunicação fluvial; k) vias de comunicação terrestre.

Grande passo na organização profissional foi dado com a aprovação dos Estatutos do Clube de Engenharia em 10 de dezembro de 1881 (Decreto nº 8. 253). A nova entidade continuou com a omissão de citar arquitetura, e registrou em Artigo 1o dos Estatutos: "A sociedade – Clube de Engenharia – tem como objeto promover e estreitar relações entre as classes de engenharia e as dos vários ramos industriais, no que diz respeito aos interesses recíprocos das suas profissões". Em 2011 o Clube de Engenharia estará festejando 130 anos de existência, mantendo a tradição de ser a entidade de classe mais longeva, das profissões originárias da milenar Arquitetura: Civil, Militar e Naval.

Às 15 horas do dia 27 de janeiro de 1921, na Escola Nacional de Belas Artes, foi realizada a Assembléia de fundação do Instituto de Arquitetos do Rio de Janeiro. Ocorrendo desavenças entre os membros da diretoria e fundadores da entidade, os Estatutos não foram registrados e do rompimento entre eles sur-

giram duas entidades: o Instituto Brasileiro de Arquitetos e a Sociedade Central de Arquitetos. Essa última aprovou um novo Estatuto (1/8/1921), cujo Artigo 1º registrava ser "*uma associação composta de engenheiros-arquitetos e de todos aqueles que se dedicam à arquitetura*" (grifo pessoal).

Se nos discursos na primeira Assembleia de fundação os oradores referiam-se exclusivamente a arquitetos, após a separação passaram a enfatizar o engenheiro-arquiteto. Os Estatutos da Sociedade Central admitem como sócio os "não diplomados", desde que fosse formulado parecer favorável por cinco membros diplomados, e o candidato apresentasse "uma obra arquitetônica de valor, construída ou projetada" pelo próprio.

Os sócios não diplomados e os engenheiros não arquitetos não poderiam exceder um terço do total dos sócios diplomados. Foram considerados "sócios aderentes", sem direito a voto e a ser votado, os "desenhistas, ornamentistas ou decoradores e aquarelistas", que trabalhassem em arquitetura e fossem propostos por três sócios efetivos. Anos depois, as duas entidades dos arquitetos se fundiram no atual Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB.

Por fim foi criado o Sistema CONFEA-CREA, e regulamentado o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, através do Decreto Federal no 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

MÚSICA NO RIO DE JANEIRO SETECENTISTA: A MODINHA, O LUNDU E A INVENÇÃO DO CHORO

Paulo Henrique Loureiro de Sá[1] https://orcid.org/0000-0002-0301-3304

Resumo:

Entre pesquisadores da música popular brasileira, é comum haver divergências acerca das origens do Lundu e da Modinha. Neste artigo, sem adentrar nesta questão, toma-se em conta apenas as evidências acerca de suas raízes africanas e europeias e se destaca que o engendramento histórico da música popular no Brasil – a partir da segunda metade do século XVIII – situou a Modinha e o Lundu como pilares de uma prática interpretativa peculiar, dando origem à invenção do Choro, como maneira de tocar e gênero musical.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Modinha; Lundu; Choro.

Abstract:

Among researchers of Brazilian popular music, disagreements about the origins of Lundu and Modinha are common. In this article, without going into this question, we only take into account the evidence about its African and European roots, highlighting that the historical engendering of popular music in Brazil – from the second half of the eighteenth century – situated Modinha and Lundu as pillars of a peculiar interpretative practice, giving rise to the invention of Choro, as a way of playing and musical genre.

Keywords: Rio de Janeiro; Modinha; Lundu; Choro.

A Modinha

A chamada Modinha, estilo de canção camerística situada entre o erudito e o popular, surgiu na segunda metade do século XVIII, possivelmente em Portugal e posteriormente no Brasil. A denominação "Modinha" originou-se a partir do diminutivo de "Moda", termo português utilizado durante o século XVIII que se referia a qualquer tipo de canção, a uma ou mais vozes, geralmente com o acompanhamento de instrumentos musicais. A utilização do diminutivo em certos casos, como Moda e Modinha, foi e continua sendo um costume português adotado também no Brasil, como por exemplo, o caso do Choro, primeiro gênero musical[2] brasileiro surgido no Rio de Janeiro por volta de 1870, carinhosamente designado como Chorinho.

Para uma compreensão mais abrangente acerca do surgimento da Moda e, posteriormente, da Modinha como a entendemos hoje, é fundamental localizarmos as suas origens na monodia medieval, textura musical característica da-

1 Doutor em Práticas Interpretativas e Mestre em Musicologia. Professor associado da Escola de Música da UFRJ, colaborador do PPGM, permanente do PROMUS, e convidado da Malmö Academy of Music (Suécia) e do Conservatorio di Milano (Itália). Membro do Projeto de Pesquisa e Extensão Música Brasileira para Cordas Dedilhadas. Tem vasta produção nacional e internacional sobre cordas e Choro. Dedica-se atualmente ao Duo Barroqueando (bandolim e viola de dez cordas).

2 Gênero musical: "Aspecto formal de uma obra musical de uma época ou escola que se faz distinta por uma combinação de fatores: quanto ao emprego do sistema sonoro de referência (modal, tonal, dodecafônico); quanto às características estruturais (no plano da composição, forma sonata, forma imitativa, tocata); quanto aos meios materiais de expressão (vocal, instrumental, orquestral, de câmara); quanto ao texto (sacro ou profano) e quanto à função (ritual ou litúrgica, para a dança ou para o trabalho). Cf. ANDRADE, 1989.

quele período, praticada sem o acompanhamento de instrumentos musicais, como o canto gregoriano. Foi a partir do fim do século XVI que temos então notícias da monodia acompanhada, estilo sedimentado pela chamada Camerata Florentina, que utilizava uma voz solista contraposta normalmente ao acompanhamento de um alaúde ou de um baixo contínuo, representado, sobretudo, pela viola da gamba. A partir de 1600, aproximadamente, o estilo monódico com voz solista acompanhada se estabelece definitivamente nos recitativos e nas árias de óperas, nas cantatas, no Lied e na canção artística em geral[3].

A Modinha, sucessora direta da Moda, foi por natureza uma canção de salão, proveniente da ascensão de uma burguesia ávida por entretenimentos menos eruditos, sem a exigência de grandes técnicas vocais ou mesmo de uma excelência intelectual no que diz respeito ao conteúdo da palavra cantada (KIEFER, 1977). Geralmente baseada em poesias, versava sobre assuntos amorosos corriqueiros, tendo como principal estrutura melódica e interpretativa, as árias operísticas (SIQUEIRA, 1979). Embora congregando um número pequeno de intérpretes constituídos por familiares e amigos nos saraus setecentistas, a Modinha tornou-se uma prática musical urbana e doméstica cuja amplitude a define menos como fenômeno musical do que social. Parafraseando um dito popular surgido durante o reinado de D. Maria I, quando então "era moda cantar a moda", pode-se dizer também que era moda cantar Modinha durante a segunda metade do século XVIII em Portugal e, consequentemente, no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro. Como tendência estilística do século XVIII, o desenvolvimento e a prática da canção acompanhada suscitaram, em intervalos de tempo mais ou menos próximos, o surgimento de formas variadas de canção, como a *Canzonetta* na Itália, o *Lied* na Alemanha e na Áustria, a *Seguidilla* na Espanha e, na França, a *Ariette*[4].

No que se refere a influências e contrapartidas culturais entre Brasil e Portugal, o primeiro grande músico que o Brasil "exportou" foi o mulato Domingos Caldas BARBOSA, nascido no Rio de Janeiro em 1740, aproximadamente, e falecido em Lisboa em 1800[5]. A música brasileira deve a este tocador de viola[6] e cantor de Modas, nada menos que a contribuição para o surgimento e desenvolvimento de um novo estilo da Moda, que passou a ser diferenciada da Moda Portuguesa ao ser chamada de Moda Brasileira e, posteriormente, Modinha. Caldas Barbosa passou a residir em Portugal a partir de 1770, mas foi só a partir de 1775, sob o pseudônimo de Lereno Selinuntino, que iniciou sua trajetória

3 CANDÉ, 1994, v. 1, p. 200-221.

4 *Ibidem*.

5 Domingos Caldas Barbosa foi um poeta carioca, mulato de trajetória singular. Filho de um alto funcionário português e de uma angolana, recebeu educação esmerada, ordenou-se padre e viveu boa parte de sua vida em Portugal. Cf. TINHORÃO, 1974.

6 Viola de dez cordas, também conhecida como viola caipira.

nos salões lisboetas praticando um novo estilo poético e uma nova maneira de interpretar a Moda. Seus textos, então denominados "Cantigas", foram publicados somente em 1798, em Lisboa, sob o título de "Viola de Lereno" (1944). Um segundo volume surgiu cerca de 26 anos após sua morte, em 1826. A julgar por alguns dos versos de 1779 do poeta português Nicolau Tolentino de Almeida, a denominação "Modinha", já então no diminutivo, foi sedimentada por Caldas Barbosa. Mozart de Araújo (1963) destaca as seguintes estrofes de Tolentino de Almeida, versando sobre o estilo de Caldas Barbosa:

Cantada a vulgar modinha,
que é a dominante agora,
Sai a moça da cozinha,
e diante da senhora
vem desdobrar a banquinha.
[...]
Já dentre as verdes murteiras,
em suavíssimos acentos
com segundas e primeiras,
sobem nas asas dos ventos
as modinhas brasileiras.

Ainda um outro texto do final do século XVIII, em Lisboa, é destacado por Araújo, desta vez um trecho de uma carta do escritor português Antônio Ribeiro dos Santos a um amigo, onde se observa com muita clareza, o espírito das Modinhas compostas e cantadas por Caldas Barbosa:

> Meu amigo, tive finalmente de assistir à assembleia de F... [D. Leonor de Almeida, Marquesa de Alorna] para que tantas vezes tinha sido convidado; que desatino não vi? Mas não direi tudo quanto vi; direi somente que cantavam mancebos e donzelas cantigas de amor tão descompostas, que corei de pejo como se me achasse de repente em bordéis, ou com mulheres de má fazenda. Antigamente ouviam e cantávamos meninos cantilenas guerreiras, que inspiravam ânimo e valor. [...] Hoje, pelo contrário, só se ouvem cantigas amorosas de suspiros, de requebros, de namoros refinados, de garridices. Isto é o com que embalam as crianças; o que ensinam aos meninos; o que cantam os moços, e o que trazem na boca donas e donzelas. Que grandes máximas de modéstia, de temperança e de virtude se aprendem nestas canções! Esta praga é hoje geral depois que o Caldas começou de pôr em uso os seus romances, e de versejar para as mulheres. Eu não conheço um poeta mais prejudicial à educação particular e pública do que este trovador de Vênus e de Cupido; a tafularia do amor, a meiguice do Brasil e, em geral, a moleza americana que em seus cantares somente respiram as imprudências e liberdades do amor, e os

> ares voluptuosos de Paphos e de Cythera, e encantam com venenosos filtros a fantasia dos moços e o coração das Damas. Eu admiro a facilidade da sua veia, a riqueza das suas invenções, a variedade dos motivos que toma para seus cantos, e o pico e graça dos estribilhos e retornelos [sic] com que os remata; mas detesto os seus assuntos e, mais ainda, a maneira com que os trata e com que os canta (ARAÚJO, 1963, p. 39-40).

O tom crítico de Ribeiro dos Santos demonstra claramente a diferença entre as Modas Portuguesas e as Modas Brasileiras, ao menos no que diz respeito ao conteúdo ou ao significado da palavra cantada. Porém, quanto ao aspecto melódico é possível supor que em nada se diferenciavam, visto que, conforme mencionado anteriormente, a estrutura melódica era proveniente das árias operísticas. Entretanto, para além da estrutura melódica e das quadraturas dos versos poéticos, a questão principal neste artigo diz respeito à provável inovação interpretativa de Caldas Barbosa ao cantar Modas Portuguesas e Brasileiras. O espírito jocoso e sensual das letras de Caldas Barbosa e os relatos registrados por viajantes europeus tornam evidente a existência de inflexões vocais diferenciadas do formalismo europeu e de maneirismos interpretativos com nuances híbridos entre o erudito e o popular, entre o negro e o branco. Muito embora não haja registros de melodias em sua obra "Viola de Lereno", é certo que o novo estilo introduzido em Lisboa por Caldas Barbosa demandava um novo gestual e um jeito próprio de interpretação, coerente com o contexto da "Moda Nova", uma bossa brasileira ao estilo setecentista. Sendo assim, seria improvável a participação de Caldas Barbosa na história da Modinha apenas na condição de letrista. Isto significa, portanto, que a partir da qualificação "Brasileira", supõe-se que deve ser entendida no que tange ao texto e à melodia.

Quanto a este novo estilo interpretativo, alguns relatos registrados acerca da Modinha no Brasil durante o século XIX dizem muito sobre a prática interpretativa da Moda Brasileira durante o século XVIII. Apesar das inevitáveis transformações técnico-interpretativas, é bastante provável que a transição entre o século XVIII e o XIX não tenha apagado algumas das principais indicações sobre a maneira de Caldas Barbosa interpretar a Moda Brasileira. Muito pelo contrário, é possível perceber através da citação a seguir, de Gerhard Doderer, que os chamados modinheiros do século XIX parecem ter preservado as inflexões interpretativas derivadas das Modinhas setecentistas:

> Pelos finais do século [XVIII] surge em primeiro plano um novo tipo de Modinhas. Decisivamente cunhada pela cultura musical da alta burguesia, a Modinha transforma-se agora numa canção de sala a uma voz com acompanhamento de piano. *A linha melódica do canto torna-se mais diferenciada melódica e ritmicamente e leva pela sua constante alteração de tempos fortes a uma característica oscilação de acentos* [o grifo é nosso]. Mantêm-se os textos

> literários cheios de sentimentalismo e de penas de amor que encontram a sua contraparte numa delineação melódica considerada pelos ouvintes de então como "doce e deliciosa". A par do uso frequente dos contrastes maior-menor, a subdominante sobrepõe-se na constelação tonal. Numa linguagem musical cheia de suspiros e de ais, é a personagem do homem que quase sempre se dirige à "Dona do seu coração". A loucura da ópera reflete-se no repertório das Modinhas; árias ou motivos de óperas especialmente queridas – aos quais se adaptou um texto português – encontram imediatamente como novas Modinhas acolhimento entusiástico (*Apud* CASTAGNA, 2013, p. 7).

Ainda quanto a este aspecto, o escritor francês Ferdinand Denis publicou em 1826 um relato sobre a maneira de cantar Modinhas no Brasil. Registrando ali sua própria experiência, afirmava que os visitantes europeus eram cativados pela interpretação brasileira, diferente da formalidade europeia:

> Ao mesmo tempo que a música de Rossini é admirada nos salões, porque é cantada com uma expressão que nem sempre se encontra na Europa, os simples artesãos percorrem ao serão as ruas cantando essas encantadoras modinhas, que é impossível ouvir sem com elas se ficar vivamente comovido; quase sempre servem para pintar os devaneios do amor, as suas penas ou a sua esperança; as palavras são simples, os acordes repetem-se de uma forma bastante monótona; mas têm, por vezes, um tal encanto na melodia, e por vezes uma tal originalidade que o europeu acabado de chegar não pode cansar-se de as ouvir e compreende a indolência melancólica desses bons cidadãos que ouvem durante horas seguidas as mesmas canções (*Apud ibidem*, p. 10).

Outro indício acerca de uma prática interpretativa peculiar, pode ser observada nesta descrição de Ernesto Vieira (1899, p. 350):

> A modinha era uma melodia triste, sentimental, frequentemente no modo menor, com letra amorosa. Muitas modinhas eram também extraídas das óperas italianas que mais agradavam. A modinha passou de Portugal para o Brasil e ainda ali não foi de todo abandonada, tornando-se também mais característica pelos requebros lânguidos com que as brasileiras a cantam.

Um relato do então Cônsul da Rússia no Brasil, Grigóry Ivanovitch Langsdorff (1774-1852), observado durante sua expedição pelo país entre 1821-1829, indica que possivelmente o primeiro registro musical de uma Modinha cantada no Brasil se deu na Vila de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catarina, em 1806. Denominada de ária brasileira (*Brasiliaansche Aria* em holandês, e *Brasilische Arie* em alemão), este viajante fez a seguinte observação:

> À noite as pessoas se encontram em pequenos grupos de familiares, onde se dança, brinca, ri, canta-se e contam-se anedotas, conforme a tradição por-

> tuguesa. Os instrumentos musicais mais usados são a viola e o chocalho. A música é cheia de expressão, terna e sentimental. As canções são de conteúdo modesto, frequentemente reiterando temas como amor por mulheres, corações sangrentos e feridos, desejos e saudades (*Apud* CASTAGNA, 2013, p. 8).

Além de outros aspectos apontados neste trecho de Langsdorff, chama a atenção a questão do acompanhamento instrumental. Neste sentido, verifica-se que além da viola, se apresenta também o chocalho, comprovando que em certa medida a percussão já fazia parte do imaginário sonoro brasileiro[7].

Sendo o Rio de Janeiro o principal centro de difusão da Modinha, após Domingos Caladas Barbosa no século XVIII surgiu no século seguinte o compositor carioca Cândido Inácio da Silva (c. 1800-1838). As primeiras Modinhas desse período começaram a ser impressas a partir de 1830, e não pararam de ser publicadas até o final do século. Além de Cândido Inácio da Silva diversos compositores brasileiros ou radicados no Brasil compuseram Modinhas, como Antônio Carlos Gomes (1836-1896), Francisco Manuel da Silva (1795-1865), Francisco Joaquim de Santana Matos (século XIX) e Antonio Tornaghi (século XIX), apenas citando alguns (ANDRADE, 1944). É sabido que as Modinhas do período monárquico, portuguesas e brasileiras, apesar do espírito alegre e sensual e dos termos de cunho popular, eram produzidas em partituras refinadas para o manuseio de uma classe social culta. Segundo Tinhorão (1974), transformada em música camerística durante o século XIX, agora então acompanhada ao piano, retorna à sua tendência popular na virada do século XIX para o século XX. Agora então na forma de serestas e serenatas, os cantores de Modinhas passam a ser acompanhados por músicos de Choro ao som de violões, cavaquinhos, flautas e bandolins, iluminados por lampiões nas ruas do Rio de Janeiro.

Para um entendimento mais amplo do que este acompanhamento musical pode significar, é fundamental focalizar a voz como instrumento por excelência e base da tradição oral em diversas práticas musicais. Sendo a comunicação através da fala uma constante variação de intervalos melódicos, qualquer ato informal que envolva a fala/conversa significa evocar de maneira espontânea a instância musical congênita do ser humano. Mas o ponto crucial é que desde os primórdios da Música, sempre houve uma inclinação ou tendência de músicos instrumentistas, em tentar reproduzir em seus instrumentos alguns dos efeitos ou inflexões próprios da voz[8]. Portanto, se é bastante provável que a maneira de cantar dos modinheiros tenha sido absorvida e sintetizada pelos

7 Sobre o acompanhamento instrumental nas Modinhas, *vide* SIQUEIRA, 1979, p. 128.

8 Sugestões de referências sobre o assunto no que diz respeito à música popular no Brasil: MENDONÇA, Diana Maron. *Para Além da Ópera*: Tito Schipa e sua presença no Brasil no início do século XX. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2018. LOPES, Marcílio Marques. *A Palavra Cantada no Gesto Instrumental de Jacob do Bandolim*: o dito e o não dito. Tese de Doutorado, UniRio, 2016.

solistas de Choro, um estudo mais profundo sobre o tema teria muito a revelar sobre a prática interpretativa do Choro, como o entendemos atualmente.

Aparentemente, pelo menos três elementos musicais foram absorvidos pelos músicos de Choro através dos cantores de Modinhas: o chamado *rubato*[9], cujo efeito expressivo é fundamental na prática interpretativa do Choro; o *portamento*[10] e a ornamentação[11]. Obviamente, por uma questão de espaço não cabe aqui uma descrição mais profunda sobre a prática destes três principais efeitos utilizados na Modinha e sobre a forma como foram absorvidos pelos músicos de Choro. Mas até este ponto do artigo, vimos que o Rio de Janeiro foi um cenário importante para o engendramento da história da música popular brasileira, a partir, sobretudo, da segunda metade do século XVIII, e que o desenvolvimento do Choro – inicialmente como maneira de tocar e, posteriormente, gênero musical – teve como base a Modinha (e o Lundu, que será tratado a seguir). Vejamos então sobre a utilização da síncope[12] no Choro, herdada do Lundu, mais especificamente do Lundu-canção.

O Lundu

Entre os pesquisadores da música popular brasileira há divergências acerca da origem da Modinha e do Lundu. Tendo ambos os estilos musicais coexistido durante o século XVIII no Brasil e em Portugal, não há notícias de documentos portugueses ou brasileiros anteriores a 1775 atestando a existência da denominação "Modinha", ocorrendo o mesmo em relação ao Lundu. Além do termo mais consagrado, há registros também de outras denominações: "Londu", "Landu", "Landum" e "Lundum". Contudo, independentemente do ponto de vista acerca das origens, da fixação do termo ou de uma precisão histórica quanto ao surgimento no tempo e no espaço geográfico, importa mais aqui destacar como estas manifestações musicais vieram a fundamentar a música popular brasileira, mais particularmente, o Choro. Para isso, no caso do Lundu é importante localizar duas tendências: o Lundu-dança e o Lundu-canção, nesta ordem cronológica. Como base da música popular brasileira, este último, desenvolvido com maior intensidade a partir do século XIX, teve maior representatividade na invenção[13] do Choro.

---

9 *Rubato* ou *Tempo Rubato*: Importante recurso de expressividade na execução, envolvendo flexibilidade na escolha do tempo dentro de um compasso ou frase.

10 Expressão musical originada do italiano, que denota um deslize vocal ou instrumental entre duas notas dentro de uma oitava.

11 Filigrana melódica que é adicionada à música vocal ou instrumental pelo compositor ou pelo intérprete, a seu próprio critério.

12 Termo que indica a escrita de um tempo fraco de um compasso prolongado até outro tempo de maior ou igual duração.

13 O termo "invenção" é aqui utilizado com o objetivo de apontar para uma criação dinâmica e coletiva da maneira de tocar e do gênero musical em questão.

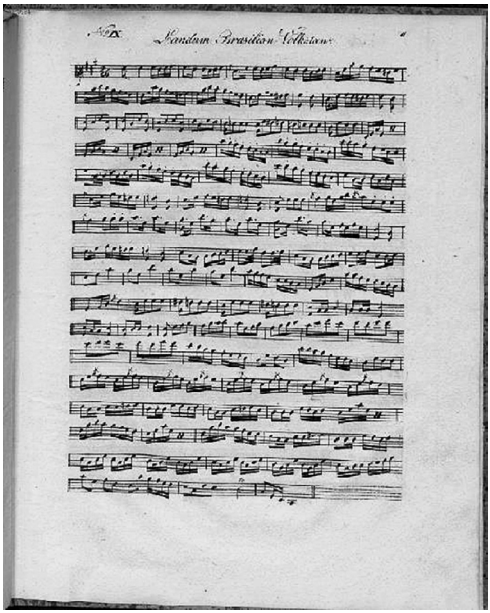
No Brasil setecentista, além do Lundu, predominou também a dança característica do chamado Batuque, acompanhado basicamente por instrumentos de percussão. A descrição e as ilustrações que temos notícia acerca do Batuque nos levam a crer que os portugueses utilizavam o termo como uma denominação genérica para todo o tipo de dança dos negros nas fazendas, geralmente nos dias de festa. O Lundu teria um caráter diferente, talvez mais intimista e menos genérico, tendo sido praticado não somente por negros, mas também por brancos e mulatos.

Johann Moritz Rugendas (1802-1858), tendo acompanhado Langsdorff durante sua expedição pelo Brasil, atestava que a diferença entre Lundu e Batuque não era algo sutil, mas de fato socialmente distinguível:

> A dança habitual do negro é o "batuque". Apenas se reúnem alguns negros e logo se ouve a batida cadenciada das mãos; é o sinal de chamada e de provocação à dança. O batuque é dirigido por um figurante; consiste em certos movimentos do corpo que talvez pareçam demasiado expressivos; são principalmente as ancas que se agitam; enquanto o dançarino faz estalar a língua e os dedos, acompanhando um canto monótono, os outros fazem círculo em volta dele e repetem o refrão. Outra dança negra muito conhecida é o "lundu", também dançada pelos portugueses, ao som do violão, por um ou mais pares. Talvez o "fandango", ou o "bolero" dos espanhóis, não passem de uma imitação aperfeiçoada dessa dança. Acontece muitas vezes que os negros dançam sem parar noites inteiras, escolhendo, por isso, de preferência, os sábados e as vésperas dos dias santos (*Apud* Castagna, 2013, p. 12).

Von Martius descreveu o Lundu associando a dança aos mulatos, quando esteve em Belém em 1819, e fez alguma distinção com o Batuque:

> Para o jogo, a música e a dança, está o mulato sempre disposto, e movimenta-se insaciável, nos prazeres, com a mesma agilidade dos seus congêneres do sul, aos sons monótonos, sussurrantes do violão, no lascivo lundu ou no desenfreado batuque (SPIX & MARTIUS, 1820, v. 3, p. 29).

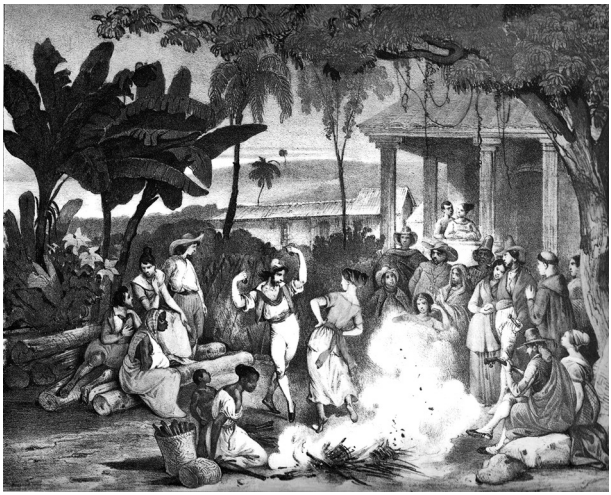


Registro musical mais antigo que se conhece do Lundu, recolhido por Von Martius em sua viagem ao Brasil entre 1817 e 1820, publicado como anexo do livro *Viagem pelo Brasil*, de Spix e Martius.

Uma descrição mais completa acerca do Lundu veio do poeta Tomás Antônio Gonzaga, em *Cartas Chilenas* (1787). Além de relatar a expansão social do Lundu, Gonzaga indica o estalo dos dedos (ligado às danças ibéricas) e a prática da umbigada, elemento coreográfico originário do batuque:

> Fingindo a moça que levanta a saia e voando na ponta dos dedinhos, prega no machacaz, de quem mais gosta, a lasciva embigada [sic], abrindo os braços. Então o machacaz, mexendo a bunda, pondo uma mão na testa, outra na ilharga, ou dando alguns estalos com os dedos, seguindo das violas o compasso, lhe diz – "eu pago, eu pago" – e, de repente, sobre a torpe michela atira o salto. Ó dança venturosa! Tu entravas nas humildes choupanas, onde as negras, aonde as vis mulatas, apertando por baixo do bandulho a larga cinta, te honravam os marotos e brejeiros, batendo sobre o chão o pé descalço. Agora já consegues ter entrada nas casas mais honestas e palácios! (ARAÚJO, 1963, p. 22).

Rugendas também chama a atenção para a ligação direta entre o Lundu e determinadas danças ibéricas, sobretudo da Espanha, como o Fandango e o Bolero. Além do gestual do dançarino com os dois braços levantados tocando castanholas enquanto a dançarina se movimentava com as mãos na cintura, a coreografia característica também utilizava estalo dos dedos e o acompanhamento de violas.



Rugendas, *Danse landu*.

De forma indireta, Domingos Caldas Barbosa relaciona o Lundu ao Fandango (*ibidem*, p. 22-23):

> Eu vi correndo hoje o Tejo, vinha soberbo e vaidoso; só por ter nas suas margens o meigo lundum gostoso. Que lindas voltas que fez; estendido pela praia, queira beijar-lhe os pés Se o lundum bem conhecera, quem o havia cá dançar; de gosto mesmo morrera, sem poder nunca chegar. Ai, rum, rum, vence fandangos e gigas a chulice do lundum.

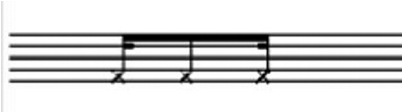
Embora muitos documentos atestem a origem ibérica, não há dúvidas de que a prática do Lundu foi fortemente influenciada por elementos rítmicos africanos até pelo menos a primeira metade do século seguinte. Como vimos anteriormente, Lundu e Batuque coexistiram e foram praticados nos mesmos ambientes. Não obstante, para Ernesto Vieira (1899, p. 319) o Lundu era de origem africana: "Lundum ou Landum. Dança chula africana, usada também no Brasil. O dicionário da língua bunda por Conecatim tem landú, todavia a forma geralmente seguida é lundum."

O aspecto mais importante acerca do Lundu e sua influência na formação da música popular brasileira, diz respeito à parte rítmica. Neste sentido, historicamente, coube à modalidade do Lundu-canção a herança africana da chamada síncope. Para uma maior visão acerca da síncope, Carlos Sandroni (2001) faz um interessante estudo da questão rítmica de acordo com novos paradigmas musicológicos. Tendo como objeto principal o caso do Samba, questiona o conceito de síncope, situando-o num *ethos* eurocêntrico que ainda norteia boa parte das pesquisas e premissas em Música. Verifica então que a síncope é um

fenômeno conceituado como um tipo de ritmo "anormal". O autor pondera, no entanto, que em grande parte das músicas subsaarianas, ou naquelas que contenham suas matrizes, como, por exemplo, as afro-brasileiras e afro-cubanas, o irregular é o característico, o normal, ou de forma mais contundente, é a regra.

Sendo assim, a noção clássica de síncope não deveria ser acoplada a um conceito universal da música, mas somente a algumas de suas expressões. É patente, segundo Sandroni, que a notação ocidental não atende completamente às necessidades da rítmica africana. Muito embora vários padrões de escrita convencional, aplicados a formas americanas, estejam presentes há um tempo suficiente para que sejam interpretados satisfatoriamente, existem casos em que é necessário subverter a escrita convencional para que se obtenha um registro mais fiel. Entre esses casos, estariam algumas manifestações do candomblé brasileiro e da *santería* cubana, o jongo e algumas formas caribenhas.

Focalizando a rítmica do Lundu-canção, destaca-se a célula "semicolcheia, colcheia, semicolcheia", também conhecida *tresillo* cubano, ou paradigma do *tresillo*, cuja representação pode ser imprecisa considerando a riqueza de nuances e acentos rítmicos africanos:

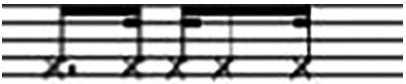


A primeira ocorrência de uma música brasileira escrita contendo o *tresillo* está na introdução do Lundu-canção "Os beijos do Frade", de Henrique Alves de Mesquita (1830-1906), de 1856. Amplamente encontrado hoje na música brasileira de tradição oral, esta figura rítmica apareceu, paralelamente ao Brasil, em todas as regiões da América que necessitaram de mão de obra africana. De forma semelhante, Armando Rodríguez Ruidíaz afirmava, utilizando a expressão "franja negra do Atlântico", que este processo foi chamado de binarização[14], sedimentando a utilização do *tresillo* nas localidades da América do Sul e do Caribe onde tivesse havido uma quantidade maior de escravos africanos entre os séculos XVII e XVIII.

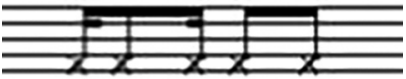
O pesquisador Gérard Béhague (*apud* NIN FERREIRA, 2016) sugere um processo ainda mais interessante. Na coleção de Modinhas do final do século XVIII, por ele encontrada em 1968 na Biblioteca da Ajuda, Portugal, os manuscritos contêm um significativo conjunto de músicas sincopadas, que seriam, segundo Béhague, de Domingos Caldas Barbosa.

14 A expressão foi proposta inicialmente por Rolando Pérez Fernandez ("la binarización de los ritmos ternarios africanos en America Latina"). Cf. NIN FERREIRA, 2016.

O hibridismo, no sentido de mistura de ritmos, tornou-se uma prática e uma característica patentes na música popular brasileira. O ritmo característico da *Habanera* – canção e dança introduzidas em Cuba pelos negros africanos, tornando-se muito popular depois na Espanha e na América Latina –, a partir da segunda metade do século XIX passou a caracterizar o Lundu-canção. Esse ritmo (colcheia pontuada com semicolcheia no primeiro tempo, e um par de colcheias no segundo) já vinha sendo utilizado espontaneamente pelos cantores de Lundu e Modinhas, donde o *tresillo* então:



Daí em diante, surgem outras formas de hibridismo rítmico no Rio de Janeiro, como a Polca-Lundu e o Tango Brasileiro:



Ritmo característico da Polca-Lundu e do Tango Brasileiro.

Capa da partitura de uma Polca-Lundu, de Francisco Libânio Colás, séc. XIX.

Considerações finais

No breve recorte apresentado, os dados sobre Lundu e Modinha erguem-se como pequenas peças de um complexo engendramento histórico-musical. Contornado por sincretismos e legados socioculturais, este texto, ainda que despretensioso, é apenas uma tênue representação do que seria, supostamente, a realidade sonora da Modinha e do Lundu no século XVIII. O Choro, por sua vez, reserva muitas indagações histórico-sociológicas, estético-musicais e técnico-interpretativas acerca da construção de sua tradição. Muitas narrativas sobre este processo estão impregnadas de um nacionalismo exacerbado, quase ideológico, numa leitura histórica convencionada. Quanto à escrita musical ilustrando ritmos característicos, por mais elaborada e precisa que seja, a não dá conta do processo dinâmico de absorção, transformação e fundamentação do Choro, e importa menos que a expressividade na maneira de tocar e transmitir o conteúdo musical. Não se escreve como se toca porque não se toca como se escreve... A escrita musical é antes de tudo um registro e não um fundamento. Não há dúvida, portanto, de que uma discussão mais profunda sobre a convergência do Choro – como o entendemos hoje – ou seu processo híbrido de formação/sedimentação a partir de conexões com a Modinha e o Lundu, seria o prolongamento deste artigo com desenvolvimento e foco mais específicos.

Contudo, segundo relatos envolvendo a figura de Domingos Caldas Barbosa – e provavelmente os demais cantores mestiços contemporâneos a ele não citados ou desconhecidos – é evidente que as inflexões vocais e/ou a maneira de cantar/interpretar chamavam a atenção de europeus. Para a percepção estética/musical do século XVIII a "Moda Nova" era uma experiência inovadora de arte e sentimento. Talvez seja esta a chave para o desenvolvimento de novos ferramentais de pesquisa, baseados, sobretudo, na tradição oral, com o objetivo de lançar mais luzes sobre o influxo da Modinha e do Lundu na invenção do Choro.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Mário de. *Dicionário Musical Brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

____. Cândido Inácio da Silva e o Lundu. *Revista Brasileira de Música*, Rio de Janeiro, n. 17, 1944.

ARAÚJO, Mozart de. *A modinha e o lundu no século XVIII*: uma pesquisa histórica e bibliográfica. São Paulo: Ricordi, 1963.

A.V. *Enciclopédia da Música Brasileira*. Erudita, folclórica, popular. São Paulo: Art, 1977.

BARBOSA, Domingos Caldas. *Viola de Lereno*. 2 v. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e Cultura, 1944.

CANDÉ, Roland de. *História Universal da Música*. 2 v. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CASTAGNA, Paulo. *Apostilas do curso de História da Música Brasileira*. Instituto de Artes da Unesp, 2013. <https://archive.org/details/ApostilasDoCursoDeHistriaDaMsicaBrasileiraunesp>. Acesso em: 30/01/2017.

KIEFER, Bruno. *A Modinha e o Lundu*: duas raízes da música popular brasileira. Porto Alegre: Movimento, UFRS, 1977.

NIN FERREIRA, Fábio Guedes. *O tango brasileiro*: das origens ao Teatro Phênix. Dissertação (Mestrado em Música), UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente*: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917 - 1933). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SIQUEIRA, Baptista. *Modinhas do Passado*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1979.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*, 1817-1820. 3 v. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

TINHORÃO, José Ramos. *Pequena história da música*: da modinha à canção de protesto. Petrópolis: Vozes, 1974.

VIEIRA, Ernesto. *Diccionario musical. Lisboa*: Typ. Lallemant, 1899.

ARTIGOS VENCEDORES DO CONCURSO HISTÓRIAS DO RIO

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 26 • Número 26 • 2019

CAMPO DE SANTANA, HISTÓRIAS E O TRIUNFO DA MEMÓRIA[1]

Lenna Carolina da Silva Solé Vernin[2]

Resumo:

O trabalho tem como objetivo traçar a trajetória das disputas pela memória da região do Campo de Santana no Centro do Rio de Janeiro. De arrabalde depósito de detritos no século XVIII ao Jardim romântico amputado por Vargas utilizado como passagem e despertador dos temores dos transeuntes contemporâneos, o Campo de Santana mudou inúmeras vezes sua toponímia. No entanto, a memória do carioca jamais incorporou os nomes para além daquele que remete a pequena igreja construída por escravos em devoção à avó de Jesus. Atualmente seu nome oficial é Praça da República, porém muitos visitantes não o reconhecem como tal e seguem perdidos em seu entorno buscando o Campo de Santana. Diante de tal impasse este artigo busca analisar as tensões acerca do lugar de memória e as múltiplas camadas de tempo sobrepostas no espaço.

Palavras-chave: Espaço urbano; memória; patrimônio.

Abstract:

This paper aims to trace the trajectory of the disputes over the memory of the Campo de Santana region in downtown Rio de Janeiro. From its eighteenth-century debris deposit to Vargas's romantic amputated garden used as a gateway to the fears of contemporary passersby, Campo de Santana has repeatedly changed its toponym. However, the memory of the carioca never incorporated the names beyond that which refers to the small church built by slaves in devotion to the grandmother of Jesus.Currently its official name is Praça da República, but many visitors do not recognize it as such and are still lost in their surroundings looking for Campo de Santana. Faced with such a deadlock this article seeks to analyze the tensions about the memory place and the multiple layers of time overlapping in space.

Keywords: Urban space; memory. heritage.

A pesquisa desenvolvida analisa as narrativas memoriais que disputam a hegemonia sobre o espaço "Campo de Santana". Materializada na tentativa de nomear o parque público enquanto um lugar de memória republicano através da intitulação como "Praça da República", a disputa memorial tenta silenciar as memórias do período colonial e imperial, quando a região tinha um caráter mais popular. Estas vozes ainda ecoam através da resistência à adoção do nome novo há mais de um século, permanecendo no vocabulário carioca o topônimo "Campo de Santana".

As batalhas entre as memórias do campo não se limitaram à nomeação. Tombado em 1938, primeiro ano após a instauração do Estado Novo, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o maior parque do Centro do Rio de Janeiro acabou destombado cinco anos depois por um decreto presidencial, assinado com o objetivo de permitir que cerca de 20% de sua área fossem eliminados para a abertura da Avenida Presidente Vargas. Ou seja, o mesmo Estado que o tombara decidira alterá-lo com o objetivo de criar

1 Artigo ganhador do Concurso Mem de Sá de Estudo e Difusão da História do Rio de Janeiro do IHGRJ em 2018.

2 Historiadora pela Universidade Veiga de Almeida (2004), Mestra em Ensino de História pela UFRJ (2018), especializada em História do Brasil (2005) e História da África (2006) pela Universidade Cândido Mendes.

um novo lugar de memória que materializasse no espaço da cidade o nome do Presidente Vargas.

Como lugares de memória entenderemos daqui em diante a tentativa de criar suportes para a memória, materiais ou não, a fim de evocá-la. Este conceito foi desenvolvido em 1984 pelo historiador francês Pierre Nora ao organizar a coleção *Les Lieux de Mémóire*, que se tornou importante norteador para entender a identidade cultural francesa.

Para ser entendido como um lugar de memória, mesmo o mais funcional dos objetos deve ser investido de um desejo de memória, isto é, portar uma aura simbólica; estar envolvido num ritual. Nesta seara, veremos adiante o quanto o Campo de Santana recebeu investidas de diferentes agentes no sentido fazer parte destes cerimonias.

Utilizado na contemporaneidade mormente como atalho entre lugares de grande fluxo de pessoas, este belo jardim, maior área verde no caos asfaltado do Centro do Rio de Janeiro, servira de palco para diversos eventos da história política do Brasil. Destarte, guarda um significativo corpo de memória social devido à importante sociabilidade popular praticada em sua área.

No início do século XVIII a cidade do Rio de Janeiro limitava-se ao quadrilátero entre os morros do Castelo, São Bento, Conceição e Santo Antônio. O desenvolvimento da urbe desdobrara-se dentro destas fronteiras naturais muito em função da tradição do urbanismo português em respeitar a topografia natural do terreno e, mais ainda, por questões de segurança e economia. O relevo, por si, já representaria uma proteção contra possíveis ataques partidos da Baia de Guanabara. No entanto, preferia-se restringir a ocupação às áreas aterradas e circunscritas evitando assim os custos com terraplanagem de terrenos alagadiços e complicações oriundas do transporte inexistente. Desta feita, a Rua da Vala (atual Rua Uruguaiana) representava um marco entre o núcleo colonial e seu arrabalde. O Campo da Cidade, área compreendida entre o Morro de Santa Teresa e o mangal de São Diogo (atual Cidade Nova); restinga situada à beira da Lagoa da Sentinela, continuaria desabitada até ser concedido um lote para a construção da capela de São Domingos. Em pouco tempo a ermida passaria abrigar também a irmandade dos devotos de Santana. (ABREU, 1992)

O Rio de Janeiro tinha seu pequeno núcleo urbano dividido em áreas relativamente definidas. Citaremos algumas destas para entendermos o papel do Campo de Santana no início do século XIX. Este funcionava como entroncamento entre as freguesias mais ricas e pobres. Candelária e Lapa concentravam a administração da cidade e as residências das famílias mais abastadas. Gamboa, Saúde e Santo Cristo, mais isolados geograficamente pelos morros a áreas alagadas, recebiam a população mais pobre.

No início do século XVIII a cidade avançava pelo litoral sul em direção ao Flamengo. Devido as características já descritas do terreno, tendo como acesso partindo do núcleo mais povoado apenas o difícil caminho de Capueruçu, o Campo da Cidade dispunha de terrenos desvalorizados que começaram a ser requeridos à Câmara pela população. Dentre os pedidos estava a solicitação para a construção de uma capela em devoção à São Domingos. A irmandade requerente mantinha a imagem na igreja da Sé, no alto do Morro do Castelo; no entanto, devido às hierarquias raciais características da sociedade de cortes instalada na colônia, tinha dificuldade nas demonstrações de fé. Para solucionar o impasse, a concessão de terras nesta área distante fez da capela de São Domingos, primeira construção da região, referência na nomeação da área, que passa a ser chamada de Campo de São Domingos.

O desenvolvimento nesta direção da cidade se fazia lentamente. A capela de São Domingos ainda era a construção mais avançada quando em 1710 recebera a irmandade de Santana. Porém, mais uma vez por questões de ordem, os pretos africanos devotos de São Domingos desentendem-se com os crioulos, isto é, escravos nascidos na colônia, devotos de Santana. Os primeiros não aceitavam interferências dos "convidados" em sua igreja. Em 1735 uma nova capela é erguida em devoção a Santana, atribuindo um terceiro nome ao campo, o que perdura até os dias atuais.

É importante indicarmos a tendência verificada na edificação de igrejas de irmandades de pessoas escravizadas ou libertas fora do limite estabelecido pela da Rua da Vala. Possivelmente tal tendência advém da desvalorização das terras nesta região, associada a uma possível relativa liberdade de culto em função do afastamento dos locais mais densamente habitados. Como o campo propriamente dito continuou sem saneamento, o que demandaria participação da Câmara devido aos altos custos das intervenções urbanas, a nova Igreja de Santana veio a estabelecer um limite mais avançado para a cidade, afastando-se do Campo de São Domingos em direção ao mangue (IDEM, 1992).

A região só fora adensada em edificações no final do século XVIII por conta do arruamento e drenagem a mando do Vice-Rei, conde de Resende. O delineamento da paisagem dera-se por pequenas casas baixas e modestas vizinhas a área destinada ao despejo de detritos dos habitantes da cidade. Com isso, infere-se o peso que as obras tiveram para impulsionar o retalhamento da região em chácaras neste entorno, incorporando-o ao espaço urbano.

Posteriormente ao melhoramento urbanístico promovido pelo Conde de Resende (entre 1790 e 1801), em fins do século XVIII ocorre "a doação de uma porção da chácara vizinha à igreja, para que se construísse o que se chamava de "império", um pavilhão de pedra e cal, com uma capelinha ao fundo e tendo

na frente a plataforma ou terraço onde, em seu trono, o Imperador do Divino recebia, por ocasião das festas, o preito e homenagem de seus súditos" (COARACY, 2008, p. 92) Tal doação origina a agigantada festa do Divino Espírito Santo promovida pela Irmandade de Santana, importante festividade do catolicismo popular, alongando-se de maio a julho em algumas ocasiões, contando, inclusive, com a ilustre presença de vice-reis.

O saneamento promovido pelo Conde de Resende é fundamental para pensarmos no crescimento das áreas ocupadas, assim como o agigantamento da festa. A coroação do imperador do Divino era o ápice da principal celebração religiosa da cidade. Até então, a dificuldade do acesso por um caminho alagado e a presença de excrementos nas cercanias da igreja não deveriam favorecer a frequência de fiéis, tampouco promover o interesse em residir na região. Porém, as obras de aterro proporcionaram as condições para o crescimento da festa do Divido através do melhoramento do acesso e condições sanitárias da região, ainda que parciais.

No início do século XIX, com a perspectiva da invasão napoleônica, a corte portuguesa transfere-se para o Brasil, a mais próspera das suas colônias e a única, dentre todas as colônias do mundo, a receber uma corte europeia. A transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro representou um novo e significativo impulso para a ampla área do Campo de Santana, enquanto parte do projeto de transformação da cidade colonial em sede da monarquia. O significativo crescimento demográfico ocasionado pela presença do séquito real e milhares de funcionários da coroa que acompanharam a família de D. Maria I fez necessária uma série de intervenções capazes de dar à cidade condições mínimas de recepção da corte dentro de uma estética iluminista, com ruas alargadas e arborizadas, logo aplicada ao Campo de Santana em termos urbanísticos. A demanda por moradias capazes de abrigar os novos moradores adensou regiões menos valorizadas da cidade.

Os melhoramentos não se limitaram apenas às intervenções concretas, como podemos observar no trecho a seguir:

> ...os reflexos da chegada da Corte foram inicialmente sentidos quando o Conde de Linhares, ministro real responsável pela nova organização do Exército, escolheu parte da face norte do Campo para a instalação do Quartel do Regimento da Tropa, considerado espaço ideal para exercícios e manobras militares. Tal propriedade consistia na junção de uma chácara doada com duas áreas desapropriadas para esse uso, abrangendo, inclusive, o Império da Irmandade de Santana, demolido para essa finalidade. O processo não foi tranquilo, visto que a Irmandade resistia à destruição do palacete de pedra e cal, recusando, inclusive, que fosse erigido em terra anexa à igreja. A Irmandade passaria, a

> partir desse momento, a construir um Império provisório sempre que ocorresse a festa do Divino. (GUIMARÃES, 2011, p. 247).

Esta primeira intervenção é uma das muitas que alteram o sentido de uso do Campo de Santana, ainda que não fosse o suficiente para desarticular sua ocupação popular. Como veremos adiante, a coroa portuguesa soube utilizar esta característica de modo a aproximar a monarquia dos súditos.

O período joanino inaugura, porém, um novo sentido simbólico ao eleger o Campo de Santana como espaço de manobras militares e celebração política. Devido à amplitude da sua área, o campo era capaz de abrigar toda a população do Rio de Janeiro sem alterar sua dinâmica cotidiana, por estar situado no limite da cidade.

A decisão de aclamar um monarca europeu na colônia pode ser entendida como um desdobramento da decisão de D. João VI em permanecer nesta banda do império. Entre a saída discreta de Portugal diante das ameaças napoleônicas e a decisão de se estabelecer dignamente na América há mudança na postura da corte. É importante notar o afastamento português em relação à Inglaterra após o Congresso de Viena, visto que esta não se mostrou preocupada em reafirmar seu compromisso com os interesses portugueses, com isso levando a uma reaproximação com a França. Como indicador deste processo podemos observar a chegada da comitiva da Missão Artística Francesa em janeiro de 1816, isto é, um estreitamento dos laços com a França e previsão de uma instalação mais confortável e duradoura para a família real e seu préstito.

Dentro deste contexto da Restauração, o projeto de elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves em 1815 deve-se a relativa proteção proporcionada pelo afastamento das pressões metropolitanas sem a necessidade de abdicar às prerrogativas da monarquia. A importância de retomarmos este episódio advém da necessidade de acompanharmos o paulatino reconhecimento do peso que o Brasil vai adquirindo no Império Português (HERMANN, 2007). Veremos adiante que a cerimônia de aclamação ocorre num sentido de reafirmar o poder monárquico, embora sem atingir o cenário europeu como parece ter pretendido seus articuladores.

A acomodação da corte no Rio de Janeiro enfrentava reações tanto dos lusitanos, que se viram abandonados, quanto das demais capitanias elevadas a províncias, por se sentirem oneradas e subordinadas à capital. Referente às demandas da metrópole, a decisão acirrou os ânimos daqueles que se sentiam abandonados; em relação as pressões internas, a elevação do Brasil a reino contornaria juridicamente a situação. Diante de uma América dilacerada em movimentos de independência, aproveitava-se a oportunidade de reiterar a ordem monárquica e ainda acompanhar o quadro de reafirmação do poder formado

na Europa. (IDEM,2007)

Com a morte da rainha d. Maria I em 1816, esperava-se pela aclamação de Dom João de imediato, segundo o protocolo das monarquias absolutistas europeias, principalmente por este já exercer a função de regente desde 1799. Sob o incomum argumento do luto, uma vez que este é inerente à transferência de poder, aguardou-se dois anos até a cerimônia em que oficial e simbolicamente seria investido.

Neste compasso de espera formou-se nos demais reinos sob o comando do regente uma sufocante atmosfera de pressão que iniciara-se com as cobranças pelo retorno a Portugal e acirraram-se diante da possibilidade da aclamação ocorrer na colônia e inverter a relação tida como lógica com a metrópole, além de ultrajar a tradição portuguesa da representação dos três estados da monarquia, ausência já observada na transferência da corte.

Além disso, a Revolução Pernambucana de 1817, assim como as pretensões imperialistas do império português ao sul do Brasil, podem também ter pesado sobre a decisão de postergar a cerimônia de aclamação que, enfim, aconteceria em 1818 no Rio de Janeiro.

A primeira cerimônia, realizada no Paço, seguindo a tradição monárquica portuguesa em sua pompa e circunstância, teve todo projeto a cargo dos artistas da missão francesa a fim de reiterar seu caráter europeu. Sem economizar na ritualização, o festejo desdobrou-se por até oito meses em vários lugares do Brasil e foi financiado por todos que entendiam a importância de Dom João VI na consolidação de seus interesses na América, como a Junta do Comércio, o Senado da Câmara entre muitos outros membros da elite local. No entanto, a presença de possíveis opositores portugueses é percebida pela necessidade de assistência dos destacamentos militares.

O desdobramento da celebração na capital do Brasil aconteceu no Campo de Santana, onde no dia seguinte à aclamação no Paço o rei e sua família foram recebidos num palacete de madeira de onde observou as manifestações populares em sua homenagem. As manobras militares, apresentações de dançarinos do Teatro Real, touradas, entre outros, provavelmente contaram com ampla audiência dos súditos. A família real ainda retornou um segundo dia para receber nova homenagem da população carioca em forma de suntuosa queima de fogos onde se formara a expressão "Viva El-Rei", além de protagonizar a cerimônia do beija-mão.

Podemos imaginar o impacto que provocou a festa e todo seu valor simbólico na modesta cidade de São Sebastião do início do século XIX. O reconhecimento de sua importância e a aproximação dos súditos ficou profundamente

registrado na memória dos cariocas, como veremos conforme o avançar da pesquisa. A eleição do Campo de Santana como espaço habitual das celebrações ligadas à monarquia, embora nem todas em favor desta, como a batalha em oposição a D. Pedro I pouco antes de sua abdicação ou a Proclamação da República, também deve ser entendida como peça chave no processo de cristalização da memória monárquica. Posteriormente, as aclamações de Dom Pedro I (1822) e Dom Pedro II (1841) como imperadores do Brasil, também no Campo de Santana, vêm reforçar um quadro de associação entre o espaço e o império que, mesmo a contundente tentativa de sobreposição de símbolos efetuada pela República, seria incapaz de silenciar.

A nomeação de Paulo Fernandes Vianna como intendente de polícia da Corte trouxe novo fôlego para o Campo de Santana e para a cidade através dos melhoramentos no período de sua gestão, visando transformar a cidade de São Sebastião na capital do império, tendo assim os olhos voltados para o processo civilizatório. Nomeado em 1808 intendente de polícia, esta instituição tinha como atribuição, além do zelo pela segurança pública, a adequação dos comportamentos e hábitos das populações locais e funções equivalentes às dos atuais prefeitos.

Viana instalou, ainda em 1808, a Secretaria de Polícia num prédio dos arredores do campo. No ano seguinte, a seu pedido e na mesma região, acomoda a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Nos 13 anos em que esteve à frente da intendência da Corte, o intendente dispendeu grande energia buscando solução para um companheiro constante do Rio de Janeiro: o problema do abastecimento de água.

Até fins do século XVIII, a população recolhia água a partir do sistema de captação do rio Carioca, disponibilizada nos chafarizes da Carioca, Glória e Praça XV. Para os poucos habitantes do Campo de Santana, a dificuldade era maior, devido a necessidade de deslocamento até o Largo da Carioca ou o transporte em pequenas embarcações pelo mangue de São Diogo da água recolhida na Bica dos Marinheiros.

O grande crescimento demográfico provocado pela transferência da corte fez urgente a questão do abastecimento de água. Para tanto, o intendente logo tratou de reforçar o abastecimento do chafariz do Lagarto, através do aqueduto do Rio Comprido, além da construção de um novo chafariz no Rio Comprido, ainda hoje observáveis na rua Frei Caneca (ROCHA, 1986).

Para atender o consumo do entorno do Campo de Santana, já ilustremente habitado, como pelo próprio Viana, foi construída uma calha em madeira que levava as águas captadas até um chafariz no meio do campo, com dez bicas, inaugurado em 1809. A canalização do rio Maracanã precisou ainda esperar a

construção da tubulação para um chafariz de pedra no local, inaugurado em 1818.

O chafariz das Lavadeiras, como ficou conhecido, tinha forma cilíndrica de onde saíam 22 bicas, além de pias utilizadas pelas lavadeiras, e outras menores para os animais. Foram colocadas oito colunas rodeando o chafariz, duas a duas, e era comum em noites de calor os estudantes o transformarem em piscina, sendo dispersados pela polícia.

Este ponto de abastecimento hídrico trouxe um importante incremento para o Campo de Santana. Novo ponto de convergência da população, o local passou a reunir um grande número destas trabalhadoras, assim como vendedores de água, escravos carregadores, estudantes querendo banhar-se, etc. A presença de um chafariz definitivamente contribuiu para reforçar o caráter de espaço de interação popular do antigo arredor da cidade, agora incluído no perímetro urbano.

As propostas de embelezamento da área visando transformá-la numa área de passeio passaram por uma execução incipiente quando da chegada da família real portuguesa, sendo retomada apenas no último quartel do século XIX. Conforme a descrição do padre Perereca, o "Passeio do Campo", inaugurado em 1815, "ocupava um terço da área, cercado de uma cerca viva de espinheiros e de um gradil de madeira apoiado em colunas de dois metros de altura. O jardim tinha amoreiras e quatrocentas palmeiras". Observando a contemporaneidade da inauguração do abastecimento de água e do ajardinamento, é possível reconstruir a potência deste lugar no contexto do Rio de Janeiro do século XIX. De acordo com Segawa:

> A criação de um jardim de amenidades e festejos [...] – alternativo ao Passeio Público setecentista – indiciava o papel relevante e oficial que o Campo de Santana gradativamente iria assumindo ao longo do século 19. Efetivamente, a Corte elegeu – e a família imperial brasileira endossou – aquele espaço como cenário de suas exibições de pompa e circunstância em diversas oportunidades: já se mencionou a comemoração das bodas da princesa Maria Teres, em 1810, com a construção da praça do curro e de um simulacro de jardim. A aclamação de D. João VI em fevereiro de 1818 como o novo rei de Portugal, Brasil e Algarves ofereceu-se como nova oportunidade para a demonstração de feérica iluminação e cenografia comemorativa no Campo de Santana. (SEGAWA, 1996, p.159)

Situado do lado esquerdo inferior do Campo de Santana, próximo à residência de Viana e da Secretaria de Polícia, há indicações de que o projeto tinha de fato o objetivo de adequar a região às demandas da corte, porém, Dom Pedro I, antigo desafeto do intendente de polícia, mandou destruir o pequeno

gradil cercado de amoreiras antes de partir para Portugal sob o argumento do desejo pessoal do encarregado pelo projeto em desfrutar de um jardim em sua vizinhança.

O interesse pela ornamentação fora retomado no último quartel do século XIX com tratamento paisagístico inspirado nos parques parisienses de Alphand, planejado e executado pelo francês Auguste-Marie Francisque Glaziou. No lugar do burburinho das lavadeiras, o campo passou a ostentar grutas, alamedas, lagos, arbustos, árvores frondosas, cotias, gansos, marrecos, entre outras intervenções realizadas entre 1873 e 1880, inauguradas neste ano com a augusta presença do imperador Dom Pedro II, terminando a travessia entre espaço de trabalho e religiosidade popular para lugar de passeio e contemplação da natureza. O século XIX vê surgir gradativamente, circundando o Campo de Santana, equipamentos e edificações simbólicas que reengendram o conjunto da paisagem:

> Intervenções isoladas no tempo foram desmanchando homeopaticamente as marcas originais do espaço: ampliações dos quartéis tomaram as edificações religiosas; a estação de trem desapropriou o signo instaurador do lugar – a igreja de Santana – passando a despejar milhares de cariocas na região. O jardim remove o chafariz, remove a amplidão e a liberdade do espaço – a chegada da República não encontra o tradicional descampado para a aclamação, mas uma nesga de rua para reunir poucos interessados. Na cartografia do século 19, o Campo de Santana foi a articulação entre a cidade Velha e a cidade Nova, ou entre o núcleo colonial e a cidade Imperial; a confluência do espaço religioso, do espaço militar, do espaço mundano, do espaço da realeza. O jardim de Glaziou liquidou essa rica sobreposição: instaurou uma norma, uma disciplina na qual o júbilo da festa, o temor do confronto, o ruído da manifestação popular dá lugar à celebração da natureza domesticada pelos humanos. (IDEM, p. 174)

O surgimento de um complexo arquitetônico no entorno do Campo de Santana ao longo do século XIX foi parte do processo de valorização contínua que se instaurou no campo a partir do período joanino e o crescimento populacional decorrente da grande imigração de membros da corte e funcionários da Coroa. Deslocando progressivamente o centro nessa direção, conhecida a partir de então como Cidade Nova, ela ganha ainda mais relevância por situar-se entre a cidade velha e o Palácio de São Cristóvão.

A partir de 1840 o surgimento do ônibus, veículo de quatro rodas, dois andares e movido por um ou dois pares de animais, ao carregar vinte pessoas deu novo impulso para o crescimento em direção a regiões da cidade consideradas distantes como Caju, Andaraí e Pedregulho, possibilitando, de fato, a criação de uma cidade nova, que acompanha o itinerário dos ônibus, rapidamente se tornando insuficiente no atendimento de tantos habitantes.

Em 1862 o barão de Mauá solicita ao governo imperial concessão para instalar uma empresa de carris urbanos (bondes). Sem encontrar entre os banqueiros norte-americanos interesse em financiar seu projeto, se associa a Blaker Street Horse Car Company New York que avalia que o eixo centro-sul seria o mais apropriado traçado para as operações. Em 1866 esta adquire as ações da Companhia de Carris urbanos fundada por Mauá, realizando sua primeira viagem em 1868 entre a rua Gonçalves Dias (antiga Rua dos Latoeiros) e o Largo do Machado.

O bonde se mostra uma alternativa aos ônibus bastante interessante. Sua maior capacidade, acomodando 30 passageiros, associada à suavidade da viagem sobre trilhos, levava mais pessoas para lugares mais distantes. Desta feita, as empresas assumem o controle do Estado, intervindo através deste e configurando o espaço de acordo com seus interesses, dando início à especulação imobiliária.

A partir daí se estabelece um modelo de desdobramento do tecido urbano conduzido pela concessão a empresas que se propõe a desenvolver o transporte para regiões desabitadas, doravante loteadas, tratadas com arruamento e, somente por último, passam a ser habitadas.

Os interesses do capital respaldados pelas teorias científicas do final do século XIX, que promovem a talassoterapia e os benefícios de viver sob as brisas do mar, a salvo das epidemias constantes do Centro, funcionavam como subterfúgio para incentivar a migração de famílias abastadas para os longínquos e desertos bairros de Copacabana e Ipanema. Contudo, sua efetiva ocupação só é possibilitada pela ação da municipalidade no início do século XX com a abertura das avenidas Beira-mar, Atlântica e a eletrificação dos bondes.

A modernização dos bondes tem uma importante função no rearranjo das companhias, uma vez que as pequenas empresas com capital insuficiente para investir em tecnologia acabam fundidas ou incorporadas pelas menores, reduzindo a concorrência a apenas duas companhias em 1913: a Jardim Botânico e a Light and Power. A relevância da trajetória das empresas de transporte no Rio de Janeiro nos interessa por sua indispensável contribuição para a ocupação dos bairros da cidade.

Voltando ao Campo de Santana e sua remodelação, para que esta faça algum sentido, precisamos retornar à expansão pela qual passou a cidade em meados do século XIX. O primeiro grande impacto sentido pela região foi a demolição da igreja de Santana para a construção da estação Dom Pedro II, (atual gare da Central do Brasil), inaugurada em 1858. Somente em 1861 inicia o serviço de transporte de passageiros; até então sua principal atividade era conectar a produção cafeeira com o porto, distribuindo-a internacionalmente,

bem como levando para o interior os produtos importados.

Contando com apenas cinco estações em 1861 e ampliadas para sete em 1870, ainda assim os trens foram fundamentais para a ocupação do subúrbio. Os bairros surgem no esteio das estações, originados muitas vezes de antigas fazendas monocultoras loteadas. Ainda que a ferrovia tenha sido significativa para o crescimento da cidade no sentido norte, convém reforçar que sua razão de ser era comunicar o Rio de Janeiro com os estados vizinhos, especialmente São Paulo e Minas Gerais e que o aumento populacional das regiões por elas cortadas foi uma decorrência secundária.

O número de passageiros transportados pelos trens é absolutamente inferior ao dos bondes no fim do século XIX, apesar de estes operarem de modo seletivo devido ao alto preço das passagens. Diante disso, é fácil imaginar que o superpopuloso Centro do Rio de Janeiro andasse a pé, visto que a população mais pobre nele se concentrava em busca da sobrevivência nas pequenas prestações de serviços diárias.

Ainda neste período a cidade recebe uma enorme onda migratória resultante do declínio da produção de café no Vale do Rio Paraíba e dos canaviais do Recôncavo Baiano, também em decadência, tornando as habitações populares cada vez mais insalubres. Atraídos pelos serviços oferecidos durante a transição entre a escravidão e o trabalho livre, bem como pela concentração da incipiente indústria carioca na região central, a crise habitacional agravara-se sensivelmente.

O quadro de desenvolvimento dos transportes, especulação imobiliária e crise habitacional se formou paralelamente ao processo modernizador iniciado com a inauguração da estrada de ferro Dom Pedro II e atingiu seu ápice com as "picaretas regeneradoras" durante a Reforma Passos.

Ademais, a demolição da simbólica capela de Santana em 1855, sua transferência para a Rua das Flores, ocupando o prédio originalmente construído para funcionar como a Cadeia Nova, deu outro sentido ao território da Cidade Nova. A rua da nova igreja passa a se chamar Rua de Santana, ainda que a santa também continue a nomear o campo, resistindo às diversas tentativas de renomeá-lo. Desta maneira

> Essa história permite também a leitura dos múltiplos significados do espaço do Campo de Santana. Significado no âmbito da simbologia política, primeiramente inculcar outras nomenclaturas partícipes de projetos políticos para memória para a cidade: lugar de encarnação de emblemas da monarquia, como foram as festividades dos casamentos da infanta Maria Teresa e do príncipe herdeiro D. Pedro com D. Leopoldina de Habsburgo, as duas aclamações de monarcas e as três festas de aclamação de um rei e dois imperadores. [...] Como

> todo lugar emblemático da memória social, também o Campo de Santana não foi exclusivamente monárquico: a república considerou-o como território privilegiado do novo regime, porque ali foi proclamada e porque uma das casas do entorno era a do proclamador. Por isso o campo sofreu pelo menos duas incisões ideológicas, com a mudança de nome para Campo da Aclamação ou da Honras para Praça da República e com a construção nele da estátua do prócer republicana Benjamin Constant Botelho de Magalhães.
>
> Menos interessada nos combates ideológicos de monarquistas e republicanos, que reviviam os combates físicos dos exaltados e governistas na crise da abdicação, a população rejeitou as duas denominações e continuou valorizando a evocação religiosa original: Campo de Santana. (WEHLING, 2015, p.10)

A intensa labuta republicana por solidificar sua memória ocorreu num momento em que o rápido crescimento da economia brasileira com a intensa inserção do café produzido no oeste paulista no mercado internacional exigia uma nova organização do espaço da cidade. Essa reorientação do poder é iniciada em 1894 pela oligarquia cafeeira com a eleição de Prudente de Moraes, atingindo seu ponto máximo durante o governo de Rodrigues Alves.

Era imprescindível neste momento colocar a capital da República dentro dos padrões civilizados em que se encontravam seus parceiros comerciais, especialmente europeus. Para tanto, a modernização do porto cumpriria a função de agilizar o processo de exportação e importação e expressaria simbolicamente a grandiosidade do país enquanto maior produtor de café do mundo. Arrematando o plano, atrairia a mão de obra estrangeira necessária nas lavouras e no projeto de branqueamento da população brasileira.

Podemos considerar as obras do porto a figura principal emoldurada pelas demais intervenções urbanas que completavam sua operação. A abertura da Avenida Central, ligando o cais ao centro comercial e suas complementares Avenida Beira-Mar, Francisco Bicalho e Rodrigues Alves, que passaram a liberar a circulação de mercadorias, além do alinhamento e alargamento de várias ruas do Centro criaram um traçado onde pessoas e capitais poderiam fluir.

Mais uma vez a especulação imobiliária aparece com pujança, se tornando a partir daí companheira da cidade. Dentre os mais importantes fundos de financiamento das obras de melhoramentos estavam os próprios terrenos originados da demolição de prédios antigos além do necessário para o projeto. Após a execução da benfeitoria, os novos lotes eram vendidos com valor muito mais elevado que o pago pelos imóveis.

Porém as mudanças não poderiam se restringir apenas à aparência. Era necessário modernizar os usos e costumes da população, considerada responsável pelo estado de insalubridade pelo qual era caracterizado o Rio de Janeiro

em função de seus hábitos bárbaros e anti-higiênicos. Levando ao extremo o plano de tornar a cidade embelezada e capaz de receber estrangeiros e investimentos, são nomeados para cargos estratégicos o engenheiro Pereira Passos, como prefeito, e Oswaldo Cruz, no cargo de Diretor Geral da Saúde Pública. O último comanda uma verdadeira cruzada sanitária que atinge em cheio os modos de viver da população mais pobre, isto é, as possibilidades de existência oferecidas por sua condição econômica. Sentindo-se desrespeitada pelos abusos cometidos pelo Estado republicano, parte da população carioca se levanta na Revolta da Vacina. Esta contou também com a participação de outros segmentos como militares e operários; no entanto, não é nosso objetivo aqui avaliá-los.

Entusiastas da técnica, ambos trabalharam baseados estritamente na ciência da época, afastando-se da política. Aliás, este foi o argumento utilizado por Passos em seu pedido de fechamento da Câmara como condição para levar a cabo seu projeto de cidade higiênica e elegante, inspirada na Paris reformada por Haussman.

Porém, no momento em que a Reforma Passos civiliza o Rio de Janeiro, já se encontra o Campo de Santana ajardinado por Glaziou. Esvaziado da possibilidade de interação popular promovida durante a colônia e incentivada pela monarquia, a concentração popular passa, neste período, a ser avaliada como potencialmente tumultuosa. Ao disciplinar o espaço, travesti-lo de natureza, o paisagista colabora com o início da trajetória de modernização da cidade, com o princípio das obras em 1860. É preciso lembrar a importância da estação ferroviária Dom Pedro II, conhecida também como Estação do Campo, e sua visceral ligação com o principal porto do Brasil. Ora, o Campo de Santana era como uma espécie de sala de embarque e deveria se apresentar em condições condizentes com a importância econômica do binômio infraestrutural ferrovia/porto.

O projeto civilizatório realizou várias interferências nas ruas do Rio de Janeiro com o objetivo de adequá-las à modernidade, contudo, as transformações não se limitaram ao aspecto físico da cidade. A renomeação de várias praças, ruas e travessas em 1890 visava claramente apagar da memória da cidade qualquer alusão à barbárie do império escravista através de homenagem a episódios de sua história ou personalidades relevantes do período, substituindo-os por novos nomes de sentido equivalente, porém ligados a República recentemente instaurada.

Avançando um pouco no tempo temos a Era Vargas, cujo marco inicial é a Revolução de 1930, que traz Getúlio Vargas ao poder. É iniciado um processo de intensa centralização política e de decisões em mãos do governo federal, e

em menor grau em mãos dos interventores estaduais e dos prefeitos nomeados. Busca-se, a partir de então, construir uma nova nação, sendo necessária, para alcançar esse objetivo, a promoção de reformas em diversos setores, como educação, saúde, finanças, administração pública e gestão urbanística. A opção pela arquitetura moderna nesse caso se reveste de um caráter simbólico, representando o novo, tal qual o Estado Novo (1937-1945) em oposição à República Velha, irradiando para as demais atividades governamentais e atingindo diferentes setores da vida nacional.

Em 1937, reproduzem-se as condições favoráveis para a execução de obras no Distrito Federal. A concentração de poder através da vigência do Estado Novo e a atuação conjunta da Prefeitura e Governo Federal cria situação semelhante a presenciada durante a Reforma de Pereira Passos no início do século.

A década de trinta pode ser considerada como importante etapa na definição dos rumos do capitalismo industrial no país, observando-se no plano econômico o deslocamento do eixo da economia agroexportadora para a industrialização urbana. Em diversas cidades brasileiras, como o Distrito Federal, são empreendidas intervenções físicas e adotadas novas formas de gestão urbana e de gestão municipal (LIMA, 2016).

Por outro lado, o Estado Novo é o momento da reafirmação das tendências autoritárias através da construção de um estado nacional forte, capaz de enfrentar os problemas atuando com uma administração organizada e contando com a participação de parte da intelectualidade brasileira. O ideal reformista permeava a administração, traduzido pelas mãos de uma elite técnica e cosmopolita, conhecedora das experiências de outros países.

Nesta circunstância, o Campo de Santana ainda sofreria um novo e profundo golpe: a construção da Avenida Presidente Vargas inaugurada em 1944. O plano para a abertura da avenida foi apresentado na XI Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro, em 1938, recebeu a anuência do presidente Getúlio Vargas e foi publicado em 1940.

A abertura desta artéria visava ligar a região da Candelária à Avenida do Mangue, facilitando o acesso a São Cristóvão, com passagem pela Cidade Nova. Contraditoriamente, o mesmo governo que criara o Serviço de Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN-1937), órgão com competência para preservar o patrimônio cultural, destombara o Campo de Santana tencionando permitir a amputação de 18% (18.216 m^2) de sua área, privando os cariocas da completude do projeto de Glaziou perdida para a nova via. Várias edificações de inestimável valor histórico desapareceram, levando consigo ruas, moradores e sociabilidades. Entre eles:

> Destaco a polêmica demolição da Igreja de São Pedro dos Clérigos, a única de planta em oval dupla edificada no Rio de Janeiro, com forte inspiração borromínica e internamente ornamentada com talhas de Mestre Valentim, além da Igreja e do Hospital do Bom Jesus do Calvário, do Largo e da Igreja de São Domingos, que incluía a Capela do Cônego, dedicada à Nossa Senhora da Conceição. Não menos lamentável foi a destruição do Paço Municipal, sólida edificação de influência neoclássica que presenciou relevantes fatos da história do Rio de Janeiro, bem como outro simbólico edifício – a Escola Benjamin Constant, situada na Praça Onze, o primeiro colégio público do Rio de Janeiro – veio abaixo ainda em 1938. (IDEM, 2016, p.161)

Com esta última intervenção, embora limitada a seu aspecto físico, conseguimos observar a diversidade e a força dos agentes históricos que fazem do Campo de Santana um concorrido campo de batalha pelas memórias que se pretendem hegemonizar e, assim, ainda que em caráter provisório, tornar-se história, essa quimera sobre a qual nos debruçamos.

Referências bibliográficas

ABREU, Martha. *Festas religiosas no Rio de Janeiro*: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. In: ____. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994, p. 183-203.

____. *O Império do Divino*: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo:/FAPESP, 1999.

ABREU, Maurício Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/JZE, 1987.

AHMED, Flávio. Estatuto da cidade, plano diretor e zoneamento urbano como instrumentos de proteção dos bens culturais. In: SOARES, Inês Virgínia Prado.

AMADO, J. *O grande mentiroso*: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. História, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.

ARIÉS, Philippe. *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*. Relógio D'Água: Lisboa, 1988, 326 p.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 17. ed. São Paulo: Ática, [s.d.]. (Bom Livro).

BÈDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 5.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BARROS, José D'Assunção. *História, Espaço, Geografia*: diálogos interdisciplinares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

CALDEIRA, Junia Marques. *A praça brasileira - trajetória de um espaço urbano*: origem e modernidade. Tese de Doutorado, Unicamp, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas - O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990,

____. José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*: quatro séculos de histórias. 4. ed. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2008.

CUREAU, Sandra (org). *Bens culturais e direitos humanos*. Edição I, São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015, p.19-56.

EL-KAREH, Almir Chaiban. Quando os subúrbios eram arradaldes: um passeio pelo Rio de Janeiro e seus arredores no século XIX. In FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj: Ed.UFF, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flávia; et al. *Tempo presente & usos do passado*.Rio de Janeiro:Editora FGV, 2012. p.121 – 124.

FOUCAULT, Michel. V*igiar e punir*: o nascimento da prisão. 20. ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1999.

____. Outros espaços. In: *Estética*: literatura e pintura, música e cinema. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (Ditos e Escritos, n. 3).

GONÇALVES, Leidiane de Castro. As transformações urbanas e o papel da Intendência de Polícia no Rio de Janeiro joanino. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal.2013.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HERMANN, Jacqueline. *O rei da América*: notas sobre a aclamação tardia de d. João VI no Brasil. Topoi, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 124-158.

HOBSBAWN, Eric. A Invenção das Tradições (Introdução). In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A Invenção das Tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KNAUSS. Paulo. Prefácio. In: DE PAOLI, Paula Silveira. *Entre relíquias e casas velhas*: a arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2013.

KOSSELECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Rio de Janeiro: PUC RIO, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013. 451 p. Título original: La production de l'espace.

LEFEBVRE, H. [1968] 2008. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

LIMA, Evelyn Furquin Werneck. De Teatro do Poder a Centro Financeiro e Administrativo. Sete décadas de transformações na Avenida Presidente Vargas. In: *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*. n.10; n.11, 2016.

LIPPI, Lúcia. *Cultura é patrimônio*: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

LOYER, François. Le Sacro- Couer de Montmartre. In: NORA, P. *Les Lieux de mémoire* (org.), *Gallimard (Bibliothèque illustrée des histoires)*, Paris, tomo 3 Les France (3 vol., 1992). p.4253-4269.

LOYRETTE, Henri. La tour Eiffeil. In: *NORA, P. Les Lieux de mémoire* (org.), *Gallimard (Bibliothèque illustrée des histoires)*, Paris, tomo 3 Les France (3 vol., 1992). P. 4270-4287.

MELO Victor & MARZANO, Andrea. (Org.). *Vida divertida*: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930), (pp. 17-48). Rio de Janeiro: Apicuri.

NORA, Pierre. *Entre memória e história*: a problemática dos lugares. São Paulo: PUC-SP. n 10, 1993. Projeto História.

POLLACK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

____. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

Revista do Rio de Janeiro, Niterói, vol. I, n°1, set./dez. 1985.

Revista do Rio de Janeiro, Niterói, vol. I, n°2, jan./abr. 1986.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Domínio público: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2051. Acessado em 20/06/2018.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições*: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

SANTANA, Vítor. Quem tem diploma é rei: O Discurso Técnico e as Tensões Sociais em um Rio de Janeiro de Tormentas (1937-1945). *Monografia* (Bacharelado em História). Instituto de História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SANTUCCI, Jane. Cidade Rebelde. *As revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público*: jardins no Brasil. São Paulo: Nobel,1996.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3ª. ed., S. P., Ed. Brasiliense, 2014.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor*: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

WEHLING, Arno. Banco de pareceres do processo número 01450.004811 /2008-18 de tombamento do Campo de Santana, 2015.

RIO, 1968: MEMÓRIAS DA GUANABARA REBELDE

Mathews Nunes Mathias[1]

Os Editores

Um dos avaliadores objetou quanto à propriedade do paralelo entre a temática do artigo, focada em 1968, e o triste episódio do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco em 2018. Não obstante, como se trata de um texto laureado no Concurso Mem de Sá de Estudos e Difusão da História do Rio de Janeiro, por cujo regulamento (art. 5º, item 4) é prescrita sua publicação nesta Revista, aqui o fazemos.

Resumo:

Este artigo tem como objetivo retomar a trajetória do movimento estudantil na cidade do Rio de Janeiro ao longo do ano de 1968. Partindo da morte do estudante secundarista Edson Luís em março daquele ano até o decreto do Ato Institucional n° 5, o artigo segue os passos dos estudantes que protestaram não só contra as reformas universitárias, mas contra a própria ditadura e recupera a intensidade dos acontecimentos de 1968 que fizeram do Centro do Rio uma arena de luta por justiça e democracia.

Palavras-chave: estudantes; ditadura; militares; repressão; resistência.

Abstract:

This article aims to retake the trajectory of the student movement in the city of Rio de Janeiro throughout the year 1968. Starting from the death of the secondary student Edson Luís in March of that year until the decree of Institutional Act No. 5, the article follows the steps of the students who protested not only against university reforms but also against the dictatorship itself. Thus, the study will resume the intensity of the events of 1968 that made the Center of Rio an arena of struggle for justice and democracy.

Keywords: students; dictatorship; military; repression; resistance.

Era uma sexta-feira. O sol já se despedia na enseada de Botafogo. Havia sido mais um daqueles dias de calor intenso no Rio. Enquanto anoitecia, a cidade ficava cada vez mais escura, mas naquela noite nenhuma iluminação pública se acendeu. A escuridão só foi rompida por milhares de velas e archotes acesos e empunhados por uma grande multidão que caminhava e cantava e seguia duas canções: o hino nacional e a *Valsa do Adeus*. Edson Luís estava morto e ia no meio do cortejo com seu caixão coberto pela bandeira do Brasil. O movimento estudantil estava vivo e com aquele luto, juravam que a luta só estava começando.

As chamas das velas e tochas feitas com jornal carregadas pelo cortejo fúnebre e glorioso daquela noite de 29 de março foram somente uma das centelhas que inflamou o imenso barril de pólvora que explodiu no ano de 1968 na cidade do Rio de Janeiro. No Brasil, 1968 foi o ano das grandes manifestações contra o regime civil-militar instaurado em 1964. Foi o ano das passeatas, greves e atos por todo o país. Foi o ano da Tropicália, da *Roda Viva* e do "é proibido proibir". Mas também foi o ano dos atentados, dos sequestros, da forte repres-

1 Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Vencedor do Concurso Mem de Sá de Estudos e Difusão da História do Rio de Janeiro Rio organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro..

são do Estado e do Ato Institucional nº 5.

No mundo, 1968 foi o ano de paixões e utopias despertadas em vários países. A ofensiva do Tet na Guerra do Vietnã, desencadeou uma série de reflexões sobre o papel da união e da organização do povo para a mudança das sociedades. Os gritos por liberdade e revolução foram entoados por jovens nos quatro cantos do mundo. Paris se tornou o epicentro da onda de indignação contra a guerra e todas as formas de opressão e mobilizou países de todos os continentes a se revoltarem também.

Na França e nos Estados Unidos, o apelo por novos padrões de comportamento e modos de vida foram fortemente explorados em grandes manifestações de rua e confrontos com as forças policiais. No Brasil, o apelo da Revolução Cultural ecoou de uma forma diferente. Aqui, o grito por liberdade emergia da luta política contra a ditadura civil-militar. E a cidade do Rio de Janeiro foi um dos principais palcos da maior parte dos eventos que marcaram a época de 1968[2] no Brasil e os estudantes foram os principais atores em cena. Do enterro de Edson Luís até a Passeata dos Cem Mil, a antiga capital federal serviu como o altar mor do sacrifício cruento celebrado pela ditadura que fez dos estudantes e de boa parte da sociedade civil sua principal vítima expiatória.

Desde o golpe que derrubou o presidente democraticamente eleito João Goulart em 1964, os moradores da cidade do Rio de Janeiro sentiam na pele os efeitos das arbitrariedades do Estado em franco processo de militarização. Os estudantes sentiam ainda mais. Através do primeiro Ato Institucional, assinado um pouco mais de uma semana após o golpe, o presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), José Serra, havia sido cassado pelo novo regime e a organização foi colocada na ilegalidade. A sua sede situada na praia do Flamengo foi depredada, incendiada e destruída no dia seguinte a vitória do golpe. No final do ano, a Lei Suplicy foi aprovada com objetivo de controlar as entidades representativas do movimento estudantil.

Como principal alvo das ações do aparato militar e dos partidários mais extremados do novo regime, os estudantes passaram a ensaiar os primeiros atos de rebelião que iriam eclodir com maior força mais tarde. Em 1965, o presidente Castelo Branco foi vaiado por estudantes ao participar da aula inaugural na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). No ano seguinte, seiscentos estudantes organizaram uma assembleia na Faculdade de Medicina da UFRJ. Após uma passeata aos gritos de "o povo organizado derruba a ditadura", o movimento se reuniu no prédio da universidade a fim de deliberar sobre as próximas estratégias a serem adotadas.

2 Sobre o significado da chamada época de 1968. Cf. RIDENTI, Marcelo. "1968: rebeliões e utopias". In REIS FILHO, Daniel Aarão, Jorge Ferreira e Celeste Zenha. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v. 3. pp. 133-160; MULLER, Angelica. *1968 em movimento*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

Ao saber da organização da assembleia, a polícia foi até a Faculdade de Medicina e forçou a entrada. Os estudantes trancaram as portas do prédio e montaram barricadas. A polícia bloqueou as saídas. Teve início uma fase de negociação entre os dois lados, mas já de madrugada, a polícia resolveu invadir a faculdade. Os alunos foram violentamente reprimidos, muitos foram espancados e centenas saíram algemados. Esse episódio ficou conhecido como o "Massacre da Praia Vermelha" e representou o início da mudança de postura do movimento estudantil frente a violência do regime.

No início de 1967, o movimento estudantil passou por um refluxo. O massacre do ano anterior fez os estudantes entenderem com quem estavam lidando. Enquanto isso, o Congresso Nacional promulgava outra Constituição e uma nova Lei de Imprensa. Mesmo na clandestinidade, a UNE conseguia mobilizar os estudantes em escala nacional para se manifestarem contra a política educacional do recém empossado governo Costa e Silva.

O regime pregava o avesso das reivindicações estudantis, principalmente em relação às universidades públicas. Com a justificativa de contenção de gastos em setores não diretamente produtivos, o governo reduziu drasticamente os investimentos na educação superior e estabeleceu acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for Internacional Development (MEC-Usaid) para realizar a reforma universitária. Excluídos do processo de decisão, os estudantes acusavam o governo de tentar impor uma modernização autoritária da universidade, sem atender aos anseios de participação estudantil nesse processo. Segundo os estudantes, as medidas propostas por Costa e Silva colocariam em risco o ensino público e gratuito através da transformação da universidade em empresa. Assim, o movimento ia ganhando força e tateando caminhos de contestação do regime por meio das pautas educacionais.

Cada mobilização dos estudantes era respondida com mais repressão e violência pelo governo que, ainda em 1967, decretou a extinção dos órgãos estudantis e a criação da Lei de Segurança Nacional. As prisões arbitrárias em manifestações que queimavam bandeiras norte-americanas só aumentavam. Porém, a demolição do Calabouço, tradicional restaurante aberto para estudantes pobres, basicamente secundaristas, levou o movimento estudantil a se mobilizar com ainda mais força em passeatas pelo centro do Rio.[3] Até que veio a bala.

No dia 28 de março, Édson Luís, um estudante secundarista que tentava

3 O nome Calabouço foi atribuído ao restaurante após a sua transferência para uma região próxima ao aeroporto Santos Dumont, na chamada Ponta do Calabouço, que tinha esse nome devido a uma antiga prisão que havia no local. Ele é representado como um ponto de encontro dos grupos contra a repressão militar e pela luta pelos direitos sociais e políticos. Cf. REIS FILHO, Daniel A.; MORAES, Pedro. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988. p. 165.

sobreviver no Rio depois de deixar a periferia de Belém do Pará, varria a porta da entrada do Instituto Cooperativo de Ensino, próximo ao Calabouço onde fazia suas refeições e ganhava algum dinheiro com pequenos serviços. Ele não era uma liderança do movimento nem participava das manifestações com um dos "agitadores", mas naquele dia estava no lugar onde os estudantes montaram uma pira, símbolo da luta do movimento e que seria acesa no momento certo, quando partiriam em passeata até a Assembleia Legislativa. Lá, eles se aproveitariam de uma solenidade para exigir mais verbas e a conclusão do restaurante dos estudantes.

Porém, a polícia já sabia do plano. Chegaram antes mesmo da pira ser acesa. Marcharam em direção ao restaurante para impedir a manifestação e foram recebidos com paus, pedras e provocações. Não foi preciso mais do que isso para que começassem a revidar. Não com palavras, mas com tiros. Uma bala atingiu Edson Luís. Ele tombou na hora. Outro companheiro também caiu. Revoltados, os estudantes pegaram os dois corpos e marcharam contra a polícia como se estivessem dirigindo um canhão.

Os corpos foram levados em procissão até a Santa Casa de Misericórdia, aonde Edson Luís já chegou sem vida. A procissão do estudante morto se tornou um cortejo em *via crucis* pela cidade. Rumaram para a Assembleia Legislativa, na Cinelândia. Queriam expor aos deputados até onde o regime tinha conseguido chegar. Agarravam-se ao corpo do estudante com medo do que a polícia poderia fazer ao cadáver. O cortejo seguiu pela rua Santa Luzia e se encaminhou para a embaixada americana na avenida Presidente Wilson. "Assassinos!" gritaram os jovens ao atirar pedras contra os vidros da embaixada [4].

Àquela altura, a notícia da morte de Edson Luís corria as ruas como um rastilho de pólvora. Logo começaram a chegar a Cinelândia mais estudantes, jornalistas e artistas de todos os cantos da cidade. Os deputados nada podiam fazer, pois a Assembleia já havia se tornado a casa dos estudantes, a casa do povo. O corpo foi colocado numa mesa e coberto até a cintura por uma bandeira brasileira. Alguns cartazes foram afixados ao seu redor e inúmeros discursos foram proferidos durante a noite, sempre com a exibição da camisa ensanguentada do jovem morto.

Ao longo do velório, que durou toda a madrugada, os estudantes discutiram a possibilidade de entregar o corpo de Edson Luís ao IML para se fazer a autópsia. Mas resolveu-se que a autópsia seria feita ali mesmo, na mesa da Assembleia. Passou-se então a discutir o trajeto do cortejo que levaria o caixão até o cemitério São João Batista, em Botafogo. Os estudantes recusaram o ofe-

4 HAGEMEYER, Rafael Rosa. *Movimento estudantil 68: imagens da paixão*. 1997. 145 p.: Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 1997. p. 33.

recimento de um carro dos bombeiros, o cortejo seria feito a pé.

Na manhã do dia 29, uma multidão, portando faixas e cartazes de protesto, aglomerava-se na Cinelândia. Nas escadarias da Assembleia, inúmeros discursos se sucediam, até que por volta das 16h deu-se início ao cortejo. O caixão, coberto com a bandeira nacional, era conduzido nos ombros pelos estudantes que se revezavam a cada instante. A multidão, estimada em cerca de cinquenta mil pessoas, seguia em silêncio, interrompido, por vezes, por palavras de ordem. Dos prédios, as pessoas batiam palmas, acenavam com lenços brancos e jogavam papel picado. Com velas e archotes, a multidão caminhava produzindo luzes e sombras na cidade. Luzes de vida e esperança. Sombras de luta contra a ditadura.

O cortejo seguiu pelo Passeio Público, Lapa, Glória e, no final da tarde, chegou na praia do Flamengo. Ao passar em frente ao prédio abandonado da antiga sede da UNE, ilegal naquele momento, Vladimir Palmeira e outras lideranças estudantis invadiram o prédio e, de uma das janelas, proferiram inflamados discursos contra o regime militar enquanto uma bandeira dos Estados Unidos era queimada sob aplausos.

Ao chegar à praia de Botafogo, já era noite. Às 19h, o cortejo chegou ao São João Batista. As portas já estavam trancadas, mas a multidão as arrombou. Cerca de dez mil pessoas ainda estavam presentes, e ao som do hino nacional, Edson Luís foi finalmente sepultado. A dispersão foi em silêncio, contudo, entre os estudantes, uma frase era dita em tom de juramento e repetida como um preâmbulo do que estava por vir: "Neste luto, começou a luta!".[5] Ao longo da noite, inúmeros confrontos aconteceram. As forças policiais, que durante o enterro não apareceram, reprimiram com violência as manifestações posteriores ao sepultamento. Protestos tomaram as ruas de todo o país. A rebelião estudantil havia começado. A pira que não teve tempo de ser acesa na noite da morte de Edson Luís, flamejou no seu enterro e chegou até outros estados.

Nos dias seguintes à morte de Edson Luís, o Rio de Janeiro presenciou intensas mobilizações de protesto. Foi o momento da virada para o movimento estudantil. Os estudantes comemoraram o quarto aniversário do golpe de 1964 a seu modo. No dia 1º de abril, a Paris das barricadas ficou a dever ao centro do Rio. Durante três horas, com paus e pedras, os estudantes depredaram lojas e bancos, viraram carros policiais e enfrentaram a polícia. A avenida Rio Branco se tronou uma praça de guerra. O episódio levou o governo a ocupar militarmente a cidade.

No dia 2, uma comissão de estudantes e intelectuais agendou a missa de

5 VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 104.

sétimo dia de Edson Luís na Igreja da Candelária, no centro da cidade. Outras missas também foram marcadas nas paróquias cariocas e em outros estados, e uma manifestação nas escadarias da Assembleia Legislativa foi proibida pela polícia. O Exército avisou que não iria tolerar qualquer tipo de manifestação política dentro ou fora das igrejas e o ministro da Justiça, Gama e Silva, solicitou que as forças policiais da cidade ficassem em total prontidão contra os protestos estudantis.

Na manhã do dia 4 de abril, dia das missas, tanques do Exército ocuparam trechos da avenida Presidente Vargas. Militares vigiavam esquinas e agentes do DOPS, em cima de edifícios, observavam o movimento nas ruas. Aviões da FAB cruzavam o céu e PMs a cavalo percorriam as imediações da Candelária. A polícia havia prometido que não usaria da violência, no entanto, desde cedo o cenário montado pela repressão indicava o contrário. Após as missas da manhã, a polícia já demonstrava a que estava disposta ao atacar indiscriminadamente grupos de pessoas que saíam da igreja. Estudantes eram ameaçados por soldados montados em cavalos e com sabres desembainhados. A missa da noite, iniciada às 18h, era a última e a mais importante do dia. Cerca de seiscentas pessoas estavam presentes à celebração de dom José de Castro Pinto, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. A polícia e o Exército continuavam nas imediações da Candelária, impondo terror aos presentes. Os cavalariços mantinham seus cavalos à porta da igreja, e o frenético barulho dos cascos na escadaria dava a impressão de que a qualquer momento a cavalaria invadiria a nave central.

O clima era de tensão e o confronto era iminente. Ao final da missa, os padres, liderados por dom José de Castro Pinto, negociaram uma saída pacífica para os presentes, em especial os estudantes. De mãos dadas, os religiosos fizeram um cordão de isolamento e conduziram as pessoas à saída da igreja. Os estudantes vieram logo atrás. Ninguém soltava a mão de ninguém. Apesar disso, os que seguiram pelas ruas adjacentes foram perseguidos e espancados pela polícia.

Depois desses acontecimentos, uma série de protestos estudantis aconteceu pela cidade, sempre protagonizados pela forte repressão da polícia e pelo incansável enfrentamento dos estudantes. A tática mais utilizada pelo movimento estudantil era a pichação de palavras de ordem em muros e prédios públicos e a realização de comícios-relâmpagos, que consistiam em pequenos discursos proferidos por lideranças estudantis que logo se dispersavam.

O movimento crescia e se articulava. Já não era mais somente pelas causas estudantis, era contra o regime. A luta por mais verbas, por maior número de vagas nas universidades, pela reabertura do restaurante Calabouço e contra o acordo MEC-USAID estava cada vez mais associada à luta contra a ditadura

militar, que em abril proibiu a Frente Ampla de Jango, Juscelino e Lacerda e viu com perplexidade uma organização numerosa de operários deflagrarem uma greve na cidade mineira de Contagem. Algumas semanas depois, foi sancionada a lei n. 5.439 que responsabilizava criminalmente os menores de idade envolvidos em ação contra a segurança nacional. Era mais um passo dado pelo regime rumo a criminalização dos estudantes.

Em junho, os protestos e a mobilização dos estudantes ganhou ainda mais intensidade. O ministro da educação, Tarso Dutra, havia declarado que se dispunha a dialogar sobre as reivindicações do movimento, o que causou uma série de provocações dos estudantes. No dia 18 de junho, o *Correio da Manhã* noticiou na sua terceira página que os estudantes estavam desafiando o ministro para que cumprisse sua palavra e dialogasse com eles. No dia seguinte, uma grande manifestação foi marcada para acontecer em frente ao MEC, ocupar seu pátio e forçar um encontro com Tarso Dutra. O objetivo era demonstrar força e desmoralizar o ministro com seu enterro simbólico. Cientes de que a polícia estava preparada para a repressão que naquele momento já havia se tornado costumeira, os estudantes se municiaram com pedras e coquetéis *molotov*, criando pela primeira vez uma estratégia formal de enfrentamento explícito.

Bem articuladas, as diversas entidades estudantis fizeram nas universidades cariocas um amplo trabalho de divulgação do protesto que, previsto para o início da manhã, só foi se concretizar por volta do meio-dia. Divididos em três colunas e partindo ao mesmo tempo de pontos diferentes do centro do Rio, os estudantes encontraram na porta do MEC uma polícia disposta a não deixar que a manifestação tivesse início. Utilizando blindados que disparavam jatos d'água na multidão, os famosos "brucutus", os policiais partiram para o ataque dispersando os estudantes que para lá marchavam.

Conforme previamente combinado, eles se reagruparam na avenida Rio Branco e montaram barricadas impedindo o fluxo dos carros. Em frente ao prédio do *Jornal do Brasil*, na esquina da rua Sete de Setembro, os estudantes fizeram um comício e mais uma vez a polícia investiu contra os jovens que, numa atitude até então inédita, partiram para cima dos policiais. Com paus, pedras e em número maior, os estudantes conseguiram intimidar os soldados e avançar até a rua Uruguaiana. Quando a cavalaria da Polícia Militar chegou, os jovens espalharam bolas de gude e rolhas de cortiça pelo chão fazendo com que os cavalos se desequilibrassem e caíssem. Um caminhão do Exército foi incendiado, e o líder estudantil Jean Marc Von der Weid foi preso, acusado de ter sido o autor do ato. O conflito prosseguiu até a noite quando a polícia controlou por completo o Centro do Rio.

No dia seguinte, o movimento estudantil decidiu se concentrar no campus

da praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro, local aonde o Conselho Universitário iria se reunir. Os estudantes marcaram, para a mesma data, local e horário, uma assembleia geral onde seriam cobradas mais verbas para o ensino, mais vagas nas universidades e as reformas curriculares. Porém, em virtude dos acontecimentos do dia anterior, decidiram que também iriam protestar contra a violência policial e exigir a libertação dos estudantes presos. Cerca de dois mil estudantes tomaram as dependências do campus da praia Vermelha e, após invadir a reunião do Conselho Universitário, exigiram que reitor e professores descessem para o Teatro de Arena da Faculdade de Economia, onde estavam concentrados. Não houve violência, mas a pressão sobre os professores fez com que a maioria dos pontos defendidos pelos estudantes fosse aprovada pelo Conselho.

No início da tarde, surgiram os primeiros rumores de que a universidade seria invadida pela polícia. O temor dos presentes era que se repetisse o "Massacre da Praia Vermelha", conflito acontecido em 1966, quando a polícia invadiu a Faculdade Nacional de Medicina e, com extrema violência, acabou com uma manifestação estudantil. Algumas horas depois, a polícia já tinha cercado o prédio e a tensão tomou conta do local. Ao anoitecer, o conflito era iminente. O reitor tentava encontrar uma solução pacífica, enquanto a polícia, exigindo a saída imediata dos estudantes, acenava com a não violência desde que não houvesse nenhum tipo de agitação. Na verdade, o objetivo da polícia, entretanto, era a prisão do maior número possível de manifestantes.

Por volta das 19h, os estudantes, percebendo não haver possibilidade de acordo, decidiram se dividir em grupos. Como a universidade tinha várias saídas, a fuga foi facilitada. Porém, um grupo de cerca de quatrocentas pessoas, o último a sair, foi preso quando tentava se refugiar no campo de futebol do Botafogo, quase vizinho ao local do conflito. Com os manifestantes presos, a polícia abusou da intimidação e da violência. Os estudantes, humilhados e agredidos, foram obrigados a fazer fila indiana com as mãos na cabeça no meio do campo de futebol. Muitos tiveram de ficar deitados na calçada e outros acabaram conduzidos a delegacias da cidade. Outros tiveram seus rostos cuspidos por soldados. Houve relatos de abusos de todas as formas, inclusive sexuais. A televisão apareceu no local e no noticiário da noite as imagens chocaram a cidade. Foi a gota d'agua para a classe média carioca repensasse o seu apoio e a sua confiança – abalada há alguns meses – no regime que prendeu, espancou e humilhou os seus filhos no campo do Botafogo.

O movimento estudantil, por intermédio de suas lideranças, articulou na noite de quinta-feira uma grande passeata de protesto para o dia seguinte no Centro do Rio de Janeiro. Para despistar, marcaram o ponto de encontro na praça Tiradentes, às 8h da manhã. Tanto o local quanto o horário não eram usuais.

Vindos de vários pontos da cidade, os estudantes lotaram a praça e, após um breve comício, seguiram em caminhada em direção ao prédio do MEC. No caminho, os comerciantes, com medo, fechavam as portas de suas lojas enquanto muitas pessoas que estavam nas ruas aplaudiam a passeata.

Durante o trajeto, os estudantes se municiaram de paus, pedras e barras de ferro de uma obra próxima. Ao chegarem na esquina do prédio do MEC, a polícia, em grande número, já os aguardava de prontidão. O confronto foi imediato e violento, o que obrigou os manifestantes a seguirem até a Cinelândia, onde um outro grupo de estudantes se concentrava. Decidiram então caminhar até a embaixada americana para apedrejá-la e rumar para o restaurante Calabouço, fechado há meses. Perto da embaixada, a segurança reagiu a tiros, fazendo com que os estudantes voltassem para a Cinelândia. Pelo caminho, a liderança estudantil decidiu fazer uma grande passeata na avenida Rio Branco. Enquanto se concentravam, a polícia voltou a atirar e a jogar bombas de gás lacrimogêneo deixando o Centro do Rio com um nebuloso e fantasmagórico.

Durante todo o dia houve confronto violento, em proporções jamais vistas até então. Estudantes da Universidade Rural chegaram depois e, junto com jovens trabalhadores do Centro, engrossaram as fileiras dos manifestantes que enfrentavam a polícia. Bombas de gás lacrimogêneo eram atiradas em todas as direções, tiros eram disparados a ermo, barricadas eram montadas, chuvas de pedras caíam a todo instante e das janelas dos prédios muitas pessoas jogavam objetos nos policiais. No final do dia a contagem oficial registrava 23 pessoas baleadas, quatro mortes, dezenas de pessoas feridas, intoxicadas e espancadas e cerca de mil presos. Também foi o primeiro confronto em que um policial morreu.

Esse tríduo sangrento, que ocorreu entre os dias 19, 20 e 21 de junho de 1968, foi mais um momento decisivo para a mudança dos rumos da oposição ao regime militar brasileiro. Em virtude da grande violência policial sobre os estudantes e da ampla cobertura da imprensa, a sociedade civil passou a contestar de forma mais veemente a ditadura que se instalara desde 1964, com o seu forte apoio.

Logo após a "Sexta-Feira Sangrenta", dia de maior violência nas ruas durante a ditadura civil-militar, uma grande mobilização foi articulada pelos estudantes e intelectuais como resposta ao que estava acontecendo. Almejavam uma grande passeata, onde a sociedade pudesse expor pacificamente seu desejo de democracia. Também não interessava ao governo que conflitos como os da semana anterior se repetissem, pois a cada incidente sua popularidade junto à classe média diminuía. Entretanto, a "linha dura" do regime via nesses episódios a oportunidade de ampliação do modelo repressivo, e até propôs a decretação

do estado de sítio, o que não foi aceito pelo presidente Costa e Silva, mas que, posteriormente, teria influência na criação do Ato Institucional nº 5.

Os governos estadual e federal liberaram a passeata, como forma de mostrar à população seu desejo de diálogo. Mas, na verdade, esse foi um recuo estratégico, pois uma proibição resultaria em um confronto ainda maior. A data escolhida foi o dia 26 de junho, uma quarta-feira. O governador Negrão de Lima decretou ponto facultativo na esperança de esvaziar a cidade e, com isso, além de diminuir a importância da passeata, evitar possíveis confrontos. Na manhã do dia 26, um incontável número de pessoas se concentrava na Cinelândia, em frente à Assembleia Legislativa.

Primeiro chegaram os estudantes que foram acompanhados por artistas, padres, freiras, trabalhadores, famílias, jornalistas e intelectuais. Pouco depois do meio-dia, com a chegada do líder estudantil Vladimir Palmeira, iniciaram-se os discursos. Em seguida, a multidão começou a passeata seguindo em direção à Candelária pela avenida Rio Branco, que ficou tomada de ponta a ponta. Sem a repressão policial e o clima de insegurança, o que se via eram pessoas sorridentes, de braços dados, gritando palavras de ordem e portando faixas de protesto. Das janelas dos prédios as pessoas batiam palmas e jogavam papel picado. Tentavam preparar a festa da democracia que ainda demoraria mais 20 anos para voltar a acontecer.

Quando chegou na Candelária, por volta das 16h, uma multidão de cerca de cem mil pessoas se espalhava pelas avenidas Rio Branco, Presidente Vargas e ruas adjacentes. Outros discursos aconteceram e uma comissão da passeata foi constituída com o objetivo de negociar com os governantes o fim da repressão policial, entre outras coisas. No final da tarde, os estudantes se encaminharam até o Palácio Tiradentes para fazerem a última manifestação do dia. O sol já estava se pondo quando a passeata teve seu fim, contudo sua repercussão e simbolismo permaneceram para sempre na memória coletiva nacional.

Nos dias seguintes, a euforia do movimento estudantil e dos grupos que se opunham ao governo contrastava com a apreensão dos militares e a determinação dos segmentos conhecidos como a "linha dura" em tornar o regime mais firme e violento. No mesmo dia da Passeata dos Cem Mil, ocorreu em São Paulo um atentado à bomba contra o Quartel General do II Exército ocasionando a morte do soldado Mário Kozel Filho. Alguns dias antes, também na capital paulista, integrantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) roubaram armas de um hospital militar.

O sucesso da Passeata dos Cem Mil e o fracasso da reunião da comissão com o presidente Costa e Silva, em Brasília, fizeram com que o movimento estudantil promovesse uma nova manifestação na semana seguinte. No dia 4 de

julho, os estudantes se reuniram no pátio do MEC e, após uma série de discursos de protesto, saíram em passeata com destino ao prédio do Superior Tribunal Militar para exigir a libertação do líder estudantil Jean Marc Von der Weid – solto somente algumas semanas depois – e dos demais estudantes presos na "Semana Sangrenta". Ao contrário da Passeata dos Cem Mil, essa manifestação era composta basicamente por estudantes, sobretudo secundaristas. Porém, no decorrer da passeata, que foi pacífica e sem maiores incidentes, muitos transeuntes e trabalhadores do Centro da cidade se juntaram suas vozes e seus passos a ela.

O número de participantes foi calculado em aproximadamente cinquenta mil pessoas, embora muitos acreditem que ela tenha ultrapassado sessenta mil. Quando os estudantes chegaram ao Superior Tribunal Militar, outros discursos foram proferidos, todos em clamor pela liberdade dos companheiros presos. Não houve violência e os próprios estudantes fizeram cordões de isolamento ao redor dos carros de polícia para que não houvesse depredações. A dispersão foi tranquila e também sem incidentes. No dia seguinte, o *Correio da Manhã* exibia a manchete "Passeata foi pacífica, mas não haverá permissão para outras".

A Passeata dos Cinquenta Mil foi a última grande passeata de 1968. Logo em seguida, as férias escolares, o incremento da atividade repressora e uma mudança na estratégia do movimento estudantil fizeram com que as grandes passeatas fossem deixadas de lado. A partir daquele momento, o movimento gradativamente entrou em declínio. O presidente Costa e Silva, durante reunião do Conselho de Segurança Nacional, pensou em decretar o estado de sítio, mas acabou preferindo aguardar o desenrolar da situação, enquanto setores mais radicais do governo o pressionavam para que medidas mais severas fossem tomadas. Os acontecimentos iam se agravando ocorreu com a greve dos trabalhadores em Osasco, a depredação do Teatro Opinião, onde encenava-se a peça *Roda Viva* de Chico Buarque, e o atentado à bomba contra a Associação Brasileira de Imprensa.

Todos os protestos foram reprimidos e as manifestações terminantemente proibidas. Na Guanabara, Vladimir Palmeira foi preso e estudantes entraram em greve por sua liberdade. A UFMG e a UnB foram invadidas por forças militares. A liberdade de Vladimir Palmeira só aconteceu em setembro por meio do *habeas corpus* conseguido pelo advogado Marcello Alencar, que futuramente seria governador do Rio de Janeiro. Nesse mesmo mês, o deputado e ex-jornalista do *Correio da Manhã*, Márcio Moreira Alves, durante discurso no Congresso Nacional em que criticava a invasão da UnB, pergunta: "Quando não será o Exército um valhacouto de torturadores?" Em um segundo discurso, dias depois, Alves sugere ironicamente que as namoradas dos jovens militares os evitem e que sejam boicotados os desfiles de 7 de setembro. Tais discursos desagradaram

profundamente às Forças Armadas que se sentiram desrespeitadas por um notório adversário do regime enquanto não se cansavam de desrespeitar os estudantes nas ruas.

A repressão continuou intensa nas semanas seguintes. O contexto político e a prisão das principais lideranças estudantis de todo país fizeram com que as manifestações de rua se tornassem cada vez mais raras. Durante todo o mês de novembro, houve intensa pressão dos comandos militares para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse licenciado pela Câmara dos Deputados a fim de ser processado pelos discursos proferidos em setembro. Inúmeros setores das Forças Armadas desejavam que o governo endurecesse o regime.

No dia 10 de dezembro, o Supremo Tribunal Federal determina a liberação dos estudantes que estavam presos. Três dias depois, em 13 de dezembro, diante da recusa do Congresso Nacional em licenciar o deputado Márcio Moreira Alves para ser processado, o governo, utilizando tal fato como pretexto (ou como gota d'água como preferem alguns), decretou o Ato Institucional nº 5, fechando o Congresso, cassando mandatos, decretando o estado de sítio, proibindo qualquer tipo de reunião e criando a censura prévia. A ditadura que era de fato tornara-se também de direito.

Foi a derrota de 1968 no Rio e no Brasil inteiro. Foi o desfecho trágico daquele ano mágico. Ano fulminante. O "golpe dentro do golpe" como muitos preferem denominar ou a "revolução dentro da revolução", como diziam alguns militares, deu início aos "Anos de Chumbo", período de enfrentamento armado nas cidades e no campo, de prisões, sequestros, mortes, torturas, banimentos, exílios e desaparecimentos. Muitos estudantes que nos anos anteriores protestavam contra as condições do ensino e contra o governo, ingressaram na luta armada ou a apoiaram logisticamente. Inúmeros não sobreviveram, outros encontram-se desaparecidos até hoje. E as luzes que iluminaram aquela noite de 29 de março brilham até hoje em busca de justiça na cidade.

—

14 de março de 2018. Tiros são ouvidos na rua Joaquim Palhares no Estácio. Dentro de um carro, é encontrada morta a vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes. A voz que minutos antes falava na Casa das Pretas na Lapa foi silenciada. A luta travada por 38 anos foi interrompida por quatro balas que atravessaram o seu corpo. No dia seguinte, uma manifestação é marcada na Cinelândia ao som de silêncios e pedidos de justiça. Sobre os mesmos passos dos estudantes de 1968, marcharam mulheres negras e movimentos sociais em memória de Marielle. Naquela mesma escadaria da Câmara dos Vereadores, há cinquenta anos uma frase buscou suscitar compaixão e solidariedade: "Mataram um estudante e se fosse um filho seu?". Desta vez, a pergunta ainda ecoa

nas sombras autoritárias: e se fosse uma filha sua?

Referências bibliográficas

ALVES, Márcio M. *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. *Movimento estudantil 68: imagens da paixão*. 1997. 145 p.: Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós--Graduação em História, Curitiba, 1997.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A rebelião estudantil*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.

MARTINS FILHO, João Roberto (org.) *1968 faz 30 anos*. Campinas, SP: Mercado de letras; São Paulo: Fapesp; São Carlos, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.

MULLER, Angelica. *1968 em movimento*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

PALMEIRA, Vladimir, DIRCEU, José. *Abaixo a ditadura*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: Garamond, 1998.

PALMEIRA, Vladimir. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

REIS FILHO, Daniel A. 1968: o curto ano de todos os desejos. Tempo Social: *Revista de Sociologia da USP*. Dossiê maio de 68. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 25-35, outubro de 1998.

REIS FILHO, Daniel A.; MORAES, Pedro. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ESBOÇO TEMÁTICO

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 26 • Número 26 • 2019

ANTIGOS CARTÕES-POSTAIS, COMO AUXILIARES DA HISTÓRIA

Carlos Wehrs[1]
Cláudio Marinho Falcão[2]

Resumo:

Este artigo, que acreditamos pioneiro em nosso meio, coloca em destaque a utilização de antigos cartões-postais como complemento ao estudo da história social, de usos e costumes, construções, aspectos urbanos e outros, durante o período de setenta anos que precedeu a totalmente revolucionária era da comunicação eletrônica. Trazem-nos de volta imagens e informações autênticas, emanadas do povo, com aspectos, hoje esquecidos, que orientam o estudioso. O extenso rol dos membros da cartofilia carioca atesta o seu interesse.

Palavras-chave: Cartofilia; Pesquisa Histórica; Rio de Janeiro.

Abstract:

We believe this article is pioneering in our midst, it highlights the use of former postcards as complement to the study of social history, traditional use and customs, buildings, and urban aspects during the 70-year period. It preceded the totally revolutionary era of eletronic communication. The postcards bring us back images and authentic information cartophilia membres from Rio de Janeiro attest their interest.

Keywords: Cartophilia; Historical Research; Rio de Janeiro.

A Cartofilia

Do mesmo modo que a fílatelia é o estudo dos selos de correio, metodicamente classificados, a cartofilia, neologismo mais recente, é o estudo e a classificação dos cartões-postais, mas exercido com muito menos rigor do que naquela. Surgiu mais tardiamente e com finalidade totalmente diversa e por outro tipo de afícionados, menos numerosos: historiadores profissionais e amadores e por simplesmente saudosistas, à procura do que publicações, mesmo as especializadas, não podem oferecer.

Cartões-postais são cartas abertas que apareceram primeiramente em Viena, Áustria, sugeridas por um cidadão chamado Stephan, em 1865. Seu país adotou a ideia em 1869, e logo outros países a adotaram, como a Alemanha, em 1870. Na Grã-Bretanha circularam a partir de 1° de outubro de 1869, já com o selo do Correio de ½ *penny* impresso no alto, à direita e com pautas para receberem o nome do destinatário e endereço. O verso, em branco, destinado à mensagem. Tais cartões tiveram imediata procura, ante a modicidade do porte.

Pouco mais tarde, na Alemanha, cuidou-se de alterar o anverso: dividido ao meio, colocou-se o lugar para o nome, o selo e o endereço do destinatário e, à esquerda, ficou o espaço (menor) para a mensagem. O verso do cartão passou

1 Médico. Escritor. Sócio Benemérito do IHGRJ e do Sócio Emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

2 Médico; sócio adjunto do Colégio Brasileiro de Genealogia e sócio fundador efetivo da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia – ASBRAP.

a ter uma ilustração. E assim ficou até hoje. Para o Correio, o que importava era a presença do selo.

Com esta modificação as tipografias de todo o mundo passaram a produzir cartões em massa, já que podiam ornar os seus cartões com ilustrações ao gosto do público e a seu bel-prazer. A procura de postais aumentou incrivelmente, tendo alcançado o ápice em 1904, com a circulação de milhões deles pelo mundo.

Muitos destinatários guardaram sua correspondência, formando belas coleções de um tempo que vai da Guerra Franco-prussiana, passando da *belle époque*, até o início da II Guerra Mundial.

As novas gerações, porém, nem sempre tiveram o interesse em mantê-las e delas se desfizeram, colocando-as à venda. Os novos adquirentes, gente acostumada e interessada em olhar um passado relativamente recente, encontrou nelas material abundante. Interessavam as mensagens, mas muito mais as ilustrações de época.

No Brasil, como em outros países, foram cobiçadas e logo o comércio se estabeleceu, vendendo peça por peça. Os antiquários e as feiras populares foram os intermediários nessa nova mercadoria, e muito procurada. E foi ali que esse novo público formou novas coleções com o propósito de utilizá-la em estudos.

Naturalmente fizeram-se, ante o interesse comum, novas amizades. E isso nas manhãs de fins de semana. A fundação de uma nova agremiação não demorou.

A Associação de Cartofília do Rio de Janeiro e seus Sócios

A Associação de Cartofilia do Rio de Janeiro - ACARJ foi uma entidade fundada na capital fluminense a 19 de dezembro de 1985, dedicada a agregar os adeptos do colecionismo de cartões-postais e promover exposições (quarenta e sete foram realizadas, até o ano de 2002) e jornadas nacionais (vinte e duas, até o final de 2009) que ajudassem a divulgar o interesse em preservar imagens de diversos temas que compõem habitualmente os acervos dos aficionados.

No encontro que selou a fundação da ACARJ, realizado na residência do primeiro, estiveram presentes Carlos Wehrs, Carlos Wemeck de Carvalho, Elysio de Oliveira Belchior, Hélio Roberto, Olínio Gomes Paschoal Coelho, Roberto Pedroso. Victorino Chermont de Miranda e Yolanda Roberto.

Considerada de Utilidade Pública Municipal pela lei n° 2.054, de 8 de dezembro de 1993, de autoria do vereador António Pitanga, sancionada pelo então prefeito César Epitácio Maia.

Uma publicação foi distribuída regularmente entre seus membros, que foi a denominada 'Carta Mensal', que por muitos anos foi editada sob a responsabilidade de Elysio Belchior e, a partir de 2001, em versão a cores, por Samuel Gorberg, a qual contou com expressivos 210 números, publicação esta que serviu para divulgar artigos, baseados nas pesquisas e nos acervos de seus sócios, bem como as diversas mostras promovidas pela entidade e congêneres, dentre outros assuntos relacionados à cartofilia.

Lamentavelmente a Associação encerrou suas atividades em 2012.

Durante os seus vinte e sete anos de existência, a ACARJ contou com notáveis personalidades em seu quadro associativo, as quais mencionamos adiante, apresentando desde já nossas escusas pelos nomes que certamente, porém não por nossa vontade, omitimos.

Acyr de Oliveira – coronel do Exército Brasileiro; falecido.

Amaury Fonseca – cirurgião-dentista; falecido em junho de 2002.

André Luís Meurer Schettino (de Juiz de Fora/MG).

António Ítalo Giacomelli – engenheiro; quinto presidente da ACARJ (1998-2000), tendo editado cartões-postais de navios.

António Marcelino do Nascimento (de Salvador/BA) – idealizador e concretizador do Museu do Cartão-Postal, o 'Tempostal' (O Templo do Postal).

Antônio Miranda – pós-graduado em Biblioteconomia e professor universitário; foi presidente da Sociedade Brasileira de Cartofilia (Brasília/DF) e autor da obra *O que é Cartofilia*.

Antônio Paulo Ribeiro (de Porto Alegre/RS).

Apparecido Jannir Salatini (de São Paulo/SP).

Armindo Correia – coronel do Exército Brasileiro; falecido a 14/06/2006.

Ary Santos Pinto

Benício Domingues Guimarães – jornalista.

Carlos Alberto Marques dos Santos

Carlos Eugênio Dufriche – capitão de longo curso; falecido a 22/02/2015.

Carlos Wehrs – médico; sócio fundador da ACARJ; membro titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e benemérito do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, autor da obra *Niterói – Tema para Colecionadores*.

Carlos Werneck de Carvalho – arquiteto, sócio fundador da ACARJ; falecido

em 1988.

César Augusto Gonçalves da Silva Areal (de Brasília/DF) – falecido em 1994.

Cláudio Marinho Falcão – médico; sócio adjunto do Colégio Brasileiro de Genealogia e sócio fundador efetivo da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia – ASBRAP.

Décio Arthur Affonso – sócio fundador da ACARJ; falecido a 01/06/1996.

Dorval Azevedo Rodrigues – também participante do movimento escoteiro; falecido a 07/01/1998.

Edson De Lima Lucas – funcionário público federal; sétimo presidente da ACARJ (2004-2007), sendo reeleito para o mandato seguinte (2007-2010), o qual foi prorrogado em seguida até 2015, muito embora a Associação tenha tido sua anuidade cobrada somente até 2012. Edson editou cartões-postais de navios.

Eduardo José Gasparian – empresário; quarto presidente da ACARJ (1995-1997).

Elysio Custódio Gonçalves de Oliveira Belchior – economista; sócio fundador e primeiro presidente da ACARJ (1986-1988) e membro titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, falecido a 14/06/2011.

Evanílton Ferreira Costa

Fernando Coutinho Cabral de Melo (de Recife/PE) – membro efetivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano; falecido a 21/08/1998.

Fernando Ferreira Campos – professor universitário; autor da obra *Um Fotógrafo, uma Cidade: Augusto Malta'.*

Francisco Sérgio B. Marinho (de Brasília/UF) – oficial da Marinha do Brasil: também renomado filatelista.

Gilberto Guaranha – falecido.

Hélio Nunes de Mello – falecido em maio de 2008.

Hélio Roberto – sócio fundador da ACARJ; falecido a 17/11/2001.

Henrique Teixeira de Macedo – falecido.

Ismênia Dantas – sócia fundadora da ACARJ: falecida em 1999.

Jamil Nacif Abib – monsenhor (de Piracicaba/SP).

Joachim Vleeschdrager – falecido em agosto de 2010.

João Baptista Montefro da Silva (de São Paulo/SP) – sócio fundador da ACARJ; falecido a 17/12/1991.

João Emílio Gerodetti (de São Paulo/SP) – publicou as obras *Lembranças de São Paulo – a Capital Paulista nos Cartões-postais e Álbuns de Lembranças, Lembranças de São Paulo – o Litoral Paulista nos Cartões-Postais e Álbuns de Lembranças, Lembranças de São Paulo – o Interior Paulista nos Cartões-Postais e Álbuns de Lembranças, Lembranças do Brasil – as Capitais Brasileiras nos Cartões-Postais e Álbuns de Lembranças, As Ferrovias do Brasil nos Cartões-postais e Álbuns de Lembranças e Navios e Portos do Brasil nos Cartões-Postais e Álbuns de Lembranças*, todos em parceria com Carlos Cornejo.

José Carlos Daltozo (de Martinópolis/SP) – funcionário do Banco do Brasil, autor da obra *Cartão-Postal, Arte e Magia*.

José Carlos Nunes Guimarães – falecido em 1991.

José Fortuna Andréa – professor e jurista; sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, falecido a 14/06/2008.

José Nazareth de Souza Fróes – membro do Colégio Brasileiro de Genealogia: falecido a 01/09/2013.

Josebjas Bandeira de Oliveira (de Jaboatão dos Guararapes/PE).

Juarez Mateus de Lucena – fotógrafo; falecido a 10/01/1995.

Laire José Giraud (de Santos/SP) – despachante aduaneiro.

Lília Edda Berenice Nappi – editou cartões-postais.

Marcelo Del Cima de Alvarenga Menezes

Marta Amélia D'Escragnolle Cardoso

Maria Helena de Avellar Palma – falecida a 14/11/1 990.

Marília Carqueja Vieira – presidente da ACARJ (l 992-1994).

Mário Nunes de Figueiredo – militar (Marinha do Brasil).

Maurício Thomaz de Araújo – professor de Educação Física; editou cartões-postais.

Natalicio Beledo Zarranz – desenhista; falecido a 19/02/1992.

Octavio Victor Ribeiro do Espírito Santo Filho – professor de Educação Física; membro da primeira diretoria da ACARJ, falecido.

Olínio Gomes Paschoal Coelho – arquiteto, urbanista e professor universitário; sócio fundador da ACARJ e efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

Otávio Dias Filho (de Belo Horizonte/MG) – baseada em sua coleção, foi editada a obra *Bello Horizonte: Bilhete Postal*.

Paulo Berger – médico; autor da obra *O Rio de Ontem no Cartão-Postal - 1900-1930*, que contou com duas edições, tendo falecido a 15/08/2003. É titular de rua, na Barra da Tijuca, desde 31 de maio de 2005.

Paulo Bodmer – professor universitário.

Paulo Campos

Pedro José Xavier Mattoso (de Brasília/DF).

Philip Michael Doyle – músico, integrante da Orquestra Sinfônica do Theatro Municipal e do Quinteto Villa Lobos.

Raimundo Antônio Pereira – industriário.

Ramon Poyares

Renato Berbert de Castro (de Salvador/BA) – membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi presidente do Conselho Estadual de Cultura (Bahia); falecido em 1999.

Roberto Couto Bertholo e sua esposa ***Enedina Couto Bertholo*** – ele já falecido.

Roberto Pedroso – médico; multicolecionador, foi sócio fundador e segundo presidente da ACARJ (1989-1991), falecido a 04/04/2007.

Rubens Marini (de São Paulo/SP).

Samuel Gorberg – engenheiro civil; publicou a obra *A Propaganda no Brasil através do Cartão-Postal: 1900-1950*.

Sérgio Abram Fridman – sexto presidente da ACARJ (2001-2003); autor da obra *Rio de Janeiro: Ontem & Hoje,* em 2 volumes, em conjunto com Alberto A. Cohen.

Sérgio Faria – arquiteto; falecido em 1990.

Sérgio Roberto Tabet – engenheiro, foi diretor do Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro; autor da obra 'O Rio de Janeiro em Antigos Cartões-postais', juntamente com Sônia Pumar Bergamini Tabet.

Solon Leontsinis – museólogo; falecido em 2005.

Teresa Kolontai Soldon – sócia fundadora da ACARJ.

Victorino Coutinho Chermont de Miranda – advogado; sócio fundador da ACARJ, membro titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Colégio Brasileiro de Genealogia e efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, autor da obra *A Memória Paraense no Cartão-postal - 1900-1930*.

Waldyr da Fontoura Cordovil Pires – advogado; membro do Colégio Brasileiro de Genealogia, tendo falecido a 16/06/2011.

Yolanda Costa Pereira Roberto – sócia fundadora da ACARJ e honorária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas

ACARJ. *Carta Mensal* (coleção). Rio de Janeiro,1988-2010.

Encyclopaedia Britannica, 1958.

Meyers Hand-Lexicon. Lepzig, 1896.

RESENHAS DE LIVROS

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 26 • Número 26 • 2019

PARA SE CONHECER A HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO

Adelto Gonçalves[1]

Os Editores

A resenha do livro *Efemérides Cariocas*, de autoria de Neusa Fernandes e Olínio Gomes P. Coelho (Rio de Janeiro: Edição dos Autores, 2016), publicada por Adelto Gonçalves em seu blogue, a 7 de fevereiro de 2019, sob o título "Para se conhecer a história do Rio de Janeiro", é reproduzida a seguir com autorização do autor dada a Neusa Fernandes, por e-mail, em 7 de março de 2019.

Efemérides Cariocas, dos historiadores Neusa Fernandes e Olinio Gomes P. Coelho, reúne principais fatos que ocorreram ao longo dos 451 anos da Cidade Maravilhosa e que merecem ser conhecidos.

I

O jornalista Elio Gaspari, autor de cinco inolvidáveis livros sobre o regime militar (1964-1985), em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, dia 30 de janeiro de 2019, observou que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso gosta de relembrar uma cena na qual o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) discutia o tamanho de algumas figuras do Império e ensinou: "Doutora, eles eram atrasados. Nós não temos conservadores no Brasil. Nós temos gente atrasada". Em seguida, o jornalista fez uma relação sucinta de males causados ao Brasil e à população brasileira por atitudes e decisões tomadas por gente despreparada e inculta, ou seja, "atrasada", que chegou ao poder tanto pela força das armas como por acordo entre elites ou pelo voto popular.

Para ter uma ideia dos males que esse tipo de "gente atrasada" já causou à cidade do Rio de Janeiro, o antigo Distrito Federal, o leitor não pode deixar de ler *Efemérides Cariocas* (Rio de Janeiro, edição dos autores, 2016), dos historiadores Neusa Fernandes e Olinio Gomes P. Coelho. Ali pode constatar um dos maiores atentados à inteligência e à cultura nacional que foi a demolição a 5 de janeiro de 1976 do Palácio Monroe, projetado para representar o Brasil na Exposição Internacional de Saint Louis, nos Estados Unidos, e inaugurado em 30 de abril de 1904.

O edifício abrigou o Ministério de Viação e Obras Públicas, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, a partir de 1915, até a sua mudança para Brasília, em 1960. Apesar dos protestos da população e de entidades ligadas à engenharia e à arquitetura, o ditador da época, Ernesto Geisel (1907-1996), determinou ao ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen (1935-1997), a demolição do palácio, sem quaisquer justificativas técnicas e culturais. O local seria

1 Doutor em Letras na área de Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo e autor de livros como "Gonzaga, um Poeta do Iluminismo" (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999).

revitalizado com a instalação de um antigo chafariz da cidade e a construção de uma garagem subterrânea (p. 24-25).

Outro exemplo está à página 457 onde aparece a foto do antigo solar do marquês de Inhambupe, na Praça da República, 25, que foi demolido em 1978 para que o Banco do Brasil, seu então proprietário, ali instalasse um centro operacional de computação. O local funciona até hoje como estacionamento de veículos do Corpo de Bombeiros, a exemplo do edifício neoclássico onde funcionou a Escola Nacional de Belas Artes, na Avenida Passos e Rua Gonçalves Ledo, projetado pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny (1776-1840), inaugurado em 1816 e mandado derrubar em 1936 pelo então ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa (1893-1957), conforme se lê no livro Tesouro: o Palácio da Fazenda da Era Vargas aos 450 anos do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Pébola Casa Editorial, 2015, p.88-91), dos professores, arquitetos e pesquisadores Helio Brasil e Nireu Cavalcanti. Lá, hoje também funciona um estacionamento de veículos.

Através de vários verbetes, o leitor pode acompanhar também a trajetória do engenheiro Francisco Pereira Passos (1836-1913) que, como prefeito de 1902 a 1906, promoveu a renovação urbanística da região central do Rio de Janeiro, especialmente com a abertura da Avenida Central, hoje Avenida Rio de Branco, liderando a política do bota-abaixo, que modificou o cenário carioca e destruiu vários prédios remanescentes do período colonial e da época do Império, além de expulsar a população pobre, fazendo-a subir os morros para residir em moradias precárias (favelas).

II

O livro reúne outros principais fatos que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro e que merecem ser conhecidos, além de "abrir caminhos para novas avaliações e pesquisas", como observam os autores no texto de apresentação. É de se ressaltar que a pesquisa não ficou limitada a fatos políticos, mas procurou percorrer o processo histórico da cidade, reunindo um número significativo de verbetes e a reprodução de dezenas de imagens e documentos.

Enfim, é um livro que contempla mais de 451 anos de História, oferecendo imagens que completam a informação e preenchem uma lacuna na historiografia do Rio de Janeiro, a Cidade Maravilhosa, título dado pelo escritor maranhense Coelho Neto (1864-1934), como escreve a historiadora Neusa Fernandes no texto de abertura. Já o arquiteto Olinio Gomes P. Coelho ressalta que o livro não pretende ser um tratado da história do Rio de Janeiro, mas oferece subsídios para a sua elaboração.

Ele cita outros livros de referência, como *Efemérides Brasileiras* (1946), de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (1845-1912), com fatos ocorridos até o final do século XIX, *Efemérides Cariocas* (1965), de Antenor Nascentes (1886-1972), com acontecimentos até maio de 1946, *Efemérides do Teatro Carioca*, de Otto Carlos Bandeira Duarte (c.1880-?), com fatos até agosto de 1957, e *Efemérides Luso-Brasileiras*, de Heitor Lyra (1893-1973), publicado em Lisboa em 1971, com casos ocorridos entre 1807 e 1970. Além desses livros, a pesquisa foi fundamentada no levantamento e análise de outras fonte s impressas, como documentos oficiais e jornais, com consultas em arquivos públicos e particulares, museus, bibliotecas e coleções particulares.

III

Neusa Fernandes, nascida no Rio de Janeiro, tem graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 1960, e em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), 1968, além de mestrado em História Social, 1999, e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), 2002, e pós-doutorado pela UERJ, 2009. É pós-graduada em História pela Universidade de Madri.

Professora de História do Estado do Rio de Janeiro, título conquistado por meio de concurso público, no qual obteve o primeiro lugar, atuou em várias universidades cariocas. Foi pró-reitora de Pesquisa na Universidade Severino Sombra, em Vassouras, e diretora do Museu da República, Museu do Primeiro Reinado, Museu da Cidade e outras instituições. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), presta serviços ao Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação. É vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ) e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras (IHGV).

É autora de 14 livros de História e de Museologia, entre os quais *A Inquisição em Minas Gerais* (Rio de Janeiro, Mauad X, 2016), *Eufrásia e Nabuco* (Rio de Janeiro, Mauad Editora, 2012) e *Dicionário Histórico do Vale do Paraíba Fluminense*, em co-autoria com Irenilda Cavalcanti e Roselene de Cássia Coelho Martins (Vassouras, IHGV/Nova Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2016).

Olinio Gomes Paschoal Coelho, carioca, arquiteto, urbanista, livre-docente e doutor em Arquitetura pela UFRJ, especialista em conservação e restauração de monumentos e sítios históricos pelo Centro de Estudos para a Preservação e Restauração de Bens Culturais da Universidade de Roma/Unesco, é professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, da Universidade Santa Úrsula, do Instituto Bennett de Ensino e das Faculdades Integradas Silva e Souza.

Foi autor e executor de diversos projetos de conservação e restauração, entre os quais a primeira restauração do chafariz da Praça XV de Novembro, a restauração do Solar Del Rei, em Paquetá, da casa da antiga Fazenda do Capão do Bispo, da cobertura do Museu Nacional de Belas Artes e do Palácio Nilo Peçanha, para a instalação do Museu Histórico do Estado do Rio de Janeiro, entre outras obras.

É autor de *Do patrimônio cultural e catálogo geral de desenhos e pinturas de Grandjean de Montigny* e co-autor de 75 Anos do Crea-RJ e *Efemérides Vassourenses*. É sócio efetivo do IHGRJ e presidente do IHGV, além de membro do Conselho Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.

DISCURSOS E SAUDAÇÕES

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 26 • Número 26 • 2019

DISCURSO DE APRESENTAÇÃO DA SÓCIA EFETIVA MARIETTINHA MONTEIRO LEÃO DE AQUINO E DO SÓCIO CORRESPONDENTE MARCELO MIRANDA GUIMARÃES

Lená Medeiros de Menezes [1]

Os Editores

Proferido pela sócia efetiva Lená Medeiros de Menezes (ocupante da cadeira n. 41, cujo patrono é Otelo de Souza), em 14 de março de 2019, à sócia efetiva Marietinha Monteiro de Leão Aquino (ocupante da cadeira n. 44, cujo patrono é José Francisco da Rocha Pombo), e ao sócio correspondente Marcelo Miranda Guimarães, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, e criador do Museu da História da Inquisição com sede em Belo Horizonte, MG. Os Editores.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)

Ilma Sra Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, Dra Neusa Fernandes, demais componentes da Mesa, confrades presnetes, senhoras e senhores,

Ao aceitar o convite a mim dirigido para apresentar a Prof. **Mariettinha Monteiro Leão de Aquino**, indicada para sócia efetiva deste Instituto, e do Dr. **Marcelo Miranda Guimarães**, para sócio correspondente, vi-me diante de um grande desafio: o de realizar uma imperiosa síntese, em uma tarefa que exige objetividade, conquanto profundidade no dizer. Afinal, como lembra Arfuch "contar a história de uma vida [diria eu: mesmo que sejam fragmentos de uma trajetória] é dar vida a essa história", principalmente quando, em um ato solene como este, devemos estar atentos às armadilhas do esquecimento.

No livro *A invenção das Tradições*, os historiadores Eric Hobsbawm e Terence Ranger (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984) mostram-nos que uma "tradição inventada" é uma reação a uma nova situação, uma forma de referência a situações anteriores ou o estabelecimento do passado por meio da repetição. A partir desse conceito, é possível entender as cerimônias de posses como atos de referência a situações anteriores, ressignificadas ao longo do tempo, como também, através da repetição, momentos que se reportam, em última instância, à França de Luís XIV e à Academia Francesa, quando a tradição da ocupação de cadeiras impõe-se para durar.

1 Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ).

Consideradas essas questões, mais do que simplesmente COM-memorar as trajetórias daqueles que hoje tomam posse, aqui estamos, mais uma vez, vivenciando uma "tradição inventada" há seis séculos, que se define, portanto, em longa duração, para lembrar outro historiador: Fernand Braudel. Mergulhamos, portanto, no aqui e agora, em uma historicidade repleta de símbolos, referências e repertórios, que fazem desta cerimônia um ato solene de muitos e importantes significados.

Imbuída dessa enorme responsabilidade de RE e COM-memorar, passo, então, a apresentar a Prof. **Mariettinha Monteiro Leão de Aquino**, que hoje toma posse como sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, tornando-se, portanto, nossa "confreira". Conheci a professora Mariettinha nessas mesmas dependências, ao final do ano de 2017, quando aqui tomei posse. Desde o primeiro momento, sua forma tranquila de ser, seu empenho em estar sempre presente em nossas reuniões, sua predisposição a conosco colaborar, sua maneira educada e afável de se dirigir a toda e qualquer pessoa, logo me chamaram a atenção, inspirando-me, de imediato, o respeito e a admiração.

Bacharel em Museologia, a Prof. Mariettinha de Aquino colocou seu saber a serviço da instituição na qual se graduou: a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), onde se tornou professora, bem como à disposição da população em geral, à qual oferece palestras, exposições, artigos e livros, difundindo nosso patrimônio histórico e cultural e colaborando, através da conscientização, para sua preservação. Para além do Bacharelado, pós-graduou-se em "Ação educativa e cultural nos Museus", em curso de especialização ministrado pela mesma Unirio, em colaboração com o Museu Histórico Nacional, consolidando, assim sua vocação museológica.

Em seu campo do saber, vem inscrevendo seu nome em eventos realizados não só na Unirio quanto no Museu Casa de Rui Barbosa, Museu Histórico Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Museu de Belas Artes e Consulado Geral da França no Rio de Janeiro, quer como participante na organização e montagem de exposições quer como palestrante e conferencista ou, ainda, como componente de grupos responsáveis por pesquisas e levantamentos documentais.

Dentre as palestras e conferências que ministrou, destacam-se:

– "Cristo Redentor: pesquisa, história e organização do espaço", no Museu Nacional de Belas Artes;

– "O Centenário do falecimento do Marechal José Simeão de Oliveira", no Instituto de História e Tradição do Rio Grande do Sul;

– "O Cristo Redentor do Corcovado", em *The Women's Club of Rio de Janeiro;*

– "A genealogia através da imagem", no Colégio Brasileiro de Genealogia;

– "A obra do escritor gaúcho Damasceno", no Instituto de História e Tradição do Rio Grande do Sul.

Suas atividades como museóloga e pesquisadora desdobraram-se no exercício de atividades administrativas e participação em órgãos colegiados na Unirio, podendo ser citados:

– A Subchefia do Departamento de Processos Técnicos e Documentais, da Escola de Museologia, com a assunção da chefia em diversos momentos;

– A participação, como membro efetivo, no Conselho de Ensino e Pesquisa;

– A participação, como membro efetivo e representante dos professores auxiliares, no Conselho do Centro de Ciências Humanas;

– A participação, como membro efetivo, no Colegiado do Departamento de Processos Técnicos e Documentais.

Sua atuação, em coerência com sua vocação e formação, vem lhe valendo menções em revistas, livros e catálogos, com destaque para o livro *História da Ilha do Governador*, da Prof. Cybelle de Ipanema, e para o catálogo *Sugestões para Bibliófilos*, editado pela Livraria Kosmos.

Cabe, por último, mas não menos importante, destacar seu amor e compromisso com o Rio de Janeiro, em particular com a cidade por tanto tempo capital, expresso em seu conhecimento sobre o mais conhecido de seus monumentos, cartão-postal da cidade e uma das novas maravilhas do mundo: o Cristo Redentor. Sobre ele, a professora Mariettinha publicou o livro *O Cristo do Corcovado*, em 1981; ministrou palestras, já referenciadas; forneceu todos os dados e fotos sobre o monumento para publicação no jornal *Visto do Cristo* (jornal dos bairros do Jardim Botânico e Gávea), que chegou à população através de reportagem intitulada "A construção do Cristo vista pelo Visto", em julho de 1994; foi responsável pela pesquisa, planejamento, montagem e textos da "Exposição do cinquentenário da inauguração do monumento do Cristo Redentor", promovida pela FUNART e Museu Nacional de Belas Artes, em março de 1981.

Por sua dedicação a esta Casa, sua trajetória no campo da Museologia e seu comprometimento com a história e o patrimônio desta cidade - que continua a ser "maravilhosa" e "berço de lindas canções", apesar dos problemas que a afetam -, a Prof. Marriettinha Monteiro Leão de Aquino passa hoje a ser Sócia Efetiva deste Instituto, passando a ocupar uma de suas 50 cadeiras.

Cabe-me, agora, apresentar o Dr. **Marcelo Miranda Guimarães**, que hoje se torna nosso sócio correspondente, fortalecendo, dessa forma, de forma orgânica, seus elos pessoais e as relações entre o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, onde ele ocupa a cadeira nº 39, desde setembro de 2017.

Não tive a oportunidade de conhecer pessoalmente o Dr, Marcelo Guimarães antes do dia de hoje, pois fiquei impossibilitada de viajar a Minas Gerais, em visita programada ao Museu de Imigração. Através de nossa Presidente e de alguns confrades, porém, passei a respeitá-lo e admirá-lo, razão pela qual muito sinto-me honrada em apresentá-lo nessa solenidade.

Professor, seminarista, engenheiro, detentor de MBA em Economia e Finanças e de Doutorado em Teologia, Marcelo Monteiro Guimarães descreveu trajetória profissional inicial no ramo da Siderurgia, tendo sido Estagiário, Engenheiro Senior, Chefe de Serviços Econômicos, Chefe do Departamento de Estudos Econômicos e Projetos de Investimento, e Superintendente do Setor de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos e Industriais da antiga Siderúrgica Mannesman S.A., onde trabalhou por 25 anos.

Cumprida essa primeira etapa de sua vida profissional, cursou Teologia, "na perspectiva Judaico-messiânica", como consta de seu currículo, no *Messianic Jewish Bible Institute*, com sede em Dallas e, posteriormente, Teologia Judaico-messiânica, sob a supervisão do *Netivyah Bible Instruction Ministry de Jerusalém*, entidade que o ordenou Rabino messiânico em 2003, com endosso e aprovação da *Union of Messianic Jewish Congregation*.

Com essa formação, tornou-se conferencista internacional (com atuação nos USA, Portugal, Chile, Argentina, França, Alemanha, Israel, Finlândia, Panamá e todos os estados brasileiros) e escritor, tendo mais de 15 livros publicados, sendo o mais recente a segunda edição de *O Criador e o Homem*, que chegou ao leitor no ano de 2017.

Foi fundador da ABRADJIN (Associação Brasileira dos Descendentes da Inquisição), da Associação "Ministério Ensinando de Sião", do Curso de Teologia Judaico-messiânica no Brasil, da Web-TV Sião, tendo sido o criador do conceito – patenteado – de "Engenharia espiritual", a partir do qual desenvolve temas sobre a espiritualidade nas empresas, como elemento motivador e empreendedor, capaz de desenvolver a inteligência espiritual e relacional.

Dentre suas ações mais recentes, conta-se a criação do primeiro Museu da História da Inquisição no Brasil. Situado em Belo Horizonte, o museu é referenciado nacional e internacionalmente, possuindo, por esforço de seu criador e diretor, mais de 350 obras sobre História da Inquisição Ibero-lusa-brasileira,

painéis de gravuristas famosos (dentre eles Goya, Herrera e Leconte) e documentos originais datados do período colonial.

Brasileiro de Minas Gerais, o Dr. Marcelo teve acesso à cidadania portuguesa, como descendente de judeus sefaradistas, tendo seus ancestrais chegado a Minas Gerais – especificamente em Mariana – atraídos pelo ciclo do ouro no século XVIII, em um tempo no qual a Inquisição, em Portugal, promovia perseguições e impelia à fuga.

Por sua trajetória profissional e de vida, seu relacionamento com esta Casa e, principalmente, pelo lugar que ele ocupa nos campos da história e da memória da inquisição, o Dr. **Marcelo Miranda Guimarães** foi indicado e passa hoje a compor o seleto grupo de nossos sócios correspondentes.

Após essa breve apresentação que, de forma alguma, está à altura da trajetória descrita por nossos dois novos sócios – que, distantes na formação, encontraram na Museologia um ponto de encontro - pouco resta a dizer, a não ser reverenciá-los e cumprimentá-los, bem como a seus familiares e amigos aqui presentes. Cabe, porém, quem sabe, lembrar Guimarães Rosa, em *Grande Sertão Veredas,* quando este, na fala de Diodorim, nos diz que "o real não está nem na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia". Tenham a certeza, Prof. Mariettinha e Dr. Marcelo, a quem agora me dirijo de forma afetiva, de nossa imensa alegria com o fato de suas travessias os terem conduzido ao nosso convívio.

Sejam bem-vindos!

O IMPERADOR E A CONDESSA – EXEMPLOS BRASILEIROS

Cinara Jorge [1]

Os Editores

CINARA Maria Bastos JORGE Andrade do Nascimento.

Tomou posse como Sócia Efetiva do IHGRJ em 10 de novembro de 2016, ocupando a cadeira 15, cujo patrono é Dom Pedro II. (No mesmo dia, tomou posse Vera Lucia Cabana de Queirós Andrade, ocupando a cadeira 43, cujo patrono é Benjamin Franklin de Ramiz Galvão).

Na ocasião, ambas foram saudadas pela Sócia Benemérita Cybelle Moreira de Ipanema (ocupante da Cadeira 35). A nova sócia é especialista em História Regional e em Genealogia. Vale realçar que em 2012 publicou *Pioneiros dos Três Rios. A Condessa do Rio Novo e sua gente*.

Exma. Sra. Presidente, senhores membros da mesa, confrades, senhoras, senhores, amigos, família,

A oportunidade é única e o privilégio é ímpar...

Membro de outras academias, obtive a subida honra de ser associada ao Instituto Histórico de Petrópolis em 2013, e hoje este sentimento se renova no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Recebo hoje essa graça, e emocionada, divido com todos vocês a alegria desse privilégio.

Na historiografia brasileira, três personagens se destacam na minha admiração: Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes; Mariana Claudina Barroso Pereira – Condessa do Rio Novo, fundadora da cidade de Três Rios, onde nasci, e Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Bourbon – Dom Pedro II.

Não sendo este o momento para discorrer sobre os motivos que me levam a prezar a memória de Tiradentes, concentro minha comunicação nos outros dois grandes vultos nacionais, a Condessa do Rio Novo, personagem objeto de minhas pesquisas e Dom Pedro II, patrono da Cadeira número 15, que a partir de agora passo a ocupar.

A imagem de D. Pedro II é um farol de sabedoria em nosso país tão sedento de honestidade, caráter e amor pátrio. Sobre ele tudo o que for dito aqui será de pleno conhecimento de todos, haja vista o saber desta seleta assistência.

1 Membro do Colégio Brasileiro de Genealogia, do Instituto Histórico de Petrópolis e da Academia Petropolitana de Letras.

Mas... admiradora confessa do Imperador, o que inicio apresentando hoje aos senhores transcende o conhecimento acadêmico, vai além disso... Ao ler ou estudar sobre o II Império, quantas vezes me pego a contemplar a vida de Pedro pela ótica de mulher, de mãe, e de avó que hoje sou. Quantos de nós aqui, temos filhos, netos e sobrinhos e sabemos das brincadeiras e traquinagens de uma criança de cinco anos? Órfão de mãe dias depois de completar um ano, aos cinco viu o pai pela última vez, e recebeu a responsabilidade de ser nomeado Príncipe Regente a partir de abril de 1831. Uma criança da idade de meu neto, que passou então a ser orientada e educada para assumir o trono de uma nação de dimensões continentais! Disciplina rígida, horários, aulas, professores, orientadores, tudo isso lhe deixou com pouco tempo para a infância que jamais teve. Estudou caligrafia, literatura, francês, inglês, alemão, geografia, ciências naturais, pintura, música, dança, esgrima e equitação, sob a tutela de José Bonifácio, depois substituído pelo Marquês de Itanhaém.

Emancipado com quatorze anos e meio, foi coroado Imperador em 23 de julho de 1840. E com toda a responsabilidade que isto poderia significar sobre os ombros de um menino de quinze anos incompletos, inicia-se o Segundo Reinado, com um soberano que mostrou a que veio e executou com sabedoria o papel que a vida lhe impôs.

Diante da divisão política entre Moderados e Conservadores, o Imperador Menino viu acontecerem em 1842 fatos que levaram o país às chamadas Revoltas Liberais. Sob o comando de Luís Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias, e com conflitos armados, as forças do governo venceram, e aos poucos o país se pacificou, graças à política equilibrada e atenta de D. Pedro.

De acordo com fontes históricas que cito a seguir, um desses conflitos aconteceu em nossa região centro-sul do Rio de Janeiro, na Imperial Ponte do Madureira, construída em 1824, sobre o rio Paraibuna, e que ainda existe no município de Comendador Levy Gasparian, separando os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Em 1842 o local foi palco de históricos acontecimentos. Do lado mineiro, os resistentes liberais, do lado fluminense os fiéis conservadores.

Segundo Olívio de Albuquerque Castro, ex prefeito da cidade mineira Matias Barbosa, no livro *Apontamentos para a História de Simão Pereira*, em uma noite de junho daquele ano de 42, um cavaleiro embuçado em manto negro e grande chapéu, aproximou-se do guarda que impedia a passagem de estranhos para Minas Gerais. O homem disfarçado apresentou seus papéis de identificação, mas o soldado-vigia logo reconheceu que eram falsos. Vendo-se descoberto, o cavaleiro esporeou o cavalo e a galope atravessou a ponte. Ao

chegar do outro lado, arrancou o chapéu e gritou: Viva a Revolução! Era Teófilo Otoni, um dos líderes dos Liberais.

E continua Olívio: na mesma noite, um negro chamado Zeferino rastejou por aquela ponte, colocando em seu leito bastante material combustível e a incendiou. Próximo de Sebollas, hoje Inconfidência, distrito de Paraíba do Sul, margeando o Caminho do Ouro, no alto da Pedra da Tocaia estava o Barão de Caxias. Ele viu os rolos de fumaça que subiam, reuniu sua tropa, mas ao chegar verificou que o único caminho terrestre para Minas havia virado cinzas. Juntou seus homens e todo o equipamento bélico, e atravessou o rio Paraibuna usando barcos. Conseguiu alcançar os liberais próximo a Barbacena, em Santa Luzia, e sufocou a revolução, aprisionando muitos combatentes e seus líderes, entre eles Teófilo Otoni, Cônego Cerqueira Leite e o Padre Feijó, já doente e semiplégico.

Dois anos depois, os envolvidos na Revolta foram surpreendentemente anistiados pelo Imperador, e um Ministério Liberal foi constituído. Sobre esta conduta, diz o historiador João Ribeiro em *História do Brasil*: "O Imperador, em regra, concedia anistia ampla aos rebeldes, julgando que "as guerras civis e revoltas não passavam de equivocações sanáveis com o tempo e com a generosidade do governo"". A esta época, Dom Pedro II tinha apenas 18 anos!

Ainda que duvidemos da veracidade do fato relatado por Albuquerque Castro, desperta a memória generosa do Imperador. Não farei deste momento um relato minucioso da vida do soberano, já que meu entusiasmo faria com que os senhores logo se cansassem, mas devo relembrar alguns pontos que unem D. Pedro II à nossa região centro-sul fluminense, em seus mais de 50 anos de reinado.

No tempo que me foi dado para esta comunicação, trago-lhes o segundo personagem objeto de meu respeito: Mariana Claudina Barroso Pereira, a Condessa do Rio Novo, aquela que foi, como disse no início, fundadora de Três Rios, minha cidade natal. Mulher dinâmica, à frente do seu tempo, filha dos Barões de Entre Rios, irmã do Visconde de Entre Rios, e casada com o primo José Antônio Barroso de Carvalho, Major Carvalhinho, agraciado com o título de Barão e mais tarde, Visconde do Rio Novo.

Em momento marcante na História da região, na inauguração da Estrada União e Indústria em 23 de junho de 1861, a família imperial esteve na Estação de Entre Rios. Nos 144 quilômetros da nova estrada, era aquela a maior das estações e seu nome foi uma homenagem ao pai de Mariana Claudina, Antônio Barroso Pereira, fazendeiro de café, proprietário de diversas fazendas, entre elas a grandiosa Cantagalo. Devido a seu empenho na obra da estrada, tida então

como "a maior obra de engenharia em seu tempo na América Latina"[2], recebeu o título de Barão de Entre Rios em 15.12.1852. Desde então, o local que era conhecido pelo nome de Três Barras passou a ser oficiosamente chamado de Entre Rios.

Em 1862 falece o Barão de Entre Rios, e passam a administrar a Fazenda Cantagalo a filha Mariana Claudina e o genro e sobrinho José Antônio, barões do Rio Novo.

Resultado do empreendedorismo do pioneiro Mauá, a estrada de ferro havia surgido no Brasil oito anos antes e a malha ferroviária encontrava-se em franca expansão no país, encurtando e barateando o transporte de carga. Mais uma vez as terras da Cantagalo mostraram-se o melhor caminho para o progresso, sendo necessárias para a passagem da que se vislumbrava como a espinha dorsal do transporte brasileiro, a "Linha do Centro" da Estrada de Ferro Dom Pedro II. O casal proprietário não criou entraves ao projeto e cedeu parte de suas terras à companhia, pelo que foram agraciados com a elevação de seu título, tornando-se Visconde e Viscondessa do Rio Novo.

A visita da família imperial a Entre Rios na inauguração daquele trecho solidificou o prestígio dos titulares do Rio Novo junto à nobreza brasileira, ocasionando notícias como a publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 14.10.1867:

> As honras da recepção foram feitas pela Exma. Sra. viscondessa do Rio Novo, achando-se infelizmente enfermo o Sr. visconde. Sua Magestade o Imperador dignou-se de ir até a residência do Sr. visconde do Rio Novo para visital-o. Como de costume e em deferencia aos obséquios recebidos, Sua Magestade o Imperador designou, na mesa o logar á direita de Sua Magestade a Imperatriz, á Sra, viscondessa do Rio Novo.

A gentileza de suas majestades ao visitarem o Visconde do Rio Novo em sua residência, o cavalheirismo de Dom Pedro II ao indicar a direita da Imperatriz Tereza Cristina para que a Viscondessa tomasse assento durante o almoço, tudo foi motivo para que a festa se tornasse assunto de colunas inteiras nos periódicos.

A citada enfermidade do Visconde do Rio Novo era já o prenúncio de seu falecimento, que veio a ocorrer em 17.10.1869, deixando viúva a personalidade maior na história de Três Rios: Mariana Claudina Barroso Pereira, tornada Pereira de Carvalho após o casamento.

Localizados o testamento e o inventário do Visconde no Museu da Justiça do Rio de Janeiro, comprova-se que por parte do inventariado havia uma grande preocupação com os mais humildes. Deixou livres os escravos que lhe per-

2 - VASQUEZ, Pedro Karp. *Álbum da Estrada União e Indústria*. Rio de Janeiro: Quadratim G, 1997.

tenciam, ordenando que a eles fossem dados 12 alqueires de terras da própria fazenda, para tirarem a sua manutenção, e aos que não quisessem, que lhes fosse entregue a quantia de 50 mil réis. Deixou ainda 10 contos de réis para a edificação de um estabelecimento de caridade em Paraíba do Sul.

A viúva Viscondessa do Rio Novo cumpriu todas as últimas vontades do marido e tomou as rédeas da administração de suas fazendas, entregando à Câmara de Vereadores de Paraíba do Sul o valor deixado para a construção da obra de caridade. Entretanto, mal administrado, este fundo destinado à filantropia diluiu-se em contratações equivocadas, sem que nenhuma construção efetivamente tivesse sido erguida.

Em 1881, passados 12 anos da morte do marido, foi a Viscondessa procurada pelo vereador Miguel Ribeiro de Sá, futuro Barão de Ribeiro de Sá, escolhido pela Câmara de Vereadores de Paraíba do Sul para levar a termo a construção da Casa de Caridade criada pelo finado Visconde em testamento. Só então Mariana Claudina tomou ciência de que, do fundo de 10 contos de réis, por má administração só restara o exíguo saldo de três contos e quinhentos mil réis.

Buscando cumprir o desejo do marido, disponibilizou ainda trinta contos de réis para que finalmente a obra fosse executada. Essa atitude fez com que a Viscondessa do Rio Novo, que assim o era por ser esposa do Visconde, passasse a ser uma titular do Império, recebendo o título de Condessa do mesmo nome.

Em 1882 Mariana Claudina foi diagnosticada com tumor no útero. Foi a Londres para ser tratada por Sir Spencer Wells, médico da Rainha Vitória. Acompanhou-a Camila, sua escrava de confiança e o Dr. Randolpho Augusto de Oliveira Penna, médico e marido da sobrinha Carolina Augusta. Alugou um imóvel no bairro de Marylebone, e após consulta com Sir Spencer, aguardou o dia da cirurgia que ali, no próprio domicílio, foi realizada.

Os medos que carregava se cumpriram, Mariana Claudina não resistiu ao procedimento, falecendo em 05.06.1882. O sobrinho providenciou o enterro e ao retornar ao Brasil, segundo jornais, informou que havia mandado "embalsamar o corpo da finada senhora".

Abre-se então o testamento da Condessa. Longo e magnânimo, é tido como documento de fundação do hoje município de Três Rios. Nele alforria todos os escravos, não só os que lhe couberam quando herdou a fazenda Cantagalo do pai, como os posteriormente adquiridos. E para que tivessem condições de sobrevivência, deixa-lhes a maior de suas propriedades, a própria fazenda. A Casa de Caridade de Paraíba do Sul ficou encarregada da administração dos detalhes da doação, das propriedades, assim como dos agora ex-escravos.

No Rio de Janeiro, os Clubes Abolicionistas: dos Libertos de Niterói, Ferreira de Menezes, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, se encarregaram de mandar fazer um retrato da Condessa do Rio Novo, homenagem esta que, quando ficou pronta, foi carregada em procissão até o Paço Municipal, na Corte, passando a fazer parte da Galeria do Salão de Honra da Casa, ao lado do retrato de D. Pedro I.

Seus parentes iniciam então um litígio judicial no sentido de anular a doação de pelo menos parte da fazenda. No processo nota-se a ausência do irmão da morta, o Visconde de Entre Rios, que permaneceu em silêncio. Os parentes foram vencidos em todas as instâncias e condenados ao pagamento das custas processuais.

Três anos depois, em agosto de 1885, a imprensa carioca publica que os restos mortais da Condessa, trazidos para o Brasil pelo vapor Tamar, estavam depositados no Cais do Porto do Rio de Janeiro, aguardando que algum parente o reclamasse.

O Visconde de Entre Rios, irmão da Condessa, revoltou-se com a notícia e publicou um desagravo nos jornais do Rio de Janeiro. Neste desabafo ele diz que "Homem de avançada edade como eu sou, recolhido a meus habitos de que não posso affastar-me, só tenho sciencia d'aquillo que me é directamente communicado."

Mais adiante reclama.

> Quando eu tive conhecimento da chegada do corpo, já este se achava expôsto na Capella de Nossa Senhora da Piedade, da Fazenda de Cantagallo, e tratei immediatamente de cumprir com o meu dever, mandando rezar uma Missa na Capella de minha fazenda...

O caixão ainda aguardaria um tempo insepulto. O túmulo em mármore, erigido no interior daquela capela, foi concluído em junho de 1887, acontecendo as cerimônias fúnebres quando se completavam cinco anos da morte da Condessa.

Em 1890, Entre Rios se torna 2º Distrito de Paraíba do Sul. Em 14.12.1938 o movimento emancipacionista alcançou a vitória, passando a município de Entre Rios, modificado em 1943 para o topônimo Três Rios como até hoje.

Estudando a história da Condessa, e em especial sua genealogia, a documentação reunida sobre ela e sua família Barroso Pereira deu origem, em 2012 a meu livro *Pioneiros dos três rios – A Condessa do Rio Novo e sua gente*, em que se encontram inéditos fatos sobre a vida da fundadora de Três Rios.

Um em especial chamou nossa atenção. O jornal de Paraíba do Sul, O Paraibano, em edição de 18.06.1887 publicava sobre o sepultamento da Condessa:

> [...] Em vez de um cadáver "embalsamado" encontrou-se um esqueleto. E será o esqueleto da Condessa? perguntavam uns aos outros. Não é, porque tendo decorrido apenas cinco anos, o corpo não estava reduzido tão somente a ossos. Não é, porque pelo menos os cabelos deviam existir, eles resistem à decomposição por muitos anos após a morte. Não é, porque a caveira não tem dentes e a Condessa conservava, até os últimos dias, magnífica dentadura [...]"

O livro foi lançado no dia 05.06.2012, data em que se comemorava 130 anos do falecimento da personagem, porém, aquela notícia que relatava um esqueleto sem cabelos e sem dentes permaneceu em meus pensamentos, imaginando novas possibilidades de investigação. Se ela ficou sepultada por três anos em Londres, certamente seria possível encontrar em algum cemitério daquela capital o registro do sepultamento e a consequente exumação para transporte ao Brasil.

Após três anos de buscas, em setembro de 2015, o amigo genealogista Haríolo dos Santos, da embaixada brasileira em Londres, localizou o cemitério onde a Condessa foi sepultada e caprichosamente enviou uma mensagem por Internet cujo assunto era apenas: "Ela está aqui".

Anexas vieram fotos do St Mary's Cemetery, no bairro de Marylebone. Entre elas, imagens das escadas que levam ao subsolo, os nichos antigos e, num deles, o caixão, toscamente fabricado. E mais: uma declaração da administradora do cemitério, em resposta a consulta feita por Haríolo, onde se lê:

> *As mentioned before I can confirm that the previous deceased mentioned in my email is laid to rest in our Lower Catacombs and according to our records not exhumed*. (em tradução livre: como dito antes posso confirmar que a falecida mencionada em meu e-mail descansa em nossas catacumbas inferiores e de acordo com nossos registros, não exumada).

A terrível descoberta explodiu em Três Rios, e até em cidades vizinhas, como se uma brincadeira de mau gosto tivesse sido desmascarada 133 anos após ser engendrada. Dona Mariana Claudina Pereira de Carvalho, a Condessa do Rio Novo, cujo único pedido expresso em testamento era o de ser sepultada na capela da Piedade "ao lado dos pais e do marido" não teve sua vontade atendida. A notícia tem grandes possibilidades de ser verídica, deixando mais distante o seu pedido de "reencontro" já que os restos mortais do Visconde ainda se encontram no Cemitério do Catumbi, no Rio de Janeiro.

A responsável pela exumação de D. Pedro I e suas esposas no Museu do Ipiranga em São Paulo em 2011, a arqueóloga Valdirene Ambiel, prontificou-se

a fazer o mesmo trabalho nos supostos restos da Condessa. Esta exumação traria a verdade à tona, com a realização do exame de DNA para a correta identificação.

A administração da Capela, há alguns anos, foi transferida pela Casa de Caridade à Prefeitura de Três Rios. Caberia então ao prefeito autorizar os trabalhos da arqueóloga, mas mesmo assim a autoridade achou por bem consultar a instituição. Aquela Casa lavou as mãos, e como a condessa não teve filhos, transmitiu o pedido a descendentes de quinta geração do irmão, Visconde de Entre Rios, que compareceram a Paraíba do Sul e inexplicavelmente negaram a autorização. Sem esmorecer, procurei o Ministério Público local, peticionando que fosse autorizada a exumação sob o argumento de que não só se alcançaria a identificação dos restos mortais atribuídos à Condessa, como também se preservaria o acervo tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual. Lamentavelmente não obtive sucesso e o Ministério Público arquivou a petição.

Após esses decepcionantes resultados, sem que os objetivos fossem alcançados, outras tentativas estão sendo encetadas, mas até hoje mostram-se infrutíferas. Mariana Claudina Pereira de Carvalho, a Condessa do Rio Novo, a quem me refiro sempre como a Veneranda Senhora, sobre quem tanto pesquiso e a quem tanto admiro pelo que representou, pelo que fez por sua terra e sua gente, não merece que o pouco que pediu em troca do muito que ofereceu seja desrespeitado e se torne objeto de descaso.

Como publicou o jornal *O Fluminense* de 09.07.1882: "Foi essa senhora uma benemérita da humanidade; e o seu nome honrando o Brazil, deve ficar indelevelmente gravado em todos os corações verdadeiramente patriotas".

A ela se deveria conceder o respeito. A ela se deveria conceder a honra de ter desvendada a verdadeira história.

EU NÃO VOU DESISTIR.

QUADRO SOCIAL

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO DE JANEIRO

Ano 26 • Número 26 • 2019

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Fundado em 6 de dezembro de 1957

QUADRO SOCIAL

31 de Dezembro de 2019

FUNDADORES

Afonso Várzea
Antônio Carneiro Leão
Ariosto Berna
Augusto Maurício Queirós Ferreira
Douglas Sidney Amora Levier
Eduardo Tourinho
Henrique Foreis Domingues (Almirante)
João Batista de Matos
Manuel Paulo Teles de Matos Filho
Mario da Veiga Cabral
Nelson Costa
Odorico Pires Pinto
Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Silvio Salema Garção Ribeiro

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Américo Jacobina Lacombe (†)
Antônio Pimentel Winz (†)
Arno Wheling
Carlos Wehrs
Cybelle de Ipanema
Francisco de Paula e Azevedo Pondé (†)
Jonas de Morais Correia Filho (†)
José de Azeredo Perdigão (†)
Lafayette Pereira Guimarães (†)
Mario Antônio Barata (†)
Miridan Britto Falci
Vicente Costa Santos Tapajós (†)
Victorino Coutinho Chermont de Miranda

SÓCIOS EFETIVOS
Cadeiras, patronos e ocupantes

1. **JULIO AFRÂNIO PEIXOTO**
   BRUNO FERREIRA GOMES
   Vera Lucia Bottrel Tostes
2. **ALBERTO FREDERICO DE MORAIS LAMEGO**
   DONATO MELO JÚNIOR
   VICTORINO COUTINHO CHERMONT DE MIRANDA
   Lucia Bastos
3. **MANUEL TOMÁS ALVES NOGUEIRA**
   FRANCISCO GOMES MACIEL PINHEIRO
   MARIA CECÍLIA RIBAS CARNEIRO
   ANTONIO LUIZ PORTO E ALBUQUERQUE
   Julio Bandeira
4. **PE. JOSÉ DE ANCHIETA**
   DOM HELDER PASSOS CÂMARA
   MARCIO WERNECK DA CRUZ
   ARY VASCONCELOS
   Ana Maria da Silva Moura
5. **MANUEL DE ARAÚJO PORTO ALEGRE** (BARÃO DE SANTO ÂNGELO)
   MARIO ANTÔNIO BARATA
   PAULO WERNECK DA CRUZ
   AFONSO CARLOS MARQUES DOS SANTOS
   Paulo Knauss de Mendonça
6. **ARIOSTO ESPINHEIRA**
   SILVIO SALEMA GARÇÃO RIBEIRO
   Neusa Fernandes
7. **BALTHASAR DA SILVA LISBOA**
   JOÃO GUIMARÃES
   PAULO BERGER
   PAULO CARNEIRO DA CUNHA
   JOSÉ ANTÔNIO NONATO DUQUE ESTRADA DE BARROS
   José de Miranda Neto
8. **JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS** (BARÃO DO RIO BRANCO)
   RODRIGO OTÁVIO LANGGARD DE MENEZES FILHO
   FERNANDO MONTEIRO
   DINO WILLY COZZA
   Surama Sá Pinto Conde
9. **JOÃO BARBOSA RODRIGUES**
   OSWALDO ORICO
   ARISTIDES PINTO COELHO
   Roberto Guião de Souza Lima

10. BASÍLIO DE MAGALHÃES
MANUEL VIRIATO CORREIA PAIVA FILHO
JORACY CAMARGO
MARCELLO DE IPANEMA
Rogéria de Ipanema

11. BATISTA CAETANO DE ALMEIDA NOGUEIRA
ALBERTO LIMA
JOSÉ FORTUNA ANDRÉA DOS SANTOS
Ney Oscar Souza Ribeiro de Carvalho

12. ARIOSTO BENEVENUTO BERNA
RUBENS D'ALMADA HORTA PORTO
JOSÉ INALDO ALVES ALONSO
Ângela Ancora da Luz

13. JOÃO CAPISTRANO DE ABREU
LUCAS MAYHOFFER
Cláudio Moreira Bento

14. JOÃO DA COSTA FERREIRA
FREDERICO TROTA
JOSÉ DE OLIVEIRA REIS
Eliana Rezende Furtado de Mendonça

15. D. PEDRO II
PEDRO CALMON MONIZ BITTENCOURT
ANA ELISA LISBOA GREGORI
JÚLIO CÉSAR MACHADO DA SILVA
EDMO RODRIGUES LUTTERBACH
Cínara Maria Bastos Jorge

16. LUÍS GASTÃO D'ESCRAGNOLE DÓRIA
JOÃO BATISTA DE MATOS
ADAÍLTON SAMPAIO
Rachel Esther Figner Sisson

17. EVERARDO BACKHEUSER
SILVIO FRÓES DE ABREU
Ondemar Ferreira Dias Júnior

18. AUGUSTO FAUSTO DE SOUZA
DOUGLAS SIDNEY AMORA LEVIER
HELOÍSA HELENA SANTA CLARA DE CASTRO
CARLOS PATRÍCIO FREITAS PEREIRA
Fernando Tasso Fragoso Pires

19. FELISBELLO FIRMO DE OLIVEIRA FREIRE
ORESTES BARBOSA
CARLOS SATOUR
NILO GARCIA
ARIVALDO SILVEIRA FONTES
Fania Fridman

20. FREI JOSÉ MARIANO DA CONCEIÇÃO VELOSO
ADIR GUIMARÃES
MÁRIO FERREIRA FRANÇA
Guilherme Andréa Frota

21. FREI VICENTE DO SALVADOR (VICENTE RODRIGUES PALHA)
LUÍS EDMUNDO PEREIRA DA COSTA
FRANCISCO DE PAULA E AZEVEDO PONDÉ
LUCINDA COUTINHO DE MELO COELHO
Jaime Antunes da Silva

22. FREDERICO HERMETO PEREIRA LIMA
ANTENOR NASCENTES
THALITA DE OLIVEIRA CASADEI
FERNANDO CORREIA DE SÁ E BENEVIDES
Lucia Helena Pereira da Silva

23. CÔNEGO JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA
ADOLFO MORALES DE LOS RIOS
DELSO RENAUT
CARLOS WEHRS
Alex Nicolaeff

24. JOÃO BATISTA RIBEIRO DE ANDRADE
ANTÔNIO PIMENTEL WINZ
LUÍS DE CASTRO SOUZA
Lúcia Maria Paschoal Guimarães

25. JOAQUIM MANUEL DE MACEDO
ODORICO PIRES PINTO
LAFAYETTE GUIMARÃES
PAULO JOSÉ PARDAL
Mary Lucy Murray Del Priore

26. JOAQUIM NORBERTO DE SOUSA E SILVA
JONAS CORREIA FILHO
HERCULANO GOMES MATHIAS
STELLA LEONARDOS
Elizabeth Soriano Pletsch

27. JOSÉ CÂNDIDO GUILHOBEL
SÉRGIO FERREIRA DA CUNHA
TEREZINHA MARIA LAMEGO DE MORAES SARMENTO
Margareth de Silva Pereira

28. LUÍS GONÇALVES DOS SANTOS
BRASIL GERSON
FRANCISCO RUAS SANTOS
Roberto Schmidt de Almeida

29. ARMANDO MAGALHÃES CORREIA
AUGUSTO MAURÍCIO QUEIROZ FERREIRA
FRIEDA WOLFF
STÉLIO EMMANUEL DE ALENCAR ROXO
João Carlos Nara Júnior

30. MAX FLEUISS
HENRIQUE FLEUISS
MONSENHOR GUILHERME SCHUBERT
Maria de Lourdes Viana Lyra

31. ALEXANDRE JOSÉ DE MELO MORAIS (PAI)
JOSÉ ANTÔNIO LIMA GUIMARÃES
ODYLO COSTA FILHO
DAHAS CHADE ZARUR
Beatriz Kushnir

32. ALEXANDRE JOSÉ DE MELO MORAIS (FILHO)
GUSTAVO DODT BARROSO
AMÉRICO LOURENÇO JACOBINA LACOMBE
EGON WOLFF
GABRIEL AUGUSTO DE MELLO BITTENCOURT
Olínio Gomes Paschoal Coelho

33. CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA
PAULO FERREIRA SANTOS
GERALDO DE MENEZES
RONALDO ROGÉRIO DE FREITAS MOURÃO
Marcos Cotrim de Barcellos

34. MONS. JOSÉ DE SOUZA AZEVEDO PIZARRO E ARAÚJO
EDUARDO TOURINHO
RAIMUNDO ESTRELA
HUMBERTO FRANCESCHI
Roselene de Cassia Coelho Martins

35. MANUEL DUARTE MOREIRA DE AZEVEDO
ROBERTO MOTTA MACEDO
CYBELLE MOREIRA DE IPANEMA
ARNALDO MACHADO
Marcus Antônio Monteiro Nogueira

36. ALFREDO MOREIRA PINTO
MARIO DA VEIGA CABRAL
JORGE DOSWORTH MARTINS
PAULO BRAGA DE MENEZES
UMBERTO PEREGRINO SEABRA FAGUNDES
JOSÉ HENRIQUE MILLAN
Marco Aurélio Martins Santos

37. PADRE MANUEL DA NÓBREGA
LOURENÇO LUIS LACOMBE
JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES
LEVY SCAVARDA
Christóvão Dias de Ávila Pires Júnior

38. FRANCISCO ANGENOR DE NORONHA SANTOS
HENRIQUE DOMINGUES (O ALMIRANTE)
DALMO FREIRE BARRETO
JOÃO RIBEIRO DA SILVA
Nelson de Castro Senra

39. OLAVO FREIRE
JOSÉ AUGUSTO VAZ SAMPAIO NETO
SALVADOR MATTA E SILVA
João Eurípedes Franklin Leal

40. MANUEL DE OLIVEIRA LIMA
PLINIO DOYLE
CARLOS DELGADO DE CARVALHO
FRANCISCO SILVA NOBRE
Marieta Moraes Ferreira

41. OTELO DE SOUZA REIS
JÚLIO RÉGIS BITTENCOURT
JOÃO DO PRADO MAIA
ELYSIO CUSTÓDIO GONÇALVES DE OLIVEIRA BELCHIOR
Lená Medeiros de Menezes

42. JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS
ANTÔNIO ALVES CÂMARA
LUCIANO LOPES
ÁUREA MARIA DE FREITAS CARVALHO
Maria de Fátima Da Matta Argon

43. BENJAMIM FRANKLIN DE RAMIZ GALVÃO (BR. DE RAMIZ)
YVOLINO DE VASCONCELLOS
LYGIA DA FONSECA FERNANDES DA CUNHA
Vera Lucia Cabana de Queirós Andrade

44. JOSÉ FRANCISCO DA ROCHA POMBO
MANUEL PAULO FILHO
NELSON FREIRE LAVARNIÈRE-WANDERLEY
ANTÔNIO BUGYA DE SOUZA BRITTO
FRANCISCO DE VASCONCELLOS
Marietinha Leão de Aquino

45. RODOLFO AUGUSTO DE AMORIM GARCIA
RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR
MIRIDAN BRITTO KNOX FALCI
Esther Caldas Bertoletti

46. EDGAR ROQUETTE PINTO
GASTÃO CRUZ
VICENTE COSTA SANTOS TAPAJÓS
PAULO TAPAJÓS GOMES
SIDNEY GOMES DOS SANTOS
MARIA AUGUSTA MACHADO DA SILVA
Hildete Pereira de Melo

47. TEODORO FERNANDES SAMPAIO
VIRGÍLIO CORREIA FILHO
JOAQUIM VICTORINO PORTELLA FERREIRA ALVES
MARCOS RIBEIRO CORRÊA
Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão

48. FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN
ANTÔNIO CARNEIRO LEÃO
DEMÓSTENES DE OLIVEIRA DIAS
ALÍPIO MENDES
ARNO WEHLING
Guilherme Pereira das Neves

49. JOSÉ VIEIRA FAZENDA
NELSON NUNES COSTA
João Maurício Wanderley de Araújo Pinho

50. VIRGÍLIO DOS REIS VÁRZEA
AFONSO VÁRZEA
AFONSO CELSO VILELA DE CARVALHO
Ismênia de Lima Martins

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Giulio Sanmartini – **Itália**

INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS ESTADUAIS
por unidade da Federação

Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGHL)
Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IHGA)
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)
Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)
Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF)
Instituto Histórico e Geográfico do Espírito santo (IHGES)
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)
Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM)
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT)
Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul (IHGMS)
Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG)
Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA)
Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)
Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR)
Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)
Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI)
Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)
Instituto Histórico e Geográfico d Rondônia (IHGRO)
Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC)
Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)

NOTA DE FALECIMENTO

Registramos com pesar o falecimento, em agosto, da querida confrade, escritora e poeta de grande sensibilidade, STELLA LEONARDOS, que muitas sessões abrilhantou com seu talento e seus vigorosos versos.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
Av. Augusto Severo, 8, 12º andar – Glória
20021-040 – Rio de Janeiro – RJ
CNPJ: 01.469.848/0001-27
https://www.ihgrj.org.br/envio

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

IHGRJ

AUTORES

Adelto Gonçalves
Carlos Wehrs
Cinara Jorge
Claudia Braga Gaspar
Cláudia Mesquita
Denise G. Porto
Lená Medeiros de Menezes
Lenna Carolina da Silva Solé Vernin
Marcos Cotrim de Barcellos
Maria de Fátima Moraes Argon
Mathews Nunes Mathias
Nelson de Castro Senra
Neusa Fernandes
Nireu Cavalcanti
Paulo Henrique Loureiro de Sá

Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 3.492 de 14.01.2003.
Reconhecido de Utilidade Pública estadual pelo Título Declaratório n. 620, de 03 10.2006.

Eescaneie o QR Code
para fazer uma
doação ao IHGRJ.